

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS – DCG
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA – CMG**

**DE FAZENDA NOVA A NOVA JERUSALÉM
UM OLHAR GEOGRÁFICO (RE)FAZENDO A PAISAGEM**

ELENILDA SILVA BARROS DE ANDRADE

Recife, Agosto de 2004.

ELENILDA SILVA BARROS DE ANDRADE

**DE FAZENDA NOVA A NOVA JERUSALÉM
UM OLHAR GEOGRÁFICO REFAZENDO A PAISAGEM**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da **Prof^a. Dr^a. EDVÂNIA TORRES AGUIAR GOMES**, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Recife, Agosto de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS – DCG
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA – CMG

BANCA EXAMINADORA

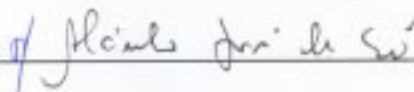
TITULARES:

Orientadora:



Prof. Dra. Edvânia Torres Aguiar Gomes (UFPE)

1º. Examinador:



Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva (UFCE)

2º. Examinador:



Prof. Dra. Tânia Bacelar de Araújo (UFPE)

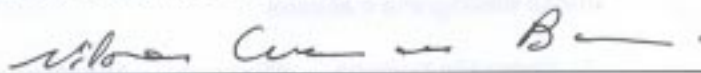
SUPLENTE:

1º.



Prof. Dra. Heleniza Ávila Campos (UNISC-RS)

2º.



Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)

APROVADA em 22 de novembro de 2004.

Andrade, Elenilda Silva Barros de
De Fazenda Nova a Nova Jerusalém : um olhar
geográfico (re)fazendo a paisagem / Elenilda Silva
Barros de Andrade. – Recife : O autor, 2004.
271 folhas ; il., quadros, gráf., fotos, mapas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CFCH. Geografia, 2004.

Inclui bibliografia e anexos

1. Geografia humana – Paisagem – Abordagem
humanística. 2. Paisagem – Análise da dinâmica
sócio-espacial. 3. Turismo – Políticas e Práticas . 4.
Geografia do turismo – Transformação da paisagem
- Fazenda Nova a Nova Jerusalém. I. Título.

911.5
910.91

CDU (2ed.)
CDD (21.ed.)

UFPE
BC2004-578

***“Deus guarde você e eu,
quando estivermos distantes um do outro.”
Gênesis 31:49***

*A minha mãe, D. Margarida, que muito se esforçou
para que eu pudesse estudar. Pelas lições de
generosidade, amor e fé.*

*A Elisa e Lucas, que são o melhor de mim, cujos
sorrisos aquecem meu coração.*

A Marcos, com muito amor!

*Àqueles que ousam sonhar. Que nas caladas da noite acordam e
no clarão do dia sonham. E em meio as adversidade persistem e,
persistindo, tornam seus sonhos em realidade.*

RESUMO

A *paisagem* corresponde à unidade visível do arranjo espacial. É composta por formas naturais ou antrópicas e, ainda, elementos imateriais inerentes às distintas culturas. Pode ser captada de maneira formal ou informal e representada repleta de significados e eivada de sentidos. Transformada em *conceito geográfico*, adquire distintas acepções, conforme a corrente teórica priorizada. Constituí-se como de fundamental interesse, tanto para a atividade, quanto para a análise espacial da prática social do *turismo*. A relação *paisagem-turismo* perpassa a idéia de paisagem como “imagem” e permeia questões geográficas, culturais, psicológicas e mercadológicas, próprias de cada época. Vincula-se, diretamente, ao setor público por meio de políticas públicas afins que organizam e implementam o setor de turismo e, ao setor privado, por meio de parcerias (público-privadas), que de forma espontânea, fazem a atividade acontecer. Com base nesses pressupostos, situam-se os questionamentos que impulsionaram essa pesquisa: *Que fatores causaram o processo de declínio da atividade turística no “lugar” de Fazenda Nova? Se, em contrapartida, nesse mesmo local, a atividade se consolidou em torno dos atrativos de Nova Jerusalém?* Partindo dessas indagações, pesquisou-se o sítio físico-natural e os registros histórico-culturais da área e traçando-se um paralelo com os dias atuais. Nesse caminhar, procurou-se compor e decompor e recompor a paisagem por meio de poemas, músicas, gravuras, fotografias e de depoimentos de habitantes locais, os quais, contribuíram com a releitura da paisagem, através das experiências do “*mundo vivido*”. Longe de apresentar conclusões, esse estudo é um convite ao deslocamento do “*olhar*” que “*vê*” a paisagem como “*cena*”, para “*percebê-la*” e refleti-la como *palimpsesto*, onde se materializam as complexas relações sociedade-natureza.

Palavras-chave: paisagem, cultura, abordagem humanista, turismo (políticas e práticas).

ABSTRACT

The landscape corresponds to the visible unit of the spatial arrangement. It is made of natural or anthrop forms, as well as immaterial elements inherent in the distinct cultures. It can be understood in a formal or informal way and represented full of significations and impregnated with meanings. Transformed into geographical concept, it assumes different connotations, according to the theoretical current prioritized. It constitutes fundamental interest both for the activity and for the spatial analysis of the tourism as a social practice. The relationship between landscape and tourism goes beyond the idea of landscape as an “image” and involves the geographical, cultural, psychosocial and marketable aspects which characterize each period. It is directly linked to the public sector through common public policies, which organize and implement the department of tourism. It is also linked to the private sector, through public-private partnerships which make that activity take place spontaneously. The questions that motivated the present research are based upon these presuppositions. Which factors caused the process of decreasing of tourism in the “site” of Fazenda Nova, if on the other hand, in that same place, that activity has been consolidated around the points of interest of Nova Jerusalem? Starting from these questions, the physical natural sites and the historic- cultural registries of that area have been examined, drawing a parallel with the present days. In this process we aimed at composing and decomposing and recomposing the landscape through poems, music, pictures, photos and reports of the local people who contributed to a reinterpretation of the landscape through the experiences of the “living world”. Far from presenting conclusions, this study is an invitation to displace the “look” that “sees” the landscape as a “scene” so as to “perceive” it and reflect on it as a “palimpsest” where the complex relationships society-nature materialize.

Key words: *landscape, culture, humanistic approach, tourism (policies and practice).*

AGRADECIMENTOS

“Amigo é coisa pra se guardar, debaixo de sete chaves, dentro do coração.[...], mesmo que o tempo e a distância, digam não. Mesmo esquecendo a canção, e o que importa é ouvir a voz que vem do coração. Pois seja o que vier, venha o que vier, qualquer dia, amigo, eu volto a te encontrar, qualquer dia amigo, a gente vai se encontrar.”

Milton Nascimento/Fernando Brant, 1980.

Nesse momento, em que encerramos mais uma etapa do aprimoramento educacional, é chegada a hora de nos desvencilharmos, um pouco, da racionalidade científica, e, deixarmos fluir a linguagem da emoção. Relevando mágoas, cicatrizando feridas, esquecendo desencontros, reencontrando-se em abraços, para, mesmo correndo o risco de esquecer alguns daqueles importantes nomes, que, de alguma maneira contribuíram com o nosso aprimoramento intelectual e humano, verbalizar, Eu agradeço:

À Profa. Dra. Edvânia Torres Aguiar Gomes, que, desde a Especialização Lato Sensu, acredita no nosso esforço intelectual, e estimula-nos a expressar as “*idéias no papel*”, e enveredar através de *novas leituras de mundo*. À âncora no âmbito das Ciências Humanas, que, ora caminha, pelos meandros da gestão do patrimônio educacional público, desejamos grandes realizações. A essa *rica-alma*, minhas homenagens e afeto fraternal.

Agradeço às Profas. Dras.: Marlene Maria da Silva (UFPE) e Heleniza Ávila Campos (UNISC – RS), pelas orientações estimulantes durante a qualificação do projeto de pesquisa. Especialmente, à Profa. Heleniza, que nos incentivou à continuidade da pesquisa científica, e com generosidade, foi pilar nas horas de incertezas. Àquela que tem a *calma no olhar*, e alçou vôo para as terras gaúchas, meu apreço.

A Doutora em solidariedade, Profa. ME Edna Maria Ribeiro de Medeiros, cujas *conversas geográficas*, foram *verdadeiros faróis num mar turbulento*, clareando o percurso, para um cais acolhedor. Nesse momento, em que a bonança impera, a essa figura ímpar, desejo saúde e paz. E, com satisfação, deposito meu afeto e gratidão.

Aos Professores do Curso - turma 2001, por todas as contribuições teóricas e humanas. Em especial, ao Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros e à Profa. Dra. Tânia Bacelar de Araújo, que em meio a toda sua *grandiosidade*, no âmbito político e Institucional, com simplicidade, fez-nos *companheiros* a partilhar um *projeto de mudança* eivado de metas para um *país melhor*. Minha admiração.

Aos Professores Drs. Alcindo José de Sá e Jan Bitoun, pela condução do curso e pela presteza com que sempre nos atenderam. À Rosa Marques e Acyoli Rocha, pela camaradagem e disponibilidade em mediatizar a burocracia institucional. Agradeço.

Aos colegas do curso: Ana Cristina, Alexandre Barros, Antônio Elísio, Débora Lúcia, Luiz Eugênio, Lincoln Diniz, pelo apoio intelectual e amizade fraterna. Em especial, a Auricleide Andrada, sinônimo de calor humano, *do Sertão do Pajeú*. Companheira inestimável de tardes nostálgicas, regadas a “*sopas quentinhas*” e *preocupações geográficas* cheirando a café. A essa figura ímpar, em sua *nova vida*, desejo que frutifiquem: harmonia familiar, realizações e felicidades!

A Lenilton Assis, pelo apoio bibliográfico, basilar à construção do projeto geográfico. A Fabiana Farias e Gevson Silva pela acolhida e apoio institucional. A amizade de vocês amenizou a frieza do ambiente acadêmico.

A Valéria, João, Eduardo e Marina pela acolhida em lar tão amoroso, quando, forasteira, precisei galgar espaços à realização de um sonho acadêmico. O conforto de estar no seio familiar e, entre tão caros amigos, me reconfortava a ausência daqueles a quem amo, os quais, semanalmente, ficavam a me esperar. Que o amor os guie, tanto na *nova terra*, quanto nas inesperadas e às vezes, difíceis turbulências da vida.

Ao Dr. João Coelho Neto – Mineração Palestina S. A., que acreditou no objetivo proposto e, nos presenteou com material imprescindível (pesquisas laboratoriais, atualizadas e inéditas), a respeito das fontes e do aquífero da *região* geológica de Fazenda Nova.

Àqueles que fazem a Nova Jerusalém. Em especial, à Diva Pacheco que viabilizou nossa participação na Paixão de Cristo de 2002, e ao Plínio Pacheco – *in memoriam*, por haver sonhado, uma “*flor de pedra*” que frutificou sementes transformadoras em uma paisagem agreste-setaneja, que está inscrita na memória nacional, a partir, da representação da história de um “*povo judeu-nordestino*”.

Aos habitantes da terra dos *fazendanovitos*. Àqueles “*antigos*”, que conosco partilharam suas ricas histórias de vida, permeadas das mais profundas emoções. E à “*nova geração*”, que de alguma maneira, física ou espiritualmente nos apoiou, também, agradeço!

A D. Noêmia e José Deca, D. Ernestina Lopes, Sr. Tenório e Sra. Do Lírio – *in memoriam*. Ainda a Jorge Aleixo, Luiz e Luzia Deca, Linaldo e Edleuza Mendes, pelo apoio e guarida em distintos momentos da caminhada estudantil, os quais, conduziram-nos até aqui.

Às grandes figuras: Ana Cristina da Silva, Auxiliadora Bernardo, Ana Lúcia Mattos, Iraize e Iraneide Santos, Lourdes Gondim, Mirene Costa, Silvana Melo e Zenaide Tibúrcio cujas presenças amigas, foram bálsamo e alento à vida e ao espírito.

Agradeço aos meus alunos, pela compreensão nas ausências, pelo apoio e amizade. E, ainda, aos *pares* da labuta diária: do Colégio Contato - Caruaru, dentre outros, Heloísa Andrade e Aparecida Pedrosa (ex-coordenadora), profissionais exemplares, cuja generosidade e apoio foi imprescindível. Do Colégio Professor Mário Sette – Caruaru, Fátima Ribeiro, Laurizete Teixeira, e em especial dentre outros estimados colegas, Cleide dos Santos e Mavial Soares, pelo apoio institucional e nobreza de espírito, em meio a tantos desencantos com a educação no âmbito público-pernambucano.

A Vilma Albuquerque, que se fortifica com os embates da vida, e participa ativamente da defesa e direitos dos seus companheiros. Àquela, que, ao ensinar, conquista grandes amigos. Pelas perguntas instigantes, e coerente condução nos desvios da linguagem, essencial à consolidação e clareza das idéias. A esta guerreira, minha gratidão.

A Zanderson Hernandez, pelo profissionalismo e disponibilidade em horas precisas, e ainda, pelo *“toque de Midas”* na execução da arte gráfica.

A Família Rocha Andrade, Especialmente a D. Vaní e Sr. Elias, que disponibilizaram apoio material e financeiro. Pela estima, acolhida generosa e incentivo em muitos e distintos momentos, e porque o amor nos fez uma só família, eu agradeço.

A Família Silva Barros: a D. Margarida e Seu *“Tota”* - meus pais, pelo bem mais precioso - a vida. Especialmente a minha mãe, pelo amor incondicional. Aos meus irmãos: Ednaldo, Edson, Marcelo, Mário e Cláudio, além de suas respectivas famílias, por acreditaram no nosso *sonho coletivo*. Especialmente a Mário, pelo apoio constante às pesquisas de campo. Às tias Maria, Edite, Fátima e Geraldina, e aos demais familiares, pela constante e zelosa atenção. Aos meus avós Sr. Sebastião de Jota, Sr. Albertino e D. Zefinha - *in memoriam* - pelas férias maravilhosas, que propiciaram uma infância mais feliz, em meio a inesquecíveis povos, em meio as mais perfumosas e belas paisagens.

A Elisa, e Lucas, meus filhos, meu pedido de perdão! pelos tantos momentos que me ausentei, em favor da labuta diária e compromissos acadêmicos. E, ao mesmo tempo, meu mais profundo orgulho e agradecimento, porque, mesmo em tenra idade, tentaram compreender que, *“mamãe precisa[va] estudar.”* A vocês, todo o meu amor.

A Marcos, que tem um espírito nobre, que é pai-amigo-moleque, a legar a nossos filhos, exemplos de inestimáveis valores humanos. Para o namorado-esposo-amante, *que sonha meus sonhos, e contribui para torná-los realidade*. Meu amor e gratidão.

A Jesus Cristo, cujos ensinamentos, foram âncora e porto seguro, nos momentos em que o desânimo, teimava vencer a perseverança e a fé. A Deus, princípio, meio e fim de todas as coisas, que permitiu chegarmos a este momento, para com a voz do coração, e dizer aos mais estimados amigos: com o apoio de vocês, a missão foi cumprida.

O B R I G A D A !

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

RESUMO

ABSTRACT

AGRADECIMENTOS

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO

LISTA DE ANEXOS

LISTA DE FOTOS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE MÚSICAS

LISTA DE PLANTAS

LISTA DE POEMAS

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO 18

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE PAISAGEM 25

1.1. Paisagem – Formação Vernacular 31

1.1.1. Primórdios dos Estudos Geográficos no Brasil 33

1.1.2. O Verbetes Paisagem 34

1.2. A Sistematização do Pensamento Geográfico e a Construção Acadêmica
do Conceito de Paisagem 37

1.3. O Conceito de Paisagem nas Distintas Correntes Geográficas 42

1.3.1. Século XX – O Conceito de Paisagem Ganha Novas Dimensões 47

1.3.1.1. A Geografia Humanista 48

1.3.1.1.1. Paisagem na Perspectiva Cultural-Humanista 50

1.3.2. A Geografia Crítica e o Conceito de Paisagem 52

1.3.3. Paisagens – Distintas Abordagens 53

1.3.3.1. Paisagem – Abordagem Centrada no Espaço 56

1.3.3.2. Paisagem – Abordagem Centrada no Sujeito 57

1.4 Paisagem, Enquanto “*Lugar*” 59

1.4.1. Na Paisagem a Construção do “*Não-Lugar*” 61

1.5. Paisagem como Patrimônio Cultural da Humanidade 64

CAPÍTULO 2 – RECONSTRUINDO A DINÂMICA DA PAISAGEM 75

2.1. Caracterização Geral da Área em Estudo 76

2.1.1. Localização do Objeto Pesquisado 83

2.2. Aspectos Físico-Naturais 90

2.2.1. Características Geomorfológicas 91

2.2.2.	Condições Atmosféricas	100
2.2.2.1.	Um Pedaco do Cariri Paraibano no Agreste Pernambucano	101
2.2.3.	Hidrografia da Área em Estudo	106
2.2.3.1.	O Aquífero da Depressão de Fazenda Nova	109
2.2.4.	Aspectos Florísticos	114
2.3.	Memória e História Refazendo a Paisagem	119
2.3.1.	Vestígios da Pré-História no Agreste Pernambucano	121
2.3.1.1.	Depredação do Patrimônio Cultural - Abrigo Rupestre da Pedra da Lua	122
2.3.1.2.	Tradições Arqueológicas no Agreste	125
2.3.1.3.	O Cemitério-Abrigo da Furna do Sítio Estrago	126
2.3.1.4.	Marcas Pré-históricas Preservadas na Paisagem	129
2.3.2.	Novos Homens, Novas Paisagens	134
2.3.2.1.	Desvendando as Transformações Sócio-Espaciais	141
2.3.2.2.	Na Paisagem, as Fazendas: do Cachorro, Velha e <i>Fazenda Nova</i> do Cachorro	144
2.3.2.3.	A Povoação de Fazenda Nova	147
CAPÍTULO 3 - SÉCULO XX - O TURISMO REFAZENDO A PAISAGEM		151
3.1.	Ócio e Lazer	153
3.2.	A Prática Social do Turismo	157
3.2.1.	Tipos de Turismo	160
3.3.	Primórdios da Geografia do Turismo	162
3.3.1.	A Geografia do Turismo no Brasil	167
3.4.	Movimentações Turísticas em Fazenda Nova	169
3.4.1.	Década de 1920 (1921 - 1930)	172
3.4.2.	Década de 1930 (1931 - 1940)	175
3.4.3.	Década de 1940 (1941 - 1950)	179
3.4.4.	Década de 1950 (1951 - 1960)	182
3.4.4.1.	De Oberammergal a Fazenda Nova - Fé e Arte Rompendo Fronteiras	184
3.4.5.	Década de 1960 (1961 - 1970)	192
3.5.	Novas Perspectivas Para o Turismo em Fazenda Nova	198
3.6.	A "Saga" da Emancipação do Município de Fazenda Nova	199
3.7.	Uma Nova Modalidade de Turismo em Fazenda Nova	203
3.7.1.	Década de 1970 (1971 - 1980)	208
3.7.2.	Década de 1980 (1981 - 1990)	217
3.7.3.	Década de 1990 (1991 - 2000)	222
3.8.	Leituras de Paisagens nos Primórdios do Século XXI	231
CONSIDERAÇÕES FINAIS - NOVAS INQUIETAÇÕES GEOGRÁFICAS (...)		247
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		258
ANEXOS		272

GLOSSÁRIO

AQUÍFERO – Refere-se à água subterrânea que pode estar confinada ou não. (GUERRA, 1997, p. 354).

BATOLITO – Grandes injeções de maciças de material magmático que aparecem através de fendas da crosta. (GUERRA, 1975, p. 56).

CISALHAMENTO – Fraturação das rochas onde aparecem abruptos, produzidos pelos esforços tectônicos. (GUERRA, 1975, p. 97).

CLIVAGEM – Consiste no fato de alguns minerais se partirem mais facilmente ao longo de certos planos. (GUERRA, 1975, p. 97).

DIACLASE – Fratura, junta ou fenda – aberturas microscópicas ou macroscópicas que aparecem no corpo da rocha, principalmente, por causa de esforços tectônicos. (GUERRA, 1997, p. 144).

DIORITO – Rocha holocristalina de textura granular, constituída por um plagioclásio e elementos ferromagnesianos – hornblenda, pouca biotita, augita, etc. (GUERRA, 1975, p. 135).

FISSURA – Fraturas ou fendas pouco alargadas de uma rocha, de um terreno, ou mesmo de um mineral. (GUERRA, 1975, p. 187).

FISSURAS – ou AQUÍFERA – Rocha cuja permeabilidade permite a retenção de água, dando origem a águas interiores ou freáticas. (GUERRA, 1975, p. 29)

GEOSISTEMA – Conceito da Geografia Física, baseado no princípio sistemático ou holístico, aproximadamente, equivalente à paisagem, através do qual são estudados os elementos componentes da natureza e suas interrelações. (KENITIRO, 1998, p. 378).

GLIPTODONTE – Animal semelhante ao tatu, que possuía cerca de dois metros de comprimento e um e meio de altura. Seu corpo era protegido com uma carapaça de placas rígidas, se alimentava de vegetais e, possivelmente, de pequenos animais. Habitou em épocas pretéritas na região Agreste, cujos ossos fossilizados foram coletados pela Equipe de Arqueologia da UNICAP, em 1985, no município de Brejo da Madre de Deus - PE. (Fonte – Folheto explicativo, da Biblioteca Municipal de Brejo da Madre de Deus, informações captadas em 03 de Julho de 2000).

GNAISSE – Rocha cristofiliana com os mesmos elementos do granito – quartzo, feldspato e mica – porém orientados. (GUERRA, 1997, p. 325).

GRANITO – Rocha eruptiva composta de três minerais essenciais: quartzo, feldspato alcalino e micas. A textura é geralmente granular na qual aparecem elementos passíveis de serem apreciados a olho nu. (GUERRA, 1975, p. 220. *ipsis letteris*).

INTemperismo – Processos de transformação de rochas, quando submetidas a condições superficiais, através de ação química do ar e das águas pluviais, das ações biológicas de plantas e bactérias e das ações mecânicas das mudanças de temperaturas. (KENITIRO, 1998, p. 424).

INTERFLÚVIO – Pequenas ondulações que separam vales cujas vertentes são na maioria dos casos, de forma convexa, constituindo pequenas colinas. (GUERRA, 1997, p. 354).

JUSANTE – Segundo o sentido (rumo) de fluxo de um rio ou de uma corrente, por exemplo, de uma corrente marítima. (KENITIRO, 1998, p.438).

LINEAMENTO – Qualquer feição linear que aparece sobre fotografias aéreas, tais como direções de drenagens, desenvolvimento de cobertura vegetal, etc. (KENITIRO, 1998, p.468).

LITOSSOLO – Ocorre em encosta inclinada, estando relacionado diretamente a rocha matriz. (KENITIRO, 1998, p. 477).

MACIÇO RESIDUAL – Constitui restos de antigas superfícies, ou melhor, de antigos peneplanos, geralmente, relacionados com rochas mais duras, ex: maciços de granito, de

sienitos, etc. Podemos dizer que os maciços residuais são quase verdadeiros monad'noks ou ainda inselbergues, todavia abrangem extensões muito grandes. (GUERRA, 1997, p. 403).

MANDAÇAIA ou MANDASSAIA – Nos documentos históricos - Mandaçaia, nos mapas da atualidade – Mandassaia. Distrito de Brejo da Madre de Deus.

MARMITAS – Buracos que aparecem nos leitos dos rios produzidos pelas águas turbilhonares. [...] no fundo dessas marmitas, encontramos sempre seixos e areias que parecem ser responsáveis pela erosão. (GUERRA, 1997, p. 415).

MEGATÉRIO – Mamífero de grande porte com cerca de cinco metros de comprimento. Tinha o corpo coberto de grossos pelos, como os das atuais preguiças e tamanduás. Possuía garras em um dos três dedos de cada pé e andava vagarosamente sobre as quatro patas torcidas. Habitou a região Agreste, em épocas históricas pretéritas. Seus ossos, fossilizados foram coletados pela Equipe de Arqueologia, da UNICAP, em 1985, no município de Brejo da Madre de Deus - PE. (Fonte – Folheto explicativo, da Biblioteca Municipal de Brejo da Madre de Deus, informações captadas em 03 de Julho de 2000).

MASTODONTE – animais parecidos com elefantes, cuja classificação se encontram os estegomastodontes - animal parecido com elefante, que media cerca de 3,5 m de altura no garrote, possuidor de defesas retilíneas de 1,5m de comprimento. e o haplomastodonte – um pouco menor com, aproximadamente, dois metros e meios de comprimento e um e meio de altura no garrote, possuía defesas curvadas para cima, com aproximadamente um metro e trinta centímetros. Alimentava-se de vegetais e habitou a região Agreste, em épocas históricas pretéritas. Os ossos, fossilizados, foram coletados pela Equipe de Arqueologia, da UNICAP, em 1985, no município de Brejo da Madre de Deus - PE. (Fonte – Folheto explicativo, da Biblioteca Municipal de Brejo da Madre de Deus, informações captadas em 03 de Julho de 2000).

MATACÕES – Designação regional usada para bolas de rochas compactas. (GUERRA, 1975, p. 61).

MICROLINA – Feldspato potássico semelhante ao ortósio quanto a composição química, dureza, peso específico e caracteres gerais, porém, cristalizado no sistema triclinico, enquanto o ortósio cristaliza no sistema monoclinico. Obs: a variedade verde da microlina é usada na joalheria = amazonita. (GUERRA, 1975, p. 287).

MILONITO – Rocha finamente triturada que aparece, comumente, junto às linhas de falha. (GUERRA, 1997, p. 427).

PARANÃ-PUKA – “O nome Pernambuco vem do tupi Paraná-puka, que significa buraco no mar.” (PERNAMBUCO, 1998, p. 17).

PEDIPLANAÇÃO - É o processo mais eficaz de aplainamento de superfícies extensas do globo terrestre, submetidas a climas árido-quente ou semi-árido. (GUERRA, 1975, p. 312).

PLANO DE FALHA - Plano mais ou menos regular ao longo do qual ocorrem os deslocamentos relativos de blocos rochosos de uma falha. (KENITIRO, 1998, p. 609).

PLUTONITO – O mesmo que rochas intrusivas ou mais especificamente, rocha cuja consolidação se deu a certa profundidade da superfície. (GUERRA, 1997, p. 498).

XICURÚ – Antiga aldeia indígena e atual povoado, localizado no município de Caruaru.

XUKURU ou XUCURU – Na escrita e textos indígenas - XUKURU, nos livros didáticos – Xucuru. Tribo indígena que habita as Serras do Ororubá ou Ararobá, próximo a Cimbres, no município de Pesqueira.

ZONA DE CISALHAMENTO – Zona de ocorrência de cisalhamento em grande escala, onde a rocha se apresenta intensamente brechada e/ou milotizada. (KENITIRO, 1998, p. 812).

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1 - Fotos sobre os primórdios da atividade turística em Fazenda Nova
- Anexo 2 - Indicação das águas de Fazenda Nova e análise das águas em 2000
- Anexo 3 - Área de proteção das fontes de Fazenda Nova
- Anexo 4 - Museu tem fóssil de 11 mil anos e, região é habitada (...)
- Anexo 5 - Documento de 1916 – Fazenda Nova do Cachorro
- Anexo 6 - O turismo em Pernambuco
- Anexo 7 - O Drama do Calvário
- Anexo 8 - Lei 4952 – Cria o Município de Fazenda Nova
- Anexo 9 - Um Hotel Quase Suíço Num Quase Sertão Pernambucano
- Anexo 10 - Figuração da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém - 1967
- Anexo 11 - Fazenda Nova recebe melhoramentos
- Anexo 12 - A fonte das discórdias
- Anexo 13 - Nordestinos de Granito
- Anexo 14 - Parque hidromineral de Fazenda Nova é depredado
- Anexo 15 - Nova Jerusalém remonta Nascimento de Cristo
- Anexo 16 - Atores da Globo encantados com o espetáculo
- Anexo 17 - Pousada da Paixão - Turismo Interativo
- Anexo 18 - Visual da Vila de Fazenda Nova
- Anexo 19 - Paixão de Cristo – 2002 - Homem e mulher do povo
- Anexo 20 - Paixão mantém acesa tradição Cristã

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rótulo da água mineral engarrafada em Fazenda Nova – década de 1930

LISTA DE FOTOS

- Vista Panorâmica de Fazenda Nova – 2000 (conjunto de fotos)
- Vista aérea de Fazenda Nova – início da década de 1960
- Foto 1 – Igreja de N. Sra. da Conceição em 1937
- Foto 2 – Igreja de N. Sra. da Conceição em 2004
- Foto 3 – Feira livre de Fazenda Nova em 1937
- Foto 4 – Feira livre de Fazenda Nova em 2004
- Foto 5 – Estância hidromineral de Fazenda Nova - 1954
- Foto 6 – Estância hidromineral de Fazenda Nova – 2003
- Foto 7 – Hotel Familiar - 1949
- Foto 8 – Antigo Hotel Familiar - 2003
- Foto 9 – Casa da Pedra - 1946
- Foto 10 – Casa da Pedra - 2003
- Foto 11 – Drama do Calvário - 1953
- Foto 12 – Drama do Calvário - 1953
- Foto 13 – Encenação do Drama (...) nas pedras das fontes - 1961
- Foto 14 – Sermão da Montanha Nova Jerusalém - 1972
- Foto 15 – Engarramento no centro de Fazenda Nova - 1972
- Foto 16 – Semana Santa - 2003
- Foto 17 – Muralhas de Nova Jerusalém - 2003
- Foto 18 – Crucificação – Paixão de Cristo – 2001
- Foto 19 – Ressurreição – Paixão de Cristo - 2002

Foto 20 – Hotel Familiar, posteriormente Hotel Botijinha - 1936
Foto 21 – Bebedouro de animais nas proximidades das fontes (...) – 1936
Foto 22 – Cacimbas do Balneário Barão de Suassuna - 1937
Foto 23 – Turistas no Balneário Barão de Suassuna - 1936
Foto 24 – Construção de residências Secundárias - 1938
Foto 25 – Via de acesso aos portões de Nova Jerusalém - 2002
Foto 26 – Templo de Jerusalém – Nova Jerusalém - 2002

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gráfico da população de fazenda Nova: 1950 - 2000
Gráfico 2 - Ciclo de Vida do Espaço do Turismo

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa do Brasil
Mapa 2 – Mapa do Nordeste
Mapa 3 – Mapa de Pernambuco
Mapa 4 – Mapa do município de Brejo da Madre de Deus
Mapa 5 – Mapa do relevo da área em estudo/ Folha Belo Jardim - SUDENE

LISTA DE MÚSICAS

Música 1 – Hino Nacional
Música 2 – Vozes da Seca
Música 3 – A volta da Asa Branca
Música 4 – Pastoril de D. Maria Catingueira
Música 5 – Nova Jerusalém

LISTA DE PLANTAS

Planta 1 – Área urbana de Fazenda Nova

LISTA DE POEMAS

Poema 1 – Regresso de quem, estando no mundo, volta ao Sertão
Poema 2 – Fazenda Nova – Um campo
Poema 3 – A Vila
Poema 4 – Os segredos da Paisagem
Poema 5 – Quem fui, Quem sou, Que serei?
Poema 6 – A História (...)
Poema 6 – Memórias

LISTA DE SIGLAS

AAG – Associação dos Geógrafos Americanos
AAP – Associação Astronômica de Pernambuco
ABINAM – Associação Brasileira das Indústrias de Água Mineral
CEHM – Centro de Estudos de História e Cultura Municipal
CELPE - Companhia de Eletricidade de Pernambuco
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNTur – Conselho Nacional de Turismo
CODECPE – Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco
COMBRATUR – Comissão Brasileira de Turismo
COMPESA Companhia Pernambucana de Saneamento
CONDEPE – Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo, posteriormente, Instituto Brasileiro de Turismo
EMPETUR – Empresa Pernambucana de Turismo
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FIDEM – Fundação de Desenvolvimento Municipal
FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz
FUNAI –Fundação Nacional de Assistência ao Índio
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
IAG – Instituto Astronômico e Geofísico
IPA – Instituto de Pesquisa Agropecuária
IPHAN – Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITEP – Instituto Tecnológico de Pernambuco
LABIHD – UFPE – Laboratório de Hidrologia da Universidade Federal de Pernambuco
MEC – Ministério da Educação e Cultura
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – organização das Nações Unidas
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S. A.
RFN – Rede Ferroviária do Nordeste
SEBRAE – Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLANDS – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SPR – Secretaria de Produção Rural
STFN - Sociedade Teatral de Fazenda Nova
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP - Universidade de São Paulo

Introdução



*"Para conhecer uma paisagem,
não basta vê-la, é preciso muito mais,
é preciso que as duas almas, a do contemplador e a do lugar,
cheguem a entender-se,
quantas vezes nem mesmo se falam!
Não é a todos que a natureza conta seus segredos
e inspira o seu amor,
mas mesmo com os poucos de quem ela
tem o prazer em fazer pulsar o coração,
é preciso que eles se aproximem dela
sem pressa de a deixar, com tempo para ouvi-la."
(NABUCO, 1887, apud GOMES, 1997, p.58)*

INTRODUÇÃO

*“Para se conhecer uma paisagem,
não basta vê-la,
é preciso muito mais [...].”
(NABUCO 1887, apud GOMES, 1998, p.58)*

É necessário ir além do panorama apreciado num golpe de vista; da cena formada por cores, brilhos e odores; da porção visível ou concretude do espaço, para desvendar os segredos que silenciosamente a paisagem abriga. É preciso deslocar o olhar, mas não qualquer olhar. E, sim olhar inquieto, que indaga, questiona e analisa - o olhar geográfico - que procura ver nas entrelinhas, filtrar cientificamente, revelar e tecer considerações.

E nessa busca incessante, é preciso, adentrar pelos meandros da cultura, da história, da economia, da política, da informação, da tecnologia, e da imaginação, a fim de “perceber” que a paisagem é o verniz que ao longo do tempo, preservou as marcas das complexas relações sociedade-natureza.

Optar pelo prisma da paisagem, é perceber que “[...] tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, [que se apresentam como] uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos.” (SANTOS, 1997, p. 61)

Com base nesses pressupostos, escolher o conceito de paisagem, significa buscar entendimentos a respeito de suas *formas* (naturais ou antrópicas), tentar decodificar suas *estruturas*, procurar desvendar os *processos* básicos à sua transformação. É, ainda, tentar captar suas respectivas *funções*, as quais, ao longo da história, através de distintas culturas, atribuíram-lhe feitura e singularidade.

Visando entender essa dinâmica, aos poucos tomou forma a idéia de pesquisarmos *a paisagem de Fazenda Nova*. Visto que, é uma área que se apresenta explorada na dimensão

turística que os eventos realizados em Nova Jerusalém evocam. Todavia, existem outros aspectos, nessa mesma paisagem, que devem ser pesquisados, como o sítio físico-natural e a atividade turística em hidroterapia, que num movimento de “*vanguarda*” nas primeiras décadas do século XX, fez surgir o turismo no Agreste. Com base no exposto, surgiram inquietantes indagações:

- Priorizar como objeto de estudo, as questões relacionadas ao sítio físico-natural?
- Pesquisar as transformações sócio-espaciais promovidas pelo turismo em Fazenda Nova?
- Ou, adentrar a análise do fluxo turístico em Nova Jerusalém?

A tarefa se tornou um dilema, desde a feitura do projeto de pesquisa, visto que, os temas se apresentavam como instigantes a contemplar o mesmo objeto. Durante a pesquisa exploratória percebemos que os questionamentos se direcionavam para um mesmo ponto, e que, *a dinâmica da paisagem de Fazenda Nova*, poderia ser apresentada através dos aspectos físico-naturais e analisada por meio de seus processos histórico-culturais e das transformações sócio-espaciais promovidas pelo turismo.

Encontrado o norte do trabalho, emergiram novos questionamentos:

- Que tipo de turismo havia em Fazenda Nova e em que modalidade se encaixa o que gira em torno de Nova Jerusalém?
- Que fatores fizeram com que em um mesmo espaço existisse uma “*poça de estagnação*” e uma “*ilha de prosperidade*”?
- Quais as perspectivas futuras para os “*dois lados dessa mesma moeda*” – Fazenda Nova e Nova Jerusalém?

Ponderados os questionamentos, encontramos um meio termo, que impulsionaria o objetivo da pesquisa: *que fatores causaram o processo de declínio da atividade turística no*

“lugar” de Fazenda Nova? Se, em contrapartida, nesse mesmo local, a atividade se consolidou em torno dos atrativos de Nova Jerusalém?

Lançado o desafio, adentramos à temática, procurando captar subsídios à fundamentação científica, bem como, esboços de respostas. De maneira transdisciplinar, recorreu-se a ciências afins (História, Arqueologia, Geologia, dentre outras) e, ainda, a Filosofia e as Artes. Todavia, não descartamos as impressões do senso comum, captadas por meio de entrevistas e depoimentos, que combinadas a documentos oficiais, de maneira relevante, contribuíram com a (re)leitura da paisagem, por meio da Perspectiva Humanística da Geografia.

No encadeamento das etapas da pesquisa, procuramos ainda, contribuições ilustrativas que pudessem situar a evolução tanto do sítio físico-natural, quanto da construção do espaço urbano, os quais possuem uma história própria. Nesse intuito, recorreremos a poemas, fotografia, gravuras, pinturas, mapas, jornais, revistas, folders, etc.

O acervo documental coletado nos mais distintos locais, como: arquivos de diversos jornais – Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco, Vanguarda, A Defesa-, Bibliotecas – UFPE, SUDENE, IBGE, UNICAP, FAFICA -, Arquivo Público de Pernambuco, ITEP, LAMEP, IPA, CONDEPE, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Biblioteca e Museu Histórico de Brejo da Madre de Deus, Cartório de Fazenda Nova, STF - Nova Jerusalém, dentre outros, os quais, geraram inúmeras possibilidades de caminhos e vetores de pesquisas.

Em virtude de haveremos coletado vasto acervo documental e iconográfico (em sua maioria, inéditos), vimo-nos diante de grandes dificuldades para selecionar o material, porque percebendo que não havia um registro documental a respeito da evolução histórica e transformações geográficas contextualizadas em Fazenda Nova, *tudo* nos parecia importante e digno de registro.

Mesmo conscientes da necessidade de conservarmos a postura e o distanciamento que a pesquisa científica requer, sentimo-nos de tal maneira envolvidos, que se tornou angustiante não contemplar aspectos relevantes contidos no material, por apresentarem-se como complementares para a configuração da problemática.

Nesse caminhar, habitantes locais - *testemunhos da história* (os quais, pretendíamos entrevistar), viajaram para a outra dimensão. Além do mais, o prazo oficial que a Instituição determina, se esgotava. Diante das circunstâncias, o espírito se angustiava e a saúde temia em se abalar. Foi quando, de mãos amigas recebemos “*um aviso divino*”:

*“Quando houver contraste entre a tua alegria e um céu cinzento,
ou entre a tua tristeza e um céu em festa.
bendiz o desencontro, que é um aviso divino
de que o mundo não começa e nem acaba em ti.”*

Dom Helder Câmara

Foi quando percebemos que tentar captar a dinâmica daquela paisagem era oportuno e necessário, visto que, havia uma lacuna teórica a respeito das configurações histórica e geográfica daquele local. Entretanto, querer abarcar *todos* os ângulos que a paisagem comporta, seria tarefa inesgotável.

Redirecionamos nossos propósitos e assimilamos que, o aprofundamento teórico, o vasto material coletado, a experiência adquirida e a vontade de contribuir com outros registros à posteridade, poderiam ser sementes há repousar tranquilamente, para germinar em outras perspectivas e oportunidades.

Assim pensado, (re)trabalhamos as idéias e (re)conduzimos a pesquisa, e estruturando o trabalho final, em três capítulos, os quais, estão permeados de uma rica parte ilustrativa, onde figuram mapas, poemas, músicas, fotografias e gravuras, dentre outros suportes iconográficos, necessários para uma melhor compreensão do estudo.

No primeiro capítulo - *INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA PAISAGEM* - estão inseridos os pilares teóricos à *fundamentação do tema paisagem*. Além de uma (re)visitação

aos primórdios da disciplina geográfica, e por conseguinte, à formação do conceito de paisagem, e sua abordagem em distintas correntes teóricas.

O segundo capítulo – *RECONSTRUÍDO A DINÂMICA DA PAISAGEM* - contém o registro e localização do recorte espacial selecionado para o estudo, a partir do seu *sítio físico-natural*, que se localiza no planalto da Borborema. Nesse caminhar, adentramos pelas características hidrográficas, florísticas e climáticas. Dando continuidade a este capítulo, procedemos com *registro da ocupação pré-histórica* (documentando “*in locu*” alguns sítios pré-históricos inseridos nessa área), e ainda, adentramos ao registro da *colonização lusitana* no Agreste pernambucano, e por conseguinte, no município de Brejo da Madre de Deus, onde se insere o Distrito de Fazenda Nova.

O terceiro capítulo: *SÉCULO XX – O TURISMO REFAZENDO A PAISAGEM* - apresenta-se como um registro historiográfico das *transformações sócio-espaciais promovidas pelo turismo, na paisagem urbana de Fazenda Nova*. E está dividido em duas partes: a primeira parte contempla o fluxo turístico que se iniciou na década de 1920 e foi até os primórdios de 1960. Sobre esse período, procuramos registrar a movimentação turística em torno das *fontes hidrominerais* que atraíam usuários para o tratamento de saúde, quando surgiu o turismo em torno também da *segunda residência*. Ainda inserido nesse período, registramos o início da encenação do “*Drama do Calvário*” nas ruas de Fazenda Nova.

Quanto a segunda parte, inicia-se como encerramento das encenações do “*Drama*” mencionado, e com a idealização da cidade-teatro. Continuamos com o registro da atividade turística na Vila de Fazenda Nova, e com a saga da emancipação daquele Distrito. E ainda, com os primórdios dos eventos *Paixão de Cristo* e *Noite Feliz* em Nova Jerusalém.

Vale mencionar, que tentando documentar o objeto em estudo e registrar distintas *leituras de mundo*, a pesquisadora recorreu as Artes, e participou da *figuração da Paixão de Cristo – 2002, em Nova Jerusalém*. Esse fato, além de se constituir como experiência impar,

possibilitou o registro da história “*in locu*”, quanto para documentar as interpretações do *mundo vivido*, por meio do habitante-figurante no espaço-espetáculo de Nova Jerusalém.

Ainda, na segunda parte do terceiro capítulo, se questiona sobre o processo de estagnação da atividade turística na Vila de Fazenda Nova e a consolidação da mesma atividade em torno dos eventos de Nova Jerusalém. Ademais, procuramos ainda, descortinar as perspectivas futuras, que podem dinamizar a economia e contribuir com uma melhor qualidade de vida, para o habitante local.

Quanto às considerações finais, estas não encerram o tema, visto que, se constituem como um esforço reflexivo, o qual, todavia, não se esgota. Assim pensado e posto, apresentamos fragmentos da realidade, por meio de um das possíveis veredas da ciência – a ciência geográfica.

Capítulo 1



*“A paisagem sempre estará atraindo nossa atenção.
É como se estivéssemos em um teatro
diante de uma cenografia recém-revelada
por um abrir de cortinas.
Bela ou feia, clara ou mal iluminada ,
próxima ou distante - não importa -
somos compulsivamente atraídos pela paisagem,
como são os olhares dos espectadores
atraídos pelo palco.”
(NUNES, 2002, p. 216).*

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA PAISAGEM

*“[...] ’a paisagem de uns não é a de outros’.
E, na verdade, hoje, cada vez menos se formulam as questões:
‘O que é paisagem?’
Ou
‘é possível definir paisagem a priori?’
Em contrapartida, outras questões se impõem, como:
‘quem fala (ou não fala) da paisagem, como e por quê?’,
‘quais os valores que a sociedade expressa pela paisagem
e como ela os opera?’ ”
(Ulpiano Meneses, 2002)²*

No cenário atual da sociedade pós-moderna, nos vemos, cotidianamente, envolvidos por questões políticas, sociais e econômicas, orquestradas em escala planetária pelo processo de globalização da economia, que, se por um lado viabilizou avanços científicos e tecnológicos, antes inimagináveis, em distintas áreas do conhecimento, bem como, nos meios de comunicação, transportes e processo produtivo de mercadorias; por outro, aumentou, consideravelmente, o fosso que separa os países que centralizam a economia mundial, em relação àqueles tidos como periféricos, os quais, por serem economicamente dependentes se curvam às decisões e manobras do capital transnacional que incita uma exacerbada apropriação dos recursos da natureza, e passam a ser vistos, como fonte imediata de lucro, não importando os custos sócio-ambientais finais.

Todavia, em décadas recentes, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos subdesenvolvidos, têm despontado movimentos ambientalistas que se preocupam tanto com a conservação, quanto com a preservação e o desenvolvimento sustentado dos recursos da natureza, cujas preocupações, se resumem na qualidade ambiental, que se transmuta nas mais variadas paisagens, que legaremos às gerações futuras.

² MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *A Paisagem como Fato Cultural*. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002. p. 33.

Tais preocupações têm conduzido o tema paisagem, a suscitar debates no âmago de diversas organizações das sociedades, dentre as quais, destacam-se: os meios de comunicação, Fóruns Internacionais, Instituições governamentais (nas esferas local e global), ONGs (Organizações Não Governamentais), Associações de bairro e Gêneros, Sindicatos e Escolas – em todos os níveis de graduação, dentre outros seguimentos da sociedade.

Adentrando à temática, percebemos que a idéia de paisagem perpassa as questões ambientais³ e, vai além da imaginação ou percepção do senso comum “do pensamento ocidental, [no qual] a paisagem se reduz a uma porção do espaço que pode ser observada num golpe de vista.” (HOLZER, 1999, p. 150).

O tema *paisagem*, na Arquitetura, de acordo com Yázigi 2002⁴, é destacado em função das obras arquitetônicas que se tornaram, ao longo do tempo, testemunhos de grandes civilizações.

“Para entendermos o peso de suas obras na paisagem, poderíamos dizer que o estado natural da superfície terrestre é modificado, essencialmente, por dois grandes agentes: pelo grupo da agricultura-mineração e pelo da arquitetura, que inclui também todas obras de engenharia: casas, edifícios, sistema viário, barragens etc. As marcas mais relevantes registradas na paisagem são essencialmente obra de arquitetos, profissionais ou não. As modificações de paisagem realizadas pela própria natureza, costumam ser muito lentas em sua acomodação, salvo eventos violentos, como terremotos.” (YÁZIGI, op. cit., p.16).

No âmbito da Arqueologia e da História, de acordo com Meneses (op. cit. p. 29-64), como a paisagem não é estável, mas sim dinâmica, ela está inserida nas entrelinhas da História, e, por conseguinte, pode ser narrada pelas marcas culturais contidas na paisagem.

“A paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. São esses ‘traços fósseis’ que conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e de suas sucessivas fisionomias anteriores, ao longo do tempo.” (MENESES, op.cit., p. 36).

³ YÁZIGI, Eduardo (Org.). Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002. p. 16.

⁴ “Tomando uma das dimensões que a questão ambiental incita, podemos dizer que a compreensão da paisagem, hoje, está diretamente relacionada à preocupação ecológica com o ambiente. LUCHIARI, Maria Tereza D. P. *A (re)significação da paisagem no período contemporâneo*. In: CORRÊA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 9-28.

Na Filosofia, o tema paisagem colhe subsídios através da Reflexão e da Estética.

“Com efeito, a proposição estética é fundamental na construção da paisagem. Entenda-se o estético como se referindo não à beleza, mas ao universo mais amplo, complexo e rico da percepção. Trata-se portanto, de algo de extrema relevância em nossa existência, em nossa condição corporal pois os sentidos são a principal ponte de comunicação entre o sujeito e o mundo externo.” (MENESES, op. cit., p. 32).

Através da Arte, o mundo ocidental principia suas representações artísticas através da Xilogravura e da Litografia⁵. Com o movimento renascentista europeu, a paisagem foi destaque na Pintura e na Literatura. Nesse período,

“(…) [a paisagem] emerge das novas técnicas de pintura e se expande para a literatura [que valorizava os atributos paisagísticos do mar, da montanha e dos desertos]. A paisagem não possuía sentimento de unidade; era o sentimento da natureza, reproduzida como um éden em jardins fechados, a que ela se remetia.” (LUCHIARI, op. cit., p.14).

Com o progresso da Ciência, sobretudo a partir do início do século XIX, os avanços tecnológicos foram radicais, principalmente, na maneira de produzir mercadorias, em especial, na sociedade capitalista. Nesse período, marcado por grandes invenções e descobertas revolucionárias aplicadas na atividade industrial, bem como, empregadas em novos meios de transportes que promoveram a expansão do espaço urbano europeu, e por conseguinte, irreversíveis transformações no espaço geográfico. Tais fatos despertaram em diversos setores da sociedade da época – político e acadêmico, e no âmbito das Artes, novas representações de mundo, fato que viabilizou o surgimento da “[...] emergência da paisagem como fenômeno social, percebido e operado pela sociedade.” (MENESES, op. cit., p. 34-35).

As paisagens anteriormente retratadas passaram a ser representadas como leituras de mundo, registrando novos cenários, onde o cotidiano e o dinamismo das transformações sócio-espaciais, foram para as telas, nas quais, grandes chaminés com suas respectivas

⁵ “[...] coma Xilogravura, o desenho tornou-se pela primeira vez tecnicamente reprodutível, muito antes que a imprensa prestasse o mesmo serviço para a palavra escrita. [...]. Com a litografia, a técnica de reprodução atinge uma etapa essencialmente nova [...]. Dessa forma, as artes gráficas adquiriram os meios de ilustrar a vida cotidiana.” CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1995, p. 327.

colunas de fumaça, símbolo de um “[...] novo mundo urbano, com suas ruas e avenidas, cafés cheios de vida pública, de bairros luxuosos e arrabaldes desprovidos, de vitrines, de novas tecnologias [...]” (YÁZIGI, op. cit., p.13-14).

Para Castro 2002⁶, no final do século XIX, os novos recursos técnicos, dentre os quais a fotografia⁷, possibilitaram o deslocamento da paisagem para além das telas, cujas obras de arte, ficavam restritas a um público seletivo, passando a imagem retratada no papel a ser veiculada para e por um público mais amplo. Além da captação da temática pela fotografia e narrativas escritas, devemos enfatizar os avanços científicos que propiciaram o desenvolvimento de novas tecnologias, aplicadas diretamente à indústria cinematográfica⁸, a televisão, ao vídeo, ao computador, ao DVD, a internet, etc., contribuindo à criação, recriação e disseminação de novas, velhas ou futurísticas paisagens.

A temática, também, é destaque em algumas ciências da Natureza, como a Biologia e a Ecologia dentre outras, as quais, articulam seus objetos de estudo com a idéia de paisagem. Todavia, devemos destacar, ainda, a importância do tema para a ciência que norteará este estudo, que é a Geografia.

Na ciência geográfica, o tema paisagem ganhou relevância porque, somente esta, atribuiu-lhe valor científico, transformando-o em eixo de toda uma teoria de investigação, e por conseguinte, outorgando-lhe a categoria de um dos conceitos basilares à solidificação e sustentação acadêmica da disciplina, desde o início da formação do pensamento geográfico. Assim sendo, vale mencionar que o destaque dado à temática foi

⁶ CASTRO, Iná Elias de, et al. Geografia: Conceitos e Temas. Iná Elias de Castro e Paulo César Costa Gomes (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

⁷ Conforme Le Goff, nos séculos XIX e primórdios do século XX, a invenção da fotografia revolucionou a memória, multiplicando-a e democratizando-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais, nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória (das viagens e suas respectivas paisagens, livres da ação), do tempo e da evolução cronológica. LE GOFF, Jacques. História e Memórias. Trad. Bernardo Leitão (et al). Campinas: UNICAMP, 1990. p. 465-466.

⁸ “O cinema desenvolveu uma nova expressão, ou seja, ele potencializa a relação de história com a paisagem e de paisagem com a história. Eis porque um rigor descritivo do mundo natural, das culturas, das economias e das técnicas, somente a arte (ou uma mente amplamente treinada para a contemplação) consegue vivificar o sentimento que nos liga ao meio de modo sublime e grandioso.” (YÁZIGI, op. cit., p. 14).

tanto, que, “[...] nas abordagens mais remotas, os geógrafos afirmarem ser a geografia a ciência das paisagens”⁹.

Holzer 1999¹⁰ enfatiza que, o tema ganhou relevância na geografia, em virtude dos geógrafos terem desenvolvido reflexão conceitual própria desde os primórdios da sistematização do pensamento geográfico. Entretanto, posteriormente, paisagem enquanto conceito, foi relegado a uma posição marginal, em detrimento de outros que surgiram e que se tornaram mais adequados às necessidades contemporâneas.

Todavia, nos dias atuais, sob a perspectiva de uma abordagem humanística na geografia, esse conceito foi revigorado¹¹ e, volta aos debates geográficos como uma “[...] possibilidade de reconciliação da ciência geográfica per si e na contribuição das representações e rerepresentações dos elementos da natureza e das culturas que ela comporta e por ela são comportadas.” (GOMES, 2001, p. 55).

Ai, enquadra-se a perspectiva desse estudo, uma contribuição geográfica, a partir de uma *abordagem humanística da geografia*, na qual, o ângulo de objetivação será o conceito de paisagem, e, o recorte espacial selecionado para o estudo, a *paisagem urbana de Fazenda Nova*.

⁹ “Na literatura geográfica alemã foi Passarge o primeiro que usou a denominação ‘geografia da paisagem’ e, em 1913, propugnou em várias e conhecidas obras o conceito de ‘ciência da paisagem’, já utilizado em 1884 e 1885. Isto foi apresentado como uma nova ramificação da geografia ‘cujo lugar tivemos que conquistar com dificuldade, um lugar que deveria ter sido reconhecido há muito mais tempo’. No entanto, ao não se definir desde o início com clareza, especialmente em relação ao conceito de área ou região [...], originou uma ampla discussão sobre o sentido e a razão de ser dessa nova ciência.” TROLL, Carl. A Paisagem geográfica e sua invenção. In: Espaço e Cultura n. 2. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1996, p. 2.

¹⁰ HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário, Identidade: Alternativas para o Estudo Geográfico. In: CORRÊA Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.149-168.

¹¹ “[...] retomado por diversos coletivos de geógrafos, sempre atrelado ao contexto de uma revisão de todas as questões que fundamentaram a Modernidade, que vem sendo profundamente reavaliadas.” (HOLZER, op. cit., p.150).

1.1. PAISAGEM – FORMAÇÃO VERNACULAR

Na geografia acadêmica, o conceito de paisagem tem origem comum nas duas primeiras escolas de geografia européias, as quais,

“[...] não puderam deixar de associar as novas técnicas [renascentistas] à pura observação das maravilhas que proporciona a visão do espaço em todas as suas derivações. O espaço mostrava as suas diversas personalidades, e a estas decidiu-se primeiramente denominar de ‘landschaft’ ou ‘paysage’.” (HOLZER op. cit., p. 152).

De acordo com Carl Troll 1996¹², tanto à Alemanha quanto à França, é atribuída a origem da palavra paisagem. Todavia, na língua germânica, a palavra Landschaft existe há mais de mil anos, sendo que, ao longo desse período, sofreu algumas variações lingüísticas bastante significativas.

Para Gomes 1995¹³, 1997¹⁴, na Alemanha, a expressão paisagem surgiu como sinônimo de “régio”, todavia, significando uma ação, como agir ou governar, e, só posteriormente é que surgiram “landschaft” e “landscape”, o que tornou o termo ambíguo, sujeito a distintas interpretações, conforme argumenta Hartshorne:

“Essas dificuldades se multiplicam nos debates entre os geógrafos de língua alemã e fala inglesa quando as palavras landschaft e landscape são tratadas como sinônimos. A confusão surgiu pela primeira vez quando aquela palavra alemã, que pode significar paisagem (scene) ou região, foi introduzida nas geografias norte-americana e britânica simplesmente como landscape”. (HARTSHORNE, 1978, apud GOMES, 2001, p. 49-50).

Continuando a citar os estudos de Gomes 1997 e citando Veras 1999¹⁵, ambas autoras registram: a etimologia da palavra paisagem em língua alemã, abrange os

¹² TROLL, Carl. A paisagem geográfica e sua investigação. In: Espaço e Cultura n. 2, (Jun. 1996), Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1996, p. 2.

¹³ GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Paisagem trilha fugaz e permanente na análise dos espaços. In: Revista de Geografia. Recife: UFPE/DCH-NAPA, v. 11, n° 1, Jan./Jun. 1995. p. 19-35.

¹⁴ _____. Recortes de Paisagens na cidade do Recife: Uma abordagem geográfica. São Paulo, 1997. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1997.

¹⁵ VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcante. De APÉ-PUC a APIPUCOS: numa encruzilhada, a construção e permanência de um lugar urbano. Recife: Bagaço, 1999, p. 72.

seguintes significados: Lands equivale a país, relacionando-se, principalmente, a sua administração, e Schaft, procede de Schaffon, que tem haver com um modo de vida ou um trabalho.

Confirmando tais perspectivas, Holzer (op.cit., p. 153) confirma que a palavra alemã Landschaft além de mais antiga, seu teor é mais abrangente que o da origem latina paysag, que surgiu na França em 1551, sob a perspectiva renascentista, e ligado às artes plásticas. Entretanto, quando o termo paysage, foi incorporado à geografia francesa, pela Escola Regional, foi destituído do seu sentido renascentista, incorporando um sentido mais amplo e apresentado-se como correlato ao alemão, designando áreas amplas com características físicas e culturais homogêneas.

De acordo com Veras (op. cit., p. 73), na França, o termo paysage deriva do latim, tendo sido herdado do uso atribuído pelos romanos, no período da expansão do seu império no Ocidente, para designar a apropriação das terras conquistadas dos camponeses pagãos, cujas tribos eram denominadas Pagus - vocábulo que na França, originou as palavras Pays, País e Paysage, revelando nitidamente o uso do termo ligado à demarcação territorial. Percebe-se portanto, que existe uma relação estabelecida entre o termo paisagem, enquanto processo em permanente transformação, de acordo com a concepção Alemã, e, como parte de um processo ou espaço geograficamente demarcado, segundo a concepção francesa.

Para Holzer (op.cit., 153-154), data de 1611, a incorporação ao inglês Landscape significando uma região definida cientificamente, cuja raiz morfológica, está associada ao termo holandês Landschap, equivalente a Landschaft em alemão. Na Itália, o termo surgiu por volta do século XVII como Paesaggio. Nos idos de 1608, o conceito de paisagem foi adotado em Portugal, através dos trabalhos de Luís Mendes de Vasconcelos. E, em aproximadamente 1708, apareceu na Espanha como Paisaje.

1.1.1. PRIMÓRDIOS DOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS NO BRASIL

No nosso país, a temática foi inserida ainda no século XIX, e, apareceu permeando trabalhos de interesse geográfico, entretanto, na geografia acadêmica propriamente dita, o conceito geográfico paisagem, só aportou oficialmente, após a Revolução de 1930, sob a batuta da Geografia Tradicional fortemente influenciada pela corrente Possibilista e, em menor escala, pela corrente Determinista da Geografia.

Nesse sentido, os estudos do professor Manoel Correia de Andrade¹⁶ registram: apenas em 1934 é que surgiu a geografia científica no Brasil, com a implantação da Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal – no Rio de Janeiro (1935). Sendo que, para as quais, em seus primórdios, foram convidados mestres e geógrafos europeus– geralmente seguidores da Escola Geográfica Francesa; dentre os quais, se destacaram: Pierre Deffontaines¹⁷, Pierre Monbeig e Francis Ruellan. O primeiro, em 1934 fundou a Associação dos Geógrafos do Brasil. O segundo, contribuiu com o processo de consolidação dessa conceituada associação acadêmica. Esses dois mestres ocuparam-se de pesquisas ligadas à ciência do homem – problemas de regionalização, problemas agrários e com o estudo das cidades. E, o terceiro, sendo geomorfólogo, contribuiu tanto com estudos em sua área, quanto com a formação de brasileiros nessa ramificação da ciência geográfica.

¹⁶ ANDRADE, Manoel Correia de. Tendências atuais da geografia brasileira. Recife: Editora Asa Pernambuco, p. 9-17.

¹⁷ Pierre Deffontaines (1894-1978), geógrafo francês, procedente da Universidade Católica de Lille; exímio desenhista de paisagem – apesar de ter perdido uma das mãos durante a primeira guerra mundial. Com base nas pesquisas que fez para Brunhes, preparou um doutorado, defendido em 1932, no qual tratava como tema central a problemática dos gêneros de vida. Aproximou também seus trabalhos das pesquisas dos etnógrafos e dos folcloristas, segundo atesta o trabalho executado por Brunhes: o mapa dos telhados na França. Em 1932, Gallimard lhe confiou a direção de uma nova coleção de geografia humana, cujas obras eram variadas: algumas tratando dos aspectos gerais da disciplina geográfica, e outras de questões inerentes às análises dos gêneros de vida; mas era também destacado, o aspecto cultural e, a dimensão étnica. Essa coleção se tornou um sucesso entre os franceses, em virtude da evocação de seus títulos: “*O homem e ...*”, dentre os quais destacamos: *O homem e a floresta* (1933) – dele mesmo; *O homem e a montanha* (1934) – Jules Blache, entre outros. Tal coleção, introduziu na França, temas que não havia ainda sido tratados nem na Alemanha, nem nos Estados Unidos: *O Homem e as plantas cultivadas* (1943) – A. G. Haudricourt e Georges Hédin e *O Homem e o arado através do mundo* (1955) – A. G. Haudricourt e Marielle Jena – Brunhes Delamarre. Segundo CLAVAL, Paul. *A geografia Cultural*. Tradução, Luiz Fugazzola Pementa e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2ª. ed. Florianópolis: UFSC, 2001, p. 37-39).

Todavia, em menor escala, houve, também, a contribuição de professores visitantes e pesquisadores, partidários da Escola de Geografia Alemã, dentre os quais, o mestre alemão

“[...] Lei Waibel, que trabalhou durante cinco anos no Conselho Nacional de Geografia do IBGE, influenciando os geógrafos que com ele trabalhavam, e escrevendo artigos que depois foram reunidos em livro pelo seu discípulo Orlando Valverde.” (ANDRADE, M. op. cit., p. 11-12).

Deve ser registrado, também, que foi basilar para a consolidação da geografia acadêmica no Brasil, a grande contribuição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de: trabalhos de campo e publicações científicas. Embora desde sua fundação (1936), o objetivo primordial dessa instituição tenha sido: “[...] dar suporte geográfico e estatístico ao Poder Nacional.” (ANDRADE, M. op. cit. p. 14).

Nesse período, se destacam, as contribuições de Delgado de Carvalho, que abordou não só questões na área de geografia física ou geografia regional e metodologia, mas também, temas na área da geopolítica. Por isso é considerado, o primeiro geógrafo brasileiro, apesar de “[...] nascido e formado na França - convém salientar [também] que ele não era geógrafo de formação, mas diplomado em Ciência Política.” (ANDRADE, M., 1988, p. 184).

1.1.2. O VERBETE PAISAGEM

Nos reportando à temática condutora dessa pesquisa, nos dias atuais, de maneira geral, no nosso país, os dicionários e enciclopédias definem paisagem a partir da perspectiva da abrangência do olhar, ou seja, da *cena*, repercutindo uma característica da temática na visão renascentista européia.

Para que possamos fazer um contraponto a respeito da definição de paisagem, apresentada em diversos dicionários e enciclopédias, com a significância que o termo

requer, no âmbito geográfico, efetuamos um levantamento a respeito do verbete paisagem, em alguns dicionários brasileiros.

Nos anos 60 (1960), o *Caldas Aulete*:

“Paisagem – vista do campo; toda parte descortinada do lugar onde estamos; panorama, vista. Gênero de pintura que tem por objeto a representação do campo ou de lugares campestres; pintura ou gravura que representa uma paisagem.” (CALDAS AULETE, 1964, p.2925, Apud VERAS, op.cit., p. 77).

Na década de 1970, o *Dicionário Escolar do MEC*, descrevia o verbete paisagem:

Paisagem - Espaço de território que se abrange num lance de vista; gênero literário ou pintura que descreve ou representa o campo ou cenas campestre.” (MEC/FENAME, 1973, p. 962).

Conforme o “*Aurélio*”, na década de 1980:

Paisagem – espaço do terreno que se abrange num golpe de vista; Pintura, gravura ou desenho que representa uma paisagem natural ou urbana.
(FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Básico. São Paulo: Nova Fronteira / JEMM Editores/ Publifolha, 1988. p. 474).

De acordo com o Minidicionário de *Ruth Rocha*, na década de 1990:

Paisagem – Região que se abrange com a vista; Quadro que representa uma região.
(ROCHA, Ruth. Minidicionário. Ilustrações: Maria Luiza Ferguson. São Paulo: Scipione, 1996. p. 448).

Segundo o *Houaiss*, e o *Luft*, paisagem, nos primórdios do século XXI:

-Área do terreno vista de uma vez, panorama.
(HOUAISS, Antonio. Minidicionário Houaiss da Língua portuguesa. Antonio Houaiss e Mauro Salles Villar, elaborado no Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. p. 326).

-Espaço de terreno que se abrange com um lance de vista; panorama. Representação, (pintura, desenho) ou descrição (literária) de uma vista panorâmica.
(LUFT, Celso Pedro. Minidicionário Luft. Colaboradores Francisco de Assis Barbosa, Manuel da Cunha Pereira; organização e supervisão Lya Luft. 20ª. ed. São Paulo: Ática, 2001. p. 497).

Observa-se, portanto, de modo geral, que as definições de paisagem estão direcionadas para o sentido renascentista, associando a temática à cena. Entretanto, em meio

às obras de referência, como a Enciclopédia Brasileira “O Globo”, palavra paisagem é considerada de acordo com o caráter científico que o tema exige:

Paisagem – “Trecho da superfície da Terra que se oferece à vista num dado momento, vista. Tudo o que o olhar abrange num dado momento; gênero da pintura que tem por objetivo a representação de cenários naturais: campos, montanhas, florestas, lagos, etc. Descrição de aspectos da natureza. Expressão usada pela Geografia Humana em duplo sentido: paisagem natural, isto é, o meio geográfico propriamente dito (relevo, vegetação, hidrografia, clima); paisagem cultural, quando o meio geográfico já se vê transformado pelo homem, graças às suas atividades econômicas, habitações, vias de comunicação, etc.” (ENCICLOPÉDIA Brasileira Globo apud REBEIRO 1989, cf. cit.; VERAS, op. cit., p.78).

Concordamos com Veras (op. cit., p. 79), quando registra que, as descrições ou o significados da palavra paisagem, na maioria das enciclopédias e dicionários, enfatizam duas concepções teóricas, onde, de um lado, são refletidos os elementos estético-sensoriais; e, de outro, os científicos racionais. Dessa maneira, pode-se perceber, nitidamente, que uma tendência evidencia a emoção e a estética e, outra, que enfatiza as relações com as ciências da natureza.

Nesse sentido, Luchiari 2001¹⁸, enfatiza que essa inclinação de dualizar a interpretação de paisagem, surgiu numa época em que era arquitetada a dicotomia entre a natureza e a sociedade, num período em que o mistério, os mitos, as superstições e a intuição remetiam a uma natureza mágica, e era preciso superar esta forma de apreende-la. Tal projeto, numa ótica positivista, objetivou uma racionalidade instrumental que fornece à ciência mais poder analítico: “[...] ao separar-se da natureza, a sociedade moderna inventou e valorizou a concepção de paisagem.” (LUCHIARI, op. cit., p. 12).

Segundo Meneses (op. cit., p. 32), provem desse período, na comunidade geográfica, as duas tendências à análise de paisagem: na primeira, um grupo de estudiosos optou pela abordagem da temática, a partir de sua materialidade morfológica, e a segunda, prima pela análise de paisagem a partir da percepção daquele que a observa.

¹⁸ LUCHIARI, op. cit., p. 12.

1.2. A SISTEMATIZAÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO E A CONSTRUÇÃO ACADÊMICA DE PAISAGEM

No século XIX, os estudos que incorporam o tema paisagem à Geografia, tiveram como pilares fundantes os trabalhos dos alemães Alexander von Humboldt¹⁹ e Karl Ritter²⁰, os quais deram à disciplina um caráter sistemático além de metodologia própria. Apesar de terem elaborado trabalhos distintos, estes dois cientistas tinham objetivos comuns: estabelecer parâmetros legais – leis, à ciência geográfica.

A grande contribuição de Humboldt foi a utilização de comparações universais relativas às formas de paisagens das áreas que estudava, com outras da superfície terrestre. E a maior contribuição de Ritter, à disciplina, refere-se “[...] ao estudo das relações dos homens com a natureza, e a influência da natureza sobre os homens, na perspectiva das representações das paisagens, [...]” (GOMES, 1997, p. 34).

¹⁹ Alexander von Humboldt - (1769-1859), Estudou engenharia de minas, física e filosofia, adentrou aos estudos de botânica, química, geologia e astronomia. A Geografia não fazia parte de suas reflexões. Para ele, a Geografia que existia era a Geografia matemática, que tratava com precisão a localização dos lugares. Por possuir posses materiais, pôde organizar expedições a diversas partes do mundo, dentre as quais, destacam-se: Viagem a América Latina, no período de 1799-1804, quando fez explorações na Bacia do Orenoco (Venezuela), e percebeu sua ligação com a Bacia Amazônica e com a Cordilheira dos Andes e a visitou ao litoral peruano, e mediu a temperatura da corrente marítima que, posteriormente, recebeu o seu nome; já na Cordilheira dos Andes, onde observou a variação de clima, altitude e introduziu aos seus estudos a terminologia: quente, temperado e frio, utilizada até os dias atuais. Realizou expedições a Sibéria, e tentou estabelecer semelhanças entre os ameríndios e os povos asiáticos. Em sua obra, o *Cosmos* de destaca, cujos quatro volumes foram publicados entre 1845 e 1859, sendo o quinto volume, publicado após sua morte. De acordo com FERREIRA, Conceição Coelho. *A Evolução do Pensamento Geográfico*. Conceição Coelho Ferreira e Natércia Neves Simões. 6ª. ed. Lisboa: Gradiva, 1990. p. 60-62.

²⁰ Karl Ritter – (1779-1859), estudou filosofia, matemática, história e ciências naturais; foi professor, amigo pessoal de Humboldt; como não dispunha de fortuna para organizar expedições, adquiriu vastos conhecimentos a partir dos trabalhos existentes na época, fato que o credenciou a complementar e organizar pedagogicamente os estudos de Humboldt. Através de suas reflexões, Ritter, preocupou-se com a natureza constitutiva da Geografia, constatando que a disciplina adquiria seus dados a partir de fontes diversas, e o fato que lhe atribuíra unidade, era o fato desses dados se localizarem na superfície terrestre. Concluiu que não só os fenômenos naturais eram importantes à Geografia, mas, também as inter-relações que mantêm entre si, e ainda, estas relações com o homem. Escreveu *Erdkund – Conhecimento da Terra*, em cujos dezenove volumes publicados, procurou integrar o quadro físico com a ocupação humana. Em sua obra, aparece uma latente preocupação pedagógica, imbricada de pretensões de elevar a disciplina geográfica aos currículos universitários de seu tempo. Segundo: Ferreira e Simões (op. cit., p. 62-65).

Segundo Claval 2001²¹, foi a partir da assimilação das lições de Humboldt e Ritter, que Ratzel²² elaborou uma nova concepção de geografia – Antropogeografia²³. Atribuí-se a esse renomado cientista, a primazia de relacionando nos seus trabalhos - o homem ao seu ambiente físico – e, de ter abordando cientificamente a Geografia Humana mantendo a unidade desta com a Geografia Física.

Para Gomes (1997, p. 27), na obra Antropogeografia, Ratzel conseguiu antecipar questionamentos sobre os determinantes na relação homem-natureza, e a partir destes, elaborou as primeiras representações de paisagem segundo a cultura vigente, com suporte na argumentação científica.

No início do século XX, os estudos da relação sociedade-natureza, através da representação de paisagem, têm na obra de Schlüter²⁴, um encaminhamento à compreensão da paisagem cultural. De maneira que, as pesquisas “[...] dos estabelecimentos humanos torna[m]-se o tema central da disciplina. Eles constituem aquilo que os autores alemães chamam freqüentemente de Kulturlandschaft [²⁵].” (CLAVAL, op. cit., p. 24).

²¹ CLAVAL, op.cit., p. 20-21.

²² Friedrich Ratzel – (1844-1904), foi professor universitário e grande divulgador da teoria determinista na Geografia. Viajou pela Europa e pela América do Norte e Central, interessou-se principalmente pelas correntes migratórias dos animais e humanas. Examinou as causas que levaram a concentração da população em algumas áreas da superfície terrestre, bem a influência do ambiente físico nos deslocamentos e na distribuição da população, nos indivíduos e nas sociedades, tendo concluído que o homem vivia sujeito às leis na natureza e que as diversas culturas resultam das condições do ambiente natural. As concepções deterministas de Ratzel se estenderam as reflexões sobre a Geografia Política. Seus conceitos foram desenvolvidos numa obra fundamental: Antropogeografia, publicada em 1882, o segundo volume foi publicado em 1891, ressaltando modificações no seu modo de pensar, e atribuindo a importância da História ao ambiente cultural. De acordo com Ferreira e Simões (op. cit., p. 68-71).

²³ “[Princípios básicos da Antropogeografia:] 1) a Antropogeografia descreve as áreas onde vivem os homens, e as mapeia; 2) procura estabelecer as causas geográficas da repartição dos homens na superfície da Terra; 3) propõe-se a definir a influência da natureza sobre os corpos e os espíritos dos homens.” (BUTTMANN, 1997, p. 63, apud CLAVAL, op. cit., p. 21).

²⁴ Otto Schlüter (1872-1959), se especializou desde o final dos anos de 1890, no estudo dos estabelecimentos humanos, casas, campos, cercados, etc. Em 1907, redigiu uma brochura na qual elege a paisagem como objeto de estudo da geografia humana, que encontra grande respaldo em sua época. Schlüter manteve a unidade da geografia, pois uma paisagem é modelada tanto pelas forças da natureza, quanto pela vida, quanto pela ação dos homens; também evitou tomar partido na difícil questão do determinismo; consagrou o essencial de sua obra a retratar desde a pré-história as flutuações de cobertura florestal e das zonas humanizadas no espaço germânico. Segundo Claval, op. cit., p. 23-24).

²⁵ “Kulturlandschaft - paisagem cultural, freqüentemente equivalente à paisagem humanizada.” (CLAVAL, op.cit., p.24).

Nesse sentido, reportado-nos outra vez a Gomes (1997, cit., p. 27), destacamos que, Otto Schlüter lançou a pedra fundamental para a investigação da paisagem cultural e propôs um caminho para os pesquisadores que optam, na atualidade, pelos estudos relativos à geografia social no campo dos estudos comportamentais e da geografia da percepção.

Adentramos a algumas das referências fundamentais no que concerne aos estudos da paisagem na geografia alemã. Contudo, essa temática, também, se destacou no meio acadêmico francês, bem como nos Estados Unidos da América. Na França, por um vasto período, a geografia manteve-se em lugar de destaque no âmbito das ciências emergentes, até que no final do século XIX, nos moldes da geografia alemã, modernizou-se conforme os estudos de Paul Vidal de la Blache²⁶.

Claval (op. cit., p. 33-35), registra que, os estudos franceses relativos à geografia humana partiam da concepção proposta por Ratzel. Entretanto, para la Blache e outros geógrafos daquela época (especialmente, alemães e americanos), a cultura pertinente era aquela que se apreendia através dos instrumentos que as sociedades utilizavam e das paisagens que modelavam.

Entretanto, o fundador da Escola Regionalista Francesa se destaca entre os demais, por inserir em suas análises geográficas a relevância dos elementos (da paisagem), a partir da compreensão dos gêneros de vida, permitindo lançar um olhar sobre as técnicas, os utensílios e as maneiras de habitar das diferentes civilizações, como elas organizam os seus sucessivos trabalhos e, como se relacionam os hábitos e as maneiras de elaborar as paisagens.

²⁶ Paul Vidal de la Blache (1845-1918), era historiador e se interessava por questões de geografia, fez doutorado nessa disciplina e conseguiu independência acadêmica desta, em relação a História (disciplina); foi encarregado pelo governo francês de elaborar uma divisão regional da França. Entre suas obras, destacam-se o *Tablóide de Géographie* da la France, e a elaboração do primeiro Atlas com mapas temáticos e a fundação de uma revista que ainda se publica nos dias atuais: *Annales de Géographie*. Com Vidal de la Blache, surgem novos conceitos na geografia, como: região, modo de vida e circulação. A la blache se sucederam números discípulos, que continuaram o pensamento da escola possibilista e elaboraram numerosas monografias regionais a respeito de vários países da Europa e dos Estados Unidos. Conforme Claval, (op. cit., p. 33-35) e Ferreira e Simões, (op.cit., p. 72-78).

Os estudos de Paul Claval registram ainda, que, a ambição de Vidal de la Blache era explicar os lugares e não de se concentrar sobre os homens, tendo este, chegado a afirmar em 1913: ‘A geografia é ciência dos lugares, e não dos homens.’ (CLAVAL, op. cit., p. 33).

Brunhes²⁷, aluno de La Blache, procurou se ocupar com os estudos relativos ao habitat e às técnicas do mundo rural. Vale lembrar, que nesse período, Defontaines colaborou com as pesquisas de Brunhes, afirmando-se como especialista dos problemas culturais.

Para Claval (op.cit., p. 30), Carl O. Sauer²⁸, foi profundo conhecedor das orientações alemãs à disciplina geográfica, e, de maneira interdisciplinar, fazia citações freqüentes das pesquisas de franceses e italianos. E, em 1925, escreveu artigo no qual apresenta sua concepção para o estudo de geografia cultural: The morphology of landscape onde retoma a expressão popularizada por Passarge – morfologia da paisagem:

“[...] insistimos em um lugar para uma ciência que encontra seu campo inteiramente na paisagem, na base da realidade significativa da relação corológica. Os fenômenos que compõem uma área não estão simplesmente reunidos, mas estão associados ou interdependentes. Descobrir esta conexão e ordem dos fenômenos em uma área é uma tarefa científica e de acordo com nossa posição a única na qual a geografia deveria devotar suas energias.” (SAUER, 1925, in: CORRÊA e ROSENDAHL, 1998, p. 17).

²⁷ Jean Brunhes (1869-1930), decendente de uma família de cientistas, cumpre a rigor as exigências da pesquisa científica, cujo eixo condutor era a paisagem, destinava especial atenção aos elementos visíveis e funcionais, ligados à valorização do ambiente, cujo valor das coisas são antes de mais nada, simbólicos. Praticava uma geografia diferente da de outros vidalianos. Entre 1896 e 1912, ensinou na Universidade de Friburgo, na Suíça, onde acompanhou de perto as publicações alemãs, e também, se familiarizou-se com os trabalhos de etnografia local e pesquisas sobre o folclore suíço. Publicou *Géographie humaine* em 1909, onde enfatiza o objetivo da geografia humana, “tem por objetivo analisar os fatos da ocupação do solo, seja ela produtiva ou destrutiva”. Em 1912, foi encarregado por Albert Kahn, de organizar os Arquivos do Planeta – uma coleção de autocromos, que deviam fazer a imagem de um mundo em rápida mutação. Nesse mesmo período, foi nomeado para o Colégio de França. Em sua obra *Géographie humaine de la France* (1920-1922) – aborda especialmente os aspectos culturais da geografia, e *Géographie de l’histoire* (1921) – leva em consideração as realidades, o inventário e as formas do habitat. Adaptado de Claval (op. cit., p. 36-37).

²⁸ Carl Ortwin Sauer (1889-1975), procedente de uma comunidade de imigrantes alemães, próxima ao Missouri, quando criança, foi enviado para estudar na Alemanha, ao retornar para os Estados Unidos, aprende os métodos que estavam na moda, no tocante aos estudos geográficos, na Universidade de Chicago; ensinou em Michigan e em 1922, torna-se titular da Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde conhece L. Kroeber, antropólogo, que leva-o a conhecer os índios do sudoeste dos Estados Unidos; a partir dessa aproximação, Sauer desenvolve estudos a respeito das populações indígenas que teve contato, bem como, àquelas do México, fascina-se também com o passado pré-colombiano. A sua aproximação com os ecologistas, ensinaram-no que a paisagem já feita em parte de matéria viva, e os homens agem sobre ela, transformando-a, contudo, mostrava-se crítico às civilizações modernas, e considerava-as dessecantes em relação ao plano humano e indiferente à natureza. Segundo CLAVAL (op. cit., p. 29-32).

De acordo com a análise feita por Ferreira e Simões (op. cit., p. 77), para o fundador da Escola de Berkeley, a paisagem cultural era o resultado do modelado da paisagem natural por um grupo humano. Por conseguinte, a cultura seria o agente; o espaço natural, o meio; a paisagem cultural o resultado.

Fundamentando-se nesses dados, Claval (op.cit., p. 30-31), enfatiza que, desde o seu surgimento, a geografia humana ocupa um lugar distinto nas realidades culturais, numa ótica reducionista, por colocar ênfase sobre as técnicas, os utensílios e sobre as transformações da paisagem. Por isso, a difusão é o único aspecto a ser trabalhado, no tocante à transmissão de culturas.

De acordo com Claval (op. cit., p.39), a geografia concebida por Sauer limitava-se às dimensões materiais, isto é, o que é perceptível na superfície terrestre; portanto, ignorava as dimensões sociais e psicológicas da cultura. No entanto, ressalta que, nos trabalhos da Escola de Berkeley, na década de 1930, havia uma inquietação ecológica moderna para a época, sendo que, nesse sentido, as orientações dadas por Sauer à geografia, permanecem atuais.

Concordando com o pensamento de Claval, citado anteriormente, Luchiari (op. cit., p.15), destaca que, a paisagem no âmbito da geografia cultural, desde os seus primórdios, sempre foi analisada a partir da dimensão material que a sociedade imprime ao meio. E que, com esta visão, a geografia cultural considerou, apenas, a análise estrita das formas, buscando a subsistência da paisagem na relação entre a forma e o conteúdo, ou seja, materialidade e representação, desconsiderando o imaginário coletivo, como formadores de paisagem.

Para Holzer (op.cit., p. 154-156), foi Sauer, quem delineou o arcabouço teórico da geografia cultural, e esta, mesmo passando por algumas mudanças no âmbito do pensamento geográfico acadêmico, chegou praticamente sem grandes alterações até os nossos dias. Todavia, registra ainda: o que mudou nesse período, foi o prisma das preocupações no âmbito dos estudos relativos ao conceito de paisagem.

1.3. O CONCEITO DE PAISAGEM NAS DISTINTAS CORRENTES GEOGRÁFICAS

O século XIX se constitui como marco para a geografia, porque, esta ganhou foros de ciência moderna, e ainda, teve seus preceitos ensinados nas séries primárias e secundárias no território europeu. Deve ser destacado, também, sua contribuição para a divulgação e o conhecimento a respeito das mais distintas paisagens terrestres, através das grandes expedições científicas empreendidas pelas embrionárias sociedades geográficas²⁹.

Segundo Ferreira e Simões (op. cit., p. 65), a maioria dos países europeus possuía uma ou mais sociedades geográficas, algumas das quais, financiadas pelo Estado (imperialista europeu) que percebeu em tais expedições, grandes possibilidades de conhecimento físico-natural, bem como, das potencialidades econômicas dos territórios conquistados, ou ainda, uma maneira de aumentar seus domínios coloniais.

Entretanto, há de convir, que a ciência geográfica, também, foi uma das grandes beneficiadas (com os empreendimentos imperialistas), visto que a propagação de Sociedades Geográficas, conduziram este ramo do conhecimento a uma forte ligação com as estruturas do poder, além de um favorecimento destas, à expansão do ensino de geografia nas universidades. E ainda, o reconhecimento oficial dessa ciência, apesar da declarada oposição acadêmica de cientistas, não geógrafos.

“[A geografia] foi no início tanto uma filosofia como uma ciência, filosofia de que os geógrafos alemães, como os historiadores, se serviram com fins políticos. Ela foi muitas vezes utilizada como meio de propaganda nacional ou internacional, uma arma de combate entre Estados e Impérios, talvez mais ainda que a História.” (SANTOS, 1996, p. 13).

²⁹ A primeira Sociedade de Geografia foi a de Paris, fundada em 1821, seguida pela de Berlim em 1828, e a de Londres fundada em 1830, Vale registrar também, que, entre 1860 a 1900, foram fundadas nada menos que 89 Sociedades de Geografia cujas expedições ganharam o mundo. De acordo com: FERREIRA e SIMÕES, op. cit. p. 65.

Nesse caminhar, houve também, uma expansão e o reconhecimento de outras Ciências da Sociedade (História e Sociologia), e daquelas mais ligadas à natureza (Física e Biologia), amplamente influenciadas pelas idéias do Positivismo de Auguste Comte, que inspirou também, as idéias de Darwin, no que diz respeito à teoria da evolução das espécies. As quais, exerceram grande influência em muitos geógrafos da época, principalmente, alemães, dentre os quais, Ratzel, que desenvolveu os princípios do determinismo geográfico, que teorizava: “[...] tal qual os organismos necessitam de adaptar-se ao meio para poderem sobreviver, também o homem necessita de adaptar o seu modo de vida ao ambiente em que vive.” (FERREIRA e SIMÕES, op. cit., p. 68-69).

Para Santos 1988³⁰, o determinismo geográfico que surgiu na Alemanha, ganhou o mundo, todavia foi exacerbado por discípulos norte-americanos. Entretanto, essa corrente de abordagem geográfica, estava na contramão do pensamento filosófico e político alemão vigente (naquela época), que estava promovendo a união das várias “Alemanhas” em um único Império, sob o domínio do Reino da Prússia. “Este dogmatismo determinista justificaria que as melhores condições naturais dariam margem à formação de uma raça de elite, fisicamente mais capacitada e, em consequência, tecnicamente mais evoluída.” (SANTOS, op. cit., p. 183). Tal pressuposto, favoreceria a formação das idéias de supremacia ariana disseminadas pelo partido de Hitler, na década de 1940.

Para Mendonça³¹, o conceito de paisagem surgiu a partir dos grandes naturalistas (principalmente alemães), no século XIX, e relaciona-se com o conceito de natureza, sobretudo, fisionômica, que percebida através de uma visão científica, ganha nuances próprias de um método de pesquisa, constituindo-se como um dos mais antigos métodos de estudo do meio natural pertencente à geografia, mais precisamente à geografia física, cuja concepção

³⁰ SANTOS, Milton (Org.). Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 183.

³¹ MENDONÇA, Francisco. Geografia Física: Ciência Humana?. 3ª. ed. São Paulo: Contexto.1992. p. 46.

de paisagem, se relaciona com:

“[...] uma porção do espaço caracterizada por um tipo de combinação dinâmica, portanto instável, de elementos geográficos diferenciados – físicos, biológicos e antrópicos – que, ao reagir dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto geográfico indissociável que evolui em bloco, tanto sob os efeitos das interações entre os elementos que o constituem como sob efeito da dinâmica própria de cada um dos seus elementos considerados separadamente.”(G. BERTRAND citado por MENDONÇA, 1992, p. 46).

No final do século XIX, em reação ao positivismo, surgiu o historicismo apregoando que: as ciências humanas diferem das ciências da natureza, por isso, não devem utilizar o mesmo método de abordagem, e, ao invés de se estabelecer hipóteses e deduções sobre o objeto analisado, o caminho mais acertado, que as ciências humanas deveriam trilhar, seria procurar compreender o ser humano através dos estudos de casos concretos e únicos.

Santos (1988, p. 183), registra que a França, após perder a guerra de 1871 para a Alemanha, procurou valorizar mais os estudos geográficos, partindo para elaborar uma teoria própria com base historicista, mas que na verdade, absorveu as bases do pensamento alemão, que fundamenta de maneira indireta os estudos da Escola Regionalista Francesa.

Para Ferreira e Simões (op. cit., p. 72), a nova corrente teórica foi influenciada pelo movimento historicista, tendo inspirado dentre os geógrafos da época, Vidal de la Blache, que se opondo a idéias do determinismo geográfico, construiu os parâmetros da abordagem possibilista, na qual, o ser humano atua no meio em que vive e ao tomar conhecimento das formas do seu ambiente físico, seleciona e utiliza as possibilidades ambientais de acordo com seu grau de desenvolvimento técnico e suas aptidões culturais.

Para Medeiros 2000³², tanto a corrente determinista, quanto a possibilista faziam parte dos debates da Geografia Tradicional. A primeira, realçando o peso dos elementos da natureza, tanto na formação humana; a segunda destacando a influência da cultura, visto que, ao ser modelada a paisagem natural, simultaneamente, se construía a paisagem cultural.

³² MEDEIROS, Edna Maria Ribeiro. Os conceitos-chave de Geografia: espaço, paisagem, região, território e lugar. In: Anais do Encontro de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 2000. p. 3.

Decorre dessa (última corrente teórica), a análise dos gêneros de vida que possibilitaria uma avaliação eficiente da capacidade que cada comunidade dispunha para criar novas paisagens, a partir de uma relação equilibrada entre o homem e a natureza. Tal discurso, se tornou um aporte à valorização dos povos que conseguiam transformar a natureza, em detrimento daqueles incapazes de criar uma civilização e, conseqüentemente, construir o progresso. “Pelo visto, uma patente justificativa para a colonização”. (MEDEIROS, op. cit., p. 1).

Para Ferreira e Simões (op. cit., p. 74-75), dos conceitos criados por la Blache, *região, circulação e modo de vida*, esse último, apresentava-se como o produto resultante da relação homem meio que imprimia as características das distintas civilizações; a *circulação* seria o movimento que havia entre os contatos das diferentes partes do mundo, especialmente, aquelas mais desenvolvidas. E, o conceito de *região* apresentava-se como o elo entre o espaço natural e o espaço cultural, cujas transformações poderiam ser registradas ao longo da história.

Dessa maneira, a geografia regional, teria priorizado em primeiro plano, o meio físico, em segundo, as atividades humanas, e, por último, o processo de integração entre o homem e o meio. Quanto ao método, não teve a mesma orientação em todos os países que alcançou, em virtude de haver diferentes interpretações, em relação ao termo *região*, variando entre países, podendo significar, também, *paisagem*.

Deve ser ressaltado, ainda, que na geografia regional francesa, o conceito de *região* fez surgir o termo *regionalização*; a *ecologia da paisagem* (que estudava as relações entre uma cidade e o território circundante); e os estudos relacionados com a *paisagem cultural* (também estudada pelos alemães).

Com aportes teóricos na geografia alemã e pautando-se na abordagem tradicional, na década de 1930, surgiram na geografia norte-americana as reflexões de

de Carl O. Sauer³³, uma nova dimensão para os estudos relacionados ao conceito de paisagem:

“Os alemães têm repetido durante muito tempo uma frase: ‘a transformação da paisagem natural em paisagem cultural’; expressão que proporciona um programa de trabalho satisfatório no qual o conjunto das formas culturais em uma área merece a mesma atenção que o das formas físicas. Toda geografia é, com propriedade e segundo este ponto de vista, geografia física, não porque o trabalho humano esteja condicionado pelo meio, mas porque o homem, por si mesmo, é objeto indireto da investigação geográfica, e confere expressão física à área com suas moradias, seu lugar de trabalho, mercados, campos e vias de comunicação. A geografia cultural se interessa portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica. A área cultural constitui assim um conjunto de formas interdependentes e se diferencia funcionalmente de outras áreas. [...]. A área cultural do geógrafo consiste unicamente nas expressões do aproveitamento humano da terra, o conjunto cultural que registra a medida integral do uso humano da superfície ou, seguindo Schüller, as marcas visíveis, realmente extensivas e expressivas da presença do homem.” (SAUER, 1996, p. 4 – 5).

De acordo com o exposto, fica evidente que os estudos relativos à geografia cultural fundada por Sauer, tinha como finalidade buscar entendimentos a respeito da cultura material impressa ao longo do tempo na paisagem cultural e contextualizada através de suas formas, ou da morfologia que se apresentava.

Na década de 1950, com a valorização da *geografia teórica-quantitativa*, paisagem deixa de figurar como objeto central de estudo. Todavia, de acordo com Mendonça (op. cit., p.48), um expressivo número de geógrafos visando compreender o funcionamento dos ecossistemas e, através deles, tratar a natureza de forma sistêmica, propuseram aplicar nos estudos relacionados à geografia física, o conceito de paisagem, por meio de métodos inspirados nos ecossistemas, a partir da inspiração da Escola Russa (*Landschaftovedenie*), a qual fundou e desenvolveu na década de 1960, a noção de paisagem como geossistema³⁴, a qual se apresenta mais vinculada às concepções naturalistas. Essa concepção de paisagem

³³ SAUER, Carl O. Geografia Cultural - 1931. In: Espaço e Cultura n. 3. Rio de Janeiro: UERJ/ NEPEC, 1996. p.4 -5).

³⁴ “É, certamente, uma proposta “geográfica” que não pretende ser confundida com aquela – bem mais antiga e já universalizada de “ecossistema”. E isto é tanto mais interessante porquanto partida de um geógrafo dedicado a pesquisa biogeográfica.”. (BERTRAND apud PASSOS, Messias Modesto dos. Biogeografia e Paisagem. Presidente Pudente: FCT-UNESP, 1998. p. 73).

foi posteriormente adotada, na Inglaterra e na Alemanha.

“Em realidade, o sucesso da Teoria Geral dos Sistemas, lançada por Ludwig com Bertalanffy (1950) no início dos anos cinquenta, extravasara da Biologia para os mais diferentes ramos do conhecimento. Àquela altura seria de admirar que ela não viesse a ser aplicada também na Geografia. Sobretudo porque já estavam em franca expansão os reclamos por teoria e quantificação.” (PASSOS, 1988, p. 73).

1.3.1. SÉCULO XX – O CONCEITO DE PAISAGEM GANHA NOVAS DIMENSÕES

A segunda metade do século XX foi permeada por grandes transformações no cenário mundial, as quais, culminaram na crise do sistema colonial europeu; no final da guerra fria e no surgimento de insatisfações relacionadas às conseqüências danosas causadas à natureza e a sociedade, pela exacerbação do sistema capitalista.

Diante dessas e de outras inquietações no tocante a conjuntura mundial, as Ciências Sociais se viram frente a incógnitas, que urgiam novas perspectivas filosóficas, à condução metodológica, de investigações que diziam respeito às transformações pelas quais passava a humanidade, uma vez que, as ideologias que vigoraram até então, não estavam sendo capazes de responder o leque de questionamentos que surgia.

De acordo com Ferreira e Simões (op. cit., p. 95-96), em resposta a tais questionamentos, surgiram novas correntes filosóficas como a *fenomenologia* e o *existencialismo*, que valorizavam a dimensão psicológica na análise social. Sendo que, no âmbito da ciência geográfica, no final da década de 1950, essa nova perspectiva de se “olhar” as relações sociedade-natureza, favoreceu o surgimento de nova corrente de abordagem, que foi denominada geografia da percepção e do comportamento.

1.3.1.1. A GEOGRAFIA HUMANISTA

No âmago dos debates da geografia da percepção e do comportamento, alguns geógrafos, ainda, não se davam por satisfeitos com essa corrente de abordagem que imprimiu novas perspectivas à nova geografia. Uma vez que, não contemplava satisfatoriamente, os novos questionamentos que surgiam. Dentre tais geógrafos podemos citar: David Lowenthal e Yi-Fu Tuan, que na década de 1960 esboçaram os primeiros passos para uma renovação da geografia cultural que se mostrava como alternativa, desde que devidamente adaptada a outro método de estudo, que não o positivismo.

De acordo com Holzer 1996³⁵, Lowenthal foi aluno de Sauer e captou os fundamentos da geografia cultural, contudo, foi após a releitura de John Kirtland Wright (1947), que buscou uma nova perspectiva à proposta de Sauer, a partir de um método de estudo que pudesse valorizar os modos de observação consciente e inconsciente, objetivo e subjetivo, literal e esquemático.

Nesse mesmo período, Yi-Fu Tuan partindo de (re)leituras da obra de Bachelard, propõe uma geografia dedicada ao estudo do amor do homem pela natureza, a qual denominou de *topofilia*³⁶.

Nesse caminhar, em 1965, o simpósio promovido pela Associação Americana de Geógrafos (AAG), sobre a *percepção ambiental* e o *comportamento*, marcou definitivamente, as aspirações de Lowenthal e Tuan, uma vez que, os trabalhos estavam eivados de aproximações humanistas voltadas à geografia, os quais tratavam das atitudes dos indivíduos em relação ao ambiente, a região, ou ainda a natureza, focalizando as paisagens que através

³⁵ HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: uma revisão. In: Espaço e Cultura n. 3. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1996. p. 8- 19.

³⁶ “Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito vivido e concreto como experiência pessoal.” TUAN, Yi-Fu. Topofilia – Um estudo da percepção atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980, p. 5.

dessa perspectiva, adquiriam significado simbólico e espacial. Portanto, a partir dos debates estabelecidos no mencionado simpósio, foram traçadas as linhas mestras para uma *geografia cultural e histórica renovada*.

Nos reportando a Holzer, acima citado, no final da década de 1960, a sociedade norte-americana está em polvorosa - o movimento hippie, as revoltas estudantis, e os questionamentos a respeito dos padrões instituídos, que principiaram nos Estados Unidos e ganharam o mundo -, levando a intelectualidade acadêmica a perceber que as ideologias vigentes, não respondiam as novas inquietações.

No âmbito geográfico, surgiu também, a necessidade premente de novas abordagens filosóficas. Essa necessidade valorizou a geografia cultural através da abordagem humanista, que abraçou os pressupostos fenomenológicos e existencialistas às análises e questionamentos do *mundo vivido*.

Sob esse aspecto, a geografia cultural norte-americana, renovada como geografia humanista, sempre esteve na vanguarda e, possivelmente, tem muitas respostas para as questões que o pós-modernismo coloca para os estudos da espacialidade humana.

Nesse sentido, Buttimer 1990 citada por Holzer 1996, comenta: a *geografia humanista* emerge como um grito de emancipação da humanidade, a partir da visão global dos problemas relacionados com o meio ambiente, tal qual a *hipótese Gaia* sobre o nosso planeta:

“[...] e a geografia humanista? Talvez ela anuncie uma fênix potencial, emergindo das cinzas de tiranias passadas – metodológicas, epistemológicas, ou ideológicas – em algumas ou todas as facetas da pesquisa geográfica. Como perspectiva de vida, o humanismo valoriza o desafio de discernir o potencial criativo dos indivíduos e grupos, em lidar com a superfície da Terra de maneiras responsáveis e co-responsáveis. A criatividade humana também não é confinada pela esfera intelectual: ela envolve emoção, estética, memória, fé e determinação. Como a fênix, então, a perspectiva humanista na geografia deveria recusar-se a ser delimitada, nomeada ou apropriada por estruturas faustianas. Ela pode inspirar os praticantes da geografia física, econômica, cultural ou social, e deveria, talvez, deixar de investir muita energia na afirmação de seu direito de ser um ramo especial do campo de conhecimento.” (BUTTIMER, 1990, p. 28, apud HOLZER, 1996, p. 17).

Deve ser enfatizado, ainda, que a geografia humanista, nunca rompeu definitivamente com a geografia cultural, mas procurou uma distinção dos teóricos que utilizavam o método positivista. Sendo que, no final da década de 1980, muitos temas humanistas foram identificados como integrantes da geografia cultural-humanista.

1.3.1.1.1 PAISAGEM NA PERSPECTIVA CULTURAL-HUMANISTA

A partir das concepções teórico-metodológicas, na geografia cultural-humanista, tomamos de empréstimo os estudos de Holzer 1999³⁷, e destacamos algumas concepções de paisagem, de acordo com outros distintos geógrafos, tanto de língua inglesa quanto de origem francesa, os quais, cruzaram seus interesses com a perspectiva cultural e humanista:

Para Lowenthal 1968, que estudou as paisagens inglesas e norte-americanas:

“As paisagens são formadas pelas preferências paisagísticas. As pessoas vêem seu entorno através das lentes da preferência e do costume, e tendem a moldar o mundo a partir do que vêem.” (LOWENTHAL, 1968, apud HOLZER, 1999, p. 155-156).

De acordo com Tuan 1979, a paisagem geográfica pode ser analisada a partir de:

“[...] dois ângulos diversos de visão: a vertical, objetiva, que tem a paisagem como domínio que viabiliza a vida humana; a lateral, subjetiva, que considera a paisagem enquanto espaço de ação ou de contemplação.”

Ainda em 1979, Meinig demonstrou que havia a necessidade de distinção de alguns conceitos correlatos ao tema paisagem:

“[...] a paisagem se diferencia da natureza pelo caráter unitário que imprime aos nossos sentidos; de cenário por que não nos relacionamos apenas esteticamente com ela; de ambiente porque não trata apenas de nossa sustentabilidade enquanto seres vivos; de região e de área porque o sentido da paisagem é eminentemente simbólico; e, dos lugares pois estes se referem ao indivíduo e são nomeados, enquanto que a paisagem se caracteriza mais como superfície contínua e não como foco de atenção.” (MEINIG 1979, apud Holzer 1999, p. 157-158).

³⁷ HOLZER, 1999, p. 157-165.

No tocante à investigação de paisagem enquanto espaço vivido, se constitui como da maior relevância, as contribuições de Bailly, Raffestin e Reymond, no ano de 1980:

“Nossa paisagem é formada pelas relações entre duas e três dimensões (superfície e volume), entre os indivíduos e o ambiente (vivido e não-vivido), relações caracterizadas pelas propriedades geométricas, topológicas, projetivas, temporais e simbólicas.” (BAYLLE, RAFFESTIN e REIMOND, 1980, p. 285, apud HOLZER, 1999, p. 161-162).

E dentre outros geógrafos que se dedicam ao estudo da temática, não poderíamos deixar de registrar os estudos de Holzer 1999 que abraçou a temática e, também, elaborou o seu conceito de paisagem:

“O conceito de paisagem não pode perder o seu significado essencial, no sentido fenomenológico, de uma formatação intersubjetiva de determinada porção da Terra delimitada por cultura relativamente homogênea, sendo que tal delimitação reflete o trabalho coletivo do homem sobre a Terra. Ela representa o acúmulo, através da memória, e o descarte, pelo esquecimento, das expressões e associações culturais que se definem sobre o espaço geográfico e que são a base do ser social das pessoas.” (HOLZER, 1999, p. 164).

Para Luchiari (op. cit. p. 11), em cada época, o imaginário coletivo constrói e traduz sua concepção social de natureza, através dos artefatos materiais e simbólicos, ou seja, transformando-os em cultura. Contudo, sua tradução mais completa foi registrada pela história e contextualizada pela elaboração do conceito de paisagem, que não apresenta apenas um modelo abstrato para compreensão do meio, mas se constitui, pela materialidade, na qual, a racionalidade humana organiza a si e a natureza em territórios, por isso, se traduz como um conceito eivado de representações simbólicas e de sentidos.

1.3.2. A GEOGRAFIA CRÍTICA E O CONCEITO DE PAISAGEM

Ainda, na década de 1960, além da renovação da geografia cultural, eclodiram movimentos ecológicos ou ambientalistas no seio da sociedade organizada. E, no âmbito das Ciências Sociais surgiram, também, movimentos críticos, radicais e marxistas, causando grande reviravolta no pensamento acadêmico, transmutando-se em ideologia e corrente teórica. Na ciência geográfica, tal corrente de pensamento subdividiu-se e formou a geografia radical liberal e geografia radical marxista. Dessa última, faziam parte conceituados geógrafos, dentre os quais, podemos citar o professor Milton Santos que descreveu adequadamente, o momento vivido no meio acadêmico:

“Quando propugnamos uma geografia nova, isso pode, à primeira vista, parecer uma enorme pretensão, como se nos dispuséssemos a inventar o novo. A verdade, porém, é que tudo está sujeito à lei do movimento e da renovação, inclusive as ciências. O novo não se inventa, descobre-se.

[...].

Vivemos, agora, uma dessas fases onde a significação das coisas experimenta uma mudança praticamente revolucionária. Se algumas disciplinas se aperceberam dessas mudanças qualitativas e as incorporaram ao seu acervo, algumas outras o fizeram apenas parcialmente ou fragmentariamente. Quando esta última hipótese ocorre, estamos longe da elaboração de um sistema ou, em outras palavras, apenas algumas categorias são analisadas segundo um paradigma novo, enquanto outras continuam a ser estudadas sob o influxo de uma construção teórica já ultrapassada. O resultado nesse caso, é a impossibilidade de uma análise coerente. A geografia encontra-se nessa situação.” (SANTOS, 1996, p. 1-2).

Essa fase de mudança de parâmetros refletiu-se em alguns segmentos do pensamento geográfico, no entanto, outros, deram prosseguimento a seus estudos de acordo com suas convicções anteriores. O seguimento geográfico que optou por tais “mudanças revolucionárias”, fundou a corrente teórica crítica, na geografia, ou geografia crítica e radical, a qual, direciona seu objeto de estudo à problemática social, a partir das relações estabelecidas entre trabalho e capital.

Para a geografia crítica, a análise do espaço geográfico, pelo prisma da paisagem, se dá através da incorporação desse último conceito à dinâmica social, através da observação

dos desequilíbrios sociais, dos conflitos e das contradições. A partir dessa ótica, de acordo com Santos (1997, p. 61-62), a análise da paisagem deve ultrapassar os aspectos visíveis ou as formas que a paisagem apresenta, e adentrar através do domínio da percepção que chega aos nossos sentidos, através das cores, movimentos, sons, odores, etc. Nessa perspectiva, o aparelho cognitivo é de grande importância, bem como, a educação formal e informal, uma vez que o conhecimento acontece de forma seletiva, dessa maneira, pessoas diferentes, tendem a apresentar distintas idéias ou análises de uma mesma paisagem.

Portanto, de acordo com essa perspectiva, analisar a paisagem é buscar a razão de sua existência, através da dinâmica que a construiu, das relações biofísicas e sociais que se estabeleceram ao longo do tempo, para, efetivamente, se chegar à interpretação e explicação da paisagem objetivada. Fato que, na visão de Santos (1997, p. 62), se constitui nossa tarefa enquanto geógrafos: ultrapassar a paisagem enquanto aspecto, para seguramente chegarmos ao seu significado.

1.3.3. PAISAGEM – DISTINTAS ABORDAGENS

Para se proceder didaticamente, a análise de uma paisagem, tem-se como uma constante e ponto de partida em distintas correntes teóricas, a decomposição do espaço observado, ou seja, do recorte selecionado, através da classificação do sítio ou quadro físico-natural, onde estão contextualizadas as relações biofísicas e sociais.

De acordo com Medeiros (op. cit., p.3). as relações biofísicas se concretizam no espaço, por meio da conexão entre o relevo, o clima, a hidrografia, a vegetação e os seres vivos, dentre eles, o homem - único ser vivo com capacidade de romper com o ciclo ecológico. Como é nesse ambiente que o ser humano se instala, ele estabelecerá relações com os elementos da natureza de acordo com seus interesses, necessidade e segundo sua cultura,

portanto, um importante significado para o estudo, que representa um esforço mental, visto que a natureza foi transformada, não havendo mais primeira natureza.

No tocante à análise das relações sociais estabelecidas com o meio e, contextualizadas por meio da paisagem, se faz necessário uma recomposição desta, a partir do quadro físico-natural que foi apropriado pelo homem por meio do trabalho e, que, ao longo do processo histórico possibilitou a produção, circulação e consumo de riquezas, mesmo que de maneira desigual. Visto por esse prisma, a paisagem deixa de ser o objeto de interesse apenas da ecologia e passa a ser, também, objeto de interesse da economia, por expressar valores, contradições e conflitos.

Ainda no que se refere à análise da paisagem, Gomes (1995, p. 28-29), exemplifica através do quadro de geofatores que, por meio de sua decomposição, pode-se obter as diversas categorias e elementos componentes da paisagem. Afirma também, que o trabalho do pesquisador científico da paisagem consiste em determinar a composição do espaço analisado e identificar como estruturá-lo, considerando que os geofatores se influenciam uns aos outros, e, também, são objetos de inter-relações de troca e efeito.

GEOFATORES		CATEGORIA
Formas da Superfície da Terra		
Solos	=	Mundo Inorgânico
Atmosfera		
Hidrografia		
Cobertura Vegetal	=	Mundo Vital
Mundo Animal		(Orgânico irracional)
Humanidade, Sociedade,		
Indivíduos e suas atividades	=	<u>Mundo Racional</u>

FONTE – GOMES 1995 (op. cit. p. 28).

Ainda no que concerne a análise da temática, Rodrigues 1997³⁸, afirma que, dentre as diversas formas de abordagem do espaço geográfico, a mais clássica e usual é através de sua expressão fisionômica, é a paisagem. Entretanto, optar por esse ângulo de objetivação, não se constitui tarefa das mais fáceis, uma vez que, todas as definições relativas à temática, partem do ponto de vista do observador que a contempla, analisa e a define. Por isso, o conceito de paisagem está impregnado de conotações culturais e ideológicas, as quais, por conseguinte, conduzem a definições que quase sempre se referem ao quadro que se estende ao campo da visão de quem observa. Constituindo assim, uma freqüente confusão entre o *ver* e o *perceber* a paisagem.

Visando angariar mais esclarecimentos à questão, consultamos alguns dicionários³⁹, dentre os quais, o Aurélio (FERREIRA, op. cit. p. 668), que contém nada menos que *trinta e duas* definições do verbete *ver*, as quais, de maneira geral, conduzem ao conhecimento obtido pela visão. *Perceber*, no entanto, relaciona-se com o conhecimento adquirido por meio dos sentidos (além daquele oferecido pela visão), ou seja, conhecer através da percepção.

Trazendo tais definições para o estudo da temática, com exceção dos deficientes visuais, todos vemos, tanto os animais irracionais, quanto nós racionais, de crianças a idosos, nas mais variadas atividades, do gari ao turista. Entretanto, captar o que a paisagem pode transmitir, só captam pessoas de grande sensibilidade, além de artistas que trabalham a com o tema, ou um grupo distinto de cientista, entre os quais, os geógrafos, que se ocupam com as leituras de mundo pelo prisma da paisagem.

Ainda de acordo com os estudos de Rodrigues (op. cit., 46-52), à captação do

³⁸ RODRIGUES, Adyr B. Turismo e Espaço – Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 45-46.

³⁹ Dicionários consultados:
FERREIRA (op. cit., p. 496 e 668).
HOUAISS 2001. op. cit., p. 337 e 452.
LUFT 2004, op. cit. p. 513 e 669.

sentido de paisagem, no âmbito do saber sistematizado, pode se proceder a partir de dois vértices de abordagens: a abordagem centrada no espaço e a abordagem centrada no sujeito.

1.3.3.1. PAISAGEM – ABORDAGEM CENTRADA NO ESPAÇO

A abordagem de paisagem centrada no espaço acontece por meio de captação da dinâmica sócio-espacial, através dos processos sociais que o engendram. Nesse sentido, visando decompor e recompor a totalidade espacial, o professor Milton Santos em 1985, propôs as seguintes categorias de análise: forma, função, estrutura e processo. As quais, foram constituídas como arrimo do método de interpretação do espaço geográfico, no nosso caso, via de interpretação da materialização do espaço, que é a paisagem.

“A forma refere-se ao aspecto visível – a paisagem. Dentre as categorias de análise espacial é o estudo da forma que pretende expressar a “concretude” do espaço.

O estudo da função pretende decompor o espaço [...], mediante uma análise sincrônica, ou seja, captando sua participação na totalidade, num determinado momento ou num lapso de tempo historicamente determinado. Nessa análise é fundamental a captação da estrutura espacial, que extrapola o estudo da forma, uma vez que pretende expressar a dependência mútua entre as partes do todo, ou seja, a funcionalidade espacial. [...].

O estudo do processo espacial corresponde a uma categoria de análise diacrônica, objetivando investigar a evolução da estrutura que se metamorfoseia no seu todo ou em suas partes. Procura captar o dinamismo do espaço que pode apresentar fases de estabilidade, de pequenas mudanças ao se restaurar ou, então, passar por completas transformações, produzindo-se novos espaços.” (RODRIGUES, op. cit., p. 49-50).

Ainda no que concerne à análise de paisagem, com visão centrada no espaço, Santos 1997⁴⁰ afirma que, em virtude da paisagem se apresentar como um objeto em constante mutação, esta pode ser analisada através das *transformações estruturais* ou *funcionais*, as quais, ocorreram ao longo do tempo.

A transformação de paisagem enquanto estrutura, pode acontecer em virtude do envelhecimento de suas *formas - físicas, sociais e morais*-. O envelhecimento físico das

⁴⁰ SANTOS, Milton. Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. Colaboração de ELIAS, Denise. São Paulo: Hucitec, 1997.

formas é previsível, e dá-se em função da durabilidade dos materiais utilizados à tessitura das formas inseridas na paisagem (humanizada).

O envelhecimento social acontece por causa do desuso ou desvalorização das formas contidas na paisagem. Já o envelhecimento moral, não pode ser previsível, e está relacionado às mudanças intrínsecas aos quadros político, econômico, social e cultural que vigoram de acordo com cada época.

1.3.3.2. PAISAGEM – ABORDAGEM CENTRADA NO SUJEITO

A análise de paisagem centrada no sujeito, de acordo com H. Bartley (1978, p. 82), citado por Rodrigues (op. cit., p. 45-47), se refere à percepção humana, que em virtude de possuir sensibilidade aguçada, capta o mundo exterior (ao seu corpo), através de dez das suas modalidades sensoriais: *a visão, a audição, o tato, a temperatura, a sinestesia, a dor, o paladar, o olfato, o sentido vestibular e o sentido químico comum*. Sendo que, a paisagem apresenta a energia necessária para estimular os sensores humanos, cada um, segundo sua especialidade, os quais, captam a realidade que, naquele momento, a paisagem natural ou cultural, material ou imaterial apresenta aos sentidos.

“ A *visão* binocular auxilia o homem a ver as coisas nitidamente como corpos tridimensionais. Distingue a forma dos objetos, a ordem em que se sucedem na paisagem, suas cores, seus brilhos e movimentos. Através do deslocamento do observador, usando o sentido sinestésico, modificam-se as fronteiras do campo visual, os objetos mudam de direção, um eclipse o outro, certos detalhes são perdidos, ao passo que outros são realçados. A *visão* é seletiva e reflete a experiência. Assim cada pessoa vê diferentemente de outra, dependendo do direcionamento da sua observação, subordinada aos seus interesses individuais. Nesse sentido a *visão* ultrapassa o aspecto puramente sensorial. O *olfato*, captando o odor da paisagem, é importante na formação da imagem e na sua memorização. A recordação de imagens da infância não raro vem acompanhada dos seus cheiros. Da mesma forma, os sons são muito importantes para a evocação de uma paisagem. [...].

Por intermédio do *tato* se pode perceber a textura das coisas que vemos ao tomar contato com elas. Há dois sentidos de *tato* – um ativo (tocar) e outro passivo (ser tocado), ambos igualmente importantes para completar a imagem da paisagem. Por exemplo, ao caminhar por uma trilha, pisar no solo, tocar as árvores, roçar as folhas, o caminhante, movido pelo sentido sinestésico, amplia suas sensações, enriquecendo sua experiência com a paisagem.

O *sentido vestibular* que se localiza na parte auditiva do ouvido interno, captando a sensação de equilíbrio, é responsável pela vertigem das alturas quando se observa um precipício. A *sensação térmica* dada pelo contato do corpo com o sol, com a água, com o ar, é muito importante na *percepção da paisagem*.

Completam a percepção a dor, o gosto e o *sentido químico*. A dor funciona com uma proteção do indivíduo; o gosto quando ocorre provar o sabor de uma fruta ou a sensibilidade da água; o sentido químico, ao ter reações alérgicas mediante o contato com alguns vegetais ou animais, dotados de substâncias agressoras ao organismo humano, causando irritações da pele.

A tudo isso se acrescenta a *experiência individual*, construída da *bagagem cultural e da história de vida, de pensamentos e sentimentos*. Assim, ler a paisagem é muito mais complexo do que ver e perceber a paisagem. Envolve uma *visão de mundo*, consciente e inconsciente, sempre subjetiva e permeada pelo imaginário.” (RODRIGUES, op. cit., 46-47, grifos nossos)

Além dessas duas tendências de análises de paisagem, deve ser mencionado que, há um número expressivo de entendimentos a respeito da temática, contemplando uma polêmica diversidade, que abrangem tanto as dimensões materiais, quanto imateriais, objetivas e subjetivas que a complexidade do conceito abriga.

Nesse sentido Gomes (1997, p. 37) cita Gerard Hard (1992), que identificou 11 tipologias e respectivas variáveis que abrangem os diversos usos e empregos da categoria paisagem, cujas práticas desenvolveram-se ao longo da evolução do pensamento geográfico, bem como, suas interações com outras disciplinas e ciências afins:

- Paisagem 1** – Quadro paisagístico do vivenciado ou vivido;
- Paisagem 2** – Fisionomia de espaços terrestres;
- Paisagem 2^a** – Aspectos fisionômicos de microespaços;
- Paisagem 3** – Espaços paisagísticos (aspectos fisionômicos próprios);
- Paisagem 4** – Espaço terrestre com o conjunto de coisas que o constitui;
- Paisagem 5** – Estrutura espacial ordenada;
- Paisagem 6** – Ecossistema;
- Paisagem 7** – Meio dos Organismos;
- Paisagem 8** – As relações geográfico-naturais como adversárias dos Grupos humanos.
- Paisagem 9** – As constantes históricas de recortes espaciais;
- Paisagem 9^a** – Espaço terrestre com constantes históricas características;
- Paisagem 10** – Sistemas limitados de interações sociais; e
- Paisagem 11** – A fenomenalidade de uma expressão agradável (uso metafórico).

A partir das reflexões da autora acima mencionada, a paisagem se constitui como um dos poucos conceitos que evidenciam a idéia de um processo histórico linear, além de

causar grande polêmica a respeito da necessidade de se (re)pensar o espaço geográfico. Visto que, as formas de representação de paisagem podem surgir, tanto associadas aos atributos físico-naturais – o sítio, quanto evocar representações vinculadas às ideologias dominantes. Quando se apresentam compostas de recursos materiais, que podem ser explorados a partir da qualificação e (re)qualificação de seus elementos estéticos, funcionais e atributos potenciais, que possam ser explorados como capital. Há de se ressaltar, ainda, que subsiste a representação de paisagem como lugar, onde acontecem as vivências e práticas cotidianas, associadas à existência do indivíduo ao longo da história.

1.4. PAISAGEM, ENQUANTO “LUGAR”

Reafirmamos que, o tema norteador dessa pesquisa é o conceito de paisagem. Entretanto, visando um melhor entendimento de algumas questões que dizem respeito ao objeto em estudo, tomamos por empréstimo algumas considerações a respeito do conceito de lugar. O fazemos por compreendermos que um conceito não exclui a explicação complementar de outro, uma vez que se constituem como construções mentais, cujo objetivo é mediatizar a análise das relações estabelecidas entre a sociedade e os elementos da natureza.

Visto por esse prisma, os conceitos de paisagem e lugar se complementam: paisagem, porque pode interpretar registros históricos e antropológicos, possibilitando uma análise da materialidade do espaço no tempo. Enquanto que, o conceito de lugar, se apresenta como elemento revelador de épocas e culturas distintas, as quais, se intelectualmente apropriadas, podem conduzir a uma síntese da paisagem, conscientemente elaborada ao longo do tempo.

Explicitando o significado de lugar, Tuan 1985⁴¹, claramente define: da mesma maneira que os animais (irracionais), estabelecem e defendem seus territórios, atendendo as

exigências biológicas, também, os seres humanos o fazem. Todavia, estes últimos, não visam, apenas, atender as necessidades de sobrevivência ao defenderem suas territorialidades, mas no decorrer do processo histórico, constroem os lugares humanos eivados de significados e sentidos e, contextualizados no âmbito das relações cotidianas próprias do mundo vivido:

“[...] o sentido de mundo vivido emerge como facetas pré-conscienciosamente dadas da experiência diária do lugar. Retorna-se a vocação do gênero de vida e aos padrões rotineiros aceitos de comportamento e interação [...], emerge a noção de ritmo; o comportamento diário demonstra uma busca pela ordem, predibilidade e rotina, bem como a busca pela aventura e mudança. O mundo vivido diário visto sob o ponto de vista vantajoso do lugar, poderia ser compreendido como uma tensão (orquestração) de forças estabelizantes e inotáveis [...]” (BUTTIMER 1985, p. 180).

Nesse sentido, nos reportamos, ainda, a Tuan (op. cit. p. 149-156), que registra: os lugares humanos variam em escala, e podem se apresentar como: um lugar especial no âmbito da residência, como uma cidade, uma região e até um país. Sendo que, o que torna comum essas escalas dispares, em relação ao conceito de lugar, é o sentimento de pertencimento e identidade que se revela pela memória do grupo, através da sua história, a qual deixa de figurar, apenas, como registro de acontecimentos e passa a integrar a memória coletiva e a exercer importante papel no sentido humano de territorialidade e lugar.

Para Rodrigues (op. cit. p. 32), no entanto, o conceito de lugar enquanto categoria filosófica não diz respeito a uma construção objetiva, todavia, reconhecidamente, existe do ponto de vista do sujeito que concretamente o experiencia, apresentando-se como particular e único, opondo-se ao universal e se constituindo como referencial à experiência vivida.

“O lugar faz parte da essência da realização humana. O ‘estar’ é necessário para a construção/realização do ‘ser’. O homem que conhece outros lugares, quando voltar, tem uma leitura diferenciada do próprio lugar. Seus olhos, seu ser, estão modificados. Modifica-se o seu ‘ser’e, conseqüentemente, o ser ‘estar’. Passa-se não apenas a olhar, mas a ‘ver’o seu lugar.” (CARVALHO, 1999, p. 100).

⁴¹ TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. Perspectivas da Geografia, 2ª. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p.148.

Para Carlos⁴², o estudo dessa categoria filosófica transmutada em conceito geográfico, se constitui relevante à abordagem humanista da geografia, visto que, no lugar, os seres humanos ocupam espaços reais e concretos e, “sabendo destes de cor”, constroem suas relações cotidianas. Entretanto, o sentimento identitário só se completa se o lugar estiver eivado de vestígios, ou da presença humana.

Vale ressaltar, ainda, que se o habitante local tem a oportunidade de se afastar do seu lugar, ao retornar, o lugar e a paisagem se revestem de novas cores, brilhos e amores, reforçando, mais ainda, o sentimento de pertencimento, uma vez que, lugar e paisagem se apresentam como porções do espaço apropriadas para a vida.

1.4.1. NA PAISAGEM A CONSTRUÇÃO DO “NÃO-LUGAR”

Para Marc Augé⁴³, os *lugares* podem ser definidos como *identitários, relacionais e históricos* e evocam ritmos antigos, constituídos como fortes indicadores do tempo que passa, mais que sobrevive, o qual, a modernidade não apaga. Entretanto, coloca-o (lugar) em segundo plano. Sob essa perspectiva, , sem efetivamente negar os lugares, no domínio da supermodernidade, criam-se os *não-lugares*.

“O lugar e o não-lugar são antes polaridades fugidias; o primeiro nunca completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente – palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e relação. Os não lugares, contudo, são a medida de uma época; medida quantificável e que se poderia tomar somando, mediante algumas conversões entre superfície e volume e distância, as vias aéreas, ferrovias, rodoviárias e os domicílios móveis considerados “meios de transporte” (avião, trens, ônibus), os aeroportos, as estações e as estações aeroespaciais, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer, e as grandes superfícies da distribuição, a meada complexa enfim, redes, a cabo ou sem fio, que mobilizam o espaço extraterrestre para uma comunhão tão estranha que muitas vezes só se põe o indivíduo em contato com outra imagem de si mesmo.” (AUGÉ, s/d, p. 74).

⁴² CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Turismo e a produção do Não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo at al (Orgs.). Turismo, Espaço e Cultura. Eduardo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p.28-29.

⁴³ AUGÉ, Marc. Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papiros, s/d. p. 73-74.

Inserindo a temática na perspectiva da pós-modernidade, Carlos (op. cit., p. 29-30) afirma: a indústria do turismo, tanto transforma a paisagem em mercadoria, quanto produz os não-lugares, porque ao invés de criar identidade, causa estranhamento e exclusão, e, ainda, modifica os elementos naturais ou culturais das comunidades locais (lugares), em mercadoria a ser consumida em distintos momentos da vida, dentro ou fora do ambiente de trabalho, e/ou principalmente, nos momentos de não trabalho.

Apresentando-se, assim, uma contradição não revelada, porque no tempo de lazer programado é inserido o pacote turístico que produz a mesma rotina massacrante e vigiada do tempo do trabalho. Além disso, os lugares requisitados como de interesse turístico, ou para o desenvolvimento dessa atividade, por meio dos ditames do capital, tornam-se hierarquizados e excludentes, e muitas vezes, representam apenas, simulacros de lugares.

No que se refere aos simulacros (aqui representados enquanto lugares fabricados pelo e para o turismo), Baudrillard 1988 enfatiza que existem três categorias:

- Simulacros naturais, naturalistas, baseados na imagem, na imitação e no fingimento, harmonioso, otimistas e que visam a restituição ou a instituição ideal de uma natureza à imagem de Deus,
- Simulacros produtivos, produtivistas, baseados na energia, na força, na sua materialização pela máquina e em todo o sistema de produção – objectivo prometiano de uma mundialização e de uma expansão contínua, de uma libertação de energia indefinida (o desejo faz parte das utopias relativas a esta categoria de simulacros),
- Simulacros de simulação, baseados na informação, no modelo, no jogo cibernético – operacionalidade total, hiper-realidade, objectivo de controle total.” (BAUDRILLARD, 1981, p. 151).

Todavia, devemos enfatizar, que, no âmbito da atividade turística, dentre outras, existem duas modalidades, que de alguma maneira, se aproximam levemente, do verdadeiro sentido de lugar, podemos citar: o turismo ecológico, que prioriza o contato mais direto com os elementos da natureza, sem a intermediação dos programas turísticos, e, o turismo de saúde, que valoriza a utilização do clima, e das benesses das águas, tanto do mar, quanto as

termais, como fim terapêutico – termalismo, crenoterapia e telassoterapia. Outrossim, há de se citar, a aquisição da segunda residência, que de alguma maneira, se relaciona com o sentimento de afetividade em relação a paisagens e lugares.

Reportando-nos, ainda, a Augé (op. cit. p. 101), no que se refere aos espaços criados pela supermodernidade (indiscutivelmente, utilizados para o acontecer da atividade turística), os indivíduos perdem sua identidade humana e passam a ser tratados como clientes, usuários, passageiros, hóspedes, ouvintes, etc. E, sua identificação como pessoa, ou seja: nome, local de nascimento, endereço, profissão, etc, só têm validade nas estradas ou saídas dos não-lugares (hotéis, aeroportos, clubes, shopping centers, etc.).

“O passageiro dos não-lugares só reencontra sua identidade no controle da alfândega, do pedágio ou no caixa da registradora. Esperando, obedece ao mesmo código que os outros, registra as mesmas mensagens, responde as mesmas solicitações. O espaço do não lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim, solidão e similitude.” (AUGÉ, op. cit., p. 95).

Com base no exposto, perceber-se que a era da supermodernidade produz acesso imediato e irrestrito ao consumo dos lugares que causam estranhamento, ou aqueles levemente familiares, mas que não se constituem como elos de pertencimento. Visto sob essa perspectiva, a era da supermodernidade tecnológica conduz a um distanciamento das relações humanas e do acontecer cotidiano da vida e da vivência do verdadeiro sentido de lugar.

Conduzindo a temática ao recorte espacial selecionado, Fazenda Nova se constitui como uma paisagem repleta de lugares e permeada de não-lugares (os quais, serão deslindados nos capítulos seguintes). Todavia, abriga, também, rico patrimônio natural e cultural que para o habitante tem valor afetivo e para o visitante, valor simbólico (estimulado pelo consumo), entretanto, para ambos e à posteridade, deve ser preservado.

1.5. PAISAGEM – PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

A paisagem, de alguma maneira, sempre estará a captar o nosso olhar. Mas, se nos permitirmos, vê-la com profundidade, ela nos revelará muito mais do que o descortinar de uma cena, ou a composição harmoniosa dos elementos da natureza, evidenciará, também, as práticas humanas ocorridas em distintos períodos, ao longo da história.

Visto sob esse ângulo, descortina-se a importância do tema norteador desse estudo, no contexto que engloba a preservação do patrimônio, tanto natural, quando cultural, uma vez que, relaciona-se com os processos identitários, cuja abrangência pode ser local, regional ou mesmo nacional e deve ser repensada e preservada.

Nesse sentido, Meneses (op. cit., p. 49) registra: a idéia de preservação da paisagem surgiu no século XVIII, mas só se concretizou no século XIX, quando nos Estados Unidos foram criados os espaços naturais ou selvagens. Sendo que, nesse mesmo período, em alguns países da Europa, adotou-se a preservação dos jardins históricos.

Vale ressaltar que, a concretização das idéias de preservação nos espaços acima mencionados, só se tornou possível em virtude da acumulação crescente do capital financeiro decorrente do processo de implantação e desenvolvimento da atividade industrial, que permitiu a esses povos o “luxo de preservar a natureza como valor não utilizável.” (OLIVEIRA 2000, apud MENESES op. cit., p. 50).

Nesse período, as paisagens selecionadas, foram reconhecidas como bem de interesse coletivo e sua materialidade passou a ser administrada pelo poder público que, conceitualmente, lhe imprimiu um sentido de monumento. Tal modo de pensar a paisagem, iniciou-se numa época em que se formavam os Estados nacionais (século XVIII). Foi quando, muitos governos com o intuito de criar um sentimento de unidade e identificação nacional, se apropriaram simbolicamente de elementos da natureza, que também foram alterados,

criados, transplantados e monumentalizados⁴⁴, chegando a ser inseridos em inúmeros hinos nacionais escritos nessa época, explicitando a majestade e grandiosidade da natureza e do Estado Nacional que se formava.

Nesse sentido, podemos, também, mencionar o caso do Hino Nacional Brasileiro constituído numa época em que, o nosso país, saindo do período imperial, procurava uma identidade brasileira e republicana. Esse fato, se constituiu como uma busca obstinada de paradigmas e valores que imprimissem autenticidade à nação. Todavia, deve ser registrado que, o “[...] acervo cultural erudito da época resulta da síntese entre a realidade local e sua percepção pelos padrões em voga na Europa.” (ISTO É BRASIL, 500 ANOS, 1998, p. 89).

Letra de Musica 1:

Hino Nacional Brasileiro (trecho):

“[...]
Deitado eternamente em berço esplêndido,
ao som do mar e a luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra é mais garrida
Teus risonhos, lindos campos tem mais flores;
“Nossos bosques tem mais vida,”
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”
[...].”⁴⁵.

⁴⁴ Ulpiano Meneses 2002, mencionando o estudo de Daniel Horne 1984, que se refere a construção da paisagem como matéria-prima para a consolidação imagética do sentimento de nação: “Paisagens empíricas até então ignoradas transfiguraram-se [...], em símbolos de uma nova e reforçada identidade, para tanto tendo de ajustar os elementos naturais: por exemplo, aumentado a altura e rugosidade das montanhas escocesas, introduzindo plantas selecionadas como típicas; ou explicitando a majestade e a grandeza da natureza norueguesa, o otimismo da natureza húngara, a melancolia romântica das florestas russa, etc.” (HORNER, 1984, apud MENESES, 2002, p. 41).

⁴⁵ Hino Nacional Brasileiro, Letra: Joaquim Osório Duque Estrada e música de Francisco Manoel da Silva. Oficializado em 20 de Jan. de 1890. In: ISTO É BRASIL, 500 ANOS – Atlas Histórico, São Paulo: Editora Três, 1998, p. 108.

Ainda, reportando-nos a Meneses 2002, no tocante a monumentalização dos elementos da paisagem, estes se transformam em fetiches, como que sacralizados, como se fossem dotados de valores próprios e autônomos, ou imutáveis, dentro do próprio contexto ambiental. Dessa maneira, o monumento aparece sempre como algo que seu entorno não é, e ao assumir uma posição de destaque, o monumento (inserido na paisagem), adquire sozinho, os significados dispersos no espaço de que faz parte. Toma-se como exemplo, dentre outros, no território nacional, o caso do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro:

“[...] Nesse processo de produção de um ícone urbano, iniciado com a fundação da cidade no século XVI e consolidado definitivamente com o projeto e instalação do bondinho (1912), misturam-se imagens mitológicas, científicas, religiosas e históricas: o gigante deitado que se procurou associar a mitologia egípcia; o berço da terra, que emergiu do magma original; o marco de fundação dos cronistas e viajantes; os vetores iconográficos e literários do imaginário e assim por diante, até a montanha chegar a valer pela cidade inteira.” (MENESES, op. cit., p. 50-51).

Portanto, de acordo com o exposto, é indiscutível o papel atribuído à paisagem na formação da identidade nacional e, considerando o caso acima mencionado, a veiculação da imagem/paisagem do Pão de Açúcar, ainda, e em grande escala, nos dias atuais, se constitui como referencial à nação brasileira, tanto dentro, como fora dos domínios nacionais.

Ainda nos referindo à preservação das paisagens naturais, uma das primeiras medidas de proteção oficial do patrimônio natural brasileiro, data da segunda metade do século XIX, quando Dom Pedro II ordenou o reflorestamento das encostas do conjunto serrano que forma a floresta da Tijuca, também no Rio de Janeiro.

Entretanto, Carvalho 1999⁴⁶, registra que foi em 1937 que o governo brasileiro tomou medidas de abrangência nacional, visando tratar da preservação das paisagens notáveis e do patrimônio histórico e artístico do nosso país, através do Decreto-Lei nº 25/1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente,

⁴⁶ CARVALHO, Paulo Figueredo de. Patrimônio Histórico e Artístico nas Cidades Médias Paulistas: A Construção do Lugar. In: YÁZIGI, Eduardo et al (Orgs.). op. cit., p. 100-113.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o referido decreto mencionava “[...] os monumentos naturais bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciado pela indústria humana.” (Decreto Lei 23/1937, apud MENESES op. cit., p. 52).

Nesse período, outros países, cada um de acordo com seus interesses, procurou preservar em maior ou menor grau suas distintas culturas e paisagens. Todavia, devemos registrar que, um grande avanço no sentido de preservar o patrimônio natural e cultural da humanidade, foi a idealização no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), de se fundar de distintos órgãos (FAO, OMS, UNICEF, etc.), que cuidassem dos interesses das sociedades humanas de modo geral e destas com a natureza. Sendo que para as causas relacionadas com a educação, ciência e cultura, instituiu-se a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO).

Vale ressaltar, ainda, que na década de 1960, o mundo ocidental passava por grandes transformações sociais, econômicas e políticas, dentre as quais, culminaram preocupações relacionadas com o meio ambiente e por conseguinte, com o patrimônio natural e cultural que legaríamos à posteridade. Tais questionamentos, ainda se prolongam até os nossos dias.

Entretanto, naquela década, suscitou no âmbito da UNESCO, a realização de debates onde fossem tratadas questões sobre o tombamento do patrimônio natural e cultural da humanidade - Convenção sobre a proteção do patrimônio cultural e natural - , realizada no ano de 1972 – em Paris na França.

De acordo com Barreto⁴⁷, a partir dessa convenção, até os dias atuais, a Unesco investigou e elegeu 470 locais que são considerados como de interesse à natureza e memória cultural e histórica da humanidade. Vale ressaltar que, muitos deles, são amplamente

⁴⁷ BARRETTO, Margarita. Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento. 4ª. ed. Campinas: Papirus, 2003. p. 13-14.

divulgados pela mídia, e maior ou menor escala, são inseridos em roteiros turísticos de proporções mundiais, como: a Catedral de Chartres, na França, o palácio Tal Mahal, na Índia, e as pirâmides de Gizé, no Egito, Segóvia na Espanha e os sítios de Mesa Verde e Chaco Canyon, nos Estados Unidos.

Faz-se oportuno o registro de que, na América do Sul, temos poucos locais selecionados pela UNESCO como de “valor universal excepcional”, dentre os quais, citamos: no Brasil, Ouro Preto - Minas Gerais, Olinda - Pernambuco, Pelourinho em Salvador - Bahia e as Missões Jesuítas - parte no Rio Grande do Sul e parte na Argentina; no Peru, as ruínas de Machu Pichu; e a Colônia de Sacramento, no Uruguai.

Devemos registrar, ainda, que nem sempre o tombamento como patrimônio natural ou cultural da humanidade é garantia de preservação. Visto que, se tomarmos como exemplo o patrimônio tombado em nosso país, sob a guarda da Unesco, estes, não estão sendo devidamente conservados. As Missões, no Rio grande do Sul, (são ruínas), o Pelourinho (apenas parte), tem sido revitalizado visando-se *atrair o olhar* do turista; e as cidades históricas de Olinda e Ouro Preto, padecem no esquecimento, carecendo de conservação, mesmo o nosso país, tendo uma Constituição (1988), e leis complementares, que tratam de modo especial às questões relativas à preservação do patrimônio natural e cultural brasileiro.

Constituição da República federativa do Brasil - 1988
Patrimônio Cultural Brasileiro – Artigo 216.

“**Art. 216.** Constituem *patrimônio cultural brasileiro* os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros,

vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.”

Parágrafo 2º, V. Lei 8159/1991 (Sistema nacional de arquivos públicos e privados);

Parágrafo 3º, ver Lei 8.313/1991 (Programa nacional de apoio a cultural) e dentre outras, ver a Lei 2.228-1/2001 (Cria a Agência nacional de cinema – ANCINE); e especialmente, ver o Parágrafo 4º “Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

V. Lei 3.924/1961 (Movimentos arqueológicos e pré-históricos).

V. Lei 4.717/1965 (Ação popular).

V. Lei 7.347/1985 (Ação civil pública).

Parágrafo 5º Ficam tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.”

Fonte – BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil/ obra coletiva de autoria da Editora Revista dos Tribunais, com a coordenação de Giselle de Melo Braga Tapai. 8ª. ed. rev., atual., e ampl. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 125.

Nesse sentido, Barreto (op. cit., p. 14), afirma: preservar no sentido estrito, se refere a resguardar, o que implica muitas vezes em prédios fechados e patrimônio literalmente abandonado condenados a lenta destruição. Uma vez que, quando tombados pelo poder público, não são protegidos e/ou conservados, já que o Estado, nos dias atuais, se retira até das áreas essenciais, como: saúde, educação, habitação, etc, alegando falta de verba e por conseguinte, também não investindo na preservação do patrimônio.

Ademais, some-se a falta de cuidados por parte do poder público, a degradação ambiental decorrente dos fatores naturais, como: enchentes, erosão, e as inclemências do tempo, dentre outros. Existem também, as questões relativas aos diversos tipos de poluição, tanto no espaço urbano, quanto (mesmo que em menor escala), no espaço rural.

Diante do exposto, Barreto (op. cit. p. 15), mesmo havendo políticas integradoras que visam a preservação do patrimônio, estas não seriam neutras, e se apresentam impregnadas de ideologias dos que fazem as leis. Dessa maneira, as escolhas sobre os locais que são dignos ou não de se preservar, acabam por refletir o resultado de decisões político-ideológicas. Por isso, surgem muitos questionamentos: Quem teria autoridade para decidir sobre as questões patrimoniais? Que, se por um lado pode refletir a história dos vencedores. E o patrimônio dos vencidos, quem zelará por ele?

Mesmo diante da situação exposta, vale citar de acordo com Meneses (op. cit. p. 51-52), que na convenção da UNESCO de 1992, foram resolvidas tanto questões conceituais que deixavam margem para dispares interpretações dos temas paisagem, ambiente e recurso cultural, quanto foram solucionadas questões relativas ao tombamento e preservação oficial de “paisagem cultural”- por meio dos Encontros Técnicos do Comitê de Patrimônio Mundial - UNESCO, realizados no ano de 1992, em La Petite na França e em Santa Fé nos Estados Unidos.

UNESCO – paisagem cultural - 1992
CrITÉrios operativos e proposta de análise

1. Paisagens projetadas e criadas pelo homem (*designed cultural landscapes*). Incluem-se aí os parques e jardins. Dependem de um projeto para colocar em evidência as qualidades naturais;
2. Paisagens evoluídas organicamente (*organically evolved cultural landscapes*). Refletem os processos de evolução em sua forma e componentes. Podem ser paisagens que permanecem vivas (sistemas agrícolas em operação) ou testemunham sistemas pretéritos (paisagens industriais obsoletas). A manutenção de modos de vida tradicionais e de um papel social ativo na sociedade contemporânea têm sido considerados fatores importantes de credenciamento;
3. Paisagens associáveis (*associative cultural landscapes*). As qualidades naturais podem ou não estar presentes e as escalas podem variar, mas a referência principal é a vinculação com eventos, personagens ou idéias de significação histórica, literária, artística, filosófica, religiosa, científica.

Fonte – (Sayn-Wittgenstein 1998, apud MENESES op. cit., p. 51-52).

Diante do exposto, está evidente, que, considerou-se a interação do homem com os elementos da natureza, a partir de seus vínculos afetivos como referenciais decisivos para o reconhecimento de um local (bem ou patrimônio) de “valor universal excepcional”.

Deve ser registrado, ainda, que o eixo temático que a equipe de técnicos seguiu para definir tais questões, seguiu a linha de pensamento de alguns geógrafos inovadores, dentre os quais, Carl O. Sauer, que definiu “a paisagem geográfica como o resultado da ação da cultura ao longo do tempo, sobre a paisagem natural.” (Sauer 2000, apud Meneses, op. cit. p. 52).

Todavia, mesmo considerando a contribuição de Sauer para o estudo da paisagem cultural, lembremos que o mesmo, valorizou, apenas, a dimensão material da cultura para o estudo morfológico da paisagem. Não obstante, o corpo técnico da UNESCO , considerou, também, a dimensão imaterial da cultura, por isso, entrevemos, através dessa perspectiva, uma contribuição da *abordagem humanística da geografia*, como apoio aos estudos relacionados à preservação do patrimônio natural e cultural da humanidade.

Voltando-nos, mais uma vez a Meneses (2002, p. 53), apesar da UNESCO ter resolvido impasses conceituais e técnicos, quanto às indagações ligadas ao tombamento e preservação ou conservação, a questão não é tão simples quanto parece, uma vez que a paisagem é um organismo vivo que abriga os componentes orgânicos e inorgânicos (naturais e antrópicos). Daí, surgirem muitos outros questionamentos: o que preservar da paisagem? Se ela por si só não existe? A forma? O conteúdo? A pitoresca ou a nostálgica? A urbano-industrial ou a rural-tradicional? O próprio Meneses sugere: dentre outros caminhos, o mais acertado seria privilegiar os valores funcionais sobre os formais. Entretanto, se não este, mas qualquer outro caminho optado, é fundamental que a preservação aconteça nos moldes da gestão territorial.

Para Yáziği (1999, p. 135-136), as questões que envolvem a preservação da paisagem e das culturas, já chamavam a atenção desde os tempos de Marco Pólo (1254-1324) e do geógrafo árabe Ibn Batuta (1304-1377). Porém, o que mudou nos dias atuais, foi o foco da questão: se antigamente pensava-se na preservação como parte da sobrevivência e da cultura humana, na atualidade, a idéia de preservação existe vinculada, em larga escala, à reprodução do capital, tanto no sentido de produção de mercadorias (manufaturadas), quanto para o desenvolvimento da indústria do turismo.

Nesse sentido, Meneses (2002, p. 58-59), menciona que a preservação da paisagem e do patrimônio ambiental urbano, através de fundo e/ou infra-estruturas públicos

em parcerias com instituições privadas, com base no tripé: cultura, história e capital, visado o enobrecimento das áreas urbanas degradadas, com o intuito de tornar o patrimônio cultural mercadoria rentável e ainda, refletir algum valor cultural agregado por meio do processo de *gentrification*⁴⁸.

Todavia, de acordo com Cruz⁴⁹, os projetos de revitalização dos centros históricos, como acontecem nos dias atuais, principalmente nas capitais nordestinas como Salvador (Pelourinho) e Recife (bairro do Recife antigo), dentre outras, no Brasil e em diversas partes do mundo, têm gerado paisagens reconhecidamente artificiais, apesar de tais projetos basearem-se no resgate dos traços arquitetônicos do nosso passado colonial. Entretanto, a utilização indiscriminada de cores à restauração das fachadas dos imóveis antigos – com o intuito de atrair o olhar do turista –transformaram os centros históricos dessas cidades em verdadeiras alegorias turísticas. Dessa maneira, tanto o turista nacional quanto o estrangeiro terá dificuldades em identificar, pelas fotografias, em que bairro, cidade, estado ou país, se localiza o patrimônio histórico fotografado.

Mesmo considerando a importância da revitalização do patrimônio histórico para o acontecer da atividade turística, que se estabelece em escala planetária, concordamos com Yázigi (2002, p.133), quando se refere que a paisagem deve ser preservada, em primeiro lugar, para o habitante que lhe é tributário, visto que:

“[...] para o residente do local, a paisagem é virtualmente conclamada a desempenhar várias funções, entre as quais: a de espaço mediador para a vida e as coisas acontecerem – não o receptáculo, mas o de permanente transformação; a de referências múltiplas: geográficas, psicológicas (lúdicas, afetivas...), informativas...; a de fonte de contemplação que, como arte, pode significar um contraponto ao consumo; a de fonte de inspiração e, sobretudo, a de alimento à memória social, através de todas as suas marcas..” (YÁZIGI, 1999, p. 133).

⁴⁸ “Literalmente a palavra quer dizer o processo de nobilitação (relativa, pois gentry, na Inglaterra, designa a pequena nobreza) de algo desprovido de títulos ou mesmo em situação de carência.” (MENESES, 2002, p. 58).

⁴⁹ CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. As paisagens artificiais criadas pelo o turismo. In: YÁZIGI, 2002, op. cit., p. 116-117.

Conduzindo tais considerações à problemática percebida no recorte espacial - *paisagem urbana de Fazenda Nova*, tomamos de empréstimo, as palavras de Yázigi 1999 (acima citado), quando se refere à paisagem como espaço mediador da vida, que alimenta a memória social, a qual, se contextualiza implícita ou explicitamente, não como o receptáculo, mas como materialidade do espaço em permanente transformação.

Outrossim, um dos objetivos que se presta esta pesquisa, é primar pela preservação e conservação da paisagem objetivada, porque se constitui não apenas como fonte de contemplação dos elementos da natureza ou por causa da singularidade dos elementos culturais estabelecidos ao longo do tempo, mas, e sobretudo, como referência à história e à memória local.

E, só, posteriormente, defendemos a conservação daquela paisagem como patrimônio natural e cultural para o acontecer da atividade turística, que se bem planejada⁵⁰, tornar-se-á sustentável, podendo funcionar como mais uma opção de geração de emprego e renda, e por conseguinte, oferecer uma melhor qualidade de vida à população local.

⁵⁰ “A transformação do espaço [paisagem] em produto turístico requer uma crescente racionalidade devido à competitividade entre produtos turísticos, que se dá, hoje, em escala global. Essas racionalidade e competitividade, que afetam a organização de todos os setores produtivos, como forma de adequação e sobrevivência a um mercado globalizado, fazem do planejamento territorial uma condição do sucesso de planos e políticas setoriais.” CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Política de turismo e território. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 22.

Capítulo 2



*" Tomada isoladamente,
a paisagem é um vetor passivo.
Somada ao valor social que lhe é atribuído,
transforma-se em espaço,
processo ativo da dinâmica social.
Tomada pelo indivíduo,
a paisagem é forma e aparência.
Seu verdadeiro conteúdo só se revela
por meio das funções sociais
que lhe são constantemente atribuídas
no desenrolar da história."
(LUCHIARI, 2001, p.13)*

CAPÍTULO 2

RECONSTRUINDO A DINÂMICA DA PAISAGEM

*“Falar sobre o espaço é muito pouco,
se não buscamos defini-lo à luz da história concreta [...].
Por isso nos pareceu oportuno distingui-lo da paisagem
e da configuração territorial que, entretanto,
comparecem como elementos fundamentais do seu entendimento.”
(Milton Santos, 1997)⁵¹*

O conhecimento do “terreno onde se pisa”, isto é, do espaço que se ocupa no momento, bem como, do ecúmeno de maneira geral, é essencial à sobrevivência humana na face terrestre. “Todos os homens têm, por natureza, o desejo de conhecer.” (Aristóteles In: SOUZA, 1995, p. 71). Portanto, conhecer o espaço, é vital para a nossa espécie, entretanto, também o é para os irracionais que buscam conhecer e defender seus territórios. Todavia, nossa racionalidade nos leva, não apenas, à apropriação do espaço da sobrevivência, mas também a interrogações, a explorações e a supostas explicações a respeito do espaço-mundo em que vivemos. Nesse caminhar, foram muitos os caminhos trilhados visando a obtenção de respostas às indagações sobre os espaços que ocupam os seres humanos:

“O senso comum, o mito, o conhecimento teológico, o conhecimento filosófico e o conhecimento científico, foram e ainda são formas que o homem utiliza para compreender o que se apresenta como dúvida, problema, indagação ou simples curiosidade. Assim, não é difícil perceber que a todo o momento o ser humano busca ter uma noção, informações, idéias claras sobre o [espaço] que se apresenta aos sentidos e à sua razão [...]” (SOUZA, 1995, p. 72).

Exercendo a racionalidade, o homem se indaga. Indagando-se, fragmenta o saber, sistematiza o conhecimento, surgem as ramificações da ciência e, com elas, as novas indagações, os novos caminhos e os novos objetos de estudo. Nesse caminhar, nos inserimos enquanto indagadores e pesquisadores (a respeito dos espaços construídos pelos homens), que opta pela ciência geográfica para uma leitura de mundo, e no âmbito dessa, pelo *portal* que é a paisagem.

⁵¹ SANTOS, 1997, p. 10.

Para Santos (1997, p. 72), paisagem e espaço se completam e se opõem, formando um par dialético: o espaço, contendo a dinâmica da natureza e da sociedade; e a paisagem, expressando a materialização de um instante desta sociedade na natureza. Sendo que, nossa tarefa, enquanto (geógrafos) pesquisadores da paisagem é apreendermos os significados materiais e imateriais que, ao longo do tempo, foram deixados como *marcas* impressas na paisagem.

Visando a captura dos significados e respectivos significantes⁵², partiremos da caracterização geral do recorte espacial e da decomposição do quadro físico natural⁵³, e posteriormente, proceder-se-á com os registros das transformações e interações sócio-espaciais que, ao longo do tempo, atribuíram singularidade à paisagem de Fazenda Nova.

2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA EM ESTUDO

Os aspectos fisiográficos constituídos através da dinâmica da natureza atribuem singularidade à constituição das paisagens naturais. Através da dinâmica sócio-espacial, o homem, utilizando os recursos na natureza, transforma, ao longo do tempo, as paisagens naturais por meio de suas respectivas culturas.

Durante o desenvolvimento do estudo, visando uma aproximação a mais fiel possível da realidade, os elementos físico-naturais impressos na paisagem objetivada, bem

⁵² “[...] a paisagem tem sua existência condicionada pela capacidade do indivíduo em reter, reproduzir e distinguir elementos significativos (culturais ou naturais, circunstanciais ou processuais, adventícios ou genuínos, entre outros aspectos). [...] evoca significados a partir dos signos e valores atribuídos.” GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Natureza e Cultura – representações na paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato. e ROSENDAHL, Zeny. Paisagem, Imaginário e Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 57.

⁵³ “[...] para se estudar a paisagem faz-se primeiro, uma decomposição, tendo-se: o sítio ou quadro natural, onde são percebidas as relações biofísicas que se concretizam no espaço, relações entre o clima, o relevo, a hidrografia, a vegetação e os seres vivos, inclusive o homem, único ser vivo com capacidade para romper o ciclo ecológico. Como é nesse ambiente que o homem se instala, ele vai estabelecer relações de acordo com os seus interesses e necessidades com esse quadro natural, daí o significado de seu estudo.” MEDEIROS, op. cit. p.2.

como, suas transformações naturais ou antrópicas, serão contextualizados sob a forma de paisagens, através de poemas, músicas, gravuras, ou por meio de impressões verbais colhidas durante a realização da pesquisa de campo.

Considerando a regionalização do território brasileiro (Mapa 1), de acordo com Garcia (1998, p. 112-116 e 144), tanto no que concerne a divisão em regiões geoeconômicas (Nordeste, Amazônia e Centro-Sul), sugerida no Atlas Nacional do Brasil por Pedro Pinchas Geiger em 1967, muito utilizada, ainda, nos dias atuais; quanto à divisão em cinco macro-regiões (Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste), estabelecida em 1969, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o recorte espacial selecionado está localizado na região Nordeste (Mapa 2), que ocupa uma área de 1.552.614 Km², ou seja, 18,2% do território nacional, e se encontra sub-dividida político-administrativamente em nove estados, dentre os quais, o estado de Pernambuco será o selecionado por abrigar em seu território o objeto em estudo.

Ademais, vale ressaltar que, em virtude de abranger uma vasta área territorial, a região Nordeste apresenta elementos físico-naturais, sócio-econômicos e histórico-culturais distintos, fatos que favoreceram a subdivisão regional em Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte. Sendo que, aquela que está diretamente vinculada ao objeto em apreço é a sub-região Agreste – que compreende uma estreita faixa de terras, no sentido Norte-Sul, abarcando os estados do Rio Grande do Norte, até o Sul da Bahia.

No território Pernambucano (Mapa 3), a faixa fisiográfica do Agreste se enquadra em uma área de transição e contrastes, entre o Leste do dinamismo urbano e da monocultura canavieira, e o Oeste dos grandes latifúndios, pecuária extensiva, escassa agricultura e aridez causticante, características marcantes na imensidão do Sertão.

Visando captar, com maior ênfase, a caracterização dos elementos naturais e os elementos culturais que singularizam as distintas sub-regiões fisiográficas do estado de

Pernambuco, solicitamos uma contribuição das Artes, através da Literatura, por meio do olhar poético de Carlos Pena Filho (Poema 1), que descreveu a construção cotidiana da história e a dinâmica do espaço geográfico, por meio de leitura impar, das paisagens pernambucanas.

Os versos do poeta nos convidam a embarcar num *regresso* sertanejo, a deixar a *cidade de rio e mar* e adentrar rio acima, por outro *mar*, só que de *morros*, compostos por verdes canaviais. É um convite a uma viagem pela paisagem, continuamente, transformada pela ação humana, em prol de um sistema que tem o lucro como objetivo e inspiração, entrevisto através da substituição do *engenho*, engolido pela *usina*.

Chegando às paisagens agrestinas, o poeta nos conduz a refletir sobre a transformação que a chuva faz, ou sobre os *verdes intervalos*, símbolos taciturnos de glebas de vários tamanhos, heranças de antigas sesmarias, nos brejos de altitude, e/ou *num pé de serra qualquer*, em meio a um *nada*, *que também tem dono*.

Já, no *Sertão desidratado*, a aridez causticante conduz a divagações folclóricas, em meio à depressão sertaneja, onde a resistência humana é testada e, ao mesmo tempo, fortalecida pelas “*águas ardentes*” cotidianas, à margem de ações concretas de políticas governamentais eficazes, que produzam algo mais que assistencialismo - “frentes emergenciais”, cujo resultado, para o sertanejo, tão bem versou um outro poeta:

Letra de música 2

Vozes da Seca – (trecho):

“[...] Mas doutor uma esmola,
para um homem que é são,
ou lhe mata de vergonha,
ou vicia o cidadão”⁵⁴.

⁵⁴ DANTAS, Zé e GONZAGA, Luiz. Vozes da Seca - 2:38min./ 1953. BMG Arabella - Álbum 50 anos de Chão. São Paulo: RCA/BMG.1988.

Poema 01:

REGRESSO DE QUEM, ESTANDO NO MUNDO, VOLTA AO SERTÃO

*Eis-me agora, rio acima,
construindo o entardecer.*

*desta planície azulverde,
cidade de rio e mar,
irei até onde a terra
deixou terras por achar,*

*nas claras ruínas do sol,
de chão cego aos vegetais
e que de amor tem apenas
as patas dos animais.*

*Entre canas, pelo rio
claríssimo, aí começo,
sob o duro sol do estio,
meu luminoso regresso.*

*Árvores gordas se espalham
nesta flora feminina;
chão de açúcar, terra doce
que se arredonda em colinas.*

*Outrora, aqui os engenhos
recortavam a campina.
Veio o tempo e os engoliu
e ao tempo engoliu a usina.*

*Um outro ainda há que diga
que o tempo vence no fim:
um dia ele engole a usina
como engole a ti e a mim,*

*pois foi essa mesma fera
que engole moça e criança,
que fez do barão, o gerente,
e da baronesa, lembrança.*

*E mais fará, noite adentro
na sombra onde a morte aguarda
e põe nos corpos dos homens
doença, faca, espingarda.*

*Mas, como tudo no mundo
com o tempo a gente se esquece
no tempo e nem vê que é nele
que a gente acorda e adormece.*

*Daqui eu já vejo o vale
do Capibaribe lento
e, enquanto vejo, descubro
que o verde, ao longe é cinzento.*

*Pois, como tudo o que nasce,
a cor também se elabora,
como o minuto que se une
ao outro e organiza a hora,*

*como esta vasta planície
que foi semeada agora,
a chuva mistura a terra
e explode o verde da flora.*

*Depois as plantas expulsam
o excesso de cor violeta
e o céu recolhe do espaço
o azul de que o céu se alimenta.*

*Este céu que cobre o mundo
de arruados sem mistério;
cada qual igreja e sino,
cadeia, alvo cemitério.*

*Do alto de um morro qualquer,
ou da Serra dos Cavalos,
vejo as cercas de avelozes
que são verdes intervalos*

*dividindo terras secas
onde só cresce o abandono,
mostrando a qualquer passante
que o nada também tem dono.*

*O agreste é, às vezes, surpresa:
num pé de serra qualquer,
enxada, casa, fumaça,
menina, homem, mulher.*

*Um boi que procura a sombra,
água limpa na levada,
menino alegre por ter
sua dor organizada.*

*E em volta, nas terras secas,
onde só cresce o abandono,
os avelozes indicam
que o nada tem dono.*

*Bem depois desse lugar
por Arcoverde chamado,
caminho no duro chão
do sertão desidratado.*

*É fama que quando havia
solidão nestas paragens,
um mascote interrompia
aquí, as suas viagens.*

*Seu cavalo adormecia
sem ter sombra de ramagem
e o mascote, quando a noite
descoloria a paisagem,*

*ia a uma venda que havia
neste ponto de passagem.
- Minha comadre Maria
dê-me aguardente e coragem.*

*que o tempo é ave bravia
nessa campina selvagem
e o mal cadela vadia,
passeia solto, na aragem.*

*Minha comadre Maria,
dê-me aguardente e coragem,
para esperar pelo dia
nessa campina selvagem.*

*Mas quem regressa, bem sabe
que o demônio aqui não mora,
que ele não tem pés de cabra
e nunca viu uma espora.*

*Dele é apenas este sol
que brilha e tudo devora
ou a alma de algum passante
que, chegou, vindo de fora.*

*Como eu, que vivi tão longe,
sempre o renegado, embora,
mas que dormi alta noite
e não vi nascer a aurora.*

*Que passei anos a fio
sem ver bois, nem cavalos,
sem ver nem mesmo avelozes,
esses verdes intervalos*

*que lá no agreste dividem
a terra despedaçada
mas que um dia hão de crescer
enchendo de verde o nada.*

*Eis-me agora, sem um rio,
neste duro entardecer.
nesta planície amarela,*

*terra sem rio nem mar,
de onde saí mas deixei
e, por isso vim buscar*

*as claras ruínas do sol
onde não me hei de perder,
embora não tenha um rio
nesse duro entardecer⁵⁵.*

⁵⁵ PENA FILHO, Carlos. Os melhores poemas de Carlos Pena Filho - Seleção de Edilberto Coutinho. São Paulo: Global, 1983, p. 48-54.

Após nos situarmos nas peculiaridades que compõem as diversas paisagens pernambucanas, narradas por Pena Filho, devemos ressaltar ainda, que o IBGE subdividiu em mesorregiões o território nacional e, consecutivamente, o espaço pernambucano. Nesse sentido, Thais Andrade (2003, p.12), registra que desde 1989, o IBGE visando atender a fins censitários, identificou em nosso estado cinco mesorregiões: Metropolitana do Recife, da Mata pernambucana, do Sertão Pernambucano, do São Francisco Pernambucano e do Agreste Pernambucano⁵⁶. Sendo que, essa última mesorregião foi fracionada em seis microrregiões: Vale do Ipanema, de Garanhuns, do Brejo Pernambucano, do Médio Capibaribe, do Alto Capibaribe e do Vale do Ipojuca⁵⁷, na qual se insere *oficialmente* o município de Brejo da Madre de Deus e, por conseguinte, Fazenda Nova.

Entretanto, deve ser enfatizado que, se a equipe de técnicos do IBGE houvesse utilizado como critério⁵⁸ à subdivisão do espaço pernambucano (microrregiões) as características físico-naturais: os divisores de águas ou bacias hidrográficas, o mencionado município estaria localizado *oficialmente* na Microrregião do Alto Capibaribe⁵⁹.

⁵⁶ De acordo com o Censo Demográfico – Pernambuco 2000 – Rio de Janeiro: IBGE, a mesorregião Agreste, abrange uma área territorial de 24.387,80Km², ou seja, 24,7% da superfície do território pernambucano, e possui uma população de aproximadamente 1.993,868 habitantes – perfazendo um total de 25,2 % da população total do nosso estado. ENCICLOPÉDIA dos Municípios do Interior de Pernambuco, v.1. Apresentação: Marco Antônio de Araújo Costa. Recife: FIAM, 1986. p. 199-206.

⁵⁷ A Microrregião do Vale do Ipojuca corresponde à área que abrange dezesseis municípios do Agreste Pernambucano, a saber: : Alagoinha, Belo Jardim, Bezerros, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Capoeiras, Caruaru, Gravatá, Jataúba, Pesqueira, Poção, Riacho das Almas, Sanharó, São Bento do Una, São Caitano e Tacaimbó. Conforme IBGE – 1989, citado por ANDRADE, Thaís de Lourdes Correia de . Situação e localização. In Atlas Escolar de Pernambuco – Coordenador Manoel Correia de Andrade. João Pessoa: Grafset, 2003. p. 16.

⁵⁸ “O critério do IBGE [à divisão] das microrregiões, foi a divisão nos municípios em setores, chamados unidades básicas de coleta, para efeito da coleta de informação dos Censos. Portanto, os objetivos técnicos dessa divisão não correspondem aos critérios determinantes de uma bacia hidrográfica ou mesmo para limites municipais.” (FERREIRA, J. 1998, p. 27).

⁵⁹ De acordo com IBGE – 1989, citado por ANDRADE T. (op. cit., p. 16), integram a Microrregião do Alto Capibaribe: Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertentes, Santa Maria do Cambucá, Frei Miguelinho, Vertente do Lério, Casinhas e Surubim.

De acordo com Manoel Correia de Andrade 1974⁶⁰, a mesorregião Agreste de Pernambuco compreende a área mais seca do nosso estado, sendo formada pelo Alto Vale do Capibaribe, do Ipojuca, do Una e do Ipanema. Nessa área, os níveis pluviométricos indicam pouca precipitação (no máximo a 720 mm). A vegetação predominante é a caatinga, embora existam, como exceção, os *brejos de exposição* onde há inúmeras nascentes formadoras de riachos, que ao longo de seus cursos favorecem os *brejos ciliares ou de vales*. E, nas áreas de planície, ou nos vales, se formaram as diversas cidades, como por exemplo: Bezerros, Caruaru, São Bento do Una, dentre outras.

Entretanto, visando um planejamento abrangente que enquadrasse os municípios agrestinos a partir de suas potencialidades econômicas, a equipe do atual Governo do Estado (Jarbas Vasconcelos, em sua primeira gestão 1998-2002), optou por uma regionalização distinta⁶¹ daquela utilizada para fins censitários pelo IBGE. Ficando o Agreste subdividido em Regiões de Desenvolvimento (RD), denominadas: Agreste Setentrional, Agreste Meridional e Agreste Central, sendo que nesta última, se insere o município de Brejo da Madre de Deus e, conseqüentemente, o recorte espacial selecionado para o estudo, que é Fazenda Nova.

⁶⁰ ANDRADE, Manoel Correia de. Geografia de Pernambuco. Recife: Gov. de PE/ Séc. de Educação e Cultura. 1974. p. 136.

⁶¹ Segundo o Plano de Ação Regional 2000-2003 (Orçamento Participativo Estadual). Recife: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social – SEPLANDS e Fundação de Desenvolvimento Municipal (FIDEM), 1999. Visando uma gestão descentralizada, o governo do Estado optou por uma regionalização distinta, da subdivisão em mesorregiões do IBGE, a partir, das RD (Regiões de Desenvolvimento), ficando o município do qual faz parte o objeto em estudo, na Região de desenvolvimento do Agreste Central, que congrega os municípios que integram o vale do Ipojuca, acrescida de mais os seguintes municípios: Agrestina, Altinho, Barra de Guabiraba, Bonito, Camoçim de São Félix, Ibirajuba, Lagoa dos Gatos, Panelas, Sairé e São Joaquim do Monte.

2.1.1. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO PESQUISADO

Fazenda Nova situa-se, na condição de distrito, político e administrativamente subordinado ao Brejo da Madre de Deus – cuja sede está localizada nas seguintes coordenadas geográficas: 8°08'45'' de Latitude Sul e 36°22'16'' de longitude Oeste. Numa altitude de 627m, a 202,2 quilômetros do Recife. Possui uma superfície territorial de 782,6 km², distribuídos entre os cinco distritos⁶². Os limites territoriais são: ao Norte: Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte; ao Sul: Belo Jardim, Tacaimbó e São Caitano; a Leste: Caruaru e Toritama e a Oeste: Jataúba. (Mapa 4).

De acordo com FIDEM (2001 p.164-169) e o Censo Demográfico/IBGE - 2000, o município de Brejo da Madre de Deus possui uma população de 37.849 habitantes, sendo que, 24.453 residem nas áreas urbanas e 13.396 residem na área rural. A taxa de crescimento anual dessa população gira em torno de 2.08 (1996/2000); o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.396 (Brasil: 0.742, Pernambuco: 0.572, Recife: 0.790); e o Índice de Condições de Vida (ICV) é de 0.480 (Brasil: 0.723, Pernambuco: 0.616, Recife: 0.747).

Em relação à economia, os maiores geradores de renda do município são a Prestação de Serviços (principalmente público municipal e estadual), comércio e agropecuária, destacando-se os hortifrutigranjeiros (proveniente do brejo de altitude), e no âmbito desses, o cultivo de cenoura. Nas áreas do município que se inserem no semi-árido, o destaque econômico deve-se ao comércio informal, pecuária extensiva e a agricultura de subsistência.

⁶² O município de Brejo da Madre de Deus, de acordo com a Lei municipal nº 107-A, aprovada em 22 de Janeiro de 1988, se constitui dos seguintes distritos: Barra de Farias, Mandaçaia, São Domingos, Fazenda Nova e o distrito sede, de igual nome ao município. BREJO da Madre de Deus (Prefeitura). Lei nº. 107-A – 22 jan. 1988. Criação de Novos Distritos e Linhas Demarcatórias. Brejo da Madre de Deus. 1988.

Em relação aos aspectos histórico-culturais e turísticos, são um destaque a parte as festas religiosas (juninas e de santos padroeiros) e a feira livre (realizada aos sábados), bem como, o casario colonial português (século XVIII), o relevo serrano (cuja altitude aproxima-se dos 1000 metros), a reserva florestal do Bitury, a Furna do Estrago, os inúmeros sítios arqueológicos, o museu arqueológico e histórico, as fontes hidrominerais de Fazenda Nova e Fazenda Velha, o Parque de Esculturas Nilo Coelho e a Nova Jerusalém. Diante de tantos atrativos à atividade turística, a EMBRATUR no ano de 1997, elevou esse município a condição de município turístico.

Todavia, cumpre destacar mais uma vez, que, o recorte espacial selecionado à pesquisa é Fazenda Nova, que se localiza a 22 quilômetros a Leste da sede municipal e a 180 quilômetros da capital pernambucana. Suas coordenadas geográficas (centro urbano) são: 8°10'26'' de latitude Sul e 36°11'40,3'' de longitude Oeste, e a altitude registrada é de 492m em relação ao nível médio do mar.

A intercomunicação de Fazenda Nova com as cidades circunvizinhas procede-se através da PE 145, que, se tomada no sentido Oeste, leva a Brejo da Madre de Deus; e no sentido Leste, tem-se o encontro com a BR 104 no entroncamento rodoviário do Lampião (no Povoado de Cachoeira Seca - Caruaru). A partir desse entroncamento, na direção Norte (BR 104), se chega a Toritama e através da PE 90 - Limoeiro e, posteriormente, a capital do nosso estado. Todavia, se a partir do referido entroncamento (do Lampião), a opção for à direção Sul (BR 104), chega-se a Caruaru e BR 232 que no sentido Oeste, leva ao Sertão, e no sentido Leste, através do trecho duplicado, conduz a Recife.

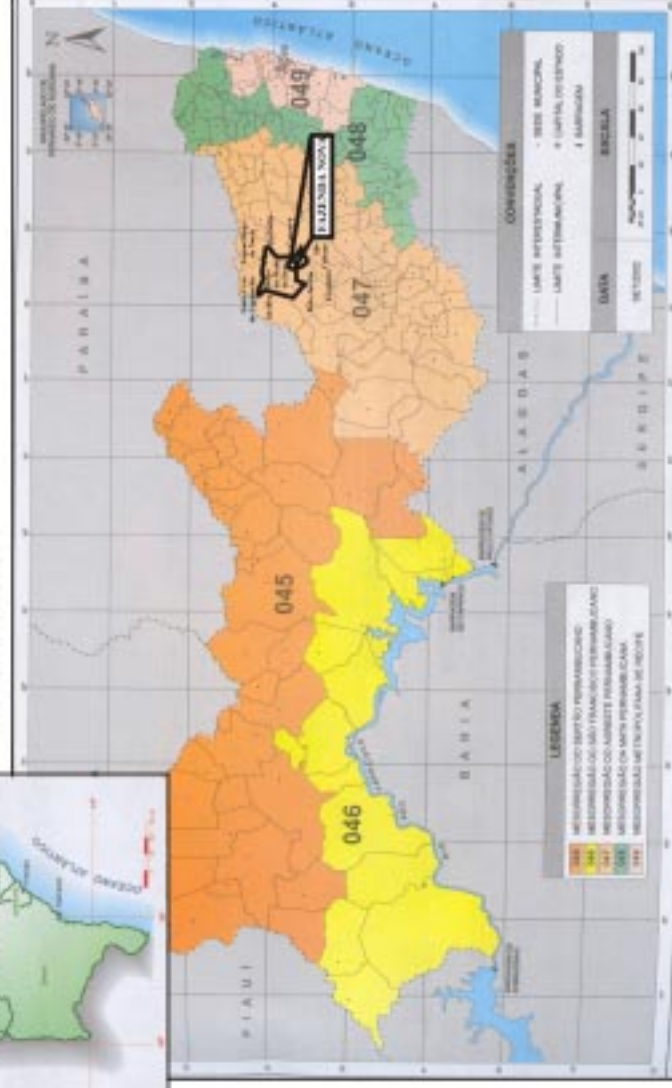
Mapa 1
BRASIL
Divisão Regional



Mapa 2
NORDESTE
Divisão Estadual



Mapa 3
PERNAMBUCO
Mesorregiões Geográficas



Fortes-CONDEPE / IBGE, 1996.
In: ATLAS ESCOLAR PERNAMBUCO.
Coordenador Manoel Corrêa de Oliveira Andrade.
João Pessoa: GRAFSET, 2003. p. 10, 13 e 68.

Fazenda Nova se conecta, ainda, a vilas, a povoados e a municípios circunvizinhos, através de estradas secundárias⁶³, as quais surgiram a partir de antigos caminhos percorridos pelos primitivos habitantes e por tangerinos e/ou tropeiros que outrora procediam do Sertão e tocavam boiadas para Caruaru e para os engenhos do litoral e Zona da Mata, área denominada pelos habitantes locais como *Sul*⁶⁴ de Pernambuco.

De acordo com Diva Pacheco 2000⁶⁵, na década de 1940, foi inaugurada a estrada que liga Fazenda Nova a Caruaru. Cujo trajeto era feito anteriormente, através ou do antigo caminho de boiadas, ou pelo povoado de Antonio Olyntho, atual cidade de Tacaimbó (22 Km a Noroeste de Fazenda Nova), local em que no final do século XIX, foi construída uma estação ferroviária da Great Western, posteriormente, Rede Ferroviária do Nordeste (RFN) e Rede Ferroviária Federal S.A.(RFFSA).

Diante do exposto, vale mencionar que, como no nosso país as políticas de transporte não priorizaram as ferrovias, mas sim, as rodovias, grande parte das linhas férreas se tornaram obsoletas e/ou inviáveis (economicamente), tanto para o transporte de cargas, quanto para o de passageiros. Essa realidade, também atingiu o ramal da RFFSA: Recife – Salgueiro, que no momento encontra-se desativado, mas que no passado, favoreceu o desenvolvimento e integração do interior com a capital do nosso estado.

⁶³ Uma das estradas vicinais, que outrora foi bastante utilizada, nos dias atuais, está em desuso, é a estrada de Tacaimbó que passou a ser denominada de estrada da CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em virtude de servir à manutenção da Rede de Alta Tensão dessa Companhia, cujo ramal (direcionado para o sentido Norte, da região Nordeste), sai de Paulo Afonso – BA, atravessa Pernambuco (com subestação em Tacaimbó), e passa pelo município de Brejo da Madre de Deus, no Distrito de Fazenda Nova, e segue à Paraíba, e posteriormente, para Natal – RN.

⁶⁴ *A Zona da Mata-Sul pernambucana, é uma referência dos habitantes mais antigos da área requerida para o estudo, os quais, percorriam tais caminhos a pé, no lombo de burros ou, mais recentemente, nos caminhões das usinas que vinham e ainda vêm a área pesquisada, recrutar trabalhadores para o período de corte da cana nos engenhos e usinas. Conforme depoimentos colhidos “in loco”, em várias entrevistas, em 2002 e 2004.*

⁶⁵ PACHECO, Diva Maria Mendonça. Sobras de Terras – a História de Fazenda Nova e das Famílias que lá viveram. Recife: Ed-micro, 2000. p. 20.

Ainda, no tocante aos transportes que servem a área de Fazenda Nova, havia uma linha regular de ônibus (trajeto Caruaru - Brejo da Madre de Deus e posteriormente, Jataúba – Caruaru, desde a década de 1960), entretanto, desde 2002, estes coletivos, não estão mais em circulação⁶⁶.

Na atualidade, no município de Brejo da Madre de Deus e adjacências, o transporte de passageiros e mercadorias mais utilizado é a lotação - toyotas⁶⁷, cujo número de automóvel é tal maneira expressivo, que, na cidade de Brejo da Madre de Deus, já foi utilizado como atração turística - Toyfest e Rally de Toyota (nas trilhas da mata serrana). Em virtude desse aspecto, nos dias atuais, a Secretaria Municipal de turismo⁶⁸, planeja implantar o passeio de Toyota, como parte do *produto turístico*, que o município tenta implantar (turismo ecológico, de aventura, cultural, e pedagógico)⁶⁹.

Diante do quadro exposto, vale mencionar Thaumaturgo (2003, p. 31), que registrou: o Brejo da Madre de Deus no transcurso de sua história já teve várias denominações, como: *terra do algodão*, *terra do café*, *terra do Barão*, *terra da cenoura* e, ultimamente, tem sido identificada como *terra dos toyoteiros*.

Quanto às relações sociais e econômicas estabelecidas pela população local com as cidades circunvizinhas, estas, ao invés de se processarem majoritariamente, com a

⁶⁶ Segundo um dos proprietários da empresa dos mencionados coletivos, por causa da forte concorrência dos toyotas se tornou inviável o funcionamento dos ônibus/linha que fazia o referido percurso. Informação verbal concedida pela diretora da Rodoviária Caruaruenses, detentora /concessionária da linha interurbana/ônibus. Sra. Maria José Lira, em Caruaru – PE. (Informação verbal), registradas em 06 Ago. 2002.

⁶⁷ A título de explicação complementar, o toyota segundo os dados do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), é classificado como um carro de passeio, e consta (oficialmente) como um tipo de jipe, originário do Japão, que a princípio, é adequado para quatro pessoas. Entretanto, no município de Brejo da Madre de Deus, esse veículo, é adaptado para 12 pessoas, tornado-se um jipão, adequado para o transporte coletivo e também para o transporte de mercadorias, mas, segundo o chefe de tráfego do DER - Caruaru, não tem reconhecimento oficial como tal. De acordo com informação verbal, colhido com o responsável pelo tráfego do DER – Caruaru: Afonso Antonio da Silva, em Caruaru – PE, em 15. Mar.2003.

⁶⁸ Conforme depoimento do Secretário de Turismo, João Carlos de Oliveira (Cáli). Informação verbal, captada em 18 Abr. 2003.

⁶⁹ Diagnóstico Turístico de Brejo da Madre de Deus. Recife: SEBRAE, 2003.

cidade de Brejo da Madre de Deus (sede do poder político e administrativo), estas se processam, de maneira relevante, com Caruaru, em virtude dessa cidade oferecer uma boa infra-estrutura na área de saúde (médico-hospitalar e laboratorial), na área econômica (comércio - formal e informal, indústrias e rede bancária); e educacional (ensino básico e universitário). Tais fatos, conduzem essa cidade à captar também, fluxos econômicos, educacionais e médico-hospitalares, também com outras cidades, tanto de Pernambuco, quanto de estados circunvizinhos.

Todavia, recentemente, às relações econômicas estabelecidas pela população de Fazenda Nova, com o entorno, têm-se intensificado de forma bastante expressiva, com as cidades de Santa Cruz do Capibaribe - que se estabeleceu no setor de malhas e aviamentos, e com Toritama - que é destaque na produção nacional de jeans (de acordo com o SEBRAE/PE – 2004 essa cidade responde por 17% da produção nacional).

Vale ressaltar, ainda, que em Fazenda Nova está despontando um número expressivo de pequenos e médios fabricantes de fundo de quintal, os quais produzem bolsas escolares e de viagem, além de confecções em malha. Sendo que, essa produção é comercializada nas feiras semanais de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru (Sulanca).

Devemos mencionar, de acordo com nossos entrevistados (2002-2004), que as novas possibilidades de fabricação e comercialização de mercadorias surgidas com a feira da Sulanca, tem proporcionado a população local, menos dependência em relação a agricultura, a renda decorrente dos eventos realizados em Nova Jerusalém, e ainda, a olhos vistos, tem diminuído consideravelmente o fluxo migratório em direção ao sudeste do nosso país.

2.2. ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS

As distintas topografias que caracterizam as diferentes paisagens do nosso planeta, são o somatório das forças endógenas e exógenas que, há mais de quatro bilhões de anos modelam a crosta terrestre, a partir da “[...] interação da litosfera móvel terrestre com fluídos da atmosfera e hidrosfera, guia, a formação de uma variada paisagem, única no sistema solar.” (PENHA, 1995, p. 51). Sendo que, na porção da superfície terrestre em que se insere o território brasileiro, essa dinâmica da natureza construiu basicamente, escudos cristalinos e bacias sedimentares.

Todavia, para embasar os componentes fisiográficos da pesquisa, em virtude de estarem diretamente vinculado ao objeto em questão, optou-se pela descrição dos aspectos que compõe o escudo cristalino brasileiro, que é composto por complexos metamórficos e magmáticos de formação pré-cambriana, que apresenta várias subdivisões, dentre as quais selecionou-se o núcleo nordestino⁷⁰, onde está inserida a província da Borborema.

De acordo com Dias 1971⁷¹, Andrade G. 1977⁷², Jatobá 1996⁷³ e Mineração Palestina 1998⁷⁴, a Província da Borborema se constitui de pequenos e grandes maciços residuais realçados por sucessivas transformações geológicas, sendo que sua unidade geotectônica mais representativa é o Maciço Pernambuco-Alagoas.

⁷⁰ “O núcleo cristalino brasileiro, acha-se exposto na sua quase totalidade na superfície dos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, na maior parte da Bahia e do Rio Grande do Norte e ainda na faixa sul-oriental do Piauí, onde foi exumado ao longo da frente de cuevas em recuo da bacia do Meio-Norte. É constituído de rochas mais ou menos intensamente metamorfizadas, universalmente dobradas e falhadas, não raro impregnadas por eruptivas, principalmente graníticas e granodioríticas”. ANDRADE, Gilberto Osório de. Alguns aspectos do quadro natural do Nordeste. Recife: SUDENE. Coord Planej. Regional – Div. Política Especial, 1977, p. 22.

⁷¹ DIAS, João de D. de O. Caruaru – Subsídios para sua História. Recife: Mousinho Artefatos de Papel, 1971, p. 35-41.

⁷² ANDRADE, G. op. cit., p. 29.

⁷³ JATOBÁ, Lucivânio. Elementos de Climatologia e Geomorfologia do Trópico do Semi-árido Brasileiro. Recife: X Encontro Nacional de Geógrafos, 1996. p. 4.

⁷⁴ MINERAÇÃO PALESTINA S. A. Relatório Final de Pesquisa de Água Mineral – Fazenda Nova – PE: Um importante Distrito Termal. Recife: UFPE/CT/LABHID, 1998. 41p.

Segundo Mineração Palestina 1996⁷⁵, o Maciço Pernambuco-Alagoas localiza-se em uma região constituída por espessa zona de cizalhamento, dentre as quais, destacamos: o Lineamento Pernambuco⁷⁶ e a Zona de Cizalhamento de Fazenda Nova (ZCFN), que apresenta, com destaque, falhas orientadas (NW-SE, N-S, E-W e NE-SW), além de inúmeras fissuras menores.

Nessa região geológica, o cristalino se desnuda apresentando extensos afloramentos rochosos, os quais se desenvolveram sob alto grau de metamorfismo, a partir de fusão parcial da crosta terrestre com magmas derivados da crosta e do manto, dando origem ao plutônio de Toritama, e aos batolitos da Serra da Japicanga e de Fazenda Nova⁷⁷, que é constituído por um complexo rochoso, resultante do referido metamorfismo, cuja composição mineralogia e química é semelhante às outras duas formações geológicas acima citadas, entretanto, difere em sua textura e estrutura⁷⁸.

2.2.1. CARACTERÍSTICAS GEOMORFOLÓGICAS

As paisagens geomorfológicas das áreas semi-áridas do Agreste pernambucano se caracterizam pela influência da ação modeladora das águas na formação do relevo.

⁷⁵ MINERAÇÃO PALESTINA S. A. Fazenda Nova – PE – Estudo das Fontes e caracterização de Zonas Fendilhadas no Cristalino. Recife: LABHID/CT/UFPE, 1996. p. 5-7.

⁷⁶ O Lineamento Pernambuco é uma falha horizontal, originada a partir dos esforços tectônicos compressivos. Estende-se no sentido Leste-Oeste, atravessando todo o território Pernambucano. Sob parte desse lineamento, encaixa-se o rio Ipojuca, e, situa-se também, a cidade de Caruaru, que ocasionalmente, é literalmente abalada por estrondos e tremores de terra, os quais, de acordo com especialistas, se relacionam com a acomodação de solo, na estrutura interna desse falhamento. In: ANDRADE, Elenilda Silva Barros. Estudos Geográficos Sobre as Tentativas de Explicação da Sismicidade em Caruaru – dos Aspectos Científicos à Sabedoria Popular. Caruaru: FAFICA, 1999, Monografia de Especialização – Lato Sensu. p.38.

⁷⁷ De acordo com Mineração Palestina (1998, p. 7-10), constitui-se de um substrato de rocha matriz que, na superfície se caracteriza, por grandes injeções maciças de material magmático que aparecem através de fendas da crosta, na região de Fazenda Nova, devido ao intenso metamorfismo, constitui parte do seu relevo e aflora na superfície.

⁷⁸ Segundo Mineração Palestina, (1998, p. 5), trata-se de uma formação rochosa rica em álcali-feldspatos acessórios mais freqüentes: titânia, epidoto, magnetita, zircão e apatita.

[illegible]

Fonte: Cartas da SUDENE - Folha Belo Jardim - 1986

[illegible]

Fonte: Cartas da SUDENE - Folha Belo Jardim - 1986

“O escoamento superficial das águas provenientes das chuvas constitui um poderoso agente erosivo, sendo, portanto, bastante eficaz na remoção do manto de intemperismo”. (JATOBÁ, 1994, p.16).

Segundo Mineração Palestina (1998, p.16), no âmbito da região geológica pesquisada, os elementos geomorfológicos são constituídos, a partir, da superfície de abrasão pediplanada, profundamente trabalhada pelas bacias dos riachos Madre de Deus, Tabocas e da Onça. Nessa última micro-bacia, o trabalho da natureza, ao longo dos tempos, originou micro bacias e vales que integram a *Depressão de Fazenda Nova*⁷⁹.

A Depressão de Fazenda Nova situa-se a uma altitude de menos de 500m, e está circundada por um número expressivo de serras em forma de arco ou anfiteatro⁸⁰, (Ver mapa do relevo). Esse conjunto serrano apresenta altitudes variáveis em torno de entre 700 a 800m. E é composto pelas seguintes serras: Mandacarú e Olho D’Água, a NE; Araras da Ursa e São Bento, a Leste e Moleque, Saco da Serra a SE; do Cachorro ao S; Gogó da Gata, da Penderaca e do Jucá, a SO; de Zuza Limeira e Quati, a Oeste (Ver conjunto de fotos: Vista Panorâmica de Fazenda Nova – 2000).

No âmbito do referido arco serrano, se destaca, imprimindo singularidade à paisagem, um maciço residual denominado Pedra do Cachorro⁸¹, que se caracteriza como

⁷⁹ A Depressão de Fazenda Nova, segundo Mineração Palestina, (1998, p. 17), é caracterizada por uma planície rochosa, onde há um denso padrão de drenagem subdentrítica e retangular com enclaves de radial, indicativos de razoável permeabilidade do cristalino local. Apresenta erosão do tipo esferoidal com enormes blocos rochosos soltos, ou de equilíbrio instável e espalhados pela superfície, formando uma paisagem distinta na região.

⁸⁰ O Arco Serrano, de acordo com Mineração Palestina, (Idem, p. 17), se constitui pelo conjunto de serras mencionado, com acentuada declividade para o Norte. Entretanto, as micro-bacias que compõem área referida, e drenam as águas no sentido Oeste-Leste (jusante), essa peculiaridade ocorre, porque, os riachos correm através de vales que se encaixam nos fendilhamentos das serras formadas pelo batolito de Fazenda Nova e Plutonito de Toritama.

⁸¹ A Pedra do Cachorro, segundo Mineração Palestina (Idem, p. 18), possui aproximadamente, 1041m (outros documentos consultados registram 1071m de altitude). Localiza-se na serra do mesmo nome, na divisa entre os municípios de Brejo da Madre de Deus e São Caetano, todavia, se localiza no território desse último município, ao Sul do distrito de Fazenda Nova. No tocante a formação estrutural, segundo Mineração Palestina, (1998, p. 6), os maciços semelhantes a citada pedra, pertencem ao domínio morfo-estrutural do escudo exposto (maciços remobilizados), e por se tratar de uma superfície acima de 1000 metros, pode estar relacionada a superfície Post-Godwana de King (1956), correlacionada a Superfície Sertaneja de Ab’Saber (1964), ou ao nível de cimeiro de Mabessone e Castro (1975).

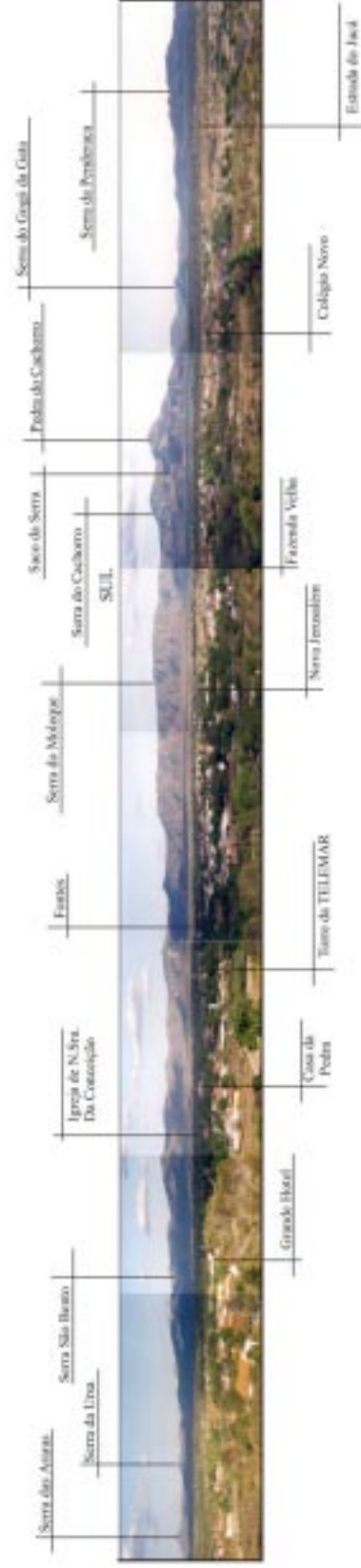
um dos pontos mais elevados de Pernambuco, atraindo caminantes e aventureiros para escalarem suas encostas, ou trilharem até seu cume, de onde é possível avistar tanto Fazenda Nova, como algumas cidades próximas como: Caruaru, São Caitano, Tacaimbó e Belo Jardim, além de grande parte do Vale do Ipojuca, como vales que integram a bacia do Capibaribe. De maneira que do topo da Pedra do Cachorro se pode contemplar as belezas da paisagem em derredor, num ângulo de 360 °.

Segundo Mineração Palestina (op. cit., p. 17), os materiais rochosos carreados das encostas, das referidas serras, para a depressão de Fazenda Nova são depositados na planície onde os solos são do tipo Planossolos e Litólicos. Destacando-se nesse ambiente, as depressões circulares ou elípticas, escavadas pela ação giratória de seixos e calhaus, rotacionados pela energia turbilhonar das águas correntes. Deve ser registrado, ainda, que, no período de estiagem, tais marmitas servem como reservatórios d'água tanto para o consumo humano, quanto para os animais.

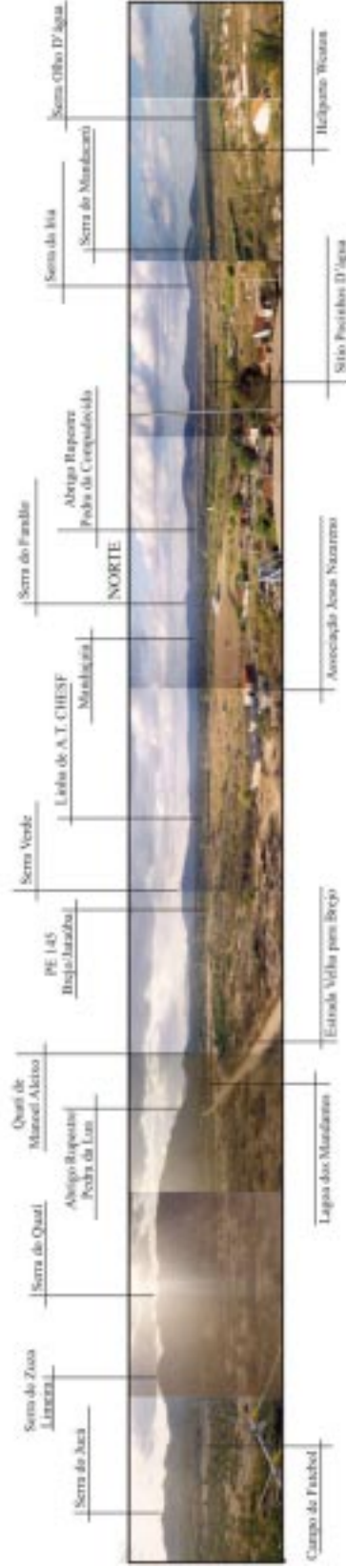
Ademais, nesse cenário natural, em que predomina formações rochosas e matacões, também, imprimem singularidade à paisagem serrana (ainda pouco habitada), a vegetação de caatinga, a aridez climática e fontes de água mineral, as quais, formam um ambiente peculiar (úmido e verde). Tais fatos, desde o início do século passado (XX), têm captado a atenção de visitantes e turistas à região, numa época, em que nem se ouvia falar no boom do turismo em escala mundial, como acontece em nossos dias.

Devemos registrar, que, desde a década de 1930, os atributos físico-naturais descritos e as propriedades curativas das águas termais, recrutaram usuários e sensibilizaram visitantes, os quais, elegerem Fazenda Nova como lugar ideal à residência secundária ou casa de veraneio (que localmente é denominada de “casa do povo de fora”), só utilizada em períodos de férias, feriados e/ou finais de semana.

VISTA PANORÂMICA DE FAZENDA NOVA - 2000 SENTIDO LESTE - OESTE



VISTA PANORÂMICA DE FAZENDA NOVA - 2000 SENTIDO OESTE - LESTE



Fotos: Marcelo Barros
Março / 2000

De acordo com os depoimentos colhidos durante a pesquisa “in loco” (2002-2004), no período de férias e Semana Santa, Fazenda Nova era ponto de encontro de figuras de destaque da Igreja Católica (era comum a hospedagem na casa das famílias – influentes política ou financeiramente, a presença de Bispos, Padres e Seminaristas); além da classe financeiramente abastada, tanto da capital pernambucana, quanto da elite rural (usineiros), cujos herdeiros, nos dias atuais, figuram nas esferas da política estadual e nacional, os quais, ou tiveram suas casas de veraneio, ou, costumeiramente, repousavam naquela vila.

Ainda freqüentava o lugar, renomada elite cultural, cujos nomes podemos destacar: Carlos Pena Filho⁸² e Gilberto Freire (anexo 9), esse último, costumava se hospedar no Grande Hotel de Fazenda Nova (foto do final década de 1950 na Capa desse trabalho). Sendo que, nesse hotel, o mencionado escritor idealizou e concretizou o primeiro “Encontro Inter-regional de Cientistas Sociais do Brasil”⁸³, que aconteceu em Janeiro de 1972, que contou com a presença de grandes intelectuais da época, como: o próprio Gilberto Freire, Gilberto Osório e Mário Lacerda, dentre outros destaques, que durante uma semana, discutiram os problemas sociais do nosso país.

⁸² De acordo com depoimentos colhidos na pesquisa de campo “in loco”, com a Sra. J.B.M. 71 anos, solteira, natural e residente em Fazenda Nova, atual proprietária do prédio do Hotel Botijinha, e amiga da Família do poeta (desde sua infância), o vínculo de Carlos Pena Filho, com Fazenda Nova, procedeu-se desde o final da década de 1940, quando acompanhando sua família, em períodos de férias, hospedava-se no Hotel Familiar, que posteriormente, passou a pertencer ao genitor do poeta, passando a ser denominado de Botijinha (gentil apelido atribuído pelos amigos ao Sr. Carlos Pena). Informação Verbal, colhida em 25 Out. 2003.

⁸³ ENCONTRO Interregional de Cientistas Sociais do Brasil: reuniões realizadas em janeiro de 1972, Fazenda Nova-PE. MEC-IJNPS/Conselho Federal de Cultura, 1974.

Poema 02:

FAZENDA NOVA

- um campo -

*È como se fosses ruínas,
mas não de muros ou casas.
São ruínas de terra antiga
que o tempo estraga.*

*Vistas de longe, essas pedras
de irregulares tamanhos
são lembranças renascidas
de abandonados rebanhos*

*Mas, quando vistas de perto,
a idéia que a gente faz
é a de que aquilo e somente
lavoura de Satanás*

*Apenas o sol se move
nessa paisagem sem bois,
sem cabras e sem ovelhas,
sem antes e sem depois.*

*Ainda mais duas coisas
pode esse campo lembrar:
um cemitério sem corpos
ou um leito de mar, sem mar⁸⁴.*

⁸⁴ PENA FILHO, Carlos. Fazenda Nova – um campo. op. cit., p. 20-21.

Para Carlos Pena Filho, que conheceu de perto a singularidade da paisagem que objetivamos estudar, a descreveu como um campo, com pedras de variados tamanhos, os visitantes percebiam em seus passeios matinais a pé, ou a cavalo; (fosse ao “Caldeirão do Diabo”⁸⁵, ou em alguma caminhada a esmo⁸⁶), o milenar trabalho da natureza, onde resquícios de terra antiga, desnudados ao longo dos tempos, se apresentavam sob a forma de matacões, os quais relembrando fatos de outrora, quando antigas boiadas conduzidas por tangerinos caboclos, repousavam naquelas paragens, tais quais, abandonados rebanhos.

No cenário de juremas, facheiros e mandacarus, o *poeta do azul*, também caminhava pelos meandros da imaginação, percebendo que, naquela *paisagem sem bois*, ao invés de existir apenas um arco serrano, havia vestígios de um passado distante, que sabe, um imenso leito de *mar, sem mar*.

Entretanto, o que o poeta sequer imaginava, é que as idéias que transformaram *pedras em poesia*, em um tempo posterior à sua presença naquela paisagem, também, transfigurariam pedras-poesia em sonhos, e sonhos em ideais, que aliados à força e ao suor de muitos que habitavam aquelas terras, se materializariam por meio de uma *nova cidade-teatro* que se ergueria, encravada na árida paisagem, a qual abriga à posteridade: menino com a tábua de pirulito, mulher que faz renda e benze, homem violeiro e caçador - “gigantes imortalizados na pedra”, tais quais guardiões da caatinga sertaneja.

⁸⁵ “O Caldeirão do Diabo”, é a denominação, de uma curiosa formação rochosa, que abriga tanques naturais – marmitas, que se localiza nos domínios do Parque das Esculturas Nilo Coelho – zona rural de Fazenda Nova. Devemos registrar também, que, durante a pesquisa bibliográfica, nos deparamos com um projeto elaborado pela Associação Astronômica de Pernambuco (AAP), para a instalação de um observatório astronômico, nessa formação rochosa. Em virtude, de tanto o local se mostrar adequado, quanto o céu noturno de Fazenda Nova, possibilitar visibilidade requerida para a observação astronômica. PRAZERES, Aldemário et al. Projeto do Observatório Astronômico de Brejo da Madre de Deus. PRAZERES, Aldemário, MASCARENHAS, Roberto, SALES, Adonias. Jaboatão dos Guararapes: AAP, 2002/2003?

⁸⁶ No período em que havia um grande número de hóspedes (hotéis e pousadas), que iam a Fazenda Nova para tratamento de saúde ou para férias, eram comuns as caminhadas matinais, tanto pelas ruas da vila, quanto pelos arredores do centro urbano.

2.2.2. CONDIÇÕES ATMOSFÉRICAS

Para Mário Lacerda 1980⁸⁷, as condições atmosféricas relacionadas à área em estudo se inserem no quadro climático dos espaços agrestinos semi-áridos⁸⁸, os quais se localizam no rebordo dos planaltos para depressões, ou nos vales alargados em pediplanos por onde correm os rios Capibaribe, Ipojuca e Una.

Segundo o autor acima mencionado, os dados referentes ao quadro climático, na década de 1970, eram obtidos por meio de estudos do Instituto de Pesquisa Agropecuária (IPA) de Pernambuco e Ministério da Agricultura (MA), através de convênios com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁸⁹, através das estações meteorológicas regionais de Surubim e Caruaru, bem como dos postos locais de coleta em Toritama, Carapotós (Caruaru), e Mandaçaia (Brejo da Madre de Deus) que forneciam os índices pluviométricos da microrregião do Agreste Central, onde as chuvas acontecem de março a julho - 71% dos totais pluviométricos anuais (705,1 mm). As temperaturas mais elevadas são registradas nos meses de novembro a abril – oscilando em torno de 35,5° C, sendo que, em janeiro, as mais elevadas atingem a máxima de 36°C, e a mínima, ocorre, nos meses de julho e agosto – baixando a 14,2° C. Quanto à umidade relativa do ar, nessa área há uma variação entre 70% e 85%, apresentando uma média de 76,3%. A evaporação mais intensa é registrada nos meses de setembro a abril, representando 30% do total anual. A velocidade média dos ventos gira em torno de 4,1 m/s, sendo que a direção predominante é a Sudeste.

⁸⁷ MELO, Mário Lacerda de. Os agrestes – estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos. Recife: SUDENE, 1980. p.173-251.

⁸⁸ Para Melo, (op. cit. p. 173), por se destacar em suas características fisiográficas, na década de 1970, a microrregião de Arcoverde, era inserida no quadro regional do Agreste, em virtude desta “(...) sem dúvida, ser muito mais agrestina que sertaneja.” Entretanto, vale ser ressaltado, que nos dias atuais, segundo ANDRADE, T. (op. cit., p. 12-13). a divisão do IBGE, para o espaço pernambucano, integra Arcoverde na Mesorregião do Sertão Pernambucano.

⁸⁹ O acompanhamento do quadro climático e as condições hidrográficas do Agreste pernambucano, nos dias atuais, não é mais da alçada da SUDENE (extinta no ano de 2000).

Nos dias atuais, o acompanhamento das condições atmosféricas do Agreste, e das demais microrregiões pernambucanas é feito pelo Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP), e Laboratório de Meteorologia de Pernambuco (LAMEPE), a partir da colaboração de outras Instituições, de acordo com a localização das microrregiões pernambucanas⁹⁰.

2.2.2.1. UM PEDAÇO DO CARIRÍ PARAIBANO NO AGRESTE PERNAMBUCANO

O município de Brejo da Madre de Deus possui um quadro fisiográfico composto por duas áreas distintas: uma, formada por serras úmidas ou área de brejos de altitude⁹¹ – que circundam o distrito sede e se estende nos sentidos Sul a Oeste; e outra, situada nos sentidos Norte para Leste, da sede municipal, onde predomina um bolsão de semi-aridez acentuada na qual se insere o distrito de Fazenda Nova.

Para Melo (op. cit., p. 181-183), esta área em que predomina semi-aridez acentuada, é caracteriza como uma faixa deprimida entre as bacias do Capibaribe e a bacia do Paraíba do Norte – PB, representando uma projeção do Cariri paraibano, no Agreste pernambucano.

⁹⁰ De acordo com informações da agência do IPA - Caruaru , na atualidade, outras Instituições que colaboram com ITEP/LAMEPE, são: CHESF, CODECIPE, COMPESA, EBAPE, DNOS, INMET, IBAMA, MAA/EMBRAPA dentre outras. (Informação verbal). De acordo com o engenheiro responsável pelo IPA – Instituto de Pesquisa Agropecuária – Sr. Jair Teixeira – Engenheiro. Em entrevista em 14 de jan. de 2004 e visita a Estação de Pesquisa do IPA, em Malhada de Pedra – Caruaru – PE, em 20 de jan. de 2004.

Ver também: < <http://.itep.br/meteorologia/chuva.htm>>, acessado em 16 e 24 de Jan. de 2004.

⁹¹ Para Gilberto O. Andrade (op. cit., p. 30), os brejos de altitude_ são áreas onde os alísios de SE-E “refrescados”, são considerados como disjunções mais ou menos longe da Zona da Mata. Já para Melo, (op. cit. 175 e 197), essas áreas úmidas, na microrregião do Agreste, se localizam nos maciços serranos, onde predomina o clima As’ da classificação de Koeppen - caracterizado, como pseudo- tropical; as precipitações atmosféricas relacionam-se as chuvas orográficas, de outono-inverno influenciadas, pelas massas oceânicas.

Em Pernambuco, esta faixa de semi-aridez climática, distinta, inclui uma parcela do município de Brejo da Madre de Deus (abrangendo os distritos de Fazenda Nova, Mandaçaia, São Domingos e parte do distrito de Barra de Farias), e abarca, na íntegra, os municípios de Jataúba e Santa Cruz do Capibaribe e adentra em vastas porções dos municípios de Toritama, Caruaru e Taquaritinga do Norte. Entretanto, ainda, de acordo com Melo 1980, se constituem como áreas de exceção, no âmbito desse bolsão de semi-aridez acentuada, as manchas de “brejos de exposição”, como os de Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus e o brejo de Poção.

A Mineração Palestina (op. cit., p.11-13), empreendeu estudos climáticos no Agreste Central, na área da depressão de Fazenda Nova e constatou, que, segundo a classificação de Koeppen, esta, se enquadra no clima Bshw'⁹², entretanto, apresenta um quadro mais severo que o entorno fisiográfico. Conseqüentemente, conduz o índice pluviométrico a ser classificado como abaixo da média da microrregião Agreste que é de 705,1 mm, (para efeito de comparação, deve ser enfatizado que, na área de Caruaru, a média pluviométrica gira em torno de 661 mm, entretanto, na depressão de Fazenda Nova, os índices pluviométricos giram em torno de 570 mm).

A constatação da pequena quantidade de chuvas e aridez climática, no entorno de Fazenda Nova, integra, na prática, a teoria do quadro climático típico de semi-aridez acentuada, enfatizado (anteriormente), por Melo 1980. Quadro climático que, na época da estiagem, é coroado por um céu azul ofuscante, com raras nuvens, onde sopram ventos mornos-quase-quentes, que ressecam ainda mais a caatinga-sertaneja.

De acordo com nossos entrevistados (2002-2003), o calor causticante somente

⁹² De acordo com Gilberto O. Andrade, (op. cit., p. 11-12), e com base na classificação de Koeppen, essa simbologia explica a distribuição anual das precipitações atmosféricas: w exprime chuvas de verão (ou inverno seco); w'chuvas de verão-outono (ou chuvas de verão com máximas no outono, ou retardadas para o outono); s'chuvas de inverno antecipadas no outono (com máximas no inverno). Registre-se ainda, que Bshw'- refere-se a clima semi-árido, com curta estação chuvosa no verão-outono (janeiro-abril).

é aliviado ao entardecer, quando a aquarela celeste brinca com as cores e pincela graciosamente o firmamento. Nessa hora, sopra uma brisa suave, que aos poucos, cede espaço ao frio cortante da noite, quando as estrelas cintilam de maneira sem igual⁹³.

Diante de tal quadro, de um rigor climático que também inspira beleza, a realidade insere o município de Brejo da Madre de Deus na área que compõe o “polígono da secas” e leva parte da população carente da zona rural a se inscrever nas “frentes de emergência”, as quais, integram as ações de políticas do Governo Federal para o combate às consequências da seca⁹⁴.

“A Região Nordeste ocupa 18,27% do território brasileiro, com uma área de 1.561.177,8 Km². Deste total, 962.857,3 Km² situam-se no Polígono das Secas, delimitado em 1936, através da Lei 175, e revisado em 1951. O Polígono abrange oito Estados nordestinos – o Maranhão é a única exceção –, além da área de atuação da Sudene em Minas Gerais, com 121.490,9 Km², e compreende as áreas sujeitas repetidamente aos efeitos das secas. [...]” (O NORDESTE [...], in: <http://www.sudene.gov.br/nordeste/Semi-Arido.num> Acesso em 03 abr.2004).

Na zona rural de Fazenda Nova, de acordo com o depoimento da Sra. M.D.B.S. 46 anos, viúva, 3 filhos, natural e residente em Fazenda Nova, existem as frentes de trabalho ou emergência, inclusive há integrantes de sua família que foram inscritos na última seca (informação verbal captada em 14 Fev. 2004).

As características climáticas mencionadas, também foram percebidas pelo professor e poeta Olimpio Bonald Neto (Poema 3), que desde a década de 1950 tem acompanhado sua família (em períodos de férias) à Fazenda Nova - “lugar que corresponde aos ideais de bem estar, longe da agitação cotidiana da capital, onde o sonho se transformou em realidade -Vila Octávia – recanto sagrado, de repouso e lazer”⁹⁵.

⁹³ Em virtude da inexistência de grandes aglomerados urbanos na depressão de Fazenda Nova, da localização entre as serras, bem como aridez climática, que faz com que o céu noturno deste lugar, tenha um alto grau de visibilidade, a Associação de Astrônomos de Pernambuco (já mencionada), idealizou um projeto de instalação de um observatório astronômico, que além das funções específicas, abrigaria biblioteca no setor e auditório para palestras, de maneira que poderia ser útil também ao turismo pedagógico. De acordo com DIAGNÓSTICO (op. cit. 2003?, anexos s/p.).

⁹⁴ <http://www.sudene.gov.br/nordeste/ProgSeca.num> acessado 03 Abr. 04.

⁹⁵ Informação verbal captada em Recife, em 03 Nov. 2003.

Poema 03:

A VILA

*Era uma vila agrestina
modorrenta cochilando
sol a pino, feito um calango
espichado, no lajedo do arruado.*

*A cabeça na calçada da igrejinha,
descansando.
E o rabo, por entre as pedras da Fonte,
no filete do riacho,
resfriando.*

*Sopra o vento oeste
e o menino pára
de jogar castanha
mastigando o cheiro
do pão novo assando,
de café torrando,
de lenha queimando,
que vem evoluando
da pastelaria de seu Lusitano.*

*Sopra o vento leste,
que assobia fino,
Vindo lá dos prados.
E o ceguinho aspira
a bosta fresca
das vacas do curral de Zé Quintino.*

*E o silêncio, que é de pedra,
na modorra é recortado
pela talha da risada.*

*E picotado pelo pio dos pardais.
Burilado pelo aboio na quebrada
e os estalos do chicote boiadeiro
lá no coice da boiada.*

*Sempre em cima do pombal,
sobe o pombo em espiral
provocando gavião
sob o céu azul metal.*

*A modorra do silêncio é embalada pelo cego,
da viola pontilhada (como rifle de cruzeta,
como ponta de facão), noutra tarde ensolarada,
num terreiro Lampião, duma Vila como essa,
muito longe, bem distante, bem no meio do Sertão.⁹⁶*

⁹⁶ BONALD NETO, Olímpio. Sangue e Sonhos reinventados. Recife: Ed-micro, 2001. p. 51.

Todavia, no árido espaço-agrestino que abriga essa vila modorrenta e onde brilha um Sol a pino, existe uma curta estação chuvosa, localmente conhecida como o tempo das trovoadas⁹⁷, quando acontecem grandes aguaceiros, acompanhados de raios e ensurdecedores trovões que fazem encher barreiros, açudes e marmitas. E os riachos acolhem enchentes inimagináveis que, além de encharcaram o chão, deixam uma camada de fertilidade a acelerar a breve verde explosão, que é acompanhada de inenarráveis cores e flores, na outrora mata cinzenta e ressequida.

E nesse ambiente, transformado pelas forças da natureza, muitos habitantes, rezam, riem e agradecem e ainda, com naturalidade, saem a olhar as enchentes, ou a tomar banho de chuva⁹⁸. Tais registros decorrem da pesquisa de campo “in locu”, acrescidos de depoimento colhidos (2002-2004), os quais, aguçaram nossa percepção, tanto no que concerne às transformações na paisagem, promovidas pelas forças da natureza, quanto às mudanças relacionadas ao espaço vivido⁹⁹. Dessa maneira, se contextualiza plenamente a religiosidade e o sentimento de pertencimento daquelas pessoas em relação ao lugar, tal qual descreve em versos, o poeta popular ZéDantas, os quais, foram imortalizados na voz de Luís Gonzaga - “Rei do Baião”. (Letra de Musica 2).

⁹⁷ “O regime de chuvas de verão-outono (w’) é uma decorrência de um sistema atmosférico denominado Zona de Convergência intertropical (ZCIT). É um sistema de ar quente e úmido que se forma nas zonas de baixas pressões equatoriais. Ela acarreta, a exemplo da mEC, chuvas convectivas. Em Pernambuco, as chuvas da ZCIT acontecem no final do verão e início de outono. Esse regime se manifesta no Semi-árido pernambucano, nas microrregiões do Pajeú, do Salgueiro, Araripina e do Sertão do Moxotó. [bem como, na Região de semi-aridez acentuada, onde esta localizada a área objetivada: Fazenda Nova – Brejo da Madre de Deus, além de outros municípios].” JATOBÁ, Lucivânio. Clima. In: ATLAS ESCOLAR DE PERNAMBUCO, op. cit., p. 45. (grifo nosso).

⁹⁸ Visando coletar depoimentos, de habitantes locais, a fim de concluir o estudo, esta pesquisadora esteve nos dias 06 e 07 de jan. do corrente ano, em Fazenda Nova, momento que coincidiu com o período das chuvas de outono-inverno (enxurradas), fato que levou a documentação presencial, dos aspectos mencionados no texto acima, característicos do cotidiano do espaço-vivido.

⁹⁹ Conceito que se baseia no o substrato latente da experiência, e que oferece fundamental contribuição às pesquisas no âmbito das Humanidades. BUTTIMER, Anne, Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). Perspectivas da Geografia. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p.165-193. Fundamentando a perspectiva Humanística, na Geografia, Tuan afirma que esta, “[...] procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza e o comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar.” TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 143.

Letra de Música 3:

A volta da asa branca – (trecho)

- ZéDantas e Luiz Gonzaga -

*“ [...] A seca fez eu desertar da minha terra
Mas felizmente Deus agora se alembro
De manda chuva pr'este sertão sofrido
Sertão das mulé sera
Dos home trabraiado.*

*Rios correndo, cachoeiras tão zuando
Terra molhada, mato verde que riqueza,
E a asa branca a tarde canta e que beleza
Ai, ai o povo alegre, mais alegre a natureza [...].”*

2.2.3. HIDROGRAFIA DA ÁREA EM ESTUDO

As bacias hidrográficas do Agreste pernambucano se caracterizam pela intermitência de seus rios, cujos leitos, no período de estiagem apresentam-se rochosos com lajeados e blocos de granitos esparsos nos aluviões; ou arenosos, nas partes mais baixas das planícies e depressões, ou no fundo dos vales, onde os riachos se encaixam nas fissuras geológicas. Nesses ambientes, os habitantes locais, visando dispor de água no período de estiagem, geralmente, constroem poços e cacimbas para a captação das águas do lençol freático que correm próximo à superfície.

¹⁰⁰ DANTAS, Zé e GONZAGA, Luiz. A volta da Asa Branca - 2:52min./1975. Regravação e arranjos: Quinteto Violado – série Millennium. São Paulo: Mercury Records/ Universal music. 1999. (Ipsis litteris).

Este panorama corresponde, conseqüentemente, às bacias do Ipojuca¹⁰¹ e do Capibaribe¹⁰², as quais, estão diretamente vinculadas à área estudada. A primeira, por se enquadrar nos critérios do IBGE/1989, como eixo de agrupamento dos municípios circunvizinhos para a formação da microrregião do Vale do Ipojuca, fato que resultou na inserção de Brejo da Madre de Deus, nesta mencionada microrregião.

Todavia, optamos pela segunda em virtude de situar-se no citado município e, conseqüentemente, abrigar a área pesquisada. Fato que nos conduz a adentrar pela descrição dos seus aspectos físico-naturais: a bacia hidrográfica do Capibaribe se localiza entre as coordenadas 7°54' e 8°19' de latitude Sul, e a 34°54' e 66°42' de Longitude Oeste, abrangendo uma área de 7.716Km², o que equivale a 7,85% da área total do nosso estado. O rio Capibaribe drena as águas superficiais desta bacia, nasce na Serra do Jacarará, no município de Jataúba e perfaz, aproximadamente, 240Km de extensão, até sua foz, no estuário do Recife. Deve ser ressaltado, no entanto, que o município de Jataúba (no qual localiza-se a nascente desse rio), e o município de Brejo da Madre de Deus (cujo território é drenado pelo rio Capibaribe), não integra a microrregião do Alto Capibaribe, segundo a

¹⁰¹ A bacia do Ipojuca está localizado a Sul, do município de Brejo da Madre de Deus, e se constitui como um vale tectônico, cujo rio principal, de igual nome, entalhou seu leito, nos planos de falha, originados pelo grande falhamento Leste-Oeste (já mencionado), que atravessa a região, que provocou a orientação estrutural, de todas as rochas, que compõe a sua bacia hidrográfica. Conforme DIAS, 1971 (op. cit), apud ANDRADE, E. op. cit. p. 38.

¹⁰² A bacia hidrográfica do Capibaribe localiza-se totalmente no território pernambucano, no setor Nordeste, limita-se ao Norte com a bacia hidrográfica do rio Goiana e o estado da Paraíba; ao Leste com o oceano Atlântico e algumas micro-bacias hidrográficas e rios litorâneos; e a Oeste, também com o estado da Paraíba e com a bacia hidrográfica do Ipojuca. O Capibaribe, eixo condutor de drenagem, nasce na Serra do Jacarará, um dos ramos dos Cariris Velhos, no município de Jataúba, a uma altitude aproximada de 1000m, e segue a jusante, na direção Nordeste, drenando a superfície dos municípios de Jataúba e Brejo da Madre de Deus, até as imediações do município de Santa Cruz do Capibaribe, a partir do qual, segue a direção Leste, continuando o trabalho da natureza, pelos municípios de Toritama, Salgadinho, Limoeiro, Paudalho, São Lourenço da Mata e Recife. Seus principais afluentes (micro-bacias) são: na margem direita (a jusante), Aldeia Velha, Madre de Deus, Tabocas, da Onça (Fazenda Velha), Goitá, e entre demais, o Tapacurá. Na margem esquerda (a jusante) Jataúba, Mulungu, Caiari, Tapera e Pará, dentre outros. O rio Capibaribe apresenta-se intermitente em aproximadamente 70% de seu curso, sendo o restante do seu leito é perene, o que compreende ao trecho de mais ou menos 60 Km - Limoeiro até seu estuário no porto do Recife. De acordo com: BARBALHO, Nelson. Nótulas Históricas: Os três Grandes Rios. Caruaru: Vanguarda. n. 1841, 01 jan. 1967; ENCICLOPÉDIA dos Municípios do Interior de Pernambuco, v.1. Apresentação: Marco Antônio de Araújo Costa. Recife: FIAM, 1986. p. 199-206; ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros, a-b. Recife: FIAM, 1982. p. 213-226 e 550; e, CONDEPE 2003 – consulta em 09 Set. 2002.

divisão do IBGE (anteriormente citada), embora, fisiograficamente, no alto curso desse rio, estejam localizados tais municípios que compõem, oficialmente, a Microrregião do Vale do Ipojuca.

De acordo com Mineração Palestina (op.cit, p.15-16), a área selecionada para esta pesquisa faz parte da micro-bacia do riacho da Onça¹⁰³, afluente da margem direita/Sul (a jusante) do Capibaribe, que possui aproximadamente 53 quilômetros de extensão e 8 km de largura, totalizando 5,6% da bacia do Capibaribe. A nascente desse riacho localiza-se na região serrana de Belo Jardim (em serras, que constituem um divisor de águas, entre as bacias hidrográficas do Ipojuca e do Capibaribe), numa estimativa de 750 metros de altitude, com a denominação de riacho de Fazenda Velha, que, posteriormente, anexa-se aos riachos Jucá, Volta, Quatí, Poços e Mandacaru, dentre outros, e deságua num desnível de 420 metros em relação ao nível de base do Capibaribe, no município de Toritama.

A micro-bacia do riacho Quatí drena parte das águas superficiais a Oeste de Fazenda Nova, (antes de desaguar no riacho da Onça) se afunila próximo ao centro urbano, onde foi construído um canal coberto que contorna parte da área das fontes. Sendo que, na época das trovoadas, este riacho não comporta o volume das águas e transborda, invadindo ruas e casas e causando transtorno à população que habita próximo às suas margens.

Ademais, deve ser salientado que, durante o período de estiagem há uma grande carência de água potável, o que faz a população ficar na dependência de carros pipas, enviados pela Prefeitura Municipal de Brejo da Madre de Deus e pela COMPESA. É, nesse período que a população recorre às águas das fontes, cujas cacimbas são lacradas, reduzindo o acesso das águas (das fontes) à população. Entretanto, é disponibilizada *uma* encanação (torneira) para os habitantes captarem água para o gasto diário, e para aqueles que puderem pagar, existe o banho (de chuveiro) termo-mineral, no interior no balneário.

¹⁰³ Mineração Palestina, (1998, p. 15), e informações complementares, colhidas a partir de depoimentos e entrevistas, com os habitantes locais, durante a pesquisa de campo: 2002 e 2004.

Contudo, devemos registrar de acordo com Feitosa 1996, citado em Mineração Palestina (1998, p. 8), que as águas superficiais precipitadas no período de verão-outono, na bacia do riacho Quati¹⁰⁴, considerando sua abrangência de aproximadamente 3Km², compõem uma vazão aproximada de 1,7 milhões de metros cúbicos precipitados, (lembrando que existem outras micro-bacias, na área mencionada como as dos riachos: Jucá, Fazenda Velha, dos Poços, e Mandacarú, dentre outras).

Acontece que, por falta de represamento, as águas das chuvas se esvaem, ou por meio de escoamento superficial, infiltração ou evaporação. Ficando a população a passar por constantes privações (de água), em virtude do armazenamento (tanques e cisternas), nas residências não ser suficiente para o gasto diário, e o abastecimento dos carros pipa não se apresentar como satisfatório, para complementar as necessidades básicas, fato que leva a racionamentos constantes no período de estiagem.

2.2.3.1. O AQUÍFERO DA DEPRESSÃO DE FAZENDA NOVA

Ainda no que concerne à hidrografia da área pesquisada, destacar-se-á alguns aspectos hidrogeológicos, em virtude de se apresentarem, com destaque, as reservas hídricas em seu subsolo. E, também, porque as águas que afloram nas fontes funcionaram como fator preponderante para o povoamento da área, tanto para os primitivos habitantes, quanto para os colonos lusitanos.

¹⁰⁴ No âmbito da Depressão de Fazenda Nova, não há barragens (para o abastecimento público), nem no riacho Quati, nem também nos demais riachos que cortam a área em apreço, que possam abastecer a população. As águas consumidas em Fazenda Nova, procedem da barragem Santana, na área de brejos, no distrito sede de Brejo da Madre de Deus.

Contudo, a título de esclarecimento, deve ser ressaltado, que na década de 1940, foi feita uma barragem, no leito do rio Tabocas, próximo a Barra de Farias, a qual se destinava a abastecer o Distrito de Fazenda Nova e adjacências. Acontece, que nos dias atuais, esta barragem não represa mais água, em virtude de ter sido assoreada. Entretanto, desde a década de 1950, segundo consta no livro de Ata de Reuniões da Câmara de Vereadores de Brejo da Madre de Deus, já se solicitava da Prefeitura e Governo do Estado, providências no sentido de “limpeza” da referida barragem, pois a mesma, já dava sinais de assoreamento. Conforme atesta os Livros de Ata de Reuniões Ordinárias da Câmara de Vereadores de Brejo da Madre de Deus, anos 1957 e 1964. Arquivo consultado em 08 Jul. 2003.

Vale ressaltar, ainda, que devido a grande quantidade de minérios que, comprovadamente, existem em tais águas subterrâneas (que emergem através das cinco surgências no atual centro urbano), estas funcionaram desde a década de 1930 como vetor propulsor à atração de visitantes que buscavam *cura* dos males físicos, por meio dos banhos de saúde. Este reconhecimento, motivou a construção de pousadas, hotéis e residências secundárias, promovendo intensas transformações na paisagem urbana de Fazenda Nova.

O levantamento hidrogeológico, empreendido pela Mineração Palestina (1996, p. 09), em uma parte da superfície interna da depressão de Fazenda Nova, registra que, acomodado no substrato rochoso, existe um lençol de água, também, denominado de aquífero¹⁰⁵, associado às ocorrências de águas termo-minerais na região, apresentando-se como um sistema de rochas fraturadas pré-cambrianas, cujas águas chegam à superfície através de uma quantidade razoável de fontes, minações e zonas úmidas, que se localizam próximo a interseções de fendilamentos, evidenciando circulação de águas subterrâneas, abrangendo a área das fontes de Fazenda Nova, Fazenda Velha e Olho D'Água dos Brutos (Anexo 3).

Todavia, para a descrição hidrogeológica da área em estudo, foi priorizada a surgência do aquífero na área das fontes de Fazenda Nova, cujo local, segundo Mineração Palestina (1996, p.12), é geologicamente marcado por uma área de intercessão de falhas e fraturas correlatas, de orientação N-S, NW-SE, E-W, caracterizada por litologia, vegetação e hidrografia peculiar.

¹⁰⁵ “[...] aquífero uma unidade geológica de armazenar e transmitir água em quantidade significativa e sob gradiente hídrico natural, o que implica a ocorrência de materiais com porosidade interconectada e boa permeabilidade. Um aquífero abrange áreas extensas, de modo a permitir o acúmulo de um volume de água superior ao que é drenado anualmente para fora.” (COELHO NETTO, Ana L. Hidrologia de Encosta na Interface com a Geomorfologia. In: GUERRA, Antônio José Texeira e CUNHA, Sandra Baptista (Orgs.). Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 93-148. 1995, p. 128-129).

Nesse ambiente, existe um agrupamento de rochas que pela sua singularidade, na década de 1960, despertou o interesse de Mello 1971¹⁰⁶, que em sua tese de doutoramento (IAG/USP), em homenagem ao local típico de ocorrência, denominou-o de *fazendanovitos*.

De acordo com Mineração Palestina (1998, p. 8), os *fazendanovitos* se constituem de uma formação rochosa incomum, constituída por *granodioritos com porfiros de microlina* (de até 8 cm de diâmetro), *feldspatos*, *cálcio-sódico*, *quartzo*, *biotita* e *hornblend*, além de *zircão*, *apatita* e *magnetita*, cujo afloramento se dá em torno das fontes de água termo-minerais no atual centro urbano de Fazenda Nova.

As águas das fontes de Fazenda Nova foram classificadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), como minerais¹⁰⁷ e se apresentam: inodora e hipotermal, alcalina; cloro-sulfatada de sódio-cálcio, com alto teor de sódios dissolvidos, além de outros minerais¹⁰⁸.

Mineração Palestina (1998, p. 20), registra que, nas surgências (das fontes), essas águas possuem uma temperatura constante, em torno de 30,4° C, entretanto, no ambiente interno do aquífero, numa profundidade de aproximadamente 3,1 Km, onde

¹⁰⁶ MELLO, A Alves de. Geologia e Petrologia da Região de Fazenda Nova – Pernambuco. Tese de Doutorado. São Paulo: IAG/USP. 1971. 101p.

¹⁰⁷ O Decreto Lei no. 7.841 de 08 de agosto de 1945, publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, em 20 de agosto de 1945, instituiu o Código de Águas Minerais, vinculado ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, através de uma Comissão Permanente de Crenologia, possui o encargo de pesquisar, estabelecer normas, analisar, expedir Lavras, fiscalizar exploração produção e comercialização de águas minerais no nosso país. E dispõe: “[...] As águas Minerais são aquelas provenientes de fontes naturais, ou de fontes artificialmente captadas que possuem composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confirmam uma ação medicamentosa.” Capítulo I, das Disposições preliminares, Artigo 1º, do Código Brasileiro de Águas Minerais (1945). <<http://www.abaspe.org.br/código-aminerais.num>> acessado em 13 Jun. 2000.

¹⁰⁸ De acordo com Mineração Palestina (1998, p. 21), composição química das águas das fontes de Fazenda Nova: O pH é de 8,3, os sódios dissolvidos são de aproximadamente 1520 ppm e de sílica –SiO₂=76,2%; cloro sulfatos e não radioativos, apresenta ainda traços de cobre, zinco, cobalto, chumbo, níquel, cádmio, prata, alumínio, ferro e manganês. Sua fórmula química característica é a seguinte: Cl-/36,20>SO₄-/11,58>HCO₃-/1,61=Na+/39,71>Ca++/9,97>K+/0,76>Mg++/0,14.

acontece a aparente circulação das águas, as temperaturas estimadas oscilam em torno de 125°C¹⁰⁹.

Outrossim, deve ser destacado que, nos dias atuais, ainda, de acordo com Mineração Palestina 1999¹¹⁰, estas águas conservam a mesma temperatura de décadas anteriores; continuando com o mesmo teor de minerais, (o que a faz ter um gosto levemente salobro), dentre eles: Sílica, Potássio, Ferro, Cálcio, Chumbo, Prata e outros. Além do mais, continuam validadas suas propriedades terapêuticas, de acordo com a Comissão Nacional de Crenologia – Serviços Termais da Prefeitura de Poços de Caldas – MG (Anexo 2).

Todavia, deve ser ressaltado, ainda, que pelo alto teor de minérios dissolvidos (inclua-se pequenas proporções de Rádio e Urânio), não é aconselhável o engarrafamento para consumo diário por parte dos seres humanos. Entretanto, se utilizada moderadamente, e, sob orientação médica, tanto o seu consumo, quanto às duchas termais, estas águas possuem propriedades crenoterápicas.

A crenoterapia, de acordo com o Dr. Benedictus Mário Mourão¹¹¹, se relaciona com os processos curativos próprios da medicina física: os quais podem ser subdivididos em fisioterapia e termalismo. Desse último, faz parte a Hidriatria ou medicina hidrológica, que por sua vez se subdivide em hitroderapia, telassoterapia e crenoterapia. Sendo que, a crenoterapia consiste no método terapêutico baseado no uso das águas mineromedicinais e de seus gases espontâneos, da água do mar, de lama terrestre e marinha e em estabelecimentos de equipamentos especializados.

¹⁰⁹ “Com relação a temperatura em profundidade das águas termais de Fazenda Nova, (...) HURTER et al (1983) estimou essa temperatura em 125°C, a partir do conteúdo emSiO₂ de 81,26mg/1(geotérmico de sílica).” (MINERAÇÃO PALESTINA, 1996, p.17).

¹¹⁰ MINERAÇÃO Palestina. Área de Proteção das Fontes de Fazenda Nova, Estado de Pernambuco. Recife: UFPE/CT/LABHID, 1999. p. 7.

¹¹¹ MOURÃO, Benedictus Mário. A Água Mineral e as Termas. São Paulo: ABINAM, 1997, p. 248.

Ainda no que se refere à abrangência do aquífero, há que se refletir e discutir sobre as possibilidades de tombamento (Anexo 3)¹¹², em virtude de crescimento do aglomerado urbano – Fazenda Nova -, está se processando, sobre parte do lençol d'água, fato que conduz ao risco iminente de contaminação por meio de lixões, fossa sépticas, ou através de esgotamento doméstico (águas servidas)¹¹³.

É interessante considerar que, outrora, a qualidade das águas do referido aquífero (Anexo 2), as quais, brotam nas referidas fontes, somadas ao conjunto paisagístico e climático, captaram na década de 30 (1930), movimentações turísticas para Fazenda Nova. No entanto, somente após a Segunda Grande Guerra foi que despontou de maneira geral, a prática social do turismo, tornando-se, geralmente, um vetor de desenvolvimento econômico para as áreas receptoras¹¹⁴.

A tendência latente de investimento para melhoria da qualidade de vida (saúde, lazer, educação trabalho, etc.), tem conduzido vários seguimentos do turismo a investir em

¹¹² Segundo Mineração Palestina (1999, p. 32-36), o estabelecimento do perímetro de proteção em torno da captações de água subterrânea, vem sendo adotado de forma crescente na maioria dos países do mundo, como medida preventiva para a proteção da qualidade das águas subterrâneas. As limitações variam de um país para outro e os critérios são também variáveis. Contudo, existe um denominador comum que é representado pela delineação de áreas de primeira, segunda e terceira (às vezes, até quarta) ordem, com contornos superficiais crescentes e nos quais as atividades humanas estão sujeitas a restrições cada vez menos rigorosa. Em geral esses perímetros consideram as seguintes zonas: Zona imediata : 10 a 20 metros ao redor da captação; Zona de Influência : que aborda a proteção microbiológica (geralmente 50 a 100 metros) e, Zona de Captação e Transporte: que abrange a área até os divisores de água, ou a uma área, suficientemente distante em que se possa obter trânsito livre das águas subterrâneas, distância que pode variar, entre algumas centenas de metros a quilômetros.

¹¹³ De acordo com a autorização do DNPM (Processo 840.107/95, alvará de autorização de pesquisa 3.186/13.12.95), a Mineração Palestina (atual concessionária), solicitou pesquisa científica ao LABHID/UFPE, a respeito da área de proteção do mencionado aquífero, estudo que resultou na pesquisa: Mineração Palestina 1999 (obra já citada), bem como, nas seguintes considerações: a abrangência da área que deve ser protegida através de dispositivos legais, por meio dos órgãos públicos competentes, tanto a nível estadual, quanto federal), bem como, as medidas que devem ser tomadas tanto pelas autoridades locais, quanto pela concessionária, por si tratar de um bem comum (público), que além de fonte de saúde, pode gerar renda e conseqüentemente, melhor qualidade de vida á população local, se for efetuado um planejamento bem elaborado, de maneira que sua prática, venha a desenvolver a dinâmica prática do setor de turismo.

¹¹⁴ “O turismo é, incontestavelmente, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais. Movimenta, em nível mundial, um enorme volume de pessoas e de capital, inscrevendo-se materialmente de forma cada vez mais significativa ao criar e recriar espaços diversificados.” RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 17.

áreas receptoras, que possibilitem um maior contato com a natureza:

Digamos que, nos dias de hoje, pelas motivações dos turistas que o praticam, o turismo rural é um turismo de espaços naturais e, sobretudo, de espaços humanizados, ativo ou apenas contemplativo. [...].

Noutros casos, os espaços rurais foram [são] procurados e visitados pela qualidade do ambiente, em particular dos tempos meteorológicos, para convalescença e a cura de visitantes débeis ou doentes: turismo de saúde climático nas áreas de Verões frescos e Invernos amenos, [...]; turismo termal, junto a nascentes de águas minero-medicinal de potencialidades curativas reconhecidas, dispersas nos meios rurais, de planície ou de montanha, [...].” (CAVACO, 1996, p. 109-111).

Em contrapartida, a área de Fazenda Nova parece estar na contra-mão da história, porque mesmo dispondo de infra-estrutura turística e os eventos culturais apresentados em Nova Jerusalém (Paixão de Cristo ou Noite Feliz), atraírem um grande número de turistas, não há movimentação expressiva em termos de consumo, de alimentação e de hospedagens.

Diante do quadro exposto, se descortina a falta de articulação e planejamento turístico por parte dos órgãos públicos competentes, bem como, de parcerias com o setor privado, no que concerne a uma maior integração e divulgação tanto dos atributos naturais, como dos culturais (além dos divulgados pela mídia), os quais, existem no entorno de Fazenda Nova e em áreas circunvizinhas.

2.2.4. ASPECTOS FLORÍSTICOS

As distintas formações vegetais que caracterizam as paisagens naturais, de maneira geral, refletem as condições do relevo, solo, clima e hidrografia, dos locais típicos de suas respectivas ocorrências. Nesse contexto, também se inserem as paisagens naturais do território pernambucano, as quais, se diferenciam claramente, nas distintas sub-regiões em que estão inseridas – Litoral e Zona da Mata, Agreste e Sertão.

Sedimentando essas ponderações, deve ser salientado, que nas áreas em que predominam as “[...] chuvas de outono-inverno, a sucessão fitogeográfica faz-se da floresta tropical pluvial perenifolia (Zona da Mata) para a floresta tropical pluvial, semidecídua “mata seca” e daí para a mata já decídua e/ou para a caatinga hipoxerófila do Agreste (Bshs’), quando não do semi-árido, vizinho algumas vezes, da costa oriental, onde as chuvas ainda são de outono-inverno, como é o caso dos Cariris Velhos paraibanos (a sotavento de anteparos eficazmente opostos à interiorização dos alísios “refrescados”) e da sua projeção em Pernambuco [na] (região de Fazenda Nova).” (ANDRADE, G. op. cit., p. 59, grifo nosso). *Ipisis litteris*.

Para Jatobá (2003, p.59), a classificação das formações vegetais do nosso estado, subdividem-se em: floresta subperenifolia, floresta subcaducifolia, floresta caducifolia, formações litorâneas, caatinga hipoxerófila, caatinga hiperxerófila, cerrado e vegetação de transição - floresta/caatinga.

Quanto ao Agreste, nas manchas úmidas, pode-se encontrar áreas de floresta tanto subperenifolia, que possui as espécies típicas: sucupira e pau-d’alho, dentre outras; e a floresta caducifolia, com o pau d’arco amarelo, pau d’arco rosa e roxo, além do pau-brasil, entre outras espécies vegetais. Todavia, nas áreas áridas e semi-áridas predomina a Caatinga - *silvae aestuaphyllae*¹¹⁵, que se constitui como um conjunto de tipos vegetais que protege o solo do semi-árido, “[...] caatinga – que significa mato branco ou esbranquiçado ou mesmo ralo, aparência que sempre tem no período seco – é adotado pelas classificações fitogeográficas conhecidas.” (ATLAS NACIONAL DO BRASIL– NE, op.cit., p. IV-3).

Para Gilberto O. Andrade (op. cit., p. 55-56), a caatinga se apresenta como um dos tipos mais difíceis de serem definidas, em virtude da extrema heterogeneidade que apresenta, tanto na composição, quanto na fisionomia. Sendo que, na zona semi-árida nordestina foram encontrados vários tipos de associações relativas às espécies características da caatinga.

¹¹⁵ “A falta quase total de verde no período seco chamou a atenção de Martius que a definiu como “*silvae aestuaphyllae*”, isto é floresta sem folhas no estio.” (ATLAS Nacional do Brasil, op. cit., p. IV-3).

Entretanto, o autor acima citado, destaca duas formações: a hipoxerófila e a hiperxerófila. A primeira é constituída por árvores de pequeno porte e arbustos que perdem as folhas durante a estação seca, sendo as espécies mais freqüentes: catingueira, barriguda e jurema, entre outras. E a segunda, (formação hiperxerófila), abrange a família das cactáceas: facheiro, xiquexique, mandacaru, macambira, coroa-de-frade, dentre outros. Espécies vegetais curiosas, cujos espinhos permitem o armazenamento de água, favorecendo, apenas, um mínimo de evapotranspiração na época de estiagem. No âmbito das espécies típicas da caatinga, há, ainda, as espécies “[...] xerófilas, cultivadas tradicionalmente, como o algodão mocó, o cajueiro, a carnaubeira, a palma, o licurizeiro e o caroá.” (ANDRADE G. op. cit. p. 64).

De acordo com Mineração Palestina (1998, p. 14-15), na área selecionada para o estudo, a vegetação predominante é do tipo hipoxerófilo, da família das anacardiáceas e bignoniáceas, destacando-se: a baraúna¹¹⁶, a aroeira, o pau-d’arco amarelo e angico, entre outras. Há, também, a vegetação rasteira, comum nos ambientes mais secos e pedregosos, nas encostas e interflúvios, onde se destacam as árvores de baixo e médio porte, como: umbuzeiro, bom-nome, pereiro, quixabeira e o juazeiro, outros tipos. Nas áreas mais baixas e úmidas, próximas ao leito dos riachos, indicando a presença do lençol freático próximo à superfície, destacam-se as espécies higrófitas: o juá, a carrapateira e a canafístola. É comum encontrar, ainda, nesses ambientes o cultivo de árvores frutíferas, como: coqueiros, mamoeiros, romãzeiras e mangueiras, entre outros espécimes vegetais.

¹¹⁶ “Árvores anacardiácea (*Schinopsis brasiliensis*), muito comum na caatinga, onde atinge até 12 metros de altura. Folhas aromáticas, ramos espinhosos, flores alvas, muito pequenas; o fruto é alado, e a madeira, duríssima, serve de dormentes.” (AURÉLIO, F. op. cit. p. 85).
Deve ser ressaltado, que atestando a existência desse tipo de vegetação, em décadas passadas, nessa área, durante entrevista com o senhor J. Z., 87 anos natural do sítio Quati, residente há 48 anos em Fazenda Nova, viúvo e aposentado, a respeito da paisagem local, em décadas passadas, relatou-nos: “Nos arredores das fontes de Fazenda Nova, mais para o sul, tinha um grande brauná [conjunto de árvores nativas da área de caatinga, que havia na região], onde os tangerinos pernoitavam e descansavam a boiada, que cedinho, desciam para Caruaru e para os engenhos das matas do sul de Pernambuco.” (informação verbal captada em 03 Mar. 2003).

É mister registrar, que, tanto no espaço urbano de Fazenda Nova, quanto na paisagem em derredor, ainda, no que concerne às espécies nativas, se sobressaem na época de floração (setembro-outubro), as caibeiras – *Tabebuia serratifolia*¹¹⁷, as quais “[...] notadamente as mais antigas, estão alinhadas segundo os traços de fraturas [geológicas] favoráveis ao armazenamento de água, sendo, portanto, um forte indicador geobotânico na prospecção de águas subterrâneas.” (MINERAÇÃO PALESTINA, 1998, p. 15).

Não obstante, no que se refere à composição vegetal natural na área do arco serrano, nos dias atuais, ainda é possível encontrar remanescentes da mata nativa, apesar da retirada de varas e estacas – para cercas e de lenha para abastecer os fornos de padarias das cidades circunvizinhas, madeira para caieiras, cujo produto é posteriormente comercializado sob a forma de carvão vegetal. Tais fatores, aliados à inexistência de preservação da copa das serras e a falta de preservação da mata ciliar, desnudam e enfraquecem o solo, deixando-o propenso à erosão e, ainda, contribuem para acentuar a aridez climática.

No que concerne à vegetação adaptada, o que marca a paisagem de Fazenda Nova é o colorido das bulgavílias, bem como, a presença marcante da algaroba (*Presepeis juliflora*) que, segundo Gilberto Osório de Andrade (op. cit., p. 65), foi importada do Peru em 1942 e adaptou-se sobremaneira na região Nordeste, principalmente, nas áreas de clima semi-árido.

No que se refere à vegetação (transplantada) existente na paisagem urbana de Fazenda Nova, de acordo com alguns habitantes entrevistados (2002-2004), havia muitas plantas ornamentais nos belos jardins, bem como, árvores frutíferas cultivadas,

¹¹⁷ De acordo com o Dicionário Aurélio (op. cit., p. 369 e 488), designação comum a várias espécies de tabebuia (antes Tecoma), da família das bignoniáceas, há dois tipos, o de flores amarelas e a de flor violácea. Muito ornamental pela floração belíssima. Os ipês ou caibeiras (como são localmente conhecidos), são dotadas de lenho muitíssimo resistente à putrefação e o seu corte é proibido por Lei – “é considerado árvore nacional.”

tanto nos quintais das casas do “povo daqui”, quanto e muito mais, nas casas do “povo de fora” (residências secundárias). Entretanto, nos dias atuais, nessa mesma paisagem há, apenas, vestígios do “verde de outrora.” Um grupo dos entrevistados acredita que foi por causa da falta de água - “sem água não há vida”, outro grupo, também, admite essa mudança a falta de cuidados e respeito com a natureza – desmatamentos e poluição das águas - “[...] que fez mudar o tempo [clima], não deixando as nuvens carregadas [entenda-se de água], passar por aqui, por isso, há sequeidão no mundo. Desse jeito, até alastrado morre.”¹¹⁸ Entretanto, o ponto comum percebido entre os grupos, foi o de que “[...] os verões estão cada vez mais cumpridos e quentes; e as trovoadas, cada vez encurtam mais” ¹¹⁹.

Portanto, a partir da contextualização do objeto em apreço no cenário físico-natural, basilar à compreensão dos vetores transformadores da/na paisagem humanizada do entorno do lugar, adentraremos pelos aspectos historiográficos, com o intuito de descortinar no substrato cultural os elementos fundantes que, de alguma maneira, contribuíram para as transformações sócio-espaciais implícitas, ou até mesmo explícitas, nos dias atuais, na paisagem urbana de Fazenda Nova.

¹¹⁸ Sra. S. C. L., 59 anos, casada, 5 filhos, natural e residente em Fazenda Nova. Informação verbal colhida em 21 Jan. 2004.

¹¹⁹ Sr. P. S, 83 anos, casado, 4 filhos, agricultor, habitante da zona rural de Fazenda Nova. Informação Verbal colhida em 21 Jan. 2004.

2.3. MEMÓRIA E HISTÓRIA REFAZENDO A PAISAGEM

*“[...] suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo,
a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas,
de idades diferentes,
pedaços de tempos históricos representativos
das diversas maneiras de produzir as coisas,
de construir o espaço.”
Milton Santos, 1997¹²⁰*

As sociedades humanas, desde os seus primórdios, têm se apropriado do espaço geográfico, fixando territórios, mobilizando fronteiras e, ao longo do tempo, de acordo com suas respectivas culturas, legando à posteridade, através de suas marcas, pedaços de tempos históricos que, continuamente, revelam a tessitura da paisagem.

Buscando subsídios para analisar a dinâmica da paisagem cultural de Fazenda Nova, optou-se em um primeiro momento pelo registro da memória histórica¹²¹, a partir dos vestígios deixados pelos primitivos habitantes da região, cuja documentação nos conduz a um embarque através do túnel do tempo, ao Período Neolítico, na Idade da Pedra Polida, à aproximadamente, onze mil anos BP¹²², período em que principiaram as primeiras transformações na paisagem natural da área selecionada (Anexo 4).

A História, ainda, nos conduzirá, em um segundo momento, a um período próximo, ao início do século XVI, à tomada de posse das Terras de Pindorama¹²³,

¹²⁰ SANTOS, Milton, 1997, p. 68.

¹²¹ “A memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado, para servir o presente e o futuro.” (LE GOFF, op. cit., p. 477).

¹²² B. P. “Before Present”, ou A. P. “Antes do Presente”, expressão comum na Antropologia, para datar um fato ou período, ocorrido anteriormente aos nossos dias. De acordo com FERREIRA, Josué Eusébio. Sítio da Serra do Cachorro, Brejo da Madre de Deus – PE, Brasil: Uma contribuição ao estudo da área arqueológica dos Cariris Velhos. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE/CFCH/DA, 1998, p. 110. e ADAS, Melhem. Panorama Geográfico do Brasil: Contradições, impasses e desafios sócioespaciais. Melhem Adas; Sérgio Adas (colaborador); comunicação cartográfica Marcello Martinelli. 3ª. ed. São Paulo: Moderna, 1998. p. 30.

¹²³ “Pindorama - suposto nome que os tupis da costa brasileira davam ao Brasil litorâneo. Do tupi pindo, forma apocada de pindob, palmeira e rama, , que* T. S., 289 [* Teodoro Sampaio. O tupi na geografia nacional 3ª. ed. Bahia, 1928], parece considerar contração de retama, país, a região ou o país das palmeiras [...]. E invenção de Couto Magalhães. O Selvagem, p. 271. Magalhães inventou também Tapuirama para designar o interior.” In: DICIONÁRIO Etimológico da Língua Portuguesa, Tomo II, Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: FDR, 1952, p. 243. Ippis litteris.

e posteriormente, as Terras de Paranã-puka¹²⁴ onde, a partir de 1534, começou efetivamente, a empreitada lusitana.

“Na época da colonização, o europeu apropriou-se de uma natureza e de seus territórios já humanizados, em maior ou menor grau, por povos que aqui viviam. Eram espaços cujas paisagens expressavam uma temporalidade e humanização, herdadas de sociedades distintas das européias que vieram conquistar o novo mundo.” (ADAS, op. cit., p. 28).

Diferentemente da visão mercantilista portuguesa, os povos que aqui viviam, utilizavam os recursos da natureza como fonte de vida e não como fonte de lucro¹²⁵. O fato é que, não considerando essa visão em relação à natureza, os invasores subjugarão as populações nativas levando-as à escravidão e morte, (sendo que os poucos sobreviventes se viram encurralados e destituídos de suas terras e culturas). E, continuando em busca de riquezas ou meios de produzi-las, os invasores transformaram outro povo (estrangeiro) em mercadoria, tornando-a peça mestra a transformar a paisagem, da mata ao canavial, e ao engenho¹²⁶ - “doce inferno” - movido a fogo, sangue e suor africano, onde se produziam pães de açúcar¹²⁷ para abastecimento da nobreza européia, através da metrópole portuguesa. Outrossim, os lusitanos que aqui aportaram, não se deram por satisfeitos com as transformações impostas às paisagens do Litoral, cujo espaço não comportava canavial e gado, adentraram para além da Zona da Mata, através do São Francisco até o árido Sertão e, por último, ocuparam os domínios do Agreste.

¹²⁴ “O nome Pernambuco vem do tupi Paraña-puka, que significa buraco no mar,[...]” PERNAMBUCO. Caminhos da Liberdade / organização, texto final e edição: Hélio Mota; apresentação: Manoel Correia de Andrade; pesquisa e textos: Leonardo Dantas da Silva. Brasília: Tempo Real, 1998, p. 17.

¹²⁵ ADAS, op. cit., p. 36.

¹²⁶ “[...] o engenho é uma extensa construção ao rés do chão, tendo em frente a senzala dos negros, deserta durante as horas de trabalho. Vejo ao longe negros e negras curvados para a terra, e excitados a trabalhar por um feitor armado dum chicote que pune o menor repouso. Negros vigorosos cortam a cana que raparigas enfeixam. Os carros, atrelados de quatro bois, vão e vêm dos canaviais ao engenho; outros carros chegam da mata carregados de lenha para as fornalhas. Tudo é movimento.” TOLLENARE, Louis-François. Notas dominicais tomadas sobre o Brasil, 1816, 1817, 1818. Citado por MONTELLATO, Andréa Rodrigues Dias. História temática: diversidade cultural e conflitos. 6ª. série/ Andréa Rodrigues Dias Montellato, Conceição Cabrini, Roberto Catelli Júnior. São Paulo: Scipione, 2000, p.125.

¹²⁷ “Levado para a casa de purgar, o melaço era colocado em fôrmas de barro. Drenado o líquido viscoso, do qual se poderia fazer aguardente, sobrava a rapadura ou o açúcar mascavo. Por fim, o açúcar passava pelo processo de branqueamento e secagem, sendo desenhado e embalado para exportação – eram os pães de açúcar.” (MONTELLATO, op. cit, p. 124). *Ipisis litteris*.

2.3.1. VESTÍGIOS DA PRÉ-HISTÓRIA NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Na década de 1980, visando documentar os sítios arqueológicos com pinturas rupestres, localizados no Agreste pernambucano, o Núcleo de Estudos Arqueológicos (NEA), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) implantou um projeto arqueológico para Pernambuco. Nessa pesquisa, foram estabelecidos alguns padrões, no tocante às áreas de ocupação pré-histórica, tais como: abrigos sob rochas localizados nas encostas das serras, e outros, nos vales, com evidência de água nas proximidades, e, ainda, pinturas ou gravuras nas paredes dos abrigos.

De acordo com Ferreira 1998¹²⁸, para se documentar um sítio ou abrigo arqueológico os elementos geográficos são grandes aliados na sua recomposição, porque fornecem subsídios essenciais para o reconhecimento do relevo, desde suas formas (paleoformas), até aquelas que tiveram origem nas ações antrópicas, e, também, por conter dados para a análise da flora e do clima (paleoclimas), e, por oportunizar outras informações a respeito de importantes elementos físico-naturais que podem ser úteis à reconstrução da paisagem, ou, que de alguma maneira, possam contribuir com as questões relativas às migrações ocorridas ao longo do tempo.

Portanto, imprescindível é a contribuição da Geografia Física que através da Geomorfologia se constitui grande aliada para os estudos da Arqueologia Ambiental. Ademais, o apoio interdisciplinar, também, é referendado pelo geógrafo Aziz Ab'Saber e pela arqueóloga Niede Guidon, que recomendam:

“ [...] não se deve perder de vista o ambiente ocupado pelo homem pré-histórico porque, tanto o espaço ecológico, quanto uma metodologia interdisciplinar, são fundamentais no estudo da pré-história, para a compreensão das motivações que indicam as escolhas do homem pelos locais que hoje apresentam sinais de sua ocupação.” (FERREIRA, J. op. cit. p. 91).

¹²⁸ FERREIRA, J. op. cit., p. 90.

Vale ressaltar que, apenas o cadastramento, levantamento e análise do tipo de ocupação empreendida pelos primitivos habitantes (mesmo apoiando-se nos conhecimentos de outras ciências), não são suficientes, à conservação dos sítios arqueológicos documentados que carecem de maior preservação, em virtude do desgaste provocado pela natureza e pela ação humana.

Para Lima 1984¹²⁹, no que concerne a interferência da natureza, se tem a erosão do solo e a exposição das pinturas parietais e a degradação acelerada por causa da orientação e abertura dos abrigos, em virtude da inclinação e esfoliação das rochas. Ferreira 1998, acrescenta às observações da referida pesquisadora, as questões referentes às ações humanas, dentre as quais se sobressaem aquelas ligadas à prática da agricultura e da pecuária, através do desmatamento de encostas e a técnica da coivara que ameaçam a conservação dos sedimentos desses abrigos e aceleram, também, o processo de erosão.

Os estudos empreendidos por Lima (op. cit., p. 11-15), no município de Brejo da Madre de Deus forneceram um panorama geral referente às condições em que se encontravam os dez sítios arqueológicos documentados¹³⁰ e, registraram, também, a existência de outros abrigos, que ainda não haviam sido prospectados.

2.3.1.1. DEPREDAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – ABRIGO RUPESTRE DA PEDRA DA LUA

Ao desgaste provocado pela ação da natureza e, por seres humanos, citados anteriormente, acrescentamos dois outros fatores de extrema importância para a

¹²⁹ LIMA. Jeannette Maria Dias de. Pesquisa Arqueológica no Município de Brejo da madre de Deus. In: Symposium. Recife: UNICAP. v. 26, n.1, 1984.

¹³⁰ “Até o momento o momento foram localizados e documentados dez sítios de arte rupestre, alguns belíssimos, de pictoglifos em vermelho, em vermelho e branco e em vermelho branco e preto. Quatro desses sítios foram prospectados em 1982: Sítio Pedra do Letreiro e Sítio Fuma da Lagoa, ambos localizados no sopé da Serra da Boa Vista, [...]; Sítio Pedra da Lua, localizado no sopé da Serra do Quatí, a 5 Km a oeste de Fazenda Nova; Sítio Pedra Grande do Horácio, situado no sopé da Serra do Púcaro [...].” (LIMA, op. cit., p. 11).

compreensão da situação em que se encontram tais ambientes: o primeiro, se refere à prática da depredação em nome da religião, e o segundo tem haver com àquela praticada (ou permitida) pela administração pública¹³¹.

Tais questões nos interessam, porque ao discutirmos o patrimônio cultural¹³², deixado pelos primitivos habitantes, argumentamos, também, questões relativas à paisagem que se apresenta nos dias atuais. Além do mais, como cidadãos, devemos nos preocupar com a paisagem que legaremos para as gerações futuras.

No tocante às alterações empreendidas no patrimônio cultural, em nome da prática religiosa, nos referimos aos rituais de purificação¹³³, praticados por extremistas, cuja fé, diverge das crenças de outros antigos povos, os quais, cultivavam valores diversos dos contemporâneos. Sendo que, geralmente, através de figuras (que nos dias atuais soam

¹³¹ “Com o dinheiro do café [no Brasil] se arrasou com a primitiva cidade colonial em taipa de pilão e alguma pedra. [...]. Nada se poupou: chafarizes em grande quantidade; capelas; igrejas; um casario sem fim, derrubados em nome do alinhamento; adornos; equipamentos vários; estatuas, pontes e obras de arte da engenharia civil [...]. Alguns assustados com o vandalismo, criaram no final da década de 30 o primeiro órgão público em defesa do patrimônio. E hoje já se fala numa quarta destruição, já que nem as obras dos anos 30, 40 e 50 são poupadas [...]. Mais uma vez, o imediatismo que nos é tão familiar ameaça irromper num gesto que poderá ser suicida, já que destruir o patrimônio é liquidar com a principal matéria prima do turismo.” (YÁZIGI, 1999, p. 136-137).

¹³² “Na convenção do Patrimônio Mundial da Unesco, em 1972, define-se patrimônio cultural como:

- monumentos: obras de arquitetura, escultura e pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e combinações destas que tenham um valor de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências;
- conjunto de edificações: conjuntos de edificações separados ou conectados, os quais, por sua arquitetura, homogeneidade ou localização na paisagem, sejam de relevância universal do ponto de vista da história, arte ou das ciências;
- sítios: obras feitas pelo homem ou pela natureza e pelo homem em conjunto, e áreas que incluem sítios arqueológicos que sejam de relevância universal do ponto de vista da história, da estética, da etnologia ou da antropologia.” (BARRETTO, op. cit., p. 12).

¹³³ Da visão dogmática decorre a moral dogmatizante, pois na comunidade em que vive o indivíduo, submetido a coletividade supervisionada por um mito ou da religião, o indivíduo integrante não critica as normas e tradições. E, quando se apresenta o desconhecido, o clima de temor e sobrenaturalidade paira e estigmatiza a família, os amigos, o trabalho, a propriedade, ou a Igreja, entre outros. Daí surgem os rituais de purificação. A partir da visão da autora, encontramos, supostamente, explicações a respeito das alterações propositais empreendidas no abrigo rupestre da Pedra da Lua. Já que a propriedade em que se situa o referido abrigo, foi adquirida por uma pessoa que pratica determinada religião, cujos dogmas, supostamente condenaram as figuras ou lugar, daí o procedimento de um ritual de purificação. Fato que visto sob outro prisma, conduziu à perdas irreparáveis de páginas da pré-história no âmbito regional. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofando; Introdução a filosofia*. Maria Lúcia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins. 2ª. ed. São Paulo: Moderna, 1993. p. 57.

estranhas à nossa compreensão), enalteciam suas divindades ou seus mitos¹³⁴. Como atestam os painéis rupestres encontrados em inúmeros sítios arqueológicos no Nordeste brasileiro¹³⁵. Quando há o choque de culturas, tal qual se viu, no abrigo rupestre da Pedra da Lua¹³⁶; as conseqüências não se resumem, apenas à perdas do registro da pré-história local, mas, também, de autêntica documentação da ocupação territorial e, de vestígios de antigas rotas migratórias praticadas pelos primitivos habitantes, no espaço nordestino.

Entretanto, se locais com vestígios arqueológicos, como o anteriormente citado, ao invés de esquecidos, ou mesmo desconhecidos fossem conservados por parte do habitante local, além de tombados por Lei que estimulasse sua preservação, através de políticas atreladas, tanto a nível Municipal e Estadual, quanto Federal, estes retratos da história, além de referência local de identidade¹³⁷, tornar-se-iam na paisagem, âncoras a captarem a dinâmica da prática do Turismo (ecológico, histórico e/ou cultural).

¹³⁴ “Um mito é uma narrativa de alguma (origem dos astros, da terra, dos homens, das plantas, dos animais, do fogo, da água, dos ventos, do bem e do mal, da saúde e da doença, da morte, dos instrumentos de trabalho, das raças, das guerras do poder, etc.)” (CHAUÍ, op. cit., 1995, p. 28).

¹³⁵ “São Raimundo Nonato, no Piauí, tornou-se o grande centro arqueológico com a descoberta de registros rupestres que datam de até 12 mil anos antes da chegadas dos colonizadores [portugueses]. Nas representações figurativas reconhecem-se gestos que estariam; ligados ao sistema simbólico da etnia como cerimônias, ritos e mitos.” (ARANHA, op. cit., p. 55).

¹³⁶ O abrigo rupestre da Pedra da Lua localiza-se na vertente Norte da Serra do Quatí, em meio à vegetação de caatinga. É um abrigo de pedras protegido dos ventos, que se encontra camuflado naturalmente na paisagem, de onde descortina uma ampla visão do terreno. Nesse ambiente, há vestígios tanto da ação do tempo, fragmentando e esfolando as rochas (um fato que nos despertou a atenção, foi a lasca que naturalmente, se soltou dividindo um conjunto de figuras ao meio, claro indício, de quão antiga é a presença de humanos naquela região), quanto, das alterações procedidas por seres humanos. O painel rupestre contém muitas figuras, dentre as quais, destacamos a figura maior desenhada em vermelho-ocre (aproximadamente 80 cm), que parece representar uma divindade com orelhas ou chifres, sob uma lua. Entretanto, percebe-se, que tais registros pré-históricos, foram alterados: completados, dividido e borrados, com tinta vermelha, em um tom mais forte do que o das pinturas; há ainda, indícios de fogueiras recentes, acesas junto das pedras, onde se localiza o painel, sendo que a fuligem contribuiu para embaçar ainda mais as gravuras. Tal ato de depredação ou de intolerância religiosa (?) além de lamentável é uma alerta à necessidade de preservação desse e de outros patrimônios culturais da humanidade, abrigados em tantas outras paisagens.

Pesquisa de campo, realizada em 27 Jul. 2003.

¹³⁷ “O conceito de identidade implica o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada [...], cujos membros não se conhecem, mas partilham importantes referências comuns: uma mesma história, uma mesma tradição. [...] Manter algum tipo de identidade – étnica, local ou regional – parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas por laços extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma terra, a costumes e hábitos que lhes dão segurança, que lhes informam o que são e de onde vêm, enfim, para que não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo atual oferece.” (BARRETTO, op. cit., p. 46).

2.3.1.2. TRADIÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO AGRESTE

As pesquisas arqueológicas empreendidas até o momento, na região Nordeste, de acordo com Ferreira (op. cit., p. 110), indicam a presença de duas Tradições Arqueológicas¹³⁸: a Tradição Nordeste e a Tradição Agreste. Sendo que, a essa última pertence os grupos humanos que habitaram a área que objetivamos estudar.

“[...] em Pernambuco, ocuparam áreas do Agreste entre 2000 e 1000 anos BP. Habitaram principalmente em áreas de várzea e piemonte, ocupando pequenos abrigos sob rochas que são caracterizados pela localização em relação às serras e à água de fontes permanentes e/ou acumuladas pelas chuvas, bem como pelas pinturas rupestres encontradas nesses abrigos.” (FERREIRA J. op. cit., p. 110).

De acordo com Dias 1972¹³⁹, os primitivos habitantes dessa região integravam a tribo Cariri, conforme atestam os abrigos rupestres e os letreiros encontrados. Segundo as inscrições rupestres, esse povo, habitou o planalto da Borborema, e transitou pelas Serras das Cruanhas, do Jaracatiá, do Mandacaru, e da Umburana, dentre outras; ocupou, também, algumas áreas de planície, a exemplo das aldeias de Riacho Doce e Nazaro nas proximidades das fontes de Carapotós, Fazenda Velha e Fazenda Nova.

Para o Professor Manuel Correia de Andrade¹⁴⁰, tais registros deixados pelos povos primitivos, consistiam em uma maneira de transmitir às gerações posteriores os conhecimentos geográficos a respeito do território em que habitavam:

“Ao falarmos em povos primitivos, considerando-os como os que viveram na pré-história, vemos que eles, mesmo sem possuírem a escrita, transmitindo os conhecimentos através da versão oral e dos desenhos em rochas e em cavernas, passadas de geração a geração, tinham uma concepção de vida e uma cultura, ambas impregnadas de idéias geográficas.” (ANDRADE, Manuel, op. cit., p. 20-21).

¹³⁸ No Nordeste brasileiro, até o momento, foram documentadas duas Tradições Arqueológicas: Tradição Agreste e Tradição Nordeste. Os vestígios característicos da primeira, são comuns, nos abrigos arqueológicos encontrados no Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia. E os traços marcantes da segunda, têm sido documentados no Apodí – RN, Sobradinho – BA e em inúmeros sítios arqueológicos em Pernambuco e na Paraíba, na área dos Cariris Velhos. De acordo com FERREIRA J. op. cit., p.62.

¹³⁹ DIAS, João de Deus de Oliveira. Caruaru. In: Vanguarda. n. 2113. 28 de Mai. de 1972.

¹⁴⁰ ANDRADE, Manuel Correia. Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987. p. 20.

2.3.1.3. O CEMITÉRIO - ABRIGO DA FURNA DO SÍTIO ESTRAGO

Visando documentar a pré-história do Agreste pernambucano, no início da década de 1980, Lima (op. cit., p. 35-38) empreendeu pesquisas no município de Brejo da Madre de Deus, que abriga parte das serras e alguns dos sítios arqueológicos citados por Dias 1972. A mencionada pesquisadora registrou nos sítios arqueológicos prospectados, traços comuns aos descritos por Dias 1972, entretanto, como recorte espacial optou pelas furnas do Sítio do Estrago¹⁴¹.

As escavações arqueológicas empreendidas no referido sítio trouxeram importantes contribuições, tanto sobre a pré-histórica do Agreste, quanto sobre a pré-história do Nordeste brasileiro. Nesse local, foi constatado (de acordo com exames laboratoriais dos materiais resgatados), que a ocupação humana ocorreu em dois momentos distintos: em um primeiro período, deve ter sido habitada por tribos da região que migravam entre o semi-árido e o brejo de altitude, aproximadamente, 11000 anos BP (Anexo 3), e em um segundo momento há aproximadamente 2000 a 1000 BP, quando o abrigo¹⁴² foi utilizado como um cemitério indígena.

Nesse local, foi possível resgatar cinquenta e três sepultamentos, entretanto, encontramos em documentos datados 1988 (Na Biblioteca pública de Brejo da Madre de Deus e no Museu daquela cidade, a menção de oitenta e três sepultamentos resgatados). Todavia, de acordo com o relatório da pesquisa foram desenterrados 41

¹⁴¹ “[...] situada a borda da Caatinga, na encosta norte da Serra da Boa Vista localmente conhecida por Serra do Estrago, a uma altitude de 650 metros [...]. Suas coordenadas geográficas foram determinadas em 36°28’14’’ de longitude oeste e 8°11’36’’ de latitude sul.” (LIMA, op. cit., p. 30).

¹⁴² Durante pesquisa de campo, estivemos em Brejo da Madre de Deus, e visitamos o referido cemitério arqueológico. No local existem minações e um número expressivo de árvores frutíferas. O acesso não é muito fácil (subida da Serra do Estrago), e o abrigo foi constituído a partir de uma formação rochosa que muito lembra um salão. Nesse ambiente, dois fatos captaram a nossa atenção: o primeiro foi o de haver pouquíssimas inscrições rupestres, e o segundo, foi sua localização na borda da serra, da qual se pode contemplar a paisagem (nas direções Leste-Nordeste-Norte), que curiosamente, não é a característica do entorno (brejo de altitude), mais uma paisagem típica da caatinga. Pesquisa de campo realizada em 04 Jul. 2000.

esqueletos adultos¹⁴³ e 12 esqueletos de crianças¹⁴⁴, em excelente estado de conservação. De acordo com a análise comparativa, do acompanhamento funeral resgatado, segundo o costume e/o ritual de outros povos primitivos que habitaram o Nordeste, foi constatado que os rituais de enterramento procedidos na fuma do Estrago se assemelhavam ao praticado pelos grupos Jê ou Gê.

Além dos esqueletos, também, foram resgatados das fossas funerárias objetos, como: colares de sementes, ossos e dentes de animais, conchas de amazonita, de silito argiloso e de calcário; pente e flauta de osso¹⁴⁵; material lítico, como lascas e núcleos de quartzo, um machadinho de granito de grã-fina; cacos de objetos cerâmicos; restos de alimentos (sementes), bem como; excrementos humanos ressequidos (copólitos), e, algumas flores¹⁴⁶.

Quanto ao destino do material coletado durante a pesquisa: parte encontra-se na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) em Recife; sendo que uma parte do

¹⁴³ Segundo Lima (op. cit., p. 29), 23 esqueletos adultos se encontravam em perfeito estado (ossada) e estavam completos e 18 dos resgatados se apresentavam incompletos.

¹⁴⁴ De acordo com Lima (op. cit., p. 29 e 36-39), foram resgatados também os funerais de 12 crianças. Nesses sepultamentos, não foram encontrados envoltórios, nem colares, entretanto, nos dos lactentes, foram encontradas embalagens especiais: pequenas cestas de material vegetal, sendo que um deles, ocupava um recipiente vegetal em forma de canoa, semelhante a uma esparta de palmeira.

¹⁴⁵ De acordo com Lima (op. cit., p. 5-6), o esqueleto analisado pelo Instituto Superior de Cultura Brasileira, foi apelidado de “flautista”, porque trazia entre os braços, uma espécie de flauta de tibia. Segundo exames empreendidos pelo mencionado Instituto (Rio de Janeiro), constatou-se que se tratava de um esqueleto adulto, de aproximadamente 1,65 com, indicando ter morrido aos 45 anos; que apresentava um crânio grande, muito arredondado, com órbitas altas, cujos ossos das pernas indicavam indícios da freqüente posição de cócoras, indícios comuns a outros corpos resgatados na mesma escavação. Fato que evidencia que nessa região, habitou uma raça arqueológica de índios heperbraquicéfalos (cabaças-chatas), ainda não descrita para grupos pré-cerâmicos do interior do Brasil. Vale ressaltar, que Lima se baseou no relatório de ALVIM, Marília Carvalho de Mello e, SOUZA, Sheila M. Ferraz Mendonça de. Os esqueletos Humanos da Fuma do Estrago – Pernambuco. In: Symposium R. UNICAP. v. 26 n.1 Recife: UNICAP, 1984. p. 61-86.

¹⁴⁶ “Pequenas flores secas, fechadas, associadas a um sepultamento, foram no campo [da pesquisa: fuma do Estrago] acondicionadas num tubo preto, comum, de filme de 135mm. Um fenômeno interessante ocorreu com uma das flores três meses depois do seu resgate em escavação. Desenvolveu-se um fungo no interior do tubo, a ponto de unir essas pequenas flores como se houvesse entre elas uma tênue camada branca de algodão. As flores foram separadas e postas para secar na sombra, em lugar claro e arejado. Duas horas depois uma delas estava completamente aberta. Esse fato foi documentado com fotografias. E, posteriormente, cerca de dez dias, depois, por orientação do Prof. Sérgio Tavares [UNICAP], essa flor ainda aberta foi mergulhada em um líquido conservador de vegetais, [...]. Essa flor e as demais que permaneceram fechadas encontram-se nesse líquido à espera de identificação.” (LIMA, op. cit., p. 56). Obs: Segundo a pesquisadora, o fato ocorreu em 28 Dez. 1983.

material humano coletado, foi enviado à análise nas seguintes instituições de pesquisa: Museu Nacional, Instituto Superior de Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), no Rio de Janeiro. Uma outra parte, foi utilizada pela Universidade do Pará com o objetivo de empreender exames de DNA para, através de dados comparativos, tentar estabelecer um parâmetro, referente à origem ou parentesco entre os primitivos habitantes da região Agreste e outros grupos que habitaram o Norte e o Nordeste do Brasil.

Deve ser registrado, também, que algumas amostras de carvão vegetal foram levadas pelo Pe. Pedro Ignácio Schmitz, S.J., diretor do Instituto Anchietano de Pesquisa (UNISINOS), para os Estados Unidos para datação pelo teste de Carbono 14. Apenas uma pequena parcela do material coletado, na mencionada pesquisa, encontra-se em exposição no Museu Histórico e Arqueológico de Brejo da Madre de Deus¹⁴⁷.

Todavia, devemos registrar que, apesar do louvável esforço empreendido pela curadora do museu, no intuito de conservar o casarão e os objetos que fazem parte do acervo, o local carece de cuidados apropriados e Institucionais. Comprovando nossas preocupações, nossa entrevistada relatou: “(...) os objetos arqueológicos do museu correm perigo e já despertaram o interesse de uns estranhos visitantes que propuseram a compra de alguns dos objetos regatados no cemitério indígena”.¹⁴⁸

¹⁴⁷ Durante pesquisa de campo, estivemos no mencionado museu, onde pudemos observar ossos fossilizados de mastodonte, megatério e gliptodonte, bem como, de outros animais que habitaram nas circunvizinhanças da área pesquisada. Lá, existe também, um grande número de objetos (móveis, utensílios domésticos, cartas, fotografias, armas, imagens sacras, etc), que retratam a pujança da elite colonial portuguesa que habitou essa cidade e região. Constatamos ainda, que parte do material coletado com a pesquisa desenvolvida pela UNICAP- década de 1980, está exposta no museu, a exemplo de um esqueleto em perfeito estado de conservação, e com um dado curioso, os “[...] estudos realizados sobre os esqueletos revelaram as doenças sofridas por essa população: abertura no canal neural (anomalia observada nas vértebras, denominada espinha bífida), presença de uma vértebra a mais na região do sacro e na região lombar; osteofitose (crescimento do osso nas bordas das vértebras); e muitas fraturas cicatrizadas em vida, [...]”.
Fonte: Texto informativo elaborado por UNICAP, s/d. (disponível no) Museu Arqueológico e Histórico de Brejo da Madre de Deus. Arquivo consultado em 08 Jul. 2003.

¹⁴⁸ Sra. D. S. P. 78 anos, solteira, natural e residente em Brejo da Madre de Deus. Informação verbal captada durante as pesquisas nos dias 08 Jul. 2003 e 09 Ago. 2003.

Diante do exposto, nos questionamos tanto sobre esse patrimônio cultural, quanto a respeito de outros que estão inseridos no Brejo da Madre de Deus, e em especial aqueles localizados na paisagem onde se insere o nosso objeto de estudo. Tal preocupação conduziu-nos a entrevistar o atual prefeito do município (2004) - Sr. Roberto Abrahm Abrahamiam Asfora¹⁴⁹. Ao indagarmos sobre as condições do mencionado museu, que abriga acervo de interesse regional, este alegou que, embora o conjunto patrimonial de bens seja de interesse público, encontra-se exposto em museu particular e, o município não tem permissão jurídica de beneficiar o patrimônio de terceiros, sem a devida documentação legal ou doação desse imóvel ao patrimônio público municipal.

Deve ser ressaltado, ainda, que o patrimônio cultural do citado município, excede o cemitério arqueológico e sítios já mencionados, de acordo com relatos da população entrevistada (2002-2004), existem muitas outras furnas “dos caboclos brabos além pedras com letreiros, perdidas no meio das serras”, as quais, não se tem conhecimento de pesquisas. Todavia, conforme adentramos à pesquisa, conseguimos registrar alguns desses vestígios pré-históricos, situados na depressão de Fazenda Nova.

2.3.1.4. MARCAS PRÉ-HISTÓRICAS PRESERVADAS NA PAISAGEM

De acordo com Ferreira 1998, que pesquisou vários abrigos arqueológicos na Serra do Cachorro¹⁵⁰, localizada no anfiteatro serrano que circunda Fazenda Nova, nos municípios circunvizinhos a Brejo da Madre de Deus existem inúmeros abrigos rupestres como: em Toritama: Sítio Matumbos; em Santa Cruz do Capibaribe: no Sítio Cruzeiro e na Serra do Pará; em Caruaru: no Sítio Cacimba Cercada, em Carapotós, Xucuru

¹⁴⁹ Informação verbal captada em 30 Abr. 2004.

¹⁵⁰ De acordo com FERREIRA J. (op. cit. p.28), o Sítio Arqueológico da Serra do Cachorro, localiza-se na zona rural do distrito de Fazenda Nova, a Sudeste do centro urbano, em terras da Fazenda Icó pertencente aos herdeiros do Sr. Aristo. É composto por um conjunto de seis abrigos, e localiza-se a 8°11'47'' de latitude Sul e 36°8'46'' de Longitude Oeste.

e nas proximidades do Jaracatiá; e em São Caetano: Abrigo do Urubú, dentre outros.

Dentre esse lugares especiais, optamos por registrar as inscrições rupestres que diziam haver na zona rural de Fazenda Nova, no sítio Cravatá, onde se localiza a Pedra da Compadecida¹⁵¹. Ao enveredarmos por esse caminho, inevitavelmente, fomos conduzidos a perceber os elementos físico-naturais e histórico-culturais inseridos na paisagem, através da experiência do mundo vivido, a qual se apresenta como “[...] a orquestração de vários ritmos têmporo-espaciais; os das dimensões fisiológica e cultural da vida, os de diferentes estilos de trabalho e os de nossos meios ambientes físico e funcional.” (BUTTIMER, op. cit., p. 189).

Ao buscarmos significados que trouxessem à luz vestígios da tessitura da paisagem em um tempo pretérito, nos encontramos envoltos das teorias de Tuan 1980, as quais, se referem à apreensão dos elementos geográficos e humanos, segundo a perspectiva humanística da geografia, para uma leitura de mundo. Assim sendo, fomos conduzidos a constatar que, as melhores e as mais veementes experiências

“[...] estéticas da natureza possivelmente nos apanham de surpresa. A beleza é sentida com o contato repentino, com um aspecto de realidade até então desconhecido; é a antítese do gosto desenvolvido por certas paisagens ou o sentimento afetivo por lugares que se conhece bem”. (TUAN 1980, p. 108).

O somatório dessa experiência, situou-nos ainda, de acordo com as conjecturas de Lowenthal (1985, p. 141), que se referem a experiência ou consciência espacial, a qual, pode conduzir o pesquisador a se sentir semelhante a inúmeros artistas e arquitetos - idealizadores de paisagens - que ordenam e organizam os espaços, através do tempo, de acordo com sua percepção de mundo. Nesse contexto, um fato inimaginável nos surpreendeu: a experiência conduziu-nos pelos meandros da aventura literária (Poema 4).

¹⁵¹ O Abrigo rupestre da Pedra da Compadecida, localiza-se a quatro quilômetros a Norte de Fazenda Nova, no sítio Cravatá, em terras dos herdeiros da Família do Sr. João Lúcio. Pesquisa exploratória realizada em 07 Jul. 2003. Vale salientar, que nenhuma Instituição Acadêmica pesquisou oficialmente esse abrigo, segundo a genitora da Família Lúcio, Sra. Iracema Batista Lúcio, viúva, 76 anos, natural e residente em Fazenda Nova. Informação verbal captada em 22 Mar. 2004.

Poema 4:

OS SEGREDOS DA PAISAGEM

*É julho, o dia está límpido,
a brisa sopra suavemente,
e lá vamos nós!*

*Numa estrada sinuosa,
onde ainda existe o aveloz,
grotas, porteiras e juremas.*

*Bom dia! Bons dias!
Uma informação por favor...!
Mais porteiras, bezerros e grotões.*

*Uma porteira se abre,
com um sorriso, nos olhos cor de céu.
Vamos lá? Quero água. Lá no pote!*

*Ao longe, decadentes casas antigas.
Moinho e cocheira abandonados...
Seu fulano? o dono? morreu!*

*Gado solto, palma e macambira.
Borboletas e passarada que voam,
em meio aos “flocos de algodão”.*

*E cá, perfazemos a caminhada,
que oscila, entre leitos arenosos,
e por vezes, outros rochosos.*

*E harmonizados na árida paisagem,
baraúnas, juazeiro e mulungus,
flores, quipá, gogóia e mandacarus.*

*E num caminhar silencioso
(re)fazemos caminhos de outrora!!?
E contemplamos rara beleza.*

*De repente, olha lá!,
tal qual massa modelada
que ficou no esquecimento.*

*Uma pedra sob outra,
uma fuma, quase uma fresta.
Mas, um seguro abrigo.*

*E um carcará a espreita,
em alerta? Ou um aviso?
O esquecimento nos preservou...¹*

*Como era esse povo?
Por onde mais caminharam?
E seus rostos e suas crenças?*

*Que pensavam de tão bela paisagem?
Mas onde estão os leiteiros?
Procurem manchas avermelhadas...*

*Aqui! E aqui também!
Estranhas e antigas figuras
que brincam com nossa imaginação.*

*O que pensava quem as desenhou?
Será que lhes inspiraram?
O Sol, a Lua ou as gotas de orvalho?*

*Outra vez, o silêncio se faz ouvir...
É o vento a marulhar...
E ouvimos uma farfalhante conversa vegetal...*

*Ou seriam os sussurros de outrora?
Daquelas que de longe nos observam...
Em outras secretas paisagens...?¹⁵²*

A experiência de vivenciar a paisagem “in loco” ou por fotografias, se contextualiza como uma viagem pelo túnel do tempo, perfazendo os mesmos passos que outros povos, cotidianamente, percorriam¹⁵³, quando, ao sabor da natureza legavam à posteridade (mesmo inconscientemente), formas de perceber o mundo e materializá-las através de marcas deixadas, resguardadas, na paisagem.

Dando prosseguimento à caminhada, percebemos que, nos dias atuais, ainda sobrevivem alguns hábitos dos primitivos habitantes daquela área, os quais são preservados e/ou reavivados por meio de: algumas bandas de pífanos que existem naquela área, as quais utilizam flautas feitas a partir de cana da taboca. Há ainda, a arte de se moldar o barro para louças utilitárias: aguidás, panelas e potes de barro; a arte da cestaria – balaios e cestas, urubempa (peneiras), etc; a utilização de troncos de madeira para a confecção de gamelas, colheres de pau, pilões e cochos, etc; a trituração de grãos em moinhos de pedras (para se fazer xerém); bem como, a utilização de fogão trempe (três pedras como base e sustentação e abastecido por lenha); além da técnica da roça de toco ou coivara.

Outrossim, deve ser ressaltado que, apesar de toda a dizimação que vitimou os silvícolas, em nosso país, atualmente, ainda existe um número expressivo de nações indígenas que tentam sobreviver física e culturalmente. Atestam essa situação, os

¹⁵³ “Vivendo da caça, da pesca, da coleta e, às vezes, de uma agricultura primitiva, as sociedades indígenas entravam em contato com a natureza, procurando retirar dela os elementos de que precisavam; a sua ação não se limitava apenas à coleta dos produtos naturais, eles modificavam a natureza, embora de forma pouco expressiva. Assim, era da floresta que retiravam os materiais necessários à construção de suas habitações, de seus barcos, quando navegadores; e o material necessário à confecção de suas armas e de muitos dos utensílios. Destruíam com a coivara trechos da floresta para cultivar e conheciam vegetais que colocados na água provocavam a asfixia de peixes que poderiam ser facilmente apanhados e utilizados como alimento, sem lhes causarem danos [...]. Conheciam o mecanismo das estações, fazendo migrações, às vezes de longos percursos, a fim de acompanharem os animais silvestres que utilizavam como alimentos ou para colherem os frutos de determinadas áreas, na ocasião da “safra”. São famosas as migrações dos indígenas do Nordeste do Brasil, antes da chegada dos portugueses, do interior para a área litorânea, na época do caju, alimento rico em vitamina e substancial para eles. Muitas guerras foram travadas entre tribos visando a posse das áreas onde havia matas de cajueiro.” (ANDRADE, M., 1987, p. 21).

arquivos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e do Conselho Indigenista Missionário, registrados por Célia Siebert (1998, p.21), os quais informam que no ano de 1998, em Pernambuco, havia cerca de 28 mil índios subdivididos em sete tribos: Aticum, Cambiuá, Capuauá, Fulni-ô, Pacaruru, Truca, e Xucuru¹⁵⁴, (sendo que, essa última tribo habita em terras que, na época colonial, integravam a Sesmaria do Sertão do Ararobá e, posteriormente, política e administrativamente pertenceram ao município de Brejo da Madre de Deus, com a denominação de Aldeia Velha¹⁵⁵.

Ainda em relação ao povo Xucuru, habitante do brejo de altitude, o que congrega (partes) dos municípios de Brejo da Madre de Deus, Belo Jardim, Sanharó, Pesqueira e Poção; nos indagamos: haverá alguma possibilidade, desse povo, ter parentesco com os primitivos habitantes da área em que se insere o objeto pesquisado?¹⁵⁶. Será que de alguma maneira, ao longo do tempo, foram eles que contribuíram para a modelação e/ou transformação da nossa paisagem?

¹⁵⁴ O povo Xukuru (para os próprios indígenas, ou Xucuru, de acordo com a escrita de diversos autores e textos didáticos) - habita a Serra do Ororubá, a 6 quilômetros do município de Pesqueira, cuja população em 1998, era de aproximadamente 7840 índios reconhecidos pela FUNAI, distribuídos em 23 aldeias e ocupam apenas, 12% dos 27.550 ha, a que têm direito. Isso porque suas terras foram invadidas por colonizadores e, posteriormente, fazendeiros e industriais, desde a época colonial, quando o lugar era denominado de “A légua das Seis Marias” – 1725 a 1820. Atualmente, os Xukurus vivem da agricultura e tem suas lavouras condicionadas ao regime das chuvas, embora a condição climática na serra, possibilite a horticultura e fruticultura. Apesar do acesso a vários equipamentos da modernidade, ainda, procuram preservar suas tradições; dança do Toré, o mês de Taman-in-a – Nossa Senhora das Montanhas, os ritos de casamento e funeral, as festas tradicionais, além de procurarem conservar as leituras relativas aos elementos da natureza – previsão de chuva, fartura, horário e orientação pelo Sol, além da medicina caseira. In: PERNAMBUCO – Secretaria de Educação – Diretoria de Política e Programas Educacionais. Nosso Povo, Nossa Terra: Contando e escrevendo suas histórias . Professores indígenas de Pernambuco. Recife: Secretária de Educação/ Governo do Estado. 2000 p. 58-63.

¹⁵⁵ Aldeia Velha, atual Xucuru integra atualmente o município de Pesqueira. Mas, até a divisão administrativa de 1911, constava como o sexto distrito desse município de Brejo da Madre de Deus, de acordo com o Recenseamento Geral de 1920, quando vigorava a mesma subdivisão. Entretanto, na Divisão Administrativa de 1933, publicada pelo Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e, conforme o Anexo do Decreto-Lei Estadual nº 92 de 31 de março de 1938, só faziam parte do referido município três distritos: Sede (Brejo da Madre de Deus), Fazenda Nova e Jatobá do Brejo (atual município de Jataúba). De acordo com: Segundo THAUMATURGO, Newton. História do Brejo da Medre de Deus: 1724-2001. Caruaru: Art’berg, 2001. p. 72-75.

¹⁵⁶ Sedimentando nossas indagações, Lima 1984, descreve: “Encontra-se em andamento uma pesquisa etnográfica sobre os índios Xucuru cujos remanescentes habitaram áreas próximas do Brejo da Madre de Deus, no Município de Pesqueira. A pesquisa objetiva o estabelecimento de possíveis correlações entre a cultura desses índios e as culturas desenterradas nos grupos arqueológicos em estudo. [do Cemitério da Furna do Estrago].” (LIMA, op. cit., p. 58). Iphis litteris.

2.3.2. **NOVOS HOMENS, NOVAS PAISAGENS**

Os registros relativos aos primeiros contatos portugueses com os habitantes das Terras de Pindorama, datam de 21 de abril de 1500, embora, também sejam documentados em antigos diários de bordo e em relatos de viagens, fatos concretos que atestam a presença (ou passagem), de outros povos navegadores¹⁵⁷, em datas anteriores à que consta na historiografia oficial portuguesa.

Nesse período, também, outros povos europeus buscavam expandir seus territórios e começaram a visitar a costa das Terras de Santa Cruz, os quais, demonstravam grande interesse, tanto pela exuberância dessa terra, quanto pelos produtos exóticos, obtidos com os nativos, no vasto litoral. Diante da situação iminente, visando garantir a posse das terras além mar, D. João III, na década de 1530, resolveu estabelecer o sistema de Capitanias Hereditárias, dentre as quais, destacamos, a recebida por Duarte Coelho Pereira, em 10 de março de 1534, denominada Capitania de Perñabuquo, ou posteriormente, Fernambouc¹⁵⁸, instituída por sua majestade portuguesa e entregue mediante Carta de Doação e Foral:

“ [...] Sessenta légua de terras, as quais começarão no rio São Francisco [...] E acabarão no rio que cerca em redondo toda ilha de Itamaracá, ao qual ora novamente ponho o nome de Santa Cruz...e ficará com Duarte Coelho a terra da banda Sul [...], contando de largo ao longo da costa, e entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro, tanto quanto poderem entrar e for de minha conquista [...]” Lisboa, 10 de Março de 1534. Assinado: D. João III. In: (PERNAMBUCO, op. cit., p. 18).

¹⁵⁷ “Saindo de Palos, no Mediterrâneo, em dezembro de 1499, no comando de uma frota de quatro caravelas, Pinzon [Vicente Yañez] viu, em pleno mar, os primeiros raios de sol de 1500, para em seguida, ultrapassar a linha do Equador. [...] No promotório avistado, o navegante espanhol colocou o nome de Santa Maria de la Consolación, mais tarde, chamado pelos portugueses de cabo de Santo Agostinho, como está nas cartas náuticas do século XVI.” (PERNAMBUCO, op. cit., p. 14).

¹⁵⁸ As formas primitivas do nome Pernambuco “[...] foram, Perñabuquo e Fernambouc, já denominando o porto do Recife e fazendo-se presente nos mapas portugueses.” Segundo Leonardo Dantas em PERNAMBUCO (op. cit., p. 17).

De acordo com Leonardo Dantas, em *PERNAMBUCO* (op. cit., p. 19), ao chegar ao Brasil em 9 de março do ano seguinte, Duarte Coelho se estabeleceu no extremo Norte da Capitania, no Sítio dos Marcos. Todavia, fixa-se posteriormente, na Vila dos Santos Cosme e Damião, local em que outros portugueses já haviam fixado um núcleo de povoamento. A partir daí, conquistou dos nativos os arredores e distribuiu-os aos colonos. “Sua estratégia compreendia, num primeiro estágio, tomar posse da terra e nela produzir bens para a subsistência das populações assentadas e numa segunda etapa, estimular a produção de bens exportáveis.” (*PERNAMBUCO*, op. cit., p. 20).

Em 1536, após aniquilar os índios caetés, Duarte Coelho, implantou a vila de Olinda, e a partir daí, intensifica a distribuição de lotes de terras – sesmarias. “E foi devido ao cuidado e vigilância dele [Duarte Coelho] que Pernambuco teve o mais ordenado método de distribuição de terras no Brasil do século XV.” (*PERNAMBUCO*, op. cit., p. 23).

Entretanto, um século após o início da implantação da colonização portuguesa, a conquista territorial se resumia ao litoral e Zona da Mata, onde o verde da Mata Atlântica cedia espaço aos verdes canaviais, aos engenhos e às povoações. Em contrapartida, além dessa área, nas paisagens para Oeste, as terras não tinham nem senhor, nem patrão.

“O povoamento do Sertão só começou a se intensificar por conta da invasão holandesa. Ele foi feito principalmente por criadores de gado e boiadeiros originários de Olinda, do Recife e de Salvador. Geralmente eram pessoas que não tinham dinheiro suficiente para instalar ou plantar cana de açúcar.” (SIERBERT, 1998, p. 68).

A interiorização da empreitada portuguesa para o Sertão pernambucano se deu a partir da “[...] margem esquerda do rio São Francisco, contornando o planalto da Borborema, e logo após para Norte, subindo os afluentes pernambucanos desse rio [Brígida, Pajeú e Moxotó].” (ANDRADE, M., 2003, p. 20). Dessa maneira, as paisagens,

ao longo das margens desses rios e de seus afluentes, continuamente, foram sendo transformadas com a instalação de currais, fazendas e, posteriormente, vilas.

A ocupação do Agreste, segundo Siebert (op. cit., p. 70-71), mesmo que situado mais próximo da Zona da Mata e Litoral, só ocorreu após a ocupação de boa parte do Sertão pelos seguintes motivos: o primeiro, por causa do relevo – o planalto da Borborema dificultava a penetração; e segundo, porque nessa área se refugiavam, além dos índios expulsos de seus domínios, os negros que fugiam do cativeiro e se dirigiam para os quilombos, cujo território se estendia da Zona da Mata (Sul) até essa região.

Entretanto, no final do século XVI, com a caçada (de índios e negros), empreendida por Domingos Jorge Velho e patrocinada pelo governo pernambucano, as terras desocupadas que, geralmente, margeavam o leito dos rios - Capibaribe, Ipojuca e Una - foram doadas a senhores de engenho que as solicitavam para a criação de gado. Conseqüentemente, o leito seco desses rios, passou a se constituir como uma via natural para a colonização do Agreste, constituindo os caminhos das boiadas.

De acordo com as pesquisas de Barbalho (1977, p. 75-85), desde o ano de 1738, partia da vila de Recife o Caminho do Capibaribe¹⁵⁹, que adentrava pelo Agreste rumo ao Sertão, até se interligar com o rio São Francisco, conhecido como rio dos Currais.

Deve ser registrado, ainda, segundo o referido autor, que nesse período, já havia registros de um outro caminho de boiadas que ligava o Recife através do Agreste

¹⁵⁹ De acordo com Barbalho (1977, p. 76), em 1738, partindo de Olinda e Recife, o Caminho do Capibaribe, adentrava a montante, passando por engenhos na Zona da Mata e foi adentrando para o Agreste e Sertão. Nesse percurso, iam se fixando as fazendas e pontos de parada (água e descanso para os tangerinos e para o gado), dentre esses locais, foram documentados naquela época: *engenho de Pau Dalho* (atual Paudalho), *“mição” de limoeiro* (atual Limoeiro), *Couro D’Anta* (entre Riachos das Almas e Cumaru, que teve parte de seu povoado, inundado águas da barragem de Jucazinho, feita no leito do Capibaribe), *Poço Fundo* (entre Santa Cruz do Capibaribe e Jataúba), dentre outros. Deve ser ressaltado ainda, que a partir de Poço Fundo, o Caminho do Capibaribe saía do Urubá (Agreste pernambucano), e atravessava o território paraibano, para retornar ao território pernambucano, na ribeira do Pajeú (São José do Egito e Itapetim), e seguir na direção Sudoeste até Cabrobó, nas margens do rio São Francisco. In: BARBALHO, Nelson. *Caboclos do Urubá – Caminhos e Personalidades da História de Pesqueira*. Recife: FIAM, 1977, p. 76.

e do Sertão, também, ao rio São Francisco, na altura de Cabrobó, pela foz do Moxotó, que era o *Caminho do Ipojuca*¹⁶⁰. Ambos os caminhos, serviram à fixação de novos colonos, seus currais e novas fazendas. E, posteriormente, num movimento inverso - Sertão-Litoral - serviram para a passagem de outras boiadas, que eram destinadas a suprir a carência de animais para o transporte da cana-de-açúcar nos canaviais, e para prover as necessidades alimentícias e utilitárias, dos habitantes dos engenhos, bem como, da população urbana.

Data desse período, a chegada dos primeiros colonizadores portugueses e missionários Católicos, às proximidades do local onde, posteriormente, formou-se a povoação de São José do Brejo. Entretanto, há controvérsias quanto às teorias relativas aos primeiros povoadores da mencionada área. Nesse sentido, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, organizada pelo IBGE, na p. 70, do Volume XVIII, afirma que a fundação do Brejo da Madre de Deus, deve-se aos frades da Congregação de São Felipe de Nery (ou Ricoletas, Casa de Religiosos da Ordem de São Francisco)¹⁶¹ que fundaram um hospício – lugar de repouso, a beira de um riacho, ao qual deram o nome de Madre de Deus, na zona rural do atual município. Em 1751, por causa de uma estiagem, os frades se mudaram para o local onde se formaria a povoação de São José do Brejo da Madre de Deus, e, no ano seguinte - 1752, começaram a erguer a capela de São José, e em 1760, fizeram doação oficial do patrimônio à Igreja.

¹⁶⁰ Segundo Barbalho, (1977, p. 77), também em 1738, o Caminho do Ipojuca até o Urubá, partia do Recife até Santo Antônio (atual Vitória de Santo Antão), passando pela Catinga Vermelha (atual Gravatá), pela Cachoeira (Bezerros), por Jacaré e Tacoara (no atual município de Caruaru), ao lugar do Salgado, na Raposa (São Caitano da Raposa, antiga denominação do atual município de São Caitano), a fazenda do Tocayte (próximo a divisa do município de São Bento do Una e Belo Jardim), a Fazenda Macaco, na qual havia uma estrada que ligava esse primitivo caminho de boiadas, à Vila de Cimbres ou Urubá. Nessa trajetória, o Caminho do Ipojuca, passava por outras fazendas, as quais originaram as atuais cidades de Pesqueira, Pedra e Buíque, e a partir dessa última, se chegava ao leito do rio Moxotó, e conseqüentemente, se atingia a ribeira do São Francisco.

¹⁶¹ “A Congregação de São Felipe de Nery foi fundada no lugar denominado Água Fria, da cidade de Olinda no ano de 1662 e extinta por Lei de 9 de dezembro do ano de 1830.” (THAUMATURGO, op. cit., p. 86).

De acordo com Thaumaturgo 2001, no ano de 1767, quando os frades prestaram contas ao governo da Capitania, foi registrado o seguinte:

“Em poder dos ricoletas, as terras da primitiva Sesmaria de João Fernandes Vieira desenvolveram-se a olhos vistos [Povoação de São José do Brejo da Madre de Deus], e Cimbres, pode-se dizer, tornou-se uma espécie de CAPITAL DO SERTÃO no século XVIII.” (THAUMATURGO, op. cit., p. 78).

No tocante à segunda teoria, que se refere ao povoamento daquela localidade por colonos portugueses, que adentraram as terras do Agreste por meio dos caminhos das águas, Thaumaturgo (op. cit., p. 85-86), afirma que, anteriormente à chegada dos referidos frades, já havia colonos¹⁶² no entorno do local onde se iniciaria a povoação do Brejo de São José ou São José do Brejo da Madre de Deus. Argumenta, ainda, o referido autor que a povoação foi iniciada às margens do riacho Tabocas¹⁶³, em terras que pertenciam ao português André Cordeiro, (Thaumaturgo não se refere a documentos comprobatórios “oficiais”, entretanto, suas afirmações se baseiam na história oral confirmada pelos descendentes das antigas famílias, também portuguesas, que povoaram aquela área, cujos herdeiros, ainda, moram na circunvizinhança e ribeira do Sítio Tabocas desse município).

Devemos ressaltar, que, até o início do século XX, o domínio territorial do município de Brejo da Madre de Deus se estendia da bacia do Ipojuca à do Capibaribe. Portanto, qualquer uma das teorias de povoamento daquela área, ou fundação da povoação do Brejo de São José da Madre de Deus, conduz à migração pelos caminhos das águas. Por colonos ou pela Igreja, ou por ambas simultaneamente.

¹⁶² Thaumaturgo (op. cit., p. 78), enfatiza que, nos arquivos da Igreja Católica local (referente o século XVIII), no livro de registro de óbitos, p. 06, documentou-se o falecimento de *Ignácia Rodrigues*, que nasceu no ano de 1724; e também o óbito de *Águeda da Silva*, nascida em 1743, casada, e falecida em 1818, aos 75 anos. Ambas residiam na localidade do Brejo de São José da Madre de Deus, portanto esses dois registros, dentre outros, se referem a presença de colonizadores na região, em data anterior a chegada dos frades ricoletas.

¹⁶³ O riacho Tabocas, tem sua nascente, próximo ao divisor de águas da bacia do Ipojuca, (como já foi mencionado), e desde a época colonial, teve suas margens povoadas, com o estabelecimento de fazendas e engenhos, formando uma ribeira, de igual nome, em cuja paisagem, nos dias atuais, existem as ruínas dos antigos engenhos.

Sedimentamos essas colocações, nos apontamentos de Barbalho (1977, p. 80-85) estão registrados: se adentrarmos à localização, segundo o Caminho do Capibaribe, o povoado de nome Poço Fundo era um antigo “lugar de pouso”, que se localizava em terras desse município. Antes do desmembramento de Jatobá do Brejo, atual município de Jataúba. Além do mais, se a via de colonização foi pelo Caminho do Ipojuca, nos domínios daquele município havia vários “lugares de pouso”, cujas fazendas pertenciam a tradicionais famílias portuguesas que lá habitavam.

Deve ser mencionando, ainda, que, a prosperidade da povoação de São José do Brejo da Madre de Deus¹⁶⁴, se dava a olhos vistos, em virtude de ter se estabelecido, naquele arraial, uma abastada elite colonial¹⁶⁵, e ainda, por conta da forte presença e influência da Igreja Católica. Forças (políticas e eclesiais) que se associaram em prol da comunidade e, no ano de 1767 conseguiram elevar a povoação à Freguesia; a Distrito em 1799; Vila em 1833; Foros de Cidade em 1879; e município autônomo (desmenbrado de Flores) em 1893.

¹⁶⁴ No ano de 1799, essa população, já perfazia um total de “[...] 11066 almas, que estavam sob a jurisdição eclesiástica da Capela de Nossa Senhora da Luz do Paudalho [Pernambuco], da qual faziam parte, todas as freguesias que margeavam o Capibaribe.” (THAUMATURGO, op. cit., p. 83). Ademais, a pujança econômica da elite colonial que habitou o Brejo da Madre de Deus, legou à cidade um conjunto arquitetônico onde se sobressaem sobrados cujas fachadas são de autêntico azulejo português, bem como, prédios públicos em igual estilo, em destaque especial para o construído em 1847 por “[...] Louis Léger Vauthier, engenheiro e arquiteto francês, que atuou em Pernambuco no século XIX, notabilizando-se pelos projetos do Teatro Santa Izabel e do prédio onde hoje funciona a Academia Pernambucana de Letras, no Recife.” (PACHECO, D. 2000, p. 4).

¹⁶⁵ “Os donos das terras agrestino-sertanejas eram os brancos: os trabalhadores escravizados eram os pretos e alguns índios; os trabalhadores considerados livres, embora paupérrimos, eram mestiços. Regra geral, os brancos eram portugueses ou descendentes diretos de lusitanos, constituindo exceção rara o branco puro nascido de pais oriundos de outras nações européias. [...]. Este era o panorama sócio populacional do Agreste e do sertão agora em 1806, ano que por sinal, na povoação de Brejo da Madre de Deus, quase toda dominada por gente branca, inclusive portuguesa de nascimento, surge o seu terceiro vigário, um elemento de real valor e que muito haveria de concorrer para um mais rápido desenvolvimento do lugar Padre Manoel da Costa Pinheiro, cujos familiares (pais, irmãos, etc.) se fixaram também em terras brejenses, estendendo-se pelo Caruru [...]. Pe. Manoel da Costa Pinheiro permaneceria regendo a freguesia brejense durante mais de trinta anos.” BARBALHO Nelson, Cronologia da História Pernambucana Subsídios para a História do Agreste e do Sertão – v.10 Recife:CEHM/FIDEM, 1982/1986. ipisis litteris. In: PLANO de Ação Regional 2000-2003: Região de Desenvolvimento do Agreste Central. Recife: SEPLANDES/FIDEM, 1999. p. 14.

Segundo Barbalho (1977, p. 83-84), um outro fato que contribuiu para o desenvolvimento da área em apreço, na época da colonização, foi a implantação no ano de 1802, da Estrada Real¹⁶⁶, pelo governador interino (da Capitania), Bispo Azeredo Coutinho (1798-1802). Sendo que, a abertura dessa estrada, foi nada mais, que o alargamento do antigo Caminho do Ipojuca de 1738, cuja constituição serviu de base para a implantação, no final do século XIX, da linha férrea que saía de Recife, entrecortava o Agreste, e adentrava pelo Sertão, indo até Salgueiro (como já foi anteriormente mencionado).

Devemos registrar, ainda, que, partindo do mesmo traçado do Caminho do Ipojuca e/ou antiga Estrada Real e linha férrea, na atualidade, temos a estrada-central-tronco de Pernambuco que é a rodovia federal BR 232, que se apresenta com apenas com pequenas alterações/desvios, como foi/é o caso da cidade de Tacaimbó.

Entretanto, qualquer que tenha sido a teoria pioneira a respeito da abertura ou alargamento da referida estrada, provocou imensuráveis transformações nas adjacências da paisagem ribeirinha do Ipojuca e de áreas circunvizinhas. Fato que, por sua vez, viabilizou a instalação de novos colonos, fazendas, igrejas, feiras de gado e, conseqüentemente, novas povoações que se transformaram em muitas cidades nos dias atuais, como por exemplo: Gravatá, Bezerros, Caruaru, Belo Jardim e Pesqueira, dentre outras.

¹⁶⁶ Criação da Estrada real: “Sendo-nos presente que uma das causas de não haver maior abundância de gados nesta Praça (Recife) é a falta de estradas suficientes para os Sertões do Rio São Francisco, Pajeú, Urubá e outros, onde se cria muitos gados, assim como também, a falta de currais em alguns desertos em que recolham a noite com segurança e descanso dos boiadeiros os ditos gados; querendo providenciar essa tão grande necessidade, ordenamos ao Capitão Custódio Moreira dos Santos, proposto pela Câmara da cidade de Olinda para inspetor da fatura das ditas estradas e currais, precisos nas distâncias necessárias para se recolherem os gados dessa Praça até o rio São Francisco, [...]” (BARBALHO, 1977, p. 79. citando MELLO, José Antonio Gonsalves s/d. *Ipisis litteris*).

2.3.2.1. DESVENDANDO AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS

Nos séculos XVIII e XIX os nativos que habitavam as paisagens do Agreste pernambucano, assistiram o transitar de uma gente estranha que, conduzindo rebanhos, caminhava no sentido contrário à correnteza dos rios e riachos, demarcavam territórios e ocupavam seus domínios e destruíam sua cultura.

Nas terras do Ararobá, não foi diferente. Nesse período, Cimbres e a próspera Vila do Brejo de São José da Madre de Deus, eram administradas por uma elite portuguesa, e careciam de mais braços para complementar ou mesmo substituir a mão-de-obra africana, tanto nos engenhos, quanto nas fazendas de gado e no cultivo de algodão.

Data desse período, de acordo com Barbalho 1977, citado em Plano de Ação Regional 2000 - 2003 (op. cit., p. 13), o ofício do governador de Pernambuco, Caetano Pinto, para o Visconde de Anadia, que traça um panorama geral sobre a população pernambucana, em 04 de Abril de 1806:

“Esta Capitania é povoada por quatro espécies de habitantes brancos, índios, pretos e mestiços. Os índios pelo seu número, não entram no objeto destas castas, falarei somente das outras três espécies [...]. Os brancos são possuidores das terras e riquezas. Os pardos e pretos em geral são pobres, [...]. No Agreste e no Sertão, o panorama se modifica um pouco, apenas, no que dizia respeito aos índios, cujo número ainda era sensivelmente maior do que o de pretos, levando-se em consideração os seus aldeamentos no Limeiro, no Brejo da Madre de Deus, em Cimbres, [...]” (BARBALHO, 1977, s/p).

Insere-se nesse panorama populacional, o conjunto de habitantes lusitanos que povoaram os vales próximos (aos riachos Tabocas, Mandacarú, da Onça, dos Poços, Salobro, Jucá, etc), tanto na depressão de Fazenda Nova, quanto na circunvizinhança do arco serrano (Sítios Retiro de Baixo e de Cima, Sítio Riacho da Onça, Sítios Tabocas de Cima e de Baixo, Sítios Tanques e Guaribas, Sítio Riacho do Pedro, Catolé, São Pedro e São Paulo do Urubu, dentre outros), os quais, buscavam locais aprazíveis e sempre próximos aos leitos dos riachos, como foi o caso de João Soares da Costa que em 20 de

Agosto de 1799 adquiriu dos padres, representantes da Congregação do Ontário do Recife, uma parte das terras dessa congregação, localizada no:

“[...] sertão de Ararobá, distante dessa praça [Recife] sessenta léguas, pouco mais ou menos, tem essa Congregação um sítio de terras, chamado de Curral de Bois, que antigamente se chamava Couro D’Anta, com seu logradouro, chamado Mimoso, (onde) em parte ou quase todo nos consta se erigiu a Vila de Cimbres, que se criou por ordem de S. Majestade Fidelíssima, e se deu aos índios para a sua habitação [Aldeia Velha – Xucurú].” (THAUMATURGO, op. cit., p. 79 citando BARABALHO 1977).

De acordo com o depoimento do Sr. A.J.V. 77 anos, casado, três filhos, natural e residente em Fazenda Nova, que ouvia as histórias dos “conselheiros antigos”¹⁶⁷, que aos domingos, freqüentavam a casa de seu avô, para confabular sobre o cotidiano e relembrar as histórias passadas através das gerações e sobre a “sesmaria de reis” (Ararobá). Nessa conversas, surgiam os nomes dos primeiros habitantes portugueses daquela área, dentre os quais, Antonio Soares da Costa, um marinheiro velho que, por quarenta mil réis, adquiriu o direito de se apossar de terras a margem (esquerda jusante-montante) do Capibaribe, no riacho Tabocas (até onde o gado pudesse ir, já que terra naquele tempo, não tinha dono). É fato, que o citado lusitano o fez, na altura de Mandaçaia, nas proximidades da Serra do Mandacaru. Todavia, habitava (para alguns), na povoação do Brejo da Madre de Deus¹⁶⁸.

¹⁶⁷ De acordo com o entrevistado, os conselheiros ou “titores velhos”, que haviam na área pesquisada eram: João Bernardo – Velho, que morava perto do rio da Volta (riacho Fazenda Velha ou da Onça); João Mergulhão, que habitava em Tabocas de Dentro; Um dos Pereiras (pessoa da Família Pereira), do Logradouro; e José Marinho, do riacho de Pedro, que era Juiz Distrital. Informação verbal colhida em 19 Abr. 2003.

¹⁶⁸ “[...] Eu ainda pequeno, me sentava lá (no batente da porta da casa do meu avô) e ouvia eles conversar, aí eles contavam histórias de outro século, que não era na minha idade. E um dos titores disse a meu avô que eu era um menino curioso, que, se tivesse estudo, eu ia longe. Mas sabe como é, naquele tempo, escola era difícil... Aí eu gravei tudinho. ...”. *Ipisis litteris*. Deve ser registrado, que o nosso entrevistado é o que se chama de auto-didata, pois em toda a sua vida, só freqüentou a escola por três meses, e é também, o tipo de pessoa que tem uma memória fotográfica em relação aos fatos, pois mesmo sem ter tido acesso a livros, suas informações, inclusive nomes e datas checam com a de outros entrevistados e com a realidade que se apresenta nos dias atuais. Informações verbais colhidas em 19 Abr. 2003.

Ao adentrarmos à pesquisa exploratória e cartográfica da área, segundo os pontos de referência citados no texto, e conforme informações verbais colhidas nas pesquisas de campo (2002-2004), nessa faixa de terras que acompanhava a ribeira do Capibaribe, que abrangia de Couro Dantas (na atualidade no município de Riacho das Almas), ao Brejo de São José da Madre de Deus (onde os frades fixaram a sede dos seus domínios), se localizava a área que Antonio Soares da Costa adquiriu, e por conseguinte, se insere Fazenda Nova.

De acordo com de Diva Pacheco (op. cit., p. 10), no que concerne a Família Soares da Costa, em cartório está registrado que, em 08 de Março de 1837, João Soares da Costa Albuquerque vendeu partes das “sobras de terras” situadas próximas ao riacho da Onça, no Sítio Serra do Cachorro (localizado no entorno e na depressão de Fazenda Nova), a Amaro José do Rosário. Devemos mencionar que, para a mencionada pesquisadora, foi nestas sobras de terras que se constitui a Fazenda Nova do Cachorro.

Todavia, nos escritos da mesma pesquisadora, datando de 14 de agosto de 1858, encontramos a citação de uma “Pública Forma” – escritura/documentação pública registrada nos anais da freguesia de São José do Brejo da Madre de Deus, que mencionava como testemunhas, habitantes dos Sítios Poços, Nazaro e Mandacaru, e descrevia que a porção de terra vendida, se limitava “[...] ao poente, com as terras pertencentes aos herdeiros de Antonio Soares da Costa e outros, na propriedade Fazenda Nova do Cachorro.” (PACHECO, D., op. cit., p. 11-12).

Deve ser ressaltado que, tanto no registro do(s) primeiro(s) colono(s) português(es) que, oficialmente, tomou posse das terras onde se localiza Fazenda Nova, quanto à origem da denominação Fazenda Nova (do Cachorro), ou Fazenda do Cachorro, Caldeirão (pedra) do Cachorro, Sítio e Serra do Cachorro, encontramos controvérsias. No entanto, até onde foi possível o alcance dessa pesquisa, a denominação Fazenda Nova do Cachorro,

consta pela primeira vez, em documento (procuração), datado de “1834 – A designação Fazenda Nova do Cachorro aparece numa procuração passada por José Rodrigues de Lima com os demais irmãos, suas mulheres e herdeiros, em 20 de fevereiro de 1834.” (PACHECO, D. op. cit. p. 15).

Devemos registrar ainda, que como não se tem informações documentais sobre os primeiros habitantes lusitanos e consecutivas transformações sócio-espaciais, do/no entorno da paisagem circundante a Fazenda Nova. Procuramos (re)fazer tais registros, através da memória-histórica de habitantes-locais. Tais contatos inseriram-nos em outras paisagens, por intermédio de muitas e emocionadas histórias de vidas, descritas por aqueles que agora possuem passos lentos, mãos calejadas e faces enrugadas, cujos olhos-opacos brilhavam ao sabor das lembranças de um tempo difícil, mas repleto de esperança. Lembranças históricas que se entrelaçam com as transformações ocorridas na paisagem e com a construção do lugar de Fazenda Nova.

De acordo com tais depoimentos, acrescidos de muitas entrevistas (2003-2004), registramos pesar e desconhecimento geral, a respeito de documentação da história “dos antigos do lugar”. Diante do exposto, ao recolhermos relatos e acontecimentos de outrora, repassados através das gerações, também nos comprometemos: da maneira mais fiel possível, cedermos espaço nesse estudo para os respectivos registros à posteridade.

2.3.2.2. NA ÁRIDA PAISAGEM, AS FAZENDAS: DO CACHORRO, VELHA E FAZENDA NOVA DO CACHORRO

As fontes de Fazenda Nova foram encontradas em setembro de 1824, de acordo com Diva Pacheco (op. cit. p.10), em terras pertencentes a João Soares da Costa Albuquerque e Antonio Soares da Costa, supostos proprietários da Fazenda do Cachorro,

fato que teria oportunizado o surgimento da denominação Fazenda Nova do Cachorro. A título de esclarecimento, devemos registrar que, a seis quilômetros de distância de Fazenda Nova, existe um povoado cujo nome é Fazenda Velha, e curiosamente se localiza mais próximo da Serra do Cachorro.

De acordo com a versão que ouvia desde pequeno, o Sr. J.Z. 81 anos, viúvo, residente em Fazenda Nova, nos relatou: “[...] a descoberta das fontes aconteceram num tempo em que havia um antigo dono de terras que habitava às redondezas¹⁶⁹. Em uma de suas fazendas, foi encontrado um olho d’água, onde se poderia abastecer o gado, fato que possibilitou a formação de uma nova fazenda. Daí, quando se procurava pelo suposto dono das Fazendas do Cachorro, surgia a costumeira pergunta: “Na Fazenda Velha? ou na Fazenda Nova (do Cachorro)?”¹⁷⁰.

Nesse sentido, o Sr. A.J.V. 77 anos, nos relatou que de acordo com as histórias escutadas na casa de seu avô: “[...] Da fazenda de Antônio Soares da Costa, todos os dias, os negros saíam com partes da boiada para pastar. E um desses dias, um dos cativos que havia saído acompanhado de um cachorro, notou que ele havia se espojado na lama, já que o tempo estava muito quente, seguindo o animal, notou (o negro), que a terra estava molhada perto de umas caibeiras. Ao anoitecer, ao prestar contas ao seu senhor, este incrédulo afirmou que o gado para beber nos “cavucos do Tabocas” (poços feitos no leito do riacho), precisava que se cavasse fundo, como era que, no barro seco ia minar água? Mesmo assim, no outro dia, foi o fazendeiro vistoriar o suposto barro molhado, cujo local, o escravo havia marcado, pela flor amarela na copa das caibeiras. Tendo chegado ao local,

¹⁶⁹ Talvez Mandaçaia, já que era uma prospera localidade as margens do Tabocas, que foi habitada por colonos portugueses, desde fins do século XVII Nesse local, desde o século XIX, formou-se um povoado onde já havia Cartório e Igreja – de acordo com Thaumaturgo (op. cit., p. 72), data de 1800, a construção da Capela em louvor a Santo Antônio. Deve ser registrado ainda, que Fazenda Nova, já foi vila do distrito de Mandaçaia, e após a Divisão Administrativa de Pernambuco (1911), passou a condição sede desse mesmo distrito.

¹⁷⁰ Informação verbal colhida em 03 Mar. 2003.

e retirado o mato da superfície úmida, notou que a água começou a minar em maior quantidade”¹⁷¹.

Sobre a denominação Fazenda Nova do Cachorro, colhemos algumas versões relativas a sua origem. A Sra. M.D.B.F., 81 anos, viúva, 3 filhos, habitante de Fazenda Nova, relatou-nos: “o nome “cachorro” ‘é uma referência a serra de igual nome, onde havia um grande número de “cachorros do mato e/ou guarás” que assustavam o povo que morava por perto, de maneira que “segundo o que os mais antigos contavam”, tiveram que pedir providências as autoridades e à guarda militar, a fim de caçarem aos ferozes animais”¹⁷². Outra versão captada, se refere à história de um cachorro que sempre acompanhava um caçador ou fazendeiro, em caçadas pelas serras. Acontece que, em uma das andanças, o cachorro sumiu e como o dono era muito apegado ao animal, solicitou ajuda dos serviçais e vizinhos, no intuito de procurar o animal, que nunca foi encontrado. Daí a referência lendária à “Serra e Pedra do Cachorro”.

Mesmo considerando tais relatos, nos dias atuais, há ainda, por parte da população local, um desconhecimento sobre a origem da denominação Fazenda Nova do Cachorro. Alguns dos entrevistados (2002-2004), acreditam ser uma “chacota (política) da oposição com o nome do lugar”, outros acreditavam nunca ter existido essa denominação. Esse fato nos chamou a atenção, e procuramos documentação oficial que pudesse esclarecer tal dúvida, a qual, foi dissolvida, quando estivemos de posse do Registro de Inventário datado de 1904 (Anexo 4), e Documento de venda de terras de 1916¹⁷³. Encontramos oficialmente a denominação “Fazenda Nova do Cachorro”.

¹⁷¹ Informação verbal colhida em 19 Abr. 2003.

¹⁷² Resumo de informação verbal colhida em 05 Mar. 2003.

¹⁷³ Os documentos citados: Título particular de venda de casa, assinado em 04 de Fevereiro de 1904; Inventário de bens de Florêncio José Pessoa, datado de 19 de Março de 1904; Certidão de casamento civil realizado em 08 de Novembro de 1906 e documentado em 15 de Fevereiro de 1907 e, Escritura de Venda de terras em Fazenda Nova do Cachorro, datada de 07 de Dezembro de 1916 (Anexo 5), além de outros consultados, pertencem a Família Florêncio – que desde o século XIX habita a área pesquisada. Tais documentos (originais) foram cedidos para consulta, pela Sra. E.J.S. 57 anos, viúva, 4 filhos, residente em Fazenda Nova. Pesquisa documental em 28 Mar. 2003.

Registramos tais fatos, no intuito de tentarmos desvendarmos os primórdios da intervenção portuguesa nesse recorte espacial. Fato que contribui sobremaneira, à tessitura e dinâmica desse mosaico, que constitui a paisagem circundante de Fazenda Nova. Ademais, de acordo com Santos 1997, não se deve apenas descrever uma paisagem, mas buscar sua história através dos muitos e diferentes momentos.

“A paisagem deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e culturais. Desvendar essa dinâmica social é fundamental, [...]”
(SANTOS, 1997, p. 69).

Aí se enquadra a intenção desse estudo, uma tentativa de desnudar a dinâmica da paisagem de Fazenda Nova, a fim de poder analisar as transformações históricas e geográficas que se processaram através do tempo e se constituem como basilares à configuração da paisagem nos dias atuais.

2.3.2.3 A POVOAÇÃO DE FAZENDA NOVA

No ano de 1892, no lugarejo de Fazenda Nova do Cachorro, foi iniciada a construção de uma capela em invocação a Nossa Senhora da Conceição (Foto 1), cujo terreno foi doado não por um suposto proprietário de terras (como supunham muitos habitantes), mas por várias famílias que naquela localidade ou nas proximidades residiam¹⁷⁴. Em 1904, havia uma bolandeira puxada por animais. E, de acordo com o inventário de Florêncio José Pessoa, (herdeiro dos colonizadores), este era possuidor de muitos alqueires de terras, casas, gado e grande quantia em espécie, no povoado de Fazenda Nova do Cachorro de Mandaçaia (Anexo 5).

¹⁷⁴ De acordo com a Escritura de Doação de Patrimônio a N. Sra. da Conceição de Fazenda Nova, oficializada em 23 de Novembro de 1927 e Reconhecida em Cartório em 13 de agosto de 1940. DIOCESE de Pesqueira, Cúria Diocesana/ Patrimônio Paroquial - Escritura de Doação de Patrimônio à Paróquia de N. Sra. Da Conceição de Fazenda Nova, Distrito de Mandaçaia, Município de Brejo, Estado de Pernambuco, datada de 23 nov. 1927. Livro de Patrimônio 01, encerrado em 01 out. 1941. p. 191-200. Ipisis litteris. Consulta a Cúria Diocesana da Diocese de Pesqueira em 05 Ago. 2003.

No ano de 1907, documentamos que já existiam casamentos civis, realizados na casa dos nubentes, como atesta, o registro de cartório, cedido pela Família Florêncio, o qual data de 05 de Fevereiro de 1907. Em 1914 foi “[...] inaugurada máquina de beneficiamento de algodão, movida a vapor, pela família Limeira. 1915 – Ano que se registra a primeira feira livre de Fazenda Nova.” (PACHECO, D. op. cit. p. 16).

Sobre a mencionada feira (Foto 3), que contribuiu como fator de atração para o desenvolvimento de um pequeno comércio na época, a Sra. A.M.C. 76 anos, viúva, três filhos, residente em Fazenda Nova, nos relatou: “[...] Em Fazenda Nova não tinha feira e a que tinha antigamente, para o povo de Fazenda Nova era a de Tacaimbó que se chamava antigamente Curralinho (antes de ser Antônio Olyntho). [...] Aí, minha mãe e umas amigas dela, resolveram se juntar e levar bolo de milho e mandioca, café e tapioca para onde matavam boi e bode, perto das caibeiras da fonte, e foi juntando outro, e mais outro (barraqueiro) e depois se tinha uma pequena feira”.

Já o Sr. F.A.F. 69 anos, casado, 4 filhos, natural de Fazenda Nova e residente em Caruaru, lembrou o que o seu genitor contava, “[...] os agricultores e outros habitantes da redondeza, negociavam em baixo das caibeiras da fonte, perto de onde pousavam os tangerinos com suas boiadas, os quais, levavam e traziam bode e farinha para vender na base da troca ou em espécie”.

No ano de 1916, a fonte de renda era a agricultura e a pecuária. Ainda nesse ano, de acordo com Diva Pacheco (op. cit., p. 16), foram realizadas pela Família Bernardo, vaquejadas de mato e corridas de prado. Havia, também, novenas em homenagem a diversos santos católicos, fato que atraía a população a reunir-se socialmente ao som de zabumbas e benditos.

No ano de 1918, havia em Fazenda Nova uma capela inacabada; um cemitério (atual Cemitério Velho), uma escola, freqüentada por poucos, onde se aprendia na base

do “argumento e da palmatória”; um pequeno comércio nas bodegas e armazéns que compravam mamona e algodão; duas bolandeiras; uma feira onde “se vendia os alimentos nas lonas e, no chão”, um açougue literalmente público, pois funcionava “em baixo de um pé de trapiá que havia perto da caibeira velha (que foi derrubada), onde hoje é a praça, onde o abate e a venda do produto funcionava no mesmo local”. E os casos de perturbação da ordem doméstica, ou pública, eram resolvidos pelos “titores velhos” (o de Fazenda Nova, era o Sr. João Bernardo - Velho), que na base do aconselhamento, zelava pela ordem e pelo bem estar da população.

A década de 1920, é assunto para o próximo capítulo, já que foi a partir dessa década que começaram as primeiras movimentações de visitantes, que buscavam ou curar os males físicos, através das águas mineromedicinais e lama das raízes das caibeiras, ou aproveitar a tranquilidade interiorana, em meio a aprazibilidade climática e aos atributos paisagísticos contextualizados na paisagem circundante de Fazenda Nova.

Capítulo 3



*"Quando os refletores se apagarem nas noites dos tempos,
quando o calor dos aplausos se diluir
no silêncio milenar dessas montanhas que nos circundam,
quando nossos corpos tão frágeis
se transformarem num punhado de pó
aqui estaremos,
na memória e histórias dos que ficam
e nas lendas dos que virão."
(PACHECO, P., 2000, p.6).*

CAPÍTULO 3

SÉCULO XX – O TURISMO (RE)FAZENDO A PAISAGEM

*“A vida é um constante ir e vir.
Cada instante da vida o homem representa um passo de sua
viagem pelo seu universo exterior
e pelo seu universo interior.
O homem viaja em seus sonhos,
por isso, sonha tanto quando viaja”.*
Adyr B. Rodrigues, 1997¹⁷⁵.

O ser humano, tal qual aos animais irracionais, possui características de andarilho por natureza. Todavia, para o homem, o ato de movimentar-se sobre a face terrestre, não visa apenas a sobrevivência da espécie, visto que, deslocando-se em terra firme, nos mares ou nos ares, busca os ideais de bem estar, realização e liberdade.

Ao longo da história, muitas foram às motivações que impulsionaram as viagens, que, em maior ou menor escala, variaram conforme o gosto e condição financeira de cada indivíduo, de acordo com cada época. De maneira que, nos dias atuais, pode-se encontrar o viajante que procura alívio para o “*stress*” diário; aquele que viaja para alimentar o intelecto; os motivados pela fé e, outros motivados pelo “*status*” social que a viagem imprime, na sociedade de consumo, desse mundo pós-moderno.

O tema viagem é abrangente, todavia, pode nos remeter a outros temas afins, como ócio, lazer e turismo, os quais se interconectam com os estudos geográficos, e que se ocupam das análises sócio-espaciais a das movimentações humanas, na face terrestre. Há de se ressaltar ainda, que a prática da viagem envolve muito mais que deslocamentos espaciais individuais ou fluxos (migratórios), visto que, relaciona-se com experiências concretas, tanto materiais (físicas), quanto imateriais, (sentimentos e emoções), que estimulam imagens mentais, a partir da paisagem que se descortina aos olhos do viajante.

¹⁷⁵ RODRIGUES, Adyr B. Turismo e Espaço – Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 80.

Nesse sentido, Ferrara¹⁷⁶ enfatiza que a percepção do viajante pode ser marcada por distintos olhares: o do colonizador, o do conquistador e o olhar do existencialista. Para o colonizador, sua visão é ferramenta de trabalho e este procura analisar, classificar e domar o que se mostra como estranho, caracteriza-se, assim o olhar do viajante que, observa, enumera, examina e retorna ao seu ponto de origem; já o olhar do conquistador relaciona-se com o viajante que sabe não poder voltar, tal qual o imigrante, que na sua viagem entrevê a possibilidade de conquista, bem como, a construção de um novo lar; e finalmente, para o existencialista a viagem suscita possibilidade do estranho e do exótico, que se pode descobrir e experimentar, além de ver e encontrar o outro, numa perspectiva de experiência e descobertas existenciais.

Para Yázigi (2002, p. 21), muitas viagens são motivadas por objetivos específicos, como: religião, estudos, negócios, saúde e dentre outros, questões diplomáticas e militares. Contudo, nem sempre a apreensão dos elementos da paisagem se constitui como finalidade principal. Porém, há de se reconhecer que, das motivações que envolvem a atividade turística, a paisagem figura como elemento essencial.

Ademais, no tocante a mencionada atividade, não se deve reduzir o turismo a mera questão de paisagem, uma vez que, para sua concretização, se faz necessário o funcionamento de um conjunto de fatores (naturais ou artificialmente criados), de investimentos - privados ou em parceria com o poder público, além de toda uma infra-estrutura própria, ligada às políticas públicas que incentivam, organizam e regulamentam esse setor (como veremos mais adiante).

¹⁷⁶ FERRARA, Lucrecia D'Alessio Ferrara. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, Eduardo et al (Orgs.). Turismo, Espaço Paisagem e Cultura. Eduardo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 15-24.

3.1. ÓCIO E LAZER

De acordo com Barreto¹⁷⁷, os estudos que envolvem os deslocamentos sócio-espaciais, relativos à prática do turismo, abastecem-se nas mais distintas fontes, cuja literatura provém de vários idiomas, por isso, a terminologia utilizada deve ser esclarecida de acordo com a sua origem, a fim de se evitar interpretações errôneas. Dessa maneira, o conceito de *ócio*, pode sugerir distintas acepções, como “*Otium*”, que para os gregos se distingue de “*loiser*” (francês), e de “*leisure*” (inglês) e, *lazer* (português), que em espanhol aparece como *ócio*.

Na Grécia antiga, o “*otium*” era uma atividade exercida pela classe privilegiada financeiramente, da qual faziam parte os cidadãos (homens, principalmente, uma vez que, escravos, crianças e mulheres não eram considerados cidadãos). Vale registrar que a classe masculina, não trabalhava, porque, o trabalho era considerado uma atividade indigna para os abastados economicamente, os quais, empregavam seu tempo livre para pensar, às Artes, aos esportes, e às viagens.

Para Rodrigues (1997, p. 81), no Império Romano, o ato da viagem pelo ou para o prazer, também era uma constante no cotidiano das classes privilegiadas, cujos membros podiam manter duas residências, uma na cidade e outra no campo. Sobre esse período, de acordo com a autora, “Virgílio” descreveu a maneira como os romanos praticavam seu “*otium*”, no período em que Pompéia (antes da destruição do Vesúvio - 77d. C.), era considerada uma cidade de lazer ou um centro de turismo da época, nesse período, em suas sete portas se alugavam veículos para passeios ou para freqüentar tabernas, balneários, salas de jogos, teatros e bordéis.

¹⁷⁷ BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 2ª. ed. Campinas: Papirus, 1997, p. 59-60.

Entretanto há de se ressaltar, de acordo com Barreto (1997, p. 60-61), que, as viagens praticadas na antiguidade pelas classes privilegiadas, eram viagens cujo objetivo era o deleite e prazer dos cidadãos. E, mesmo que guardem alguma semelhança em seus objetivos, com as viagens de lazer dos dias atuais, essa modalidade de viagem, só surgiu no século XIX, quando houve, efetivamente, a separação das atividades praticadas artesanalmente nas residências, em detrimento da atividade exercida no ambiente de trabalho (processo que se iniciou com o advento da Revolução Industrial). Essa migração do ambiente de trabalho e na maneira de produzir viabilizou grande concentração de riquezas nas áreas urbanas e fez emergir uma nova classe social, caracterizada como “novos ricos” – banqueiros, comerciantes, industriais, financistas, etc. - os quais, dispondo de capital e de tempo livre, entre a jornada de trabalho (domingos, feriados e, posteriormente, férias), passaram a idealizar atividades de recreação para os momentos de não trabalho, daí o surgimento da prática social da viagem de lazer e turismo.

Ainda, de acordo com Barreto (1997, p. 61), para que, aconteça, o consumo do lazer e do turismo, mesmo nos dias atuais, do ponto de vista econômico, é necessário que primeiro tenha sido contemplado todo o orçamento familiar, o que inclui o consumo obrigatório (moradia, alimentação, higiene, educação, vestuário, saúde, etc.), que depende do nível sócio-econômico. E, além do consumo vital, haverá necessidades não vitais (carro, eletrodomésticos, empregados, roupas, livros, etc.). Havendo ainda renda, ela poderá ser empregada em fundo de reserva (poupança), consumo de supérfluos como artigos de luxo, diversão e finalmente, o consumo turístico.

Do ponto de vista psicológico, o lazer e o turismo, estão inseridos em um segundo plano, após a garantia e segurança das *necessidades vitais*, (as quais, de acordo com Maslow apud Barreto, 1997, p. 62), são classificadas como: *físicas* (fisiológicas e de segurança), *sociais* (afetivas e de estima) e *psíquicas* (autodesenvolvimento e autorealização).

Para as pessoas que buscam *status* social, a viagem de turismo funciona como uma oportunidade de autodesenvolvimento, por meio do conhecimento de outras culturas. Dessa maneira, o turismo é considerado como uma *necessidade social e psíquica*. Vale mencionar, ainda, que qualquer que seja a classe social do indivíduo, o turismo estará em última escala, no âmbito das necessidades humanas.

Reportando-nos aos distintos temas utilizados na literatura dos estudos relacionados com o turismo, Rodrigues (1997, p. 106-110), argumenta: para a ideologia capitalista vigente, o *ócio* se diferencia de *lazer*, porque: o *ócio* se caracteriza como a prática do “*não fazer nada*” (de produtivo), e o *lazer* supõe o consumo do tempo com alguma atividade (produtiva).

Nesse sentido, as conquistas sociais dos movimentos trabalhistas, como a diminuição da jornada de trabalho, os feriados e finais de semanas livres, além de férias remuneradas, fundamentados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada em 1948, e reforçada por inúmeras “Convenções Internacionais”, sedimentaram ainda mais, a doutrina capitalista, tornando produtivo o tempo do *ócio* e de *lazer*.

Dessa maneira, aceitar as reivindicações trabalhistas era investimento e não perda de produtividade. Assim sendo, o tempo do não trabalho (que deveria ser dedicado ao *ócio* e *lazer*, segundo a opção de cada indivíduo), passa a ser revertido em tempo social, a mover a engrenagem do sistema econômico vigente, que viu a necessidade de controlar não apenas a força de trabalho, mas também, o tempo do não trabalho.

“O *ócio*, na concepção da ideologia burguesa, reforçada pelos princípios do puritanismo protestante (conforme Marx Weber), era considerado tempo de anarquia social e cultural. Controlar essa anarquia foi sempre preocupação do poder familiar, político, religioso e profissional. [...] Nesse sentido, o Estado, tanto nos países socialistas como nos países capitalista, por meio da legislação e de bem-organizada estruturação das políticas de *lazer* e turismo, tem-se preocupado com o turismo social desencadeando uma série de medidas para sua defesa e concretização.” (RODRIGUES, 1997, p. 106-107).

Partindo desses pressupostos, em relação a esse período, tornou-se comum às fábricas, a construção de *seus* clubes associativos, os quais, tinham tanto a finalidade de promover atividades desportivas e recreativas para os funcionários, quanto contribuir com o bem estar de seus familiares. Dessa maneira, surgiram também, as instituições encarregadas de viabilizar o turismo social, as quais, pegavam carona nos ditames das novas Leis Trabalhistas. Nesse meio tempo, a Organização Mundial do Turismo(OMT), através do documento de Manila (Filipinas) e Acapulco (México), reforçou o pensamento econômico vigente, concluindo que: “o tempo livre e de férias, [esta] longe de ser um tempo de lazer inofensivo e não produtor de riquezas, [na verdade] pode possuir uma real utilidade social.” (RODRIGUES 1997, p. 107, cit. R. Laquar, 1985, p. 20).

Nesse sentido, Coriolano¹⁷⁸, afirma que, do trabalho surgiu o tempo do não trabalho, que, na atualidade, é direcionado ao lazer e ao turismo, os quais por sua vez, classificam-se como necessidades valorativas do ócio, e apresentam-se como produtos da sociedade industrial pós-moderna. Visto sob esse prisma, o turismo se torna uma forma elitizada de lazer, que cria a necessidade de deslocamentos, entretenimentos, viagens e uso dos equipamentos de transporte e hospedagem, para a ocupação do tempo livre ou do não trabalho.

Ainda, de acordo com Rodrigues (1997, p. 82-83), na sociedade pós-industrial o lazer, o turismo, as distintas culturas, as atividades artísticas, o esporte, a melhora da qualidade de vida e o hedonismo, caracterizam um novo estilo de vida, que no espaço urbano, visa cada vez, mais a supremacia do indivíduo que se transformou em homo turisticus ou Homo viajor¹⁷⁹.

¹⁷⁸ CORIOLANO, Luzia Neide Maria Teixeira. Lazer e Turismo em busca de uma sociedade sustentável. In: CORIOLANO, Luzia Neide Maria Teixeira (Org.). Turismo com Ética. Fortaleza: UECE, 1998. p. 110-121.

¹⁷⁹ Para Rodrigues (op. cit., p. 83), o “homo turisticus” é um produto da sociedade de consumo da pós-modernidade, que busca o inaudito, o extraordinário, o fantástico, julgando-o autêntico.

3.2. A PRÁTICA SOCIAL DO TURISMO

De acordo com Barretto (1997, p. 44-53), Rodrigues (1997, p. 80-81) Ferrara (op. cit. p. 20-23) e Mourão (op. cit. p.33-36), dentre outros autores, o texto que se segue, far-se-á um breve histórico sobre os primórdios e o desenvolvimento do turismo.

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT):

“O turismo é uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre os povos, tanto dentro como fora de um país. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões ou países visando a satisfação de outras necessidades que não a de atividades remuneradas.” (In: TRIGO, 1999 p. 12).

Luiz Gonzaga Trigo, fez um estudo dessa e de outras definições e ponderou: turismo é qualquer deslocamento temporário, superior a 24 horas (viagens de um dia são excursões). E, em geral não se classificam como turismo, viagens de estudo ou trabalho (migrações ou viagens profissionais, de estudantes, diplomatas, militares, técnicos, religiosos, dentre outros).

Todavia, para uma melhor compreensão da dimensão que o tema encerra, faz-se necessário uma (re)visitação aos primórdios dessa moderna prática social. De acordo com diversos estudiosos, o do termo turismo pode ter surgido tanto na Inglaterra do século XVII, através do vocábulo “turn”; quanto derivar da palavra “tour” de origem francesa, que provém do latim “tornare”. Ou ainda ter outra origem diversa, com ressalta o “[...] pesquisador suíço Arthur Haulot [o qual] acredita que a origem da palavra está no hebraico Tur que aparece na Bíblia com o significado de viagem de reconhecimento.” (BARRETTO, 1997, p. 43).

Polêmicas à parte, os estudos de Ferrara (op. cit. p. 19-20) apontam que a palavra turista surgiu em 1816 como sinônimo da palavra viajante. Sendo que, consagrou-se em 1838 por meio da obra de Stendhal – “Les Mémoires d’un Touriste”, a qual,

registrou uma prática comum entre intelectuais, artistas e favorecidos financeiramente daquela época, os quais, podiam dispor de locais, fora dos centros urbanos, para fins de recreação, em períodos que compreendiam o verão e parte do outono. Assim sendo, tais deslocamentos possibilitaram o surgimento da “villegiatura” que, de alguma maneira, surgiu anunciando uma prática pré-metropolitana, opondo-se ao período no campo ou praia à estação mundana que compreendia o inverno e a primavera.

Outrossim, deve ser registrado, que havia uma diferença básica entre villegiatura e turismo: a primeira correspondia a uma atividade privada e sempre que possível anônima, onde o tempo livre era utilizado para apreciar a paisagem campestre, ou utilização de águas medicinais nas estações de cura; a segunda - o turismo -, se estabeleceu como atividade organizada, pública e comercial, que utilizava o “espaço” e, por conseguinte, a paisagem, como objeto comercializável por meio de agências de viagens, pacotes turísticos, serviços de hospedagens, de transportes, etc.

Ainda há muito a se discutir a respeito do país em que se originou a atividade turística de maneira organizada. Entretanto, nos dias atuais, o mais acertado sobre o surgimento do turismo, é registrar as considerações de Barreto (1997 p. 51): o surgimento do turismo que se pratica na atualidade não se verificou como um fato isolado, sempre esteve vinculado ao modo de produção e desenvolvimento técnico ou tecnológico vigente, de maneira que, o modo de produção sempre esteve a determinar quem viaja(va), e o desenvolvimento dos meios técnicos em cada época, e como fazê-lo.

Assim sendo, como atividade organizada seguindo os moldes da economia capitalista, o turismo, definitivamente, se estabeleceu no século XX. Sendo que, seu ciclo de crescimento, somente foi interrompido, durante as épocas de conflitos armados (Primeira e Segunda Guerra Mundial). Com o fim da II grande Guerra, essa atividade foi impulsionada pelo capital, que de maneira pacífica, utilizou as novas tecnologias

desenvolvidas para a guerra; ademais, (vale repetir) amparou-se também, nas conquistas sociais e trabalhistas, e na década de 1950 ressurgiu em escala mundial.

Para A. F. Carlos. (1999, p. 176-178), no cenário atual do “mundo mercadoria”, o processo de reprodução se intensifica e predomina a troca em relação ao uso. Dessa maneira, o espaço-mercadoria, torna-se cada vez mais preso ao universo da troca, fragmentado pela venda e impondo grandes transformações no plano do uso e consumo do espaço. Por conseguinte, a reprodução espacial acentua-se pelo repetitivo, a partir da reprodução de simulacros do espaço¹⁸⁰, consumidos enquanto espaços de turismo e lazer direcionados, que, atrelados à apropriação do tempo do não trabalho, se constituem como mercadorias de uso temporário, em espaços vigiados, normatizados e privatizados (como é o caso dos clubes, centros de convenções, galerias, cinemas e shoppings centers).

Ainda de acordo com Coriolano (op. cit., p. 116), devemos enfatizar: o consumo do espaço pelo turismo, dá-se em larga escala, também em ambientes abertos, os quais são apropriados pelos profissionais da publicidade para divulgar, incentivar, captar e dinamizar a prática social do turismo, de maneira que, “tudo” passa a ser mercadoria, inclusive a natureza - a praia, o sol, o verde, o mar, a paisagem, etc. Sendo que, com essa apropriação do espaço geográfico – como mercadoria -, existe a possibilidade de aquecimento da economia e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda, além da captação de novos investimentos.

¹⁸⁰ De acordo com Jean Baudrillard existem três “[...] categorias de simulacros:

- simulacros naturais, naturalistas, baseados na imagem, na imitação e no fingimento, harmoniosos, otimistas e que visam a restituição ou a instituição ideal de uma natureza à imagem de Deus,
- simulacros produtivos, produtivistas, baseados na energia, na força, na sua materialização pela máquina e em todo o sistema da produção – objectivo prometiano de uma mundialização e de uma expansão contínua, de uma liberdade de energia indefinida (o desejo faz parte das utopias relativas a esta categoria de simulacros),
- Simulacros de simulação, baseados na informação, no modelo, no jogo cibernético – operacionalidade total, hiper-realidade, objectivo de controle total.

BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulações. Trad. Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1981, p. 151.

Tais fatos, que giram em torno da atividade turística, sugerem o termo “indústria do turismo” ¹⁸¹, visto que, essa atividade destacou-se no âmbito das atividades econômicas e, rapidamente, incorporou-se às políticas econômicas da maioria dos países (com ênfase nos países subdesenvolvidos), que vêem no turismo o caminho mais rápido para aliviarem seus “déficits” financeiros e à captação de mais recursos para o setor, o qual pode tornar-se parte de um ciclo gerador de maior crescimento econômico.

Ainda, de acordo com Coriolano (op. cit., p. 118-119), o turismo pode conter algumas alternativas para uma relação harmoniosa com a natureza e, ainda, uma relação respeitosa com as sociedades visitadas. Todavia, os conceitos de desenvolvimento sustentável e sociedade sustentável, não serão operacionalizados, apenas pela via econômica ou tecnológica, tampouco, somente com a inclusão de preocupações ambientais nos projetos e investimentos. A sustentabilidade só se fará, se houver princípios de igualdade e justiça nas relações sociais, tanto no pólo receptor, quanto a nível global.

3.2.1. TIPOS DE TURISMO

A vasta literatura que analisa o fenômeno turístico dentro dos parâmetros da ciência, define alguns fatores como determinantes para a existência, incentivo e desenvolvimento dessa atividade. Nesse sentido, Rodrigues (1997, p. 88), ressalta que a análise geográfica procura captar a oferta como elemento fundamental do espaço turístico. Sendo que, quanto aos recursos que movem a atividade, estes podem ser: naturais, históricos, culturais, espontâneos ou totalmente fabricados. Sendo que, a captação da

¹⁸¹ “A expressão “indústria do turismo” surgiu há algumas décadas – não se sabe quando ou quem a utilizou pela primeira vez – sendo, ao longo do tempo, incorporada ao vocabulário daqueles que tratam de alguma forma com o tema.” (CRUZ, 2001, p. 50).

demanda resulta, na atualidade, diretamente de campanhas publicitárias que possibilitam e canalizam os fluxos turísticos, os quais, podem variar conforme a moda.

De acordo com Barreto (1997, p. 17-24), o turismo é um fenômeno social complexo e diversificado que pode ser classificado por diferentes critérios:

- De acordo com sua própria natureza, o turismo pode ser classificado como: emissivo e receptivo. Emissivo: quando envia turista para fora. Sendo que, esse tipo de turismo é considerado passivo, visto que, não injeta dividendos para o núcleo emissor (cidade, região ou país). Já o turismo é receptivo, quando recebe os turistas vindos de fora, dinamizando a economia do núcleo receptor.
- Segundo a nacionalidade dos turistas, o turismo pode ser classificado como: nacional interno ou externo e estrangeiro. Nacional interno, quando praticado dentro das fronteiras internas do respectivo país. Nacional externo, quando o turista sai das fronteiras do seu país de origem. O turismo nacional externo ou de importação, acontece quando o turista sai de seu país de origem e investe divisas fora deste, tal qual se comprasse uma mercadoria no exterior. Outrossim, os efeitos do turismo estrangeiro na economia nacional, considerando os efeitos na balança comercial do destino turístico, são caracterizados como investimento depositado no país receptor, visto que, nesse gera divisas semelhantes às geradas pela exportação.
- Quanto ao volume, o turismo pode ser: de minoria ou de massas. Todavia, essa classificação se relaciona com o número de pessoas que de maneira habitual demanda um determinado tipo de serviço. O turismo que move grandes contingentes caracteriza-se como turismo de massas. A modalidade que capta poucos e selecionados visitantes, caracteriza-se como prática do turismo de minoria.
- Considerando a composição social, o turismo se apresenta como: de classes privilegiadas, de classe média e o turismo popular. Todavia, deve ser ressaltado que, o conceito de classe social que surgiu no século XIX, criado por Karl Marx e Max Weber, em diferentes momentos e a partir de critérios diferentes, torna muito complexo e instável este tipo de classificação.
- De acordo com a autonomia, o turismo pode ser classificado como: livre ou dirigido. Livre quando o turista escolhe tanto a temporada quanto o roteiro e o destino. O turismo dirigido, é aquele que obedece a um calendário anual, cujas reservas devem ser feitas com antecedência, como nas colônias de férias e pacotes turísticos.
- Segundo a duração, o turismo pode ser: excursionista, em final de semana, de férias e de tempo indeterminado.
- Quanto a frequência, o turismo pode ser classificado como: regular (anual, mensal, de férias, etc) ou esporádico.
- Considerando o tipo de alojamento, pode ser classificado como: hoteleiro, extra- hoteleiro e time sharing. O tipo de turismo extra-hoteleiro pode ser realizado a partir de segundas residências, residência alugada, camping, etc. O tipo time sharig (tempo compartilhado), acontece quando o usuário compra o tempo de permanência em um hotel ou apart-hotel.
- Em relação ao objetivo ou motivação de viagem, são inúmeras as modalidades, todavia, as mais comuns são: saúde, descanso, lazer, desportivo, gastronômico, religioso, profissional (ou de eventos), dentre outros. No que concerne ao turismo de negócios, de acordo Barreto (1997, p. 21), é um contra-senso. Visto que, a pessoa viaja a negócios, por motivos profissionais ou para eventos, e, comporta-se como turistas, porque, utiliza praticamente todos os serviços turísticos.
- Quanto ao turismo cultural, trata-se de um conceito ambíguo, que precisa ser analisado mais detidamente, porque, tanto pode está vinculado as Artes (de maneira geral), quanto pode está ligado a roteiros folclóricos ou típicos, de determinadas regiões ou comunidades. Entretanto, poderíamos classificar esse tipo de turismo, no sentido mais amplo, como:

“[...] o tipo de turismo que não tem como principal atrativo um recurso natural. As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, portanto turismo cultural seria aquele que tem objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidas pelo homem.” (BARRETTO, 1997, P. 21).

- Classificando o turismo de acordo com o modo de viajar, esse pode ser coletivo ou particular. Todavia essa classificação de turismo se refere ao roteiro turístico contratado, e não ao tipo de transporte.
- De acordo com o meio de transporte, o turismo pode ser rodoviário (automobilístico, por ônibus, trailer, etc.), aéreo, ferroviário e aquático (marítimo, fluvial e lacustre), e há ainda, diversos tipos de composições, como: água-ferroviário, rodo-aéreo, etc.
- Segundo a permanência no núcleo receptor, podemos classificar o turismo como: estável e itinerante. Se o turista fixa-se no destino de sua viagem, é estável. Quando viaja por vários núcleos classifica-se como itinerante.
- Conforme o âmbito geográfico, o turismo pode ser litorâneo, rural, de montanha, urbano e abarca ainda distintas combinações, como: rural e de montanha, litoral-urbano, etc.
- (pago pelo usuário), social (com subvenção do estado) e, gratuito (quando uma terceira pessoa paga a viagem).
- Considerando a faixa etária, o tipo de turismo pode se apresentar como: infanto-juvenil, adulto e direcionado à terceira idade (ou melhor idade) que pode ter vários critérios como: a aposentadoria (que abriga uma gama de faixas etárias), a própria faixa etária e ainda, as limitações físicas próprias idade, além de Considerando o financiamento, o turismo pode ser classificado como: envolver ainda, questões particulares, dentre as quais, a possibilidade de aceitação ou não das limitações que o envelhecimento envolve. Dessa maneira, é um tipo de turismo complexo, por isso torna difícil a criação de um produto turístico para a terceira idade.

De acordo com o exposto, podemos perceber o quanto é abrangente o estudo dessa prática social, a qual, literalmente, consome o espaço por meio da paisagem. Portanto, a partir dessas contribuições teóricas, daremos continuidade a pesquisa, procurando classificar o tipo ou os tipos de turismo, que possam enquadrar, tanto a prática turística que existiu em torno da Vila de Fazenda Nova; quanto, a que, nos dias atuais, ocorre em decorrência das atividades desenvolvidas e apresentadas em Nova Jerusalém.

3.3. PRIMÓRDIOS DA GEOGRAFIA DO TURISMO

O tema turismo, envolve, além de deslocamentos humanos, vultuosos deslocamentos de capitais, por isso, destacou-se como objeto de estudo da Economia, em seus primórdios e, depois, despertou o interesse de outras ciências, dentre as quais, a Geografia.

Para Gomes (1999, p. 259), o turismo carece de fundamentação teórica própria, sendo que, os esforços empreendidos no sentido de sua teorização são tomados de empréstimo de campos disciplinares afins. Todavia, nesse patamar, os geógrafos detêm a

primazia nas discussões que envolvem a temática, em virtude dos respectivos conhecimentos acerca do espaço geográfico, o qual, em sua porção material – a paisagem -, contém o produto essencial para o desenvolvimento da atividade turística.

De acordo com Rodrigues (1997, p. 78), no âmbito da ciência geográfica, visando suprir a necessidade teórico-metodológica de análise da prática social do turismo, surgiu uma nova ramificação, que foi denominada Geografia do Turismo, que até um período recente, era vista com preconceito no meio acadêmico e os trabalhos produzidos no setor eram considerados frívolos, elitistas e desvinculados da problemática social.

Todavia, quando em 1972, a União Geográfica Internacional (UGI), criou um grupo de trabalho que se dedicou ao estudo do lazer e do turismo, e várias universidades francesas criaram o curso de bacharelato em Geografia do Turismo, essa ramificação da geografia, pode afirma-se como mais uma das especialidades da disciplina, ganhando visibilidade pelo volume de teses e publicações. Esse fato estendeu-se a partir da França, e continuou na Alemanha, na Espanha, em países da Europa do Leste, nos Estados Unidos e no Canadá. Sendo que, na América Latina, tais interesses geográficos, tem-se destacado no México, no Brasil e mais recentemente, na Argentina.

Para Barros¹⁸², a partir de uma visão da Geografia Geral em áreas temáticas, a Geografia do Turismo situa-se dentro do campo da Geografia dos Serviços, cujo objetivo principal, num sentido operacional, se constitui em

“[...] estudar as relações entre os assentamentos turísticos e o meio ambiente; as formas, as dinâmicas e as diferenciações das paisagens que se criam pela difusão e desenvolvimento da função turística, assim como as representações que se fazem das paisagens turísticas”. (CRÓCIA, 1998, p. 7).

¹⁸² BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Manual de Geografia do Turismo. 2ª. ed. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1998. p. 7.

Para Rodrigues (1997, p. 40), a expressão Geografia do Turismo, apareceu no início do século XX, sendo que, o registro de um dos trabalhos mais antigos a utilizar essa citação, foi escrito por J. Stradner, no ano de 1905, na cidade de Graz – Áustria¹⁸³.

Todavia, Barreto (1997, p.46) registra que, os primórdios dos estudos concernentes à atividade turística, tiveram como marco a criação da cátedra de Turismo, na Universidade de Roma-Itália, no ano de 1925, e o primeiro instituto a se ocupar especificamente com o estudo do turismo foi a Alta Escola de Economia de Berlim – Alemanha, no ano de 1929.

Reportando-nos a Rodrigues (1998, p. 80-81), devemos registrar que, os estudos que contemplam o interesse da geografia pelo lazer e pela recreação surgiram na França, na década de 1950. E, considera-se como pioneiro, o trabalho que G. Chabot e M.C. Pengaud apresentaram no XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro, no ano de 1956.

Na década de 1960, os estudos relativos a Geografia do Turismo se iniciaram na Espanha, tendo sido de grande relevância os estudos de Alberto Luis Gómez. Sendo que, ainda nessa década, os estudos relacionando geografia e turismo, surgiram também na Alemanha.

Viabilizado pelo crescimento econômico do período pós-guerra¹⁸⁴, o fenômeno turístico apresentou grande crescimento. Na década de 1970, além dos estudos empíricos, figura com destaque: a criação da Comissão de Géographie du Tourisme et de la Récreation, e em 1971, no Comitê Nacional de Géographie, a reunião de professores e pesquisadores franceses, os quais, eram considerados de vanguarda na disciplina.

¹⁸³ Citado por GÓMEZ, Alberto Luís, 1988, p. 46, apud RODRIGUES, 1997, p. 40.

¹⁸⁴ “No caso da aviação comercial e das viagens marítimas, os ganhos são numerosos: radares e sistemas de navegação aérea e marítima, sonares e novas cartas marítimas e terrestres, novas estruturas para fuselagem dos aviões e casco de navios, telecomunicações, desenvolvimento das turbinas a jato, motores de propulsão a diesel mais poderosos para navios e rotas mundiais mais conhecidas e mapeadas.” (TRIGO, 1999, p. 19).

Todavia, Barreto (1997, p. 89), ressalta que a maioria dos estudos científicos desse período, foi escrita por economistas, que orientaram seus respectivos trabalhos no sentido de mostrar os efeitos benéficos do turismo¹⁸⁵ para as comunidades. É importante reconhecer que essa atividade se destaca na área da recreação e tem um importante papel social em virtude de poder promover uma melhor qualidade de vida, tanto a população das áreas emissoras, quanto das receptoras, visto que, se destaca como uma das mais importantes atividades econômicas na atualidade.

Há de se ressaltar, ainda, que os profissionais das áreas de sociologia e geografia, também, têm estudado o impacto negativo do turismo nas áreas em que a população é pobre, ou sobrevive da economia de subsistência:

“[...] a destruição do meio ambiente, a frustração pelo contato com uma sociedade de consumo de que não pode usufruir. Populações que vivem da pesca, por exemplo, podem ficar sem o seu sustento pela contaminação das águas pelos iates dos turistas ou pela pesca predatória realizada por estes. Ver jovens da mesma idade com sofisticadas motos ou aparelhos de som pode ocasionar um choque no filho de um camponês, que o leve a roubar [além da exploração praticada por uma nova modalidade de turismo]. Trata-se do “turismo sexual” comercializado entre a população masculina européia, que vem a país como Quênia, Tailândia, Sri Lanka, Filipinas, República Dominicana e Brasil à procura de mulheres, dentro do possível bem jovens, estimulando inclusive, dessa forma, a prostituição infantil.” (BARRETO, 1997, p. 92)

Diante do exposto, percebe-se que, nem sempre, a atividade turística se apresenta como sinônimo de “benesse”, mas, por vezes, essa prática é associada à degradação tanto ambiental quanto social e humana. Todavia, esse fato não deve conduzir a extremismos que negue o seu potencial, enquanto atividade econômica de grande relevância mundial.

¹⁸⁵ “-Benefícios econômicos por meio do chamado efeito multiplicador do turismo[...];
-Benefícios culturais pela possibilidade de conhecimento de idiomas; geografia, história, arte, costumes, religiões, alimentos;
-Benefícios psicofísicos tais como desinibição, descanso físico e mental, motivação corporal.” (BARRETO, 1997, p. 89).

Com base nos pressupostos mencionados, podemos concluir que, o turismo permeia questões econômicas, sociais e culturais. E que, de forma espontânea ou planejada, está subordinado às políticas públicas e à iniciativa privada, ou ainda, a parceria com ambas. Sendo que, na atualidade, caracteriza-se como um dos meios mais utilizados para reprodução de capital e a captação de divisas do comércio internacional. Entretanto, também é utilizado para camuflar atividades ilegais, como: lavagem de dinheiro proveniente de narcotráfico, de jogo, de corrupção e de sonegação fiscal.

De acordo com Rodrigues (1997, p. 28-30), no âmbito dos estudos geográficos, o turismo se reverte de três aspectos: o primeiro, trata das áreas de dispersão ou emissoras que são responsáveis pela formação da maioria dos deslocamentos turísticos, formando contingentes a partir das metrópoles e cidades de médio porte. O segundo aspecto, se refere à demanda que se desloca através dos fluxos – aéreos, terrestres, marítimos e fluviais, que são os fluxos visíveis; já os deslocamentos de capitais e informações são classificados como parte dos fluxos invisíveis. E, por último, temos os núcleos receptores, nos quais, ou se reproduz o espaço turístico, ou se reformula o já existente. Em tais ambientes, se caracterizam as diversas formas de consumo do espaço – o consumo produtivo que apresenta o consumo produzindo, e o consumo consumptivo que acontece quando o consumo se esgota em si mesmo.

Ademais, mesmo com toda a teorização em relação à atividade turística, concordamos com Barretto (op. cit., p. 93), quando menciona a premente necessidade de estudos que, além de registrem mais que a panacéia e contemplação da rentabilidade financeira. Que se registre também, os efeitos nocivos que essa atividade pode trazer à sociedade. Só assim, o setor pode revisar suas práticas, promover mais inclusão e oferecer melhores condições de vida às distintas sociedades que do setor dependem para geração de emprego e renda às suas respectivas populações.

3.3.1. A GEOGRAFIA DO TURISMO NO BRASIL

No Brasil, de acordo com Barretto (1997, p. 56), o turismo como fenômeno social, começou a se destacar na década de 1920, sendo considerado como marco a fundação da Sociedade Brasileira de Turismo, que em 1923 se transformou em Touring Clube. Entretanto, de acordo com Pires¹⁸⁶, desde o século XIX, a elite colonial brasileira empreendia viagens recreativas à Europa. Sendo que, no período da República, foi renovado o quadro de forças políticas, característico no período colonial, quando se destacava a elite do Nordeste açucareiro e do Vale do Paraíba, as quais, por sua vez, entraram em decadência, cedendo espaço à elite cafeeira do Oeste Paulista, a qual, imbuída dos ideais de progresso usufruía da riqueza e dos novos tempos.

“[...] essa elite transformou entre outras coisas, antigos hábitos e, tendo a Europa como grande meca, para lá viajava, com frequência tal que, com isso criou um fluxo emissivo sem precedentes até então na história do Brasil.” (PIRES, 2001, p. 74, *ipsis litteris*).

Entre as décadas de 1930 e 1940, houve vultuosos investimentos no setor turístico voltado à recreação e a hidroterapia. Nesse período, os empreendimentos procuravam associar as atividades de repouso ou tratamento de saúde com os jogos de azar, construindo de maneira integrada balneários, hotéis e cassinos.

Sobre esse período, Rodrigues (1997, p. 148-158), desenvolveu o tema central de sua tese: “Águas São Pedro”- projeto fundado em 1935 e concebido nos moldes das estâncias termais européias. Nesse sentido, podemos correlacionar o caso mencionado com o do “Balneário Termal Barão de Suassuna em Fazenda Nova”, idealizado também na década de 1930, só que em Fazenda Nova, o qual, atraiu usuários, viabilizou a instalação de hotéis e a construção de segundas residências.

¹⁸⁶ PIRES, Mário Jorge. Raízes do Turismo no Brasil. 2ª. ed. São Paulo: Manole, 2002, p. 74.

Na década de 1960, o fenômeno turístico foi incrementado, principalmente no que se refere à construção das segundas residências, por componentes da classe média alta. Nesse caminhar, vale ser mencionado que, foi na década de 1970 que se começou, efetivamente, a produção de trabalhos científicos sobre geografia do turismo no nosso país. Sendo que, o trabalho pioneiro para obtenção de título acadêmico, de acordo com Rodrigues (1997, p. 52-54), coube a Kleber M. B. Assis (1976, 289 p.), que apresentou ao curso de livre docência ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nesse período, vigorava na Geografia a utilização do método quantitativo, por isso, os inúmeros trabalhos que se seguiram, ou apresentavam como preocupação básica o estabelecimento de modelos e tipologias para os espaços turísticos; ou, apresentavam como objetivo as questões técnicas de planejamento.

Nos anos 80 (1980), o clima no país era de crise no governo e desestabilização da economia, fatos que, aceleraram o processo inflacionário, criaram insegurança e afastaram investimentos internacionais. Havia ainda, os problemas internos como: extrema desigualdade na distribuição de renda, desemprego e violência urbana. Problemas que, geraram uma crise sem precedentes e afetaram também o setor turismo.

Na década de 1990, Os problemas conjunturais e estruturais se amenizam, a economia começou a se restabelecer e iniciou-se o processo de abertura do mercado interno para investimentos internacionais. As eleições de 1994 confirmaram a fase democrática brasileira, todavia as questões sociais como violência, desemprego e desigualdade social persistem. Tais fatos, de acordo com Trigo (1999, p. 31), levaram historiadores como Eric Hobsbawn e diversos analistas políticos internacionais, como os alemães Robert Kurz e Hans-Peter Martin, a citarem o Brasil como paradigma mundial de injustiça social e má distribuição de renda.

No limiar do século XXI, registram-se avanços, mas também muitos retrocessos nos problemas anteriormente mencionados, tais fatos, fizeram com que a atividade turística ficasse restrita a um grupo seletivo de pessoas, as quais, possuem um alto poder aquisitivo e podem investir nas viagens de lazer e turismo.

De acordo com Cruz¹⁸⁷, o interesse pelo setor turismo, na atualidade, parece crescer no nosso país, na mesma velocidade em que crescem os números ou estatísticas, que contemplam além da geração de renda, o volume de pessoas que fazem turismo e o desenvolvimento da infra-estrutura básica para o setor. Tal interesse torna-se visível através da multiplicação de cursos - em níveis técnico e universitário por todo o país; na realização de muitos congressos de abrangência nacional e internacional e, ainda, no que se refere à produção acadêmica e editorial, contempladas em diversas áreas do conhecimento como a Economia, a Sociologia, a Antropologia e a Geografia, além das Políticas Públicas direcionadas para o setor.

3.4. MOVIMENTAÇÕES TURÍSTICAS EM FAZENDA NOVA

Nos dias atuais, a atividade turística tem um grande aliado que é a propaganda e o marketing. Que, por meio de pesquisas e a partir da captação dos sonhos e aspirações humanas, procura incentivar a “necessidade de lazer”, em virtude do ritmo de trabalho que a sociedade atual impõe. Dessa maneira, o “lugar turístico” se apresenta como uma possibilidade de alcance imediato do “paraíso perdido”.

Nesse sentido, Rodrigues (1997, p. 26-28) afirma: a publicidade “resgata o sonho e o converte em ação”, induzindo a sociedade à assimilação de novos códigos

¹⁸⁷ CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Política de Turismo e Território. São Paulo: Contexto. 2001, p. 7.

culturais e comportamentos, dentre os quais, o consumo produtivo do espaço.

“O turismo é a única prática social que consome, fundamentalmente, espaço, sendo que este consumo efetivado por meio da apropriação do espaço pelo turismo, ou seja, por meio das formas de consumo (serviços de hospedagem, de restauração, de lazer, bem como o consumo da paisagem) que se estabelecem entre o turista e o lugar visitado.” (CRUZ, 2002, p. 109).

Adentrando a pesquisa, verificamos que o despontar do turismo em Fazenda Nova (primeira metade do século XX), não se deu por meio do incentivo de políticas públicas, como nos dias atuais. Nesse sentido, Barretto (1997, p. 56) afirma que nessa época não havia política de turismo regulamentando o setor.

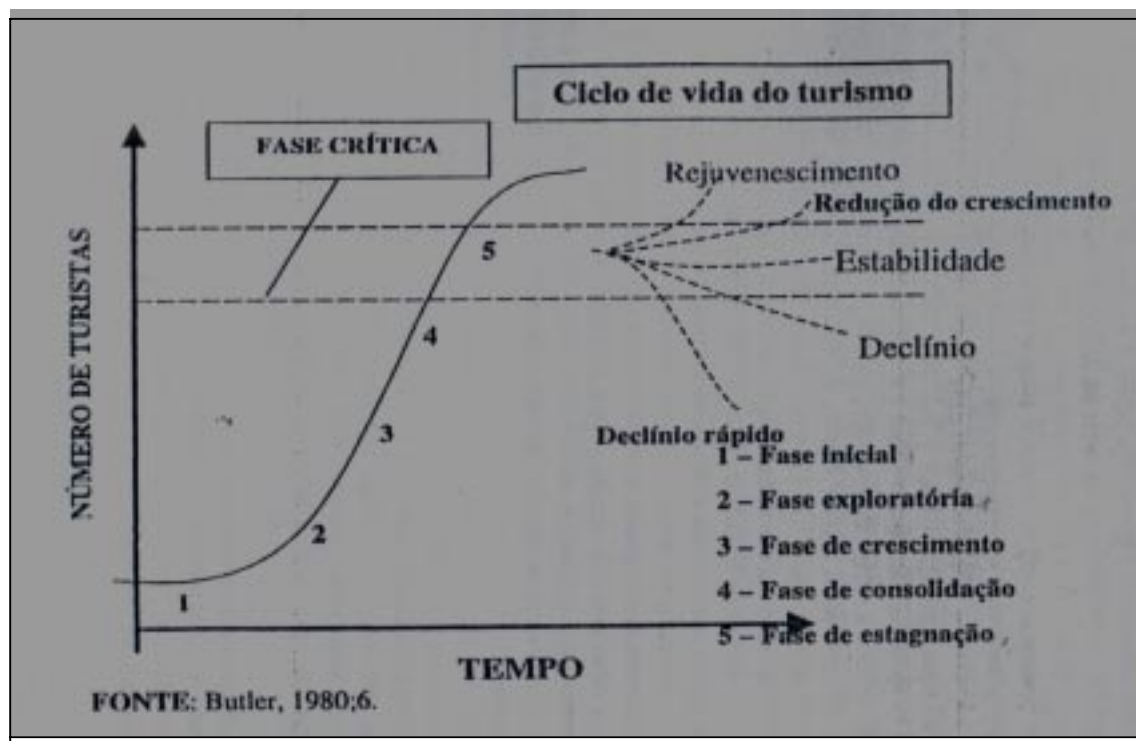
Outrossim, no período mencionado não havia o apoio da mídia nos dias atuais. Portanto, a partir destas considerações teóricas, situaremos a prática da atividade turística, no recorte espacial selecionado ao estudo, a partir de um registro cronológico e de pinceladas sobre as políticas públicas de turismo - instituídas em cada década; bem como, procuraremos fazer uma análise, a partir do estudo de Butler¹⁸⁸ – “Ciclo de vida do turismo”, adaptado por Rodrigues (1999, p. 91), que sugere a inserção do termo espaço para as análises geográficas, em virtude do turismo se apresentar como uma atividade, cuja prática relaciona-se diretamente com a apropriação e consumo do espaço.

Concordando com a sugestão da mencionada autora, daremos prosseguimento ao estudo do “Ciclo de vida do espaço do turismo”, a partir da análise dos fluxos (turísticos), que incidem sobre as formas – a paisagem – e as ações, cuja regulamentação é encaminhada pelas políticas públicas e de maneira decisiva pelo mercado.

¹⁸⁸ BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implicações for management of resources. Canadian Geographer. Trad.[?] v.14, 1980, pp. 5-12. cit. in.: SHAW, G. E Williams, A. M. Critical Issues in Tourism. Trad. [?]. Orford: Blackwel, 1994 (Apud RODRIGUES1999, p. 91).

Gráfico 01:

CICLO DE VIDA “DO ESPAÇO” DO TURISMO



Fonte: (BUTLER 1980, p. 6. apud RODRIGUES 1999, p. 91).

De acordo com a proposta da Professora Adyr Rodrigues, anteriormente mencionada e, no que concerne à análise do espaço apropriado pelo e para o turismo, vale registrar:

“Milton Santos propõe ‘entender o espaço, como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações’ (1994a: 90), Tanto os objetos como ações não tem vida própria se não forem tomados em conjunto. [...] ‘o espaço é também, e sempre formado de fixos e fluxos’ (1988:77). Para entender o fenômeno do turismo esta forma aparentemente simples de entender o espaço é, não por casualidade, a mais pertinente porque expressa de maneira clara a dinâmica espacial, tanto horizontal, quanto vertical, especialmente quando acoplamos os dois conceitos, que, embora não tenham o mesmo significado, se complementam.

Fixos, porém não são estáticos, são centros emissores da demanda, de onde partem os fluxos para os núcleos receptores, usando a linguagem do turismo.” (RODRIGUES, 1997, p. 61-62, *ipsis litteris*).

Para o geógrafo R. Butler, o fluxo turístico que movimenta e apropria-se de determinados territórios pode apresentar cinco fases distintas:

- **Partida** - caracteriza-se pelo surgimento da atividade turística, que pode acontecer de maneira espontânea ou de forma planejada, por iniciativa do setor público.
- **Fase exploratória** - acontece quando o fluxo turístico aumenta de forma lenta, nesse período, o número de turistas é sempre crescente.
- **Desenvolvimento** - é marcado pela prosperidade do fenômeno, expressando um grande crescimento dos fluxos, por conta, muitas vezes, de uma ilusão passageira. Nessa fase, o número de turistas geralmente é igual ou superior ao número da população residente, e é nesse período que pode acontecer a saturação do espaço, por causa da ultrapassagem do limite de suporte, podendo ocorrer também, a perda de qualidade da oferta, nos mais variados setores, tanto nos serviços, quanto nos demais atrativos, principalmente, quando se trata de recursos naturais.
- **Consolidação ou estabilidade** - é marcada pelo crescimento absoluto, mesmo que lento, todavia pode ser marcado também, por diminuição do número relativo (de turistas). Nessa fase, se o processo de planejamento (execução e acompanhamento) do espaço turístico não for bem conduzido, pode desencadear uma crise no setor.
- **Declínio** - pode acontecer de forma lenta e gradual ou, de maneira abrupta. Todavia, nessa fase, também pode acontecer, um movimento inverso, que é marcado pelo rejuvenescimento do setor, por meio de intervenção de políticas públicas, que tentam abrandar os impactos negativos, através de reaparelhamento e reestrutura da infra-estrutura básica e de apoio e incentivo a iniciativas ou parcerias no setor.

Todavia em alguns espaços turísticos, podem acontecer fases simultâneas, ou que, determinado espaço apropriado para o turismo não se encaixe nessa perspectiva de análise. Contudo, de acordo com Rodrigues (1997, p. 92), em linhas gerais, esse modelo corresponde com a realidade da grande maioria dos núcleos turísticos que surgem de maneira espontânea. Nesse sentido, vale mencionar que, o objeto em análise se enquadra perfeitamente na teoria de análise do espaço do turismo acima descrita.

3.4.1. DÉCADA DE 1920 (1921-1930)

Nos primórdios dessa década, a povoação de Fazenda Nova que não mais era “do Cachorro” (conforme citado no capítulo 2), estava inserida num quadro físico-natural pouco alterado pelas atividades humanas. Segundo nossos entrevistados (2002-2004), o núcleo urbano era formado por apenas “dois cordões de casas”, onde nos dias

atuais, ainda é a rua principal. Algumas dessas casas eram de taipa, cobertas de telha (eram as do povo antigo) e as mais pobres cobertas de palha. As casas de alvenaria – do povo mais novo (fazendeiros), permaneciam fechadas durante a semana, porque os donos viviam nos sítios e fazendas nos arredores e só iam para Fazenda Nova nas vésperas dos dias de feira – sexta-feira. Os negócios giravam em todo o comércio – pecuária e agricultura. Naquele tempo, as frutas eram poucas e quase não se via verduras, e arroz só se comia em dia de festa, quando se fazia uma “galinha-arroiada”; quanto aos calçados - chinelo e botinas - se encomendava no sapateiro; “corte-de-pano, se encomendava na feira e, somente uma vez ao ano se mandava fazer uma roupa.

Esse panorama sócio-econômico foi o descortinado pelos primeiros visitantes que foram tratar da saúde, com as águas das fontes de Fazenda Nova. Nesse período, não havia hotel e nem pousada. Entretanto, como existiam muitas casas desocupadas, estas foram alugadas para o período de permanência e tratamento de saúde “que nunca era menos de um mês”. Em relação a esse período, Pacheco, D. 1972¹⁸⁹, escreveu:

“Pai Nicolau [avô da autora] veio a Fazenda Nova para tratamento de saúde de tio Bertoldo em 1921. Em 1923, mamãe veio a Fazenda Nova com Zé Dão, esposo de d. Apolinária que, negociava com farinha em Panelas. Mamãe chegou aqui, alugou uma casa, foi buscar os meninos e passaram aqui um mês.” (PACHECO, Diva, 1972, p. 17, *ipsis litteris*).

Nesse período, de acordo com os depoimentos colhidos (2002-2004), na área das fontes, ainda, não havia a casa de banhos, nem as cacimbas. E, para isolar a água utilizada que se destinava ao consumo humano, em uma dos minadouros, foi fixada uma “barrica de bacalhau”, a qual, transbordava continuamente, formando uma lama escura, que as pessoas passavam na pele, além do mais, o imprevisto deixou a água que já era salobra, impregnada com o odor e sabor característico do conteúdo da barrica.

¹⁸⁹ PACHECO, Diva Mendonça. Réu, réu, se desta escapei, já sei que vou pro céu. Recife: s/editora, 1972, p. 22.

Também não havia Igreja naquele povoado, sendo que, os rituais religiosos (missas, casamento e batizados) eram realizados na “Casa de Nossa Senhora” -casa comum, que abrigava uma imagem de N. Sra, da Conceição, desde o final do século XIX- a Igreja (capela) só foi inaugurada em 08 de dezembro de 1924.

Em 1927, foi criado o primeiro cartório de Fazenda Nova. E em 23 de novembro desse mesmo ano, os descendentes dos primeiros habitantes daquele local, fizeram a doação oficial (registrada em cartório) do Patrimônio da Padroeira do Povoado de Fazenda Nova – N. Sra. da Conceição” ¹⁹⁰.

No ano de 1928, o povoado contava com escola, cartório, comissariado de polícia, conselheiro (juiz de paz), uma feira semanal, duas bolandeiras, olarias, e balneário em andamento e um pequeno hotel, que recebia um número maior de visitantes, que também continuavam a alugar as casas desocupadas, além de maior número de habitantes que celebravam tanto festas religiosas (em maio, junho e dezembro), como festas profanas: vaquejada de mato, São João e carnaval. Essas atividades eram incrementadas pelo comércio de mamona e principalmente de algodão, visto que, Fazenda Nova funcionava como um “entreposto”, que captava a produção das áreas circunvizinhas. Nesse período, sedimentados na visível prosperidade econômica daquele povoado, lideranças locais, solicitaram do Governador do Estado de Pernambuco, Estácio de Albuquerque Coimbra (1926-1930), que elevasse o local à condição de vila, o pedido foi atendido e nesse mesmo ano (1928), Fazenda Nova foi elevada à condição de Vila e Sede do 5º. Distrito de Mandaçaia de Brejo da Madre de Deus.

¹⁹⁰ DIOCESE de Pesqueira, Cúria Diocesana/ Patrimônio Paroquial - Escritura de Doação de Patrimônio à Paróquia de N. Sra. Da Conceição de Fazenda Nova, Distrito de Mandaçaia, Município de Brejo, Estado de Pernambuco, datada de 23 nov. 1927. Livro de Patrimônio 01, encerrado em 01 Out. 1941. p. 191-200. *Ipisis litteris*.

Traçando um paralelo do início das movimentações turísticas, com o modelo de Butler – ciclo de vida do espaço do turismo, em relação ao povoado de Fazenda Nova, a fase inicial do turismo aconteceu de maneira espontânea, a partir dos atributos físico-naturais principalmente, das águas das fontes. Nessa década, ocorreu a fase da partida ou fase inicial. Quanto à divulgação das propriedades medicinais das águas, segundo nossos entrevistados (2002-2004), foi “boca-a-boca”, através dos tangerinos e tropeiros que pernoitando nos arredores das fontes, perceberam suas propriedades curativas.

3.4.2. DÉCADA DE 1930 (1931-1940)

Nessa década, apesar da dificuldade de transporte para Fazenda Nova, intensificou-se a procura do local para tratamento de saúde. O núcleo urbano já se apresentava mais próspero e, a área das fontes começou a ser melhorada a partir da cessão do direito de posse (por parte dos herdeiros dos primeiros colonizadores). Os representantes da concessão passaram a explorar comercialmente aquele ambiente físico-natural, todavia, deveria ser resguardado o direito de uso da água, à comunidade. Cabendo portanto ao cessionário:

“Obriga-se por si e seus sucessores a fornecer gratuitamente águas para os gados e serventia e consumo dos cedentes por si e seus herdeiros futuros em todas as gerações dos cessionários e dos cedentes [...]”¹⁹¹.

A partir de 30 de Julho de 1931, o Dr. Vicente Trevas empreendeu grandes melhoramentos nos arredores das fontes, como: a construção de cacimbas (Anexo 1 - Foto 22), bebedouro para os animais em local mais afastado das fontes, (Anexo 1 - foto 21),

¹⁹¹ ESCRITURA Pública de Sessão de direitos [de Posse], Cartório do Registro Civil da Cidade de Fazenda Nova, Comarca de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco. Fazenda Nova: 3º de Jul. de 1931. Transcrita pelo Tabelião Público Substituto Antonio Lupe Filho s/d. (ipsis litteris).

banheiros com banheira e chuveiros, que forneciam banhos, naturalmente mornos, e ainda o “*quebra osso*”¹⁹². A partir desses beneficiamentos, começou a ser cobrada uma pequena taxa aos turistas (Anexo 1 - Foto 23), pelos serviços prestados.

Nesse período, era grande a dificuldade de transporte para aquele povoado e os usuários que queriam utilizar os benefícios das águas medicinais (cuja maioria era composta por usineiros, políticos e pessoas de posses, geralmente da capital pernambucana), tomavam o trem pela Great Western, no Recife e desciam em Antonio Olyntho (atual Tacaimbó), a partir dali, utilizando montarias, percorriam 22 quilômetros até Fazenda Nova; outra possibilidade era descer na Estação de Trem de Caruaru, porém a distância era mais longa; descer em São Caetano era inviável, em virtude, das serras.

A respeito da atividade turística nesse período, durante a pesquisa documental encontramos em um jornal datado de 1932 (Anexo 6), um artigo que, antes mesmo dessa prática social despontar no cenário mundial, o autor registra o seu ponto de vista de maneira ousada para a época, quando propunha o desenvolvimento de uma “indústria do turismo”¹⁹², em Pernambuco, em um período que, em nosso país não havia sequer, políticas que regulamentassem o setor de viagens.

“Não parece ser uma coisa tão difícil organizar em Pernambuco uma pequena industria do turismo. A questão é só começar. [...] desenvolver o turismo em certas cidades do interior, de clima ameno, organizando-se associações para facilitar transporte, hotéis, etc. [...]. Entre as cidades do interior, naturalmente identificadas, estão Caruaru e Garanhuns [...]. A Great Western, por sua vez, organizaria em certa época do ano, trens especiais, com tarifas mais vantajosas. E estaria lançada entre nós uma indústria que é do maior alcance social e economico.” (L. UCHÔA IN: Vanguarda, 17 Jul. 1932, p. 3, ipisis litteris).

No tocante às políticas de turismo, Cruz (2002, 40-41) frisa: estas foram negligenciadas no Brasil, tanto por parte do Poder Público que tinham a responsabilidade

¹⁹² De acordo com nossas entrevistas registramos que, esse nome figurativo, existiu em virtude da água ser muito fria, visto que, era armazenada em um tanque, e não se apresenta morna, como aquela que saía das surgências para os banhos pagos. Vale ressaltar, que era o banho que a população local podia utilizar.

de criá-las e implementá-las, quanto por parte de estudiosos e pesquisadores, visto que, raros foram os trabalhos produzidos sobre o tema. Entretanto, deve ser registrado que, o Decreto-lei n. 406 de 04 de maio de 1938, em seu artigo 59º. foi o primeiro diploma legal que abordou a atividade turística, quando regulamentou a venda de passagens: “A venda de passagens aéreas, marítimas ou terrestres só poderá ser efetuada pelas respectivas companhias, armadores, agentes, consignatários e pelas agências autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na forma da lei.” (In: CRUZ, 2002, p. 6).

Retornando à área do objeto pesquisado, de acordo com Diva Pacheco (2002, p. 26), no ano de 1933, a concessão de exploração das fontes foi renegociada, sendo o novo adquirente, o Dr. Carlos de Lyra Filho, que visualizando as possibilidades de entregar a água para o consumo público por meio de engarrafamento, encomendou ao cientista e monge beneditino Dom Pedro Bandeira de Melo, da Escola Superior de Agricultura, análise físico-química daquelas águas, cujo resultado foi publicado nesse mesmo ano pelo departamento de Estatística e produção mineral do Ministério da Agricultura. Essa análise foi positiva quanto às propriedades minerais e indicação medicinal, entretanto, o engarrafamento que seria comercializado não prosperou, uma vez que, quando engarrafada, a água se tornava imprestável para o consumo.

Sobre esse período, se constitui como relevante o registro, colhido durante as pesquisas de campo, quando, conseguimos resgatar com um dos entrevistados (Sr. M.L., 52 anos, solteiro, artista plástico, natural e residente em Fazenda Nova), um rótulo que foi utilizado no período do engarrafamento das “Águas de Fazenda Nova” (Anexo 1 - Figura 1). Dessa maneira, esse documento comprova a existência de tal atividade econômica (que não decolou), e que se relacionou com a atividade turística, da década de 1930, naquele povoado. Visto que, a população local não precisava comprar a água, já que por direito era utilizada de graça, com exceção, das dependências do balneário.

No ano de 1934, um certo “Barão usineiro”, tendo tomando conhecimento das propriedades das águas medicinais de Fazenda Nova, foi até o povoado para cuidar da saúde, e levou consigo um motor de luz, com o qual iluminou a rua principal, esse fato chamou tanto a atenção dos habitantes das redondezas que, muitas pessoas se deslocaram de longe para ver o “cordão de luzes” a dissipar a escuridão.

“[...] Por ocasião da estada do doutor Henrique Marques de Holanda, “Barão de Suassuna”, que passou 30 dias para tratamento de saúde, Fazenda Nova foi iluminada da igreja até a fonte hidromineral.”(PACHECO, 2000, p. 17).

No ano de 1935, foi inaugurada em Fazenda Nova a primeira agência dos correios. E, ainda nesse ano, um grupo de turistas se interessou pelo local e comprou um terreno para a construção de um novo e “Grade Hotel”¹⁹³. Referente o ano de 1936, conseguimos documentar, imagens inéditas – fotografias, sobre os equipamentos inseridos na paisagem urbana de Fazenda Nova - a construção das “casas do povo de fora”, como localmente são denominadas as segundas residências (Anexo 1 - Foto 24).

No tocante à segunda metade dos anos 30 (1930), de acordo com nossos entrevistados, houve uma grande seca e com esta, chegou a faltar alimentos para a população¹⁹⁴ de áreas circunvizinhas, e quanto a água, foram as fontes que salvaram muitas vidas, tanto de pessoas quanto de animais.

¹⁹³ A respeito dessa construção o Sr. A. J. V., 77 anos, casado, 4 filhos, nos relatou: “Eu era criança, mas me lembro bem, dos homens botando tijolo, no lombo dos burros, para construir o Grande Hotel. Os tijolos passaram muito tempo, abandonados, só em 1940, foi que começaram. E aconteceu uma coisa engraçada, os homens que vieram trabalhar, só bebiam água da fonte, e ficaram com os dentes pretos.” Informação verbal, captada em 19 Abr. 03.

¹⁹⁴ A área de Fazenda Nova está inserida no Polígono das Secas, e de acordo com os depoimentos colhidos, nesse ano, “[...] aconteceu uma fome muito grande, na feira quase nada tinha pra se comprar, as pessoas só tinham direito de levar uma cuia de farinha, porque era pouco o alimento, e não tinha plantio na terra da gente. Daí, Dedé Bezerra de Holanda, que tinha um caminhão da cabine de pau, e Zé Nunes, rico comprador de algodão, resolveram ir para Tacaratú, comprar farinha. [...] naquele tempo, não tinha estrada, só vereta [vareta], depois de muitos dias, quando iam voltando pela estrada de Antônio Olynto, por Fazenda Velha, a notícia se espalhou: lá vem a farinha! lá vem a farinha! Aí o povo começou a soltar foguetão. Era dia de feira, e na beira da estrada, começou a juntar gente, pra ver o caminhão chegar. Tinha chovido, e perto das caiberas da fonte, tinha o riacho [Quatí], o barro era visguento. E perto da caibera velha, que foi derrubara, onde hoje tem a Maria do Pilão, o caminhão virou, foi um ‘Deus nos acuda’ e farinha para todo lado [...]. Tempos difíceis eram aqueles.” Resumo de informações captadas durante as pesquisas de campo (2002-2004).

Em 1939, de acordo com o Sr. Assis Ferreira 84 anos, in memoriam (in Pacheco D. 1972, p. 197), o Governador Agamenon Magalhães (1939-1945), esteve em Fazenda Nova para conhecer as fontes, e prometeu para um ano, nova estrada para melhorar o acesso ao local (atual PE 145 que se conecta com a BR 104); em dez meses a referida estrada foi inaugurada.

No final dessa década de acordo com Cruz (2002, p. 6), o Poder Público Federal concedeu o primeiro diploma legal que tratou, exclusivamente, do setor de turismo no Brasil, que na época era organizado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda:

“As agências de viagens e turismo, as agências de turismo e as companhias e agências de navegação e de passagens marítimas, fluviais e aéreas poderão organizar, por conta própria, ou em conexão com empresas de transporte e de hospedagem, viagens coletivas de excursão, quando autorizadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, e na forma e nas condições que este determinar.” (In: CRUZ, 2002, p. 6).

3.4.3. DÉCADA DE 1940 (1941-1950)

Nos primórdios da década de 1940, não se sabe ao certo, se continuou o movimento espontâneo de turistas que buscavam tratamento natural para a saúde ou se, foi impulsionado pelo incentivo na nova política do governo federal. O certo é que, nessa década, em Fazenda Nova, registrou-se um aumento significativo de usuários, e o início da construção de pequenos e médios hotéis, os quais, geralmente pertenciam a antigos turistas, os quais, tendo utilizado os benefícios das águas mineromedicinais, vislumbravam a possibilidade de crescimento do setor de turismo relacionado com a saúde e repouso e assim, investiam naquela localidade.

De acordo com nossos entrevistados, o primeiro hotel de Fazenda Nova foi o Hotel Familiar, que posteriormente, se tornou Botijinha (Anexo 1 – Foto 20), e os outros que surgiram seguidamente, foram: Pensão Vitória, Mansão Verde, Repouso Santa Maria, Pensão do Sr. Marçal e posteriormente, o Grande Hotel. Os quais, de acordo com a Sra. M.D.B.F.,

81 anos, “[...] eram movimentados, independente da época do ano, de maneira que, sempre havia gente, cuidando da saúde, com as águas das fontes de Fazenda Nova”.

No ano de 1940, de acordo com Diva Pacheco (1972, p. 22 e 2002, p. 20), o governador/interventor Agamenon Magalhães voltou à Fazenda Nova para inaugurar o novo acesso. Esse fato trouxe novas possibilidades econômicas, viabilizando tanto a movimentação de pessoas, quanto o escoamento da produção agrícola daquela área e circunvizinhança.

Em relação ao ano de 1946, foi registrado que, o Sr. Botijinha doou uma imagem de Santa Ana à Igreja local, esse fato motivou a celebração religiosa (ainda festejada nos dias atuais), bem como a festa profana (leilões, folguedos de rua, bailes, carrossel, etc.) no mês de julho. Vale registrar que, nesse mês se dá o período de temporada impulsionada pelas férias escolares, portanto, é um período bastante esperado e movimentado, tanto em relação ao número de visitantes e turistas, quanto às possibilidades de aquecimento da economia.

No ano de 1948, as atividades culturais em Fazenda Nova, foram incrementadas, com a fundação de uma banda de música (por muitos anos foi regida pelo maestro “João do Amaro”), e ainda, um Clube Social – A Sede, que por muito tempo funcionou, como escola de bordado, corte e costura. Sobre esse período, a Sra. C. D. 88 anos, viúva, sete filhos e residente em Caruaru, nos relatou que em 1947, sua família começou a frequentar Fazenda Nova, e no início dos anos cinquenta, comprou uma casa para passar temporadas. O que motivou a ida àquela Vila, foi um problema de saúde que acometia o seu esposo, o qual, após fazer o tratamento com as águas das fontes, ficou curado. “[...] era um tempo de muita tranquilidade [...]. Ótimos passeios a cavalo, e muitas festas religiosas [...], além de ‘saraus dançantes’ promovidos pelo Sr. Botijinha, nos períodos de temporadas, atraindo os bons pés de valsa, que naquele tempo se hospedavam em Fazenda Nova”.

No final da década de 1940, foi inaugurada a Cooperativa de Crédito Rural e, iniciada a construção do Grande Hotel, cujos alicerces chamavam atenção, em virtude da dimensão que a obra teria. Em dezembro de 1949, foi inaugurado um novo cemitério (Cemitério de São Miguel), em virtude do outro cemitério (Cemitério Velho) precisar ser desativado, visto que, se localizava próximo às fontes, e para um local que estava atraindo turistas, não ficava bem, porque a água poderia ser contaminada.

Em 26 de fevereiro de 1950, o governador de Pernambuco Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (1948-1951), esteve em Fazenda Nova para inauguração do serviço de abastecimento de água e da Escola Típica Rural Agamenon Magalhães (em cujo prédio, na atualidade, funciona a Escolinha Sebastiana Mendonça). Ainda, nesse período, (não conseguimos documentar ano exato), começou a funcionar numa rua lateral da praça central de Fazenda Nova, um chafariz que oferecia água potável à comunidade¹⁹⁵.

Com o implemento na infra-estrutura básica, estrada e abastecimento de água, além de escolas e hotéis, as condições sociais daquela vila tiveram uma sensível melhora e, no que concerne à atividade turística, esta se tornou mais assídua.

Retornando às políticas de turismo no nosso país, de acordo com Cruz (2001, p. 45), o Decreto-lei 7.528 de 25 de maio de 1945, extinguiu o Departamento de Imprensa e Propaganda e conseqüentemente, a Divisão de Turismo que fazia parte de sua estrutura.

¹⁹⁵ O chafariz foi construído em terreno doado pelo Sr. Assis Ferreira no final da década de 1940. De acordo com o Sr. F.A.F., 66 anos, casado, comerciante, que afirma ter sido uma obra de extrema importância por muitas décadas, para os habitantes locais, principalmente, aqueles que não moravam na rua principal de Fazenda Nova, visto que, nesse local as pessoas se abasteciam de água “doce” para as necessidades básicas. Nesse tempo, de acordo com alguns entrevistados (2002-2003), era comum encontrar homens carregando galões de água e mulheres com potes ou latas na cabeça e crianças carregando pequenos vasilhames nas mãos. Era no que a população menos favorecida, por uma taxa simbólica, tomava banho de chuveiro. Na atualidade, o chafariz é um prédio abandonado. De acordo com a Sra. M. S. S. (atualmente 93 anos, solteira e residente em Fazenda Nova, nossa entrevistada). Informações verbais captadas em 22 Out. 2003 e 23 Ago. 2003.

Ficando a regulação da atividade turística vinculada ao Departamento Nacional de Informação, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com a seguinte atribuição: “[...] superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo”. Ademais, deve ser registrado que, com a queda do Estado Novo (1946), extingue-se o Departamento Nacional de Informações e, conseqüentemente, a Divisão de Turismo a este subordinada.

Reportando-nos ao modelo de análise do espaço do turismo, inserimos os fatos contextualizados na década de 1940, na área de Fazenda Nova, numa outra fase de transição, entre a fase exploratória e a fase do desenvolvimento, uma vez que o fluxo de turista aumentava lenta e continuamente.

3.4.4. DÉCADA DE 1950 (1951-1960)

Na década de 1950, de acordo com as pesquisas (2002-2004), havia em Fazenda Nova intensa movimentação cultural, relacionada a festas religiosas e de rua (folguedos, vaquejada e carnaval), E, dentre outras, havia uma figura que se destacava por animar a vida cultural local, era a “devota e carnavalesca” - D. Maria Catingueira, que, tanto animava as novenas e pastoris, quanto os carnavais. Sendo que, para tais eventos, confeccionava em papel, roupas e objetos decorativos; e também compunha as canções (tanto para o seu pastoril quanto para o seu bloco de carnaval – Os Ciganos).

Nesse sentido, a Sra. S.T., viúva, 67 anos, 4 filhos, natural e residente em Fazenda Nova, rebuscando suas memórias de infância, lembrou da exótica figura e ainda, de uma das músicas do mencionado pastoril (Música 4):

Letra de Música 4:

PASTORIL DE D. MARIA CATINGUEIRA (trecho)

(Fazenda Nova, décadas de 1930-1950)

*“Caju maduro
cana caiana
viva as pastoras
pernambucanas.*

*Caju maduro
É fruta Nova
Viva as pastoras
De Fazenda Nova*

*Caju maduro
É fruta minha
Viva as pastoras
Dessa lapinha.*

*Caju maduro
Com sapoti
Viva as pastoras
Desse ‘Brasí’¹⁹⁶.*

Tanto o pastoril, quanto outras atividades culturais movimentavam a comunidade, cuja população, em sua maior parte, vivia da agricultura de subsistência e pecuária tradicional. Todavia, com o crescimento da atividade turística, parte da população local formou um contingente de mão-de-obra que começou a prestar serviços nos hotéis, nas casas de veraneio e na área da construção civil. Com exceção da elite local, que, ou era proprietária de terras e gado, ou comerciante e político e coseqüentemente, financeiramente “independente”.

¹⁹⁶ Esta figura de quem vou falar é a que mais gostei na história de Fazenda Nova. Maria Catingueira. Foi ela, que desde 1914, fazia teatro, pastoril, carnaval, lapinha, etc.. [...] A pastoras se vestiam de papel crepon. Os lustres da sua casa eram de ampola de injeção. As cortinas de papel de cigarro, todas quadriculadas. As roupas eram bordadas e trabalhadas. Ela fazia há cinqüenta anos o que estão começando a fazer [agora].” (PACHECO, D.. 1972, p. 1990, ipisis litteris).

3.4.4.1. DE OBERAMMERGAU A FAZENDA NOVA – FÉ E ARTE ROMPENDO FRONTEIRAS

Nesse caminhar, a perspicácia de um “comerciante e líder político local” – Epaminondas C. de Mendonça, mudaria os rumos da história de Fazenda Nova, pois ao ler uma revista de variedades - “Fon-Fon”, tomou conhecimento de que nesse ano, na Baviera alemã, na cidade de Oberammergau¹⁹⁷, se repetia uma tradição secular: a realização do espetáculo da Paixão de Cristo, com o qual, os habitantes daquele pequeno burgo agradeciam a Deus por os haver livrado (os sobreviventes) da peste negra, que no século XVIII assolou a Europa. As encenações tinham o caráter nitidamente religioso e aconteciam a cada dez anos, por uma temporada de dois ou três meses. Sendo que, durante as temporadas, atraía milhares de pessoas àquela cidade, lotando suas hospedarias e hotéis e constituindo-se como uma notável fonte de renda.

De acordo com Reis 2002¹⁹⁸, o patriarca da Família Mendonça, que era um

¹⁹⁷ “Oberammergau é uma cidadezinha no Sul da Alemanha. No ano de 1633, enquanto a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) dividia os alemães entre católicos e protestantes, a peste bubônica chegou à cidade. Metade das famílias tiveram perdas. Ao final da epidemia, no cemitério, os sobreviventes ergueram um símbolo de Jesus crucificado e juraram encenar a Paixão de Cristo a cada década, em troca de proteção divina.

Um ano depois, eles mantiveram a promessa e iniciaram uma tradição de quase quatrocentos anos.

[...].Qualquer histórico da Paixão de Oberammergau tem que mencionar 1934. No mesmo ano que chega o primeiro gerador de eletricidade, movido a gás, a uma vila no interior de Pernambuco chamada Fazenda Nova, Adolf Hitler chegava a Oberammergau. Aproveitando-se da popularidade do espetáculo, então no seu tricentenário, para o plebiscito que seria realizado em breve e viria a confirmá-lo no poder como chanceler e chefe de Estado. O novo regime nazista, mandou imprimir “A Alemanha o convoca!” nos pôsteres da peça e buscou transformá-la ideologicamente num “drama camponês”, derivado do “poder sagrado do solo”.

O nazismo passara deixando as lembranças da violência cometida e sofrida na Alemanha. Em 1950, a Paixão de Oberammergau era a chance de mostrar para uma platéia internacional a tradição cristã do país (foi realizada também a mostra 1000 Years of Christian Art the Sign do Passion). Mas o Holocausto era memória fresca, e em 1970 o espetáculo começou a sofrer críticas, tanto por cristãos como por judeus, de que estaria pregando o anti-semitismo.

[Em 2000 foi realizado normalmente, A Paixão de Oberammergau, em uma temporada que durou alguns meses, num teatro ao ar livre e com público sentado em arquibancadas cobertas. Próximo evento será em 2010].

BANDEIRA, Alexandre. Os Caminhos da Paixão. In: CONTINENTE Multicultural, AII n. 15. Mar. 2002. Recife: CEPE. p. 33-39.

¹⁹⁸ REIS, Carlos. Meio Século de Paixão: A História dos Primeiros Dez Lustrs da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, Contada por um de seus protagonistas. Recife: Comunigraf, 2002, p. 13.

homem religioso nos moldes tradicionais do interior do Nordeste, mas, também era um arguto comerciante e dono de hotel, o qual, achou que não ficaria mal para Fazenda Nova, nem para o seu hotel a realização de algo parecido com a encenação de Oberammergau.

A partir dessa idéia, começou a mobilização para o evento, que, no entanto, provocou rebuliço geral naquela vila, de um lado – amigos e principalmente os partidários políticos do idealizador se dispuseram a ajudar; em contrapartida, também havia o grupo “do contra”, que achava uma blasfêmia se fazer teatro – “quase uma festa” em plena Semana Santa. Todavia, prevaleceu a idéia de “um homem de visão” que, agregando arte e religião e obviamente comércio e estratégia política, que se somou aos atributos naturais e paisagísticos, e se reverteu em captação de mais fluxos turísticos para Fazenda Nova.

Sobre esse período, Reis (op. cit., p. 13), narrou:

“A sugestão [da encenação] foi passada para a esposa, Sebastiana Lucena de Mendonça, que era, desde a sua chegada à vila, grande animadora das festas e das manifestações culturais e religiosas de Fazenda Nova. [...] Luis [Mendonça, filho do casal, que trabalhava em Recife e era ligado ao movimento cultural da capital], foi encarregado de escrever o texto do “Drama do Calvário”. Para tanto, contou com a colaboração de um amigo, o radialista e coletor estadual da cidade de Gravatá, Osires Caldas. E na semana santa de 1951, Epaminondas Mendonça produziu o espetáculo que foi dirigido por Sebastiana e Luiz Mendonça. Luiz foi, ainda, o primeiro interprete do papel de Jesus. [...]. Os outros irmãos colaboraram de alguma forma, participando dos cânticos e da figuração e na arrumação dos cenários e figurinos (usavam-se os lençóis do Hotel Familiar, que eram convenientemente transformados em túnicas e mantos dos personagens). O espetáculo contou, ainda com a participação de vários outros amigos dos Mendonça e de moradores de Fazenda Nova, [...]” As cenas foram apresentadas nas ruas e nas calçadas da vila, concentrando algumas delas em frente ao Hotel familiar, de Epaminondas Mendonça. O primeiro ato começava, no Domingo de Ramos, com a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, que acontecia na igreja da vila. Jesus, montado num jumento, entrava saudado por cânticos, ramos e palmas.” (REIS, 2002, p. 13-14).

A primeira encenação (1951) agradou e foi propagada “boca-a-boca” para garantir o evento que aconteceria no ano seguinte. Em abril, desse mesmo ano a revista “O Cruzeiro” comentou sobre o evento:

“Em sua edição de 26 de abril de 1951, dizia aquela famosa revista: ‘A tragédia do Gólgota, vivida em [Fazenda Nova com] extensão e profundidade, não poderia oferecer, em outras circunstâncias, melhor efeito ou realismo teatral. Nem a verdade artística maior autenticidade”. (REIS, op. cit., p. 16).

Nos anos seguintes, seguindo os mesmos padrões da primeira edição, aumentou o número de espectadores para o evento, bem como, o número de interessados em se hospedar em Fazenda Nova e, de alguma maneira, participar das encenações.

De acordo com Reis (op cit., p.15), à concretização e sucesso desse evento, foi destaque a contribuição de Luiz Mendonça, grande articulador entre a representação de Fazenda Nova e o meio artístico da capital pernambucana. De maneira que, despertou interesse de um expressivo número de artistas que, desde aquela época, representavam os papéis principais. Entretanto, deve ser registrado que, para os visitantes e os habitantes de Fazenda Nova cabia a figuração que, naquela época, não envolvia gratificação financeira, todavia, se constituía como motivo de orgulho fazer parte daquele “Drama”.

Sobre esses primórdios (Fotos 11 e 12), das encenações do “Drama” nas ruas de Fazenda Nova, o Sr. J.Z. 81 anos, viúvo, 4 filhos, residente naquela Vila, durante entrevista, nos relatou: “[...] era muito mais bonito que hoje, não tinha nem ‘parência’ , o povo acompanhava tudo, nas ruas e nas pedras da fonte, muita gente participava, eu só assistia, não perdia um [...]. O povo chorava e era comum, no outro dia, a gente encontrar as mulheres de olhos inchados de tanto chorar, mesmo sendo uma representação de ‘faiz’ de conta, o povo se emocionava. E juntava gente mesmo ‘que nem noite de festa’ [...].”

Dessa maneira, percebe-se que, celebrando o “sagrado”, o drama mobilizava emocionalmente e captava mais ainda o interesse do “profano”. Nesse sentido, Rosendhal ¹⁹⁹, registra: a maioria dos estudos sobre a experiência religiosa, baseiam-se nos fundamentos de Mircea Eliade 1962, que descreve como profano o espaço comum, que se converte em espaço sagrado e sugere um processo simbólico, que reflete as características emocionais associadas às características físicas do lugar. Sendo que, a concentração do

¹⁹⁹ ROSENDAHL, Zeny. O espaço, o Sagrado e o Profano. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato. Manifestações da cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 231-247.

espaço sagrado pode ocorrer de duas maneiras: a primeira, envolve a manifestação direta da divindade, através da hierofania – a revelação do divino através de objetos, pessoas; a segunda maneira, se relaciona com o tipo de espaço que é ritualmente construído.

A representação do Drama do Calvário de Fazenda Nova (que no ano de 1953, distribuiu santinhos), apesar de não se vincular diretamente com uma celebração tipicamente religiosa, relaciona-se diretamente com a fé cristã. Daí, a denominação de auto “para-religioso”. Outrossim, não houve uma real aparição do divino - hierofania, contudo, durante o período da representação do evento, o espaço por onde passava a representação do sagrado era ritualmente construído, a partir de cânticos, dos ramos simbólicos, de contemplação e, sobretudo, da emoção que aflorava das pessoas participantes. Emoções essas que já estavam abaladas com o problema da estiagem que assolava mais uma vez aquela região, ceifando a vida dos animais e deixando pessoas necessitadas de água, trabalho e melhores condições de vida.

De acordo com Reis (op. cit. 20-22), data de 1954, os pilares que posteriormente, formariam a Sociedade Teatral de Fazenda Nova (STFN), destacando-se a colaboração de Victor Moreira que idealizou novos cenários, melhorou a cenografia, desenhou novo guarda-roupa e imprimiu mais realismo à peça que se realizava em três dias consecutivos: quarta, quinta e sexta-feira Santa:

“[...] A entrada triunfal em Jerusalém passou a ser representada no portão da fonte hidromineral. Criou-se a cena da Samaritana [...]. O Templo continuou no Salão Azul e o Horto na Fonte. A casa de Caifás foi para as escadarias da Casa da Pedra [...]. A cena de Pilatos passou para as escadarias de entrada do Grande Hotel. A cena de Herodes foi acrescentada ao espetáculo, sendo representada na varanda da sacada do Hotel Familiar. O Caminho do Calvário continuou na rua mesmo. O Desespero de Judas, o calvário e as cenas finais da peça, tudo passou a ser representado nos diversos rochedos que ficam nas imediações da fonte hidromineral. Lamentavelmente, hoje nada ou quase nada se vê desses rochedos, quase todos encobertos pela construção desordenada [invasão] de casas de comércio ou de residência, em torno dos banheiros da fonte hidromineral, privando os moradores da vila e, principalmente os visitantes, de contemplar a beleza dessas formações rochosas [fazendanovitos] e da memória dos primeiros espetáculos da Paixão de Cristo de Fazenda Nova.” (REIS, op. cit., p. 21-22).

De acordo com o programa do “Drama do Calvário” do evento de 1954, a encenação foi filmada pela Companhia Cinematográfica Nacional e teve a colaboração das Casas José Araújo e foi patrocinada pelo Banco do Comércio e Indústria de Pernambuco. E, havia, ainda, a menção de duas exposições de artistas recifenses: no Hotel Familiar - Exposição de fotografias do Conjunto Amadorístico Brasileiro e no Hotel Botijinha – Exposição da Via Sacra de Wilson de Souza. Sendo que no referido programa, havia, ainda um convite para o turista visitar Fazenda Nova:

“Fazenda Nova, a melhor estação de cura e repouso do Nordeste, dispõe de três bons hotéis – Hotel Familiar, Hotel Botijinha e Repouso Santa Maria – podendo proporcionar a todos, a melhor oportunidade de recuperar das energias ou cuidar da saúde.” (PROGRAMA do Drama do Calvário de 1954, in: REIS, op. cit., p. 44).

Em 1955, o evento se repetiu e os hotéis daquela Vila ficaram lotados, mesmo sendo precárias as estradas e meios de transporte para Fazenda Nova. Entretanto, tais fatos, de acordo com Reis (op. cit., p. 23-24), asseguraram ao idealizador do evento (Epaminondas Mendonça), que ele estava no rumo certo quando imaginou mais um atrativo turístico e cultural para Fazenda Nova. Nesse ano, a encenação contou mais uma vez, com o apoio da imprensa pernambucana que publicou notas em diversos jornais, como: Folha da Manhã, Diário de Pernambuco, Diário da Noite, Jornal Pequeno, Correio do Povo e Jornal do Commercio -, nesse último, Valdemar de Oliveira escreveu:

“Depois de haver assistido à ‘Paixão de Cristo’, em Fazenda Nova, descreio de tudo quanto, pretendo reproduzir o drama sacro, se tenta fazer no palco do teatro. Tudo aqui é mentira, em face a tangível verdade da Arte, o povo e a Natureza, harmoniosamente conjugados, podem criar. E criaram, em Fazenda Nova.”(In REIS, op. cit., p. 24, *ipsis litteris*).

No ano de 1956, no período do carnaval, Fazenda Nova teve uma visita inusitada, a qual, contribuiria, decisivamente, para uma outra mudança nos rumos da história local. Foi quando o jornalista Plínio Pacheco se encantou pela árida paisagem local e ficou sabendo da encenação do Drama do Calvário. Nesse mesmo ano, motivado pelo evento,

retornou para a temporada da Semana Santa, só que ao invés de apenas assistir a peça, liderou um grupo de grupo de vinte jornalistas, os quais, deram cobertura ao evento. A respeito desse fato, Diva Pacheco em 1972 narrou:

“[Plínio Pacheco] consegui fretar um vagão com a Rede Ferroviária, trouxe 20 jornalistas. [E vieram] Dois ônibus de turistas, para assistir o espetáculo. Os hotéis ficaram lotados. Os jornalistas ficaram na casa da pedra, [que] tinha seis camas, para vinte pessoas. Nem água, nem luz, nem ninguém para arrumar. Uma parte deles passava a noite acordada, serrando velho, fazendo serenata, [e] roubando Judas.” (PACHECO, D. 1972, p. 61).

Nesse ano, o evento contou com o apoio do Conselho de Turismo da cidade do Recife e com o Departamento de Documentação e Cultura, através da colaboração de Valdemar de Oliveira. Com a presença de muita gente da imprensa e do teatro pernambucano, além de turista de modo geral, a Associação de Cronistas Teatrais de Pernambuco organizou diversas mesas redondas, as quais, versavam sobre os seguintes temas: teatro ao ar livre, teatro amadorista e teatro religioso, dentre outros, que se realizaram no Grande Hotel (ainda em construção). Houve, ainda, outra Exposição de esculturas e desenhos da Via-Sacra de Wilton de Souza, da Sociedade de Arte Moderna do Recife, nos salões do Repouso Santa Maria. Tais fatos estão inseridos no programa do drama de 1956, que ilustra a obra de Reis (op. cit. p. 46).

Em Fazenda Nova, nesse período, não havia luz elétrica, somente um motor de luz²⁰⁰ que funcionava a gás pobre, e, tanto servia para as residências e hotéis da rua principal da Vila, quanto se adequava para iluminar os cenários do evento, por isso, era continuamente empurrado de um cenário para outro, durante a encenação.

No ano de 1958, esteve em Fazenda Nova o Governador de Pernambuco, Osvaldo Cordeiro de Farias (1955-1958), que inaugurou a Maternidade (hospital),

²⁰⁰ De acordo com a Sra. S.T. 67 anos, viúva, 4 filhos, sobre o motor de luz: “Por trás do Hotel Botijinha, era onde ficava o motor de luz. [...] cada pessoa tinha direito a duas lâmpadas e as nove e meia da noite dava o primeiro sinal que a luz ia se apagar, às dez horas em ponto, o motor era desligado. A partir daí, só luz de candeeiro.” Informação verbal captada em 23 Jul. 2003.

a qual, foi construída com apoio da comunidade (trabalho braçal) e com verba estadual. Nesse mesmo ano, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, faz referências a Fazenda Nova e a idéia de construção de um campo de pouso, a fim de receber mais turista.

“[...] Em Fazenda Nova, sede distrital do município [Brejo da Madre de Deus], localiza-se a estação balneária para repouso e cura de determinadas moléstias dermatológicas e gastroentestológicas. Dispõe de instalações para banhos termais e de hotéis bem aparelhados e com boas acomodações. É um ponto de preferência turística recebendo constantemente hóspedes procedentes de vários pontos do país, principalmente da capital do Estado [Pernambuco], de onde aflui grande número de pessoas em gôzo de férias. No mesmo local está em fase de acabamento a construção de um campo de pouso para pequenos aviões de turismo.” ENCICLOPÉDIA, 1958, p. 72, *ipsis litteris*).

Diante do exposto, nota-se que, mesmo atraindo um grande número de espectadores, encenado há oito anos, o Drama do Calvário, ainda, não era reconhecido oficialmente como atração turística. Entretanto, reconhecidamente, havia o registro do turismo em torno do tratamento de saúde, do descanso e do lazer.

Nesse período, de acordo com o Sr. J.F.P. 79 anos, auditor fiscal estadual, a Secretaria da Fazenda intensificou a construção de postos fiscal e coletorias. Sendo que, na PE 145, próximo ao Grande Hotel, foi construído o Posto fiscal de Fazenda Nova. O qual, segundo o Sr. A.F.M. 77 anos, fiscal do Estado (que trabalhou no mencionado posto), tinha por objetivo fiscalizar e cobrar impostos sobre as mercadorias em trânsito - algodão, mamona, milho, feijão, frutas, verduras, madeira, bovinos, caprinos e café, que vinham da área dos brejos, de Jataúba e do Sertão²⁰¹.

Em 1959, Teatro de Amadores de Caruaru (Anexo 7), participou das encenações do “Drama”, que por pouco, não acontece. Sobre o evento desse ano, Reis (op. cit., p. 34-35) registrou: por falta de verbas, o evento esteve seriamente ameaçado e foi necessário que a Família idealizadora do espetáculo, recorresse à boa vontade dos “amigos de Fazenda Nova”, da população e de comerciantes locais, para a realização do evento.

²⁰¹ Informações verbais captadas em 04 Jun. 2003 e 23 Mai. 2003.

Ainda nesse ano, foi fundada a primeira Igreja Protestante de Fazenda Nova - Primeira Igreja Batista do Recife. E, o antigo motor de luz foi desativado, em virtude da instalação de energia elétrica ou “luz da Paulo Afonso”, na Vila Fazenda Nova.

Retomando a temática no âmbito das políticas nacionais de turismo, de acordo com Cruz (2002, p. 6), no ano de 1958, o Decreto 44.863/58, trata pela primeira vez na história da organização pública do turismo, em nosso país, de uma política nacional de turismo. Iniciativa que foi Diplomada Legalmente, em 19 de Abril de 1960, com o Decreto-lei 48.126, que aprovou o regulamento da Companhia Brasileira de turismo (COMBRATUR). “A Combratur terá como finalidade coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do país no que respeita ao turismo interno e internacional.” (FERRAZ, 1992, apud CRUZ, 2002, p. 46).

Ainda, de acordo com Cruz (2001, p. 47), nas diretrizes da política de turismo instituída, havia ênfase às paisagens naturais, como “áreas de interesse turístico”, estava portanto, explícita a intenção de transferir o setor turismo, do ponto de vista das agências de viagens, para a ampliação e modernização do parque hoteleiro do país. Vale registrar, que, nesse período, a construção do Grande Hotel estava parada e, talvez, com base nessa política de incentivo ao (re)aparelhamento da infra-estrutura de hospedagens, a obra foi retomada por um grupo de empresários do Recife.

Quanto à encenação do “Drama do Calvário”, no ano de 1960, outra vez, ameaça não acontecer e, se faz necessário o auxílio e boa vontade dos amigos, comerciantes e turistas para a realização do evento, o qual, começa a demonstrar sinais de declínio. Contudo, naquela Vila, não diminui a atividade turística, movida, tanto pelo tratamento de saúde, quanto pelo lazer em torno dos hotéis e das casas de veraneio.

Os acontecimentos relacionados com o turismo, contextualizados nessa década, de acordo com o modelo de análise do espaço do turismo, proposto por Butler 1980 e adaptado por Rodrigues (1998, p. 89-91), tiveram fases distintas: continuou a fase exploratória – caracterizada pelo aumento do fluxo turístico no tocante aos atrativos físico-naturais. Quanto à representação cultural, iniciada nas ruas daquela Vila, os primeiros anos caracterizaram, obviamente, a fase da partida, com um misto de fase exploratória, visto que, o fluxo de turistas aumentava progressivamente. Entretanto, no final dessa mesma década, aconteceu um visível declínio em relação ao evento, que se refletiu na falta de interesse de colaboradores/patrocinadores. Entretanto, vale repetir, o desinteresse foi em função da encenação da Semana Santa e não em relação ao turismo de saúde e recreação que esteve na fase de estabilidade.

3.4.5. A DÉCADA DE 1960 (1961-1970)

A década de 60 (1960), marcou de maneira inigualável a história do nosso país, deixou, também, seus reflexos na história e memória do povo de Fazenda Nova, visto que, aconteceram também, grandes transformações sociais, econômicas e culturais que imprimiram suas marcas na paisagem selecionada à pesquisa (Ver vista aérea de Fazenda Nova – início da década de 1960).

Tais transformações começaram nos primórdios de 1961 com a inauguração do Grande Hotel, cuja obra a todos despertava interesse, uma vez que o prédio esboçava proporções gigantescas para uma pequena Vila interiorana. Sobre a mencionada inauguração, Pacheco, D. (2000, p. 23) registrou a publicação de 29 de Janeiro de 1961, do Jornal do Commercio:

“INAUGURAÇÃO LEVA RECIFENSES A FAZENDA NOVA:” ‘Acontecimento de importância, para o ‘hinterland’ pernambucano foi a inauguração, domingo último, das novas instalações do Grande Hotel de Fazenda Nova, agora sob o comando de um grupo [Irmãos Dias] onde vamos encontrar figuras conhecidas em

nossos círculos sociais, industriais e bancários [...]. Com a inauguração do Grande Hotel de Fazenda Nova torna-se ainda mais importante estância hidromineral. Por tudo isso foi algo digno o momento em que o Padre Lamego deu as bênçãos às instalações, [...]. Apesar das chuvas, inúmeras pessoas do Recife se deslocaram para Fazenda Nova [...].” (PACHECO, D., 2002, p. 23).

De acordo com nossos entrevistados (2002-2004), o dinamismo decorrente da intensa atividade turística, promoveu maior movimentação da economia local, bem como, sensível melhora na qualidade de vida da população, que passou a depender menos da agricultura e afastar temporariamente, o característico fenômeno da migração (rumo ao Sudeste), principalmente nas épocas de estiagem.

Segundo Diva Pacheco (1972, p. 82), no ano de em 1961, as encenações da Semana Santa, corriam o risco de não acontecer, por isso, os novos proprietários do Grande Hotel procuram o idealizador do Drama – Sr. Epaminondas Mendonça – para levar o espetáculo adiante. Todavia, este, se disse estar “velho e cansado”, mas se o seu genro e filha (Plínio e Diva Pacheco) quisessem prosseguir, entregaria-lhes a coordenação do evento. Os Irmãos Dias procuraram o ao casal, e este aceitou a incumbência.

“Nesse ano, o espetáculo foi bem melhorado. Todo o guarda-roupa novo. Os atores ficaram melhor acomodados. Trouxemos o ‘Coral S. Pedro Mártir’, de Olinda. O texto foi escrito por José Pimentel [Jesus Mártir do Calvário]. A direção foi de Clênio Wanderley. Mudaram quase todos os atores. [...] A luz foi do Grande Hotel. Tudo correu bem. [Todavia] Luís Porto Carreiro inventou de passear a cavalo [...]. O cavalo disparou e Luís foi jogado da sela, fraturando a base do crânio.” (PACHECO, D., 1972, p. 85-86).

Em 1962, a Vila de Fazenda Nova prosperava em número de habitantes e em atividades comerciais. Nesse ano, antes de se iniciar as encenações da Semana Santa, foi feita uma homenagem a Luís Porto Carreiro (ex-integrante do elenco que falecera no ano anterior), tendo sido, colada uma placa de bronze, numa das pedras da fonte, onde se desenrolava uma das cenas do espetáculo²⁰².

²⁰² “A Luiz Porto Carreiro, que nesse local em 1961 fez sua última representação. A homenagem de seus companheiros e Promotores da Paixão de Cristo. Fazenda Nova, Abril de 1962.” (ipisis litteris).

De acordo com Pacheco, D. (1972 e 2000) e Reis (2002), o público que foi a Fazenda Nova assistir as encenações de 1962 (Foto 14), superou todas as expectativas, em relação ao que fora registrado até o momento, entretanto:

“Nos bastidores, um drama mais complexo se desenrola. É a luta titânica, o trabalho incrível de trazer às ruas, ano a ano, sem que o povo nada pague, pois é impossível cobrar-se taxa num espetáculo que se desenrola por toda vila, e sem qualquer ajuda substancial dos poderes públicos, essa encenação imponente e de incalculável valor artístico. Um espetáculo custa 500 mil cruzeiros. Em onze anos de realizações a ajuda obtida dos poderes públicos não atingiu essa soma.” (PACHECO, P. 1962, apud REIS 2002, p. 64).

Nesse contexto, desenrola-se a última encenação do “Drama do Calvário” nas ruas de Fazenda Nova, uma representação que, surgiu a partir da iniciativa local e se tornou um atrativo cultural e artístico ímpar, que excedeu tanto aos domínios dos idealizadores, quanto às fronteiras pernambucanas em um período que no nosso país, não havia definida uma política de turismo (como nos dias atuais) que, de maneira planejada, pudesse incentivar e organizar esse setor. Diante desses fatos, após o término da encenação de 1962, o novo coordenador do evento (Plínio Pacheco), se reuniu com as pessoas diretamente ligadas a (idealizadores, atores, alguns jornalistas, etc.), expôs os fatos, e comunicou:

“[...] os espetáculos nas ruas de Fazenda Nova seriam interrompidos e só voltariam a ser realizados com a construção de um teatro, no qual se pudesse oferecer condições artísticas e humanas para a realização do espetáculo. Nascia assim, no alpendre de um restaurante de Fazenda Nova, a idéia da construção de Nova Jerusalém.” (PACHECO, D., 2000, p. 24).

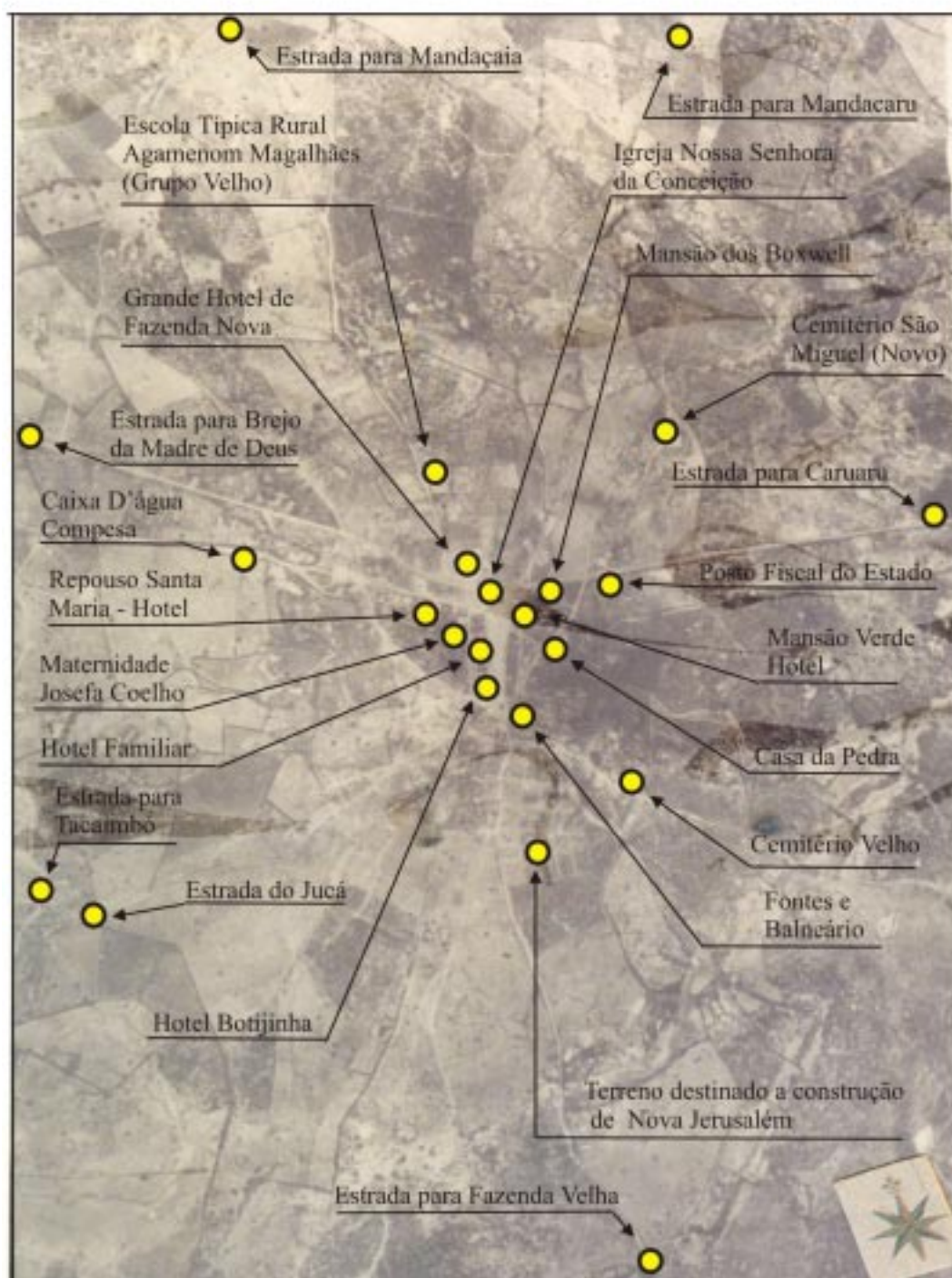
Portanto, sem sabor de despedida, atores e figurantes, habitantes locais, turistas e espectadores comungaram por doze anos de uma representação “para religiosa” que conduzia “gentes”, num misto de celebração religiosa e festa de reencontros, uma “via crucis” nordestina, que nas ruas de Fazenda Nova, tinha o seu ponto final.

VISTA AÉREA DE FAZENDA NOVA - BREJO DA MADRE DE DEUS - PE
- Início da década de 1960 -



Fonte: Esta foto pertenceu a Família Boxwell
e foi gentilmente cedida pela família
do Sr. José de Zuza em agosto-2003

VISTA AÉREA DE FAZENDA NOVA - BREJO DA MADRE DE DEUS - PE
- Início da década de 1960 -



Fonte: Esta foto pertenceu a Família Boxwell e foi gentilmente cedida pela família do Sr. José de Zuza em agosto-2003

CAPÍTULO 3 – II PARTE

***“O homem
não vive somente numa Paisagem ‘material’,
mas sim que de maneira consciente ou inconsciente,
ele inventa universos imaginários,
compostos de fatos de representações e de sonhos.”
BARROS, 1998, p. 6).***

3.5. NOVAS PERSPECTIVAS PARA O TURISMO EM FAZENDA NOVA

A notícia da interrupção do Drama do Calvário nas ruas de Fazenda Nova logo se espalhou e com ela um pesar geral. Todavia, a idéia de construção de uma cidade-teatro, semelhante à Jerusalém dos tempos de Cristo, aos poucos, calou o lamento em relação ao encerramento das encenações nas ruas, e, ao mesmo tempo, suscitou debates e sentimentos diversos em torno da suposta construção. Nesse mesmo ano (1962), visando dar mais sustentação às idéias de Plínio Pacheco, foi fundada a Sociedade Teatral de Fazenda Nova (STFN).

De acordo com Diva Pacheco (1972, p. 86-87) e Reis (2002, p. 65-66), o diretor da recém formada sociedade procurou se inteirar de vasta literatura sobre História antiga, Arte, construção, arquitetura e temas afins, os quais, lhe pudessem dar respaldo à remontagem de arruados, templos e palácios. Para tanto, procurou “[...] o pessoal da Faculdade de Arquitetura [da Universidade do Recife, atual UFPE] e ninguém quis desenhar, somente alguns estudantes^[203] e Victor Moreira acreditaram.” (PACHECO, D. 1972, p. 88).

Durante os finais de semana, em Fazenda Nova, o próprio Plínio Pacheco mergulhava na caatinga agreste-sertaneja, à procura do local ideal para a materialização da sua cidade-teatro. Encontrado o terreno, faltava a verba para adquiri-lo. Foi quando,

“[...] a paixão e o amor pelo teatro de duas figuras humanas de grande destaque nas artes cênicas deste país ajudaram na hora certa. [Clênio Wanderley e] Alfredo de Oliveira [que] levou os projetos da Nova Jerusalém ao escritor, diplomata e embaixador de carreira, Paschoal Carlos Magno (então ministro sem pasta, ligado a presidência da República – uma espécie de embaixador das artes e da cultura no Brasil).” (REIS, op. cit. p. 66).

²⁰³ “Os projetos dos cenários foram elaborados, a seu pedido, por alguns arquitetos e estudantes de arquitetura dos últimos anos do curso da Faculdade de Arquitetura da então Universidade do Recife (hoje UFPE): Ana Maria Gonçalves, Frederico Holanda, Ubirajara Galvão e Walter Macedo, além de alguns outros criados por Victor Moreira e pelo próprio Plínio Pacheco.” (REIS, 2002, p. 65-66).

Portanto, de acordo com o exposto, por intermédio do Ministro (acima mencionado), o Conselho Nacional de Cultura liberou os recursos necessários (duzentos mil cruzeiros) para a aquisição do terreno, onde se ergueria a Nova Jerusalém. Naquele mesmo ano, iniciou-se a contratação de mão-de-obra e o local começou a ser preparado para que as idéias saíssem do papel.

Ainda em 1962, em Fazenda Nova, começou a filmagem de “Terra sem Deus”, do cineasta pernambucano Valença Filho que escolheu para figurar no seu elenco pessoas daquela localidade. Em 1963, não houve a costumeira encenação, característica da Semana Santa. Todavia, tanto continuava a movimentação em torno dos hotéis e fontes de águas minerais, quanto outro atrativo começava a tomar forma, na paisagem local – alicerces de Nova Jerusalém -, que se apresentava com grandes possibilidades para que houvesse mais prosperidades àquela Vila. Nesse período, tornou-se comum, nas costumeiras caminhadas dos turistas, uma visita à monumental construção.

3.6. A SAGA DA EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FAZENDA NOVA

Fazenda Nova apresentava prosperidade econômica e movimentação turística incomum para uma simples Vila do interior. Por isso, as lideranças políticas locais passaram a solicitar ao governo do estado sua emancipação político-administrativa, em relação ao município de Brejo da Madre de Deus. Nesse período, o governador Miguel Arraes de Alencar (1962-1964), visando dinamizar a economia, as relações sociais, a redefinição político-administrativa e divisão territorial do Estado, promoveu a emancipação política de muitas localidades, dentre as quais, Fazenda Nova (Anexo 8).

Em relação a esse período, consultamos os arquivos da Câmara Municipal de Brejo da Madre de Deus, que registrou em Ata de Reunião, datada de 18 de Fevereiro de 1964: “*Uzou da palavra pela ordem o Vereador Denilson Brito de Oliveira fazendo um apelo*

*a esta Casa para que seja oficiado ao sr. Prefeito [Paulo Mendonça] no sentido de que o mesmo fornecesse os limites do município recenciado de Fazenda Nova.”(ipsis litteris).*²⁰⁴

Nesse caminhar, de acordo com os registro de Pacheco D. (2000, p. 24), o primeiro prefeito de Fazenda Nova foi nomeado, e tomou posse em 23 de fevereiro de 1964, e se chamava Epaminondas Cordeiro de Mendonça. Todavia, com a deflagração do golpe Militar em Março de 1964 e a deposição do Governador - Miguel Arraes -, as regras políticas do jogo do poder mudaram de lado²⁰⁵, e em Fazenda Nova as consequências foram drásticas, visto que, o grupo político da oposição se tornou situação e entrou com um mandato de segurança²⁰⁶ contra a emancipação do município de Fazenda Nova. Tal fato despertou a nossa atenção e nos conduziu a ouvir pessoas que, de alguma maneira, pudessem esclarecer esses acontecimentos.

Nesse caminhar, nossa pesquisa nos levou ao Sr. S.B.S., advogado, residente em Caruaru, o qual, conduziu o processo de embargo da emancipação político-administrativa de Fazenda Nova, que nos relatou o seguinte: “Particularmente, sou muito grato a Fazenda Nova e até já passei uma temporada lá, na década de 1950, quando as excelentes águas das fontes medicinais, curaram um filho meu (na época um bebê), de uma raríssima eczema. Todavia, enquanto profissional, na época da criação do município, eu, recém saído da Faculdade, fui convidado a dar entrada na Comarca do

²⁰⁴ BREJO da Madre de Deus/ CAMARA Municipal de Brejo da Madre de Deus. Livro de Ata nº 04, datado de 10 mai. 1963 a 18 out. 1964, p. 28v a 35v. Consulta/arquivo: 08 Jul. 2003.

²⁰⁵ Sobre esse período, Diva Pacheco registrou: “Em março estorou a revolução. Plínio foi chamado para depor em Brasília. Passamos dias agoniados. Alfredo de Oliveira conseguiu falar com o General Murici e ele atendeu Plínio. Foram mostrados os ‘slides’ do Drama e da construção [de Nova Jerusalém] e Plínio explicou o que estava fazendo com o dinheiro [verbas liberadas pelo Governo Federal].” (PACHECO, D., 1972, p. 96, ipsis litteris).

²⁰⁶ “[...] Mandado de Segurança n. 57.101 da Comarca do Recife, em que figura como requerente : - Denílson Brito de Oliveira (Advogado: Sebastião Bernardino da Silva) – Requerido: - O Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado de Pernambuco. [...]. Recife 5 de maio de 1964.” In: PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. Despacho do Presidente - Mandato de Segurança 57.101. Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Recife: Justiça, ano III, n. 105. 14 Mai. 1964.

Recife, do mencionado processo que já estava praticamente pronto. [...]. Dentro da Lei que emancipava Fazenda Nova, realmente, havia uma brecha que deixava margem para questionamentos, entretanto, revendo o caso nos dias atuais, nitidamente se percebe a questão político partidária.”²⁰⁷

Ainda em relação ao fato em questão, documentamos que, aos 18 de Abril de 1964, em Reunião da Câmara de Vereadores de Brejo da Madre de Deus²⁰⁸, haviam protestos em relação ao Mandado de Segurança requerido pelo vereador (Denílson Brito de Oliveira) anteriormente mencionado. Em 30 de Abril de 1964, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco recebeu telegrama da Câmara de Vereadores de Brejo da Madre de Deus, aprovando a criação do Município de Fazenda Nova²⁰⁹. Em 5 de Maio do mesmo ano, o Diário do Poder Legislativo registrou o recebimento de outro telegrama dessa mesma Casa Legislativa, a qual, aprovava e acreditava ser justa a manutenção do recém criado município.²¹⁰

Nesse caminhar, apesar da apreensão da população local, quanto ao resultado do Tribunal de Justiça, em relação ao caso e do novo Sistema de Governo, a atividade turística continuava a movimentar os hotéis e aquela localidade. Nesse sentido, encontramos registrado no Jornal do Commercio de 30 de Agosto de 1964, um artigo de Gilberto Freire²¹¹, que tendo visitado Fazenda Nova, havia se encantado, tanto com os atributos de um *Agreste quase Sertão*, quanto com ousada construção do Grande Hotel, tanto com a idealização e construção de uma “Nova Jerusalém” (Anexo 9).

²⁰⁷ Sr. S.B.S. idade (?), advogado, residente em Caruaru. Informação verbal captada em 29 Set. 2003.

²⁰⁸ CÂMARA Municipal de Brejo da Madre de Deus. Livro de Ata nº 04, datado de 10 mai. 1963 a 18 out. 1964, p. 28v a 35v. Arquivo consultado em 08 de Jul. de 2003, (ipsis litteris).

²⁰⁹ PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. Gabinete da Presidência. Diário da Justiça de Pernambuco. Ano III n. 95. Recife: 30 Abr. 1964.

²¹⁰ PERNAMBUCO, Estado de. Diário do Poder Legislativo. 2ª. Secção. Recife: 5 de Mai. de 1964.

²¹¹ FREYRE, Gilberto. Um Hotel Quase Suíço Num Quase Sertão Pernambucano. In: Jornal do Commercio, n. 199. Recife, 30 Ago. 1964. (ipsis litteris).

Retornando ao impasse político-administrativo e jurídico relacionado com o município de Fazenda Nova, em 15 de Setembro de 1964, o Mandado de Segurança 57.101, foi julgado em primeira instância, tendo dado ganho de causa ao requerente. E a sentença final, que arrancou pela raiz, o sonho de emancipação, data de 19 de novembro de 1964²¹².

Usando a metáfora de Gilberto Freyre, termina o “*baile*” da *Maria borralheira* – Fazenda Nova, que precisava ser despertada. E como toda festa sempre deixa o que reorganizar, a partir daquela data, o caminho a seguir era recolher documentos, fechar contabilidade, destituir funcionários, desocupar o prédio da outrora Escola Municipal, que se transformara na Prefeitura Municipal de Fazenda Nova²¹³.

Tais fatos se referem ao lado burocrático e oficial; todavia, do ponto de vista do habitante local, foram desfeitas as possibilidades de se ter direito à emancipação que já havia de fato. Visto que, aquela Vila possuía movimentação econômica e investimentos diretos do governo do estado, que, lhe atribuíam certa autonomia em relação ao entorno municipal. Portanto, com um misto de frustração diante de um sonho “*quase realizado*” e, impotência em relação a uma decisão judicial, o caminho mais acertado era “tocar a vida” e continuar a sonhar com uma nova possibilidade de emancipação no futuro.

²¹² PERNAMBUCO. Estado de. Diário da justiça - Tribunal de Justiça. Mandado de Segurança nº 57101, Decisão do Desembargador do TJ. Diário Oficial de Pernambuco. Recife: Diário da Justiça, 19 Nov. 1964. p.32-38.

²¹³ De acordo a Sra. M.I. casada, 2 filhos, residente em Santa Cruz do Capibaribe, que foi Escrituraria da Prefeitura Municipal de Fazenda Nova, no período da formação e organização do Governo municipal. Informação verbal captada em: 19 Set. 2003.

3.7. UMA NOVA MODALIDADE DE TURISMO EM FAZENDA NOVA

Frustrados no desejo de emancipação política, os esforços da população local se concentraram em prol da materialização de Nova Jerusalém, que deixou de ser o *sonho* de Plínio Pacheco, e passou a ser um *sonho coletivo*:

“Pouco a pouco a cidade-teatro levanta-se na árida paisagem do Agreste Pernambucano, indicando a todos que os limites da criatividade humana são colocados sempre mais além, a serviço de sua extraordinária capacidade de sonhar.” (REIS, op. cit. , p. 76-77).

Em 1965, o Governador Paulo Pessoa Guerra (1964-1967), foi a Fazenda Nova, hospedou-se no Grande Hotel, visitou as obras de Nova Jerusalém, e, posteriormente, liberou verba para a construção de um grupo escolar no espaço interno da cidade-teatro. Sendo que Julho do ano seguinte, o referido governante retorna, tanto para a inauguração da Porta de Damasco, principal via de acesso ao teatro que se erguia, quanto para a inauguração do Grupo Escolar Nova Jerusalém, que foi incorporado ao conjunto arquitetônico da cidade-teatro, sob a denominação de Palácio dos Asmoneus.

No ano de 1967, o Palácio do Planalto indica para governador Nilo de Souza Coelho (1967-1971), que já freqüentava Fazenda Nova e hospedava-se no Grande Hotel. O qual, também foi visitar o andamento das obras de Nova Jerusalém. De acordo com Pacheco, D. (1972, p. 108) e Reis (op. cit., p. 78), o governador encantou-se com o que presenciou, e propôs a Plínio Pacheco a estréia do espetáculo no ano seguinte. Para tanto, providenciou para que fossem executadas em tempo hábil: obras de infra-estrutura básica, asfalto na estrada que liga Caruaru a Fazenda Nova e luz elétrica até Nova Jerusalém.

Em Novembro desse mesmo ano, a revista Manchete publica extensa reportagem, com rica ilustração fotográfica, sob o título: “JESUS PREGA NO SERTÃO NORDESTINO” (Anexo 10):

“ ‘Bem aventurados os puros de coração porque deles é o reino dos céus...’ A palavra de Cristo ecoa no sertão pernambucano. A cena bíblica é impressionante pela multidão que congrega. Trata-se da representação do drama A Paixão, que transformou um recanto de Fazenda Nova, a 180 quilômetros de Recife, numa espécie de Oberamergau nordestina. E que, agora, faz ali surgir cidade-cenário de vastas proporções – a Nova Jerusalém.

[...] Terminada, a cidade terá vida própria, mantida pela renda do turismo, da venda de lembranças e da renda dos espetáculos. Até 1972, todos os edifícios projetados e muralhas circundantes, estarão concluídos. O primeiro a ficar terminado, o Palácio dos Asmoneus, já serve de escola primária a 400 crianças da Vila. As construções, guardando um aspecto exterior inteiramente assemelhado ao das antigas construções de Jerusalém, terão, no entanto, finalidade utilitária. Só não será possível é a colocação de sinais, letreiros ou cartazes de qualquer espécie, [...]. A Oberamergau brasileira, rival da alemã, que é também famosa por suas representações da Paixão de Cristo, está sendo edificada numa área de 70 mil metros quadrados, correspondentes a um terço da área da antiga Jerusalém, dos tempos de Cristo [...].

Um dos milagres impressionantes de Nova Jerusalém tem sido a descoberta de talentosos artistas, onde e quando menos se espera. Um lavrador ali chega para trabalhar. Jamais fez outra coisa a não ser cuidar de animais, ou plantar milho e feijão. Mas dão-lhe escopo e martelo e ei-lo trabalhando pedras, como verdadeiro mestre canteiro. Uma pedra bruta, em suas mãos rústicas, adquire a forma de uma coluna antiga em 300 horas de árduo trabalho [...].

Plínio Pacheco volta-se para todos os lados, à procura de recursos para completar o financiamento. Quando o dinheiro vai acabando, aparece uma fonte nova, um novo alento. Para ultimar as obras, espera obter o auxílio do Estado de Pernambuco e também do governo da União [...]. Seus planos são vastos. Além do espetáculo anual da Paixão de Cristo, pretende realizar festivais trimestrais de teatro, dança e canto. Está certo que para vê-los irá gente da Bahia, de Minas, de São Paulo e até do Rio Grande do sul. E, no período entre um e outro festivais, a cidade funcionará como colônia de férias para pessoas ligadas à educação e à arte, oferecendo-lhes ou descanso completo ou programas culturais, com exposições, cursos e conferências. Sua crença é firme: a de quem partiu do nada e viu nascerem muralhas por força da fé” (ipisis litteres).²¹⁴

E sobre Fazenda Nova, a referida reportagem registrou:

“Enquanto prosseguem as obras de Nova Jerusalém, a Vila de Fazenda Nova vai também crescendo. Já possui hotel de excelente classe, o Grande Hotel de Fazenda Nova, além de dois outros menores. Tratando-se de uma estação de repouso, de clima seco e ameno, a 600 metros acima do nível do mar, lá existe também incontáveis residências, que são alugadas aos recifenses e aos habitantes de outras cidades para curtas temporadas de férias. As noites frias compensam o sol quente da manhã e da tarde. Fazenda Nova é [ainda] um local ideal para filmagens cinematográficas.” (ROCHA, 1967, In: MANCHETE, 1967, p. 73, ipisis litteris).

²¹⁴ ROCHA, Alexandrino. Jesus Prega no Sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1967. Manchete no. 814, 25 nov. 1967. p. 66-73, (ipisis litteris)

O ano de 1968 para Fazenda Nova e circunvizinhança foi de muitas expectativas, visto que, a proposta do governador Nilo Coelho havia sido atendida e, os preparativos para a estréia da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém, estavam a “todo vapor”. De acordo com Pacheco D. (1972, p. 112-113), o evento foi dividido em dois atos - 1º ato na quinta-feira e o 2º ato, na sexta-feira Santa; e a peça Jesus foi reescrita por Plínio Pacheco, que no programa do primeiro espetáculo escreveu:

“Este espetáculo, o 1º. espetáculo da ‘Paixão de Cristo’ na Nova Jerusalém e o 14º. em Fazenda Nova, é a soma, é a soma do trabalho, experiência e inteligência aplicados em 17 anos dedicados à Arte Teatral, por jovens de teatro e de outros ramos da Arte, e pela população de uma pequena Vila sertaneja.

[...]

Do dia em que Pascoal Carlos Magno acreditou no sonho da Nova Jerusalém, obtendo o dinheiro para a compra do terreno onde construímos uma cidade-teatro, até o momento em que 500 figurantes sobem ao maior palco ao ar livre do mundo, há uma longa história de motivações artísticas e elevado espírito público dos que planejam, dos que ajudam e dos que executam.

A todos, cabe-me agradecer a possibilidade de dar-se ao Brasil o empreendimento de Nova Jerusalém e a encenação deste espetáculo da ‘Paixão de Cristo’. Plínio Pacheco – Fundação de Arte de Nova Jerusalém.” (PACHECO, D., 1972, p. 113-114).

De acordo com Reis (op. cit. p. 84), o primeiro espetáculo foi dirigido por Clênio Wanderley; o primeiro Cristo de Nova Jerusalém foi Luiz Mendonça, houve a participação do coral São Pedro Mártir de Olinda, e de quase todos artistas recifenses que representavam nas ruas de Fazenda Nova. Contou, também, com um número expressivo de figurantes formados pela população local. Houve ainda, grande cobertura da imprensa pernambucana, a qual, estimou o público em aproximadamente 2200 espectadores.

Para Pacheco D. (1972, p.118), apesar de gratificante a edificação do conjunto arquitetônico de Nova Jerusalém e a satisfação da retomada das encenações - do Drama do Calvário, o público não correspondeu às expectativas e não foi positivo o balanço financeiro do primeiro espetáculo.

Todavia, para os hotéis e comerciantes, foi lucro certo, visto que, esgotaram-se as reservas de hospedagens e o comércio local foi intensamente movimentado. Outrossim, além

da movimentação em torno das residências secundárias, foi grande a procura de residências locais para alugar.

Ainda nesse ano, começaram as filmagens, nos arredores de Fazenda Nova, do filme *Auto de Compadecida*, baseado na peça de Ariano Suassuna, que dirigido por George Jonas que selecionou figuração junto à população de Fazenda Nova.

No ano de 1969, a direção de Nova Jerusalém muda o diretor do espetáculo para José Pimentel e o evento realiza-se com um público maior que o do ano anterior. Na Vila de Fazenda Nova, continua a movimentação em torno do turismo que, ainda, se apresenta tanto mais ligado à saúde que a nova representação cultural.

Ainda nesse ano, com o apoio do governo do estado, foi inaugurada a Cooperativa Mista Artesanal de Fazenda Nova. E foram iniciadas as primeiras esculturas em pedra-granito, cujos artesãos, também trabalhavam na Nova Jerusalém, sendo que, as primeiras peças produzidas foram: “Mulher Rendeira”, “Mulher do Pilão” e “Mulher do Pote” (observar ilustrações nesse trabalho).

Em 1970, de acordo com Reis (op. cit., p. 90-91), o espetáculo de Nova Jerusalém passa a ser apresentado na íntegra em apenas um dia de encenação. Houve também, algumas mudanças no elenco e uma preocupação maior com a trilha sonora da peça (que ficou ao cargo de Hugo Martins – que continua na sonoplastia até os dias atuais). O público dobrou em relação ao ano anterior e o evento foi registrado no periódico francês “Paris Match”.

Ademais, no tocante aos assuntos de turismo no nosso país, de acordo com Cruz (2001, p. 48-50), na segunda metade da década de 1960, estes, tiveram um salto qualitativo, visto que, em 18 de Novembro de 1966, foi promulgado o Decreto-lei 55 que definiu a política nacional de turismo, criando o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Foi, a partir desse decreto que o turismo começou a ser reconhecido como uma atividade capaz de contribuir com a redução dos desníveis

regionais que caracterizam a nação brasileira. E em 1967, o Decreto-Lei 60.224/67, sanciona o Decreto-lei 55/66, e define a Política Nacional de Turismo no Brasil.

“Ao Conselho Nacional de Turismo – CNTur coube, entre outras atribuições, ‘formular as diretrizes a serem obedecidas na política Nacional de Turismo.’ (Decreto-lei 60.224/67. art. 6º)

À Embratur caberia, por sua vez, ‘estudar e propor ao CNTur os atos normativos necessários à promoção da política nacional de turismo e, bem assim, aqueles que digam respeito ao seu funcionamento (Decreto-lei 60.224/67, art. o. 20º).

O Ministério das Relações Exteriores, outro vértice do triângulo que compunha o Sistema Nacional de Turismo, tinha como atribuição a divulgação do turismo nacional no exterior, por meio de suas tarefas diplomáticas (Decreto-lei 60.224/67, art. 7º).” (CRUZ, 2001, p. 51).

Citamos os ditames da política nacional de turismo, porque estas, inegavelmente, contribuíram tanto para a concretização da obras de Nova Jerusalém, quanto à consolidação das movimentações turísticas em relação aos eventos na referida cidade-teatro. Incentivos que, de maneira geral, indiretamente, movimentaram a economia de Fazenda Nova e de áreas circunvizinhas. Todavia, note-se que, os investimentos governamentais (infra-estrutura turística), foram direcionados a Nova Jerusalém, que passa a captar recursos do governo estadual e federal, através dos patrocínio da EMBRATUR e, posteriormente, da EMPETUR.

“[...]

EMPETUR, empresa pública, sob a denominação de Empresa de Turismo de Pernambuco, foi criada pela Lei nº 6030 de 03/11/1987, a qual regulamentada pelo Decreto nº 1464 de 13/12/1967 (DOE 14/12/1967) - personalidade jurídica de Direito Privado.

A Lei nº 10.690, de 27/12/1991, regulamentada pelo Decreto nº15.557, de 29/01/1992, transforma a Empresa de Turismo de Pernambuco, até então instituída sob a forma de empresa pública, em sociedade anônima. Da fusão da EMPETUR – empresa pública e Centro de Convenções, Feiras e Exposições S/A – CECON, resultou uma nova sociedade que veio a denominar-se Empresa de Turismo de Pernambuco S/A – EMPETUR vinculando-a à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes do Estado de Pernambuco.

[Sua] Missão

Promover o desenvolvimento sustentável do turismo em estreita consonância com a política de desenvolvimento econômico e social do Governo de Pernambuco.”

<http://www.empetur.com.br/empetur> Arquivo captado em 24/03/2004.

Ainda no que se refere à década de 1960, reportando-nos ao Modelo de Análise do espaço do Turismo de Butler (1980), houve distintas fases, em relação ao fluxo turístico direcionado para Fazenda Nova. A primeira fase se relaciona com o evento encenado nas ruas daquela Vila, que atraía expressivo fluxo turístico, o qual podemos caracterizar como a *fase*

da consolidação, todavia em 1962, esse fluxo de turistas foi extinto; a segunda fase se relaciona com o turismo de saúde que esteve na fase da *estabilização*; e, a terceira fase se caracteriza em torno da idealização da cidade-teatro, que começa a captar o interesse dos turistas que se hospedavam nos hotéis de Fazenda Nova, nessa fase, caracterizamos como *fase inicial* através do lançamento da idéia de uma nova atração turística. Com a inauguração da Nova Jerusalém, inicia-se a *fase da exploração*, visto que, os fluxos turísticos aumentaram continuamente.

3.7.1. DÉCADA DE 1970 (1971-1980)

Os primórdios da década de 1970, caracterizam a “fase áurea”, tanto para Nova Jerusalém que era destaque no cenário nacional, quanto para Fazenda Nova, porque, o número de hóspedes continuamente crescia nas temporadas, além de haver uma efervescência nas manifestações culturais (carnaval, Natal, São João, etc.).

Nesse período, o fluxo turístico foi tão intenso que se registrou engarrafamento na rua principal de Fazenda Nova (Foto 15). Para os organizadores do evento, de acordo com Pacheco D., (2000, p. 27) e Reis (op. cit., p. 119), se era bom por um lado, porque tanto dava sustentação quanto divulgação para o espetáculo, também era preocupante, visto que, o texto era a viva-voz e o som chegava inadequadamente ao público presente. Outros acontecimentos também foram destaques: a visita dos membros do teatro de oficina de São Paulo; a participação de Carlos Imperial; a grande cobertura da imprensa nacional - Manchete, Fatos e Fotos, Veja, etc. E ainda, a homenagem que o espetáculo da Paixão de Cristo prestou a Pascoal Carlos Magno, “*que acreditou na idéia da Nova Jerusalém*”.

Nesse mesmo ano, de acordo com Pacheco (1972, p. 151), a direção de Nova Jerusalém procurou Ariano Suassuna (Conselho Federal de Cultura), e solicitou apoio aos eventos de Nova Jerusalém, cuja resposta, muito contundente, logo saiu:

[...] o Conselho Federal de Cultura, tinha nos negado ajuda financeira. Alegaram a presença de Carlos Imperial e alegaram que Nova Jerusalém não era cultura, era turismo. Afinal, que bagunça é essa? Turismo ou cultura? Para o bom entendedor, são as duas coisas. A Nova Jerusalém é o único ponto turístico de Pernambuco, visitado por gente de todo o mundo e um dos únicos teatros do mundo que já recebeu 25 mil espectadores, pagando ingressos em uma só semana.” (PACHECO, D., 1972, p. 154-155, *ipsis litteris*).

Vale mencionar, que mesmo com o apoio negado pelo mencionado Órgão Federal, as atividades culturais continuaram: outro filme foi rodado nos arredores de Fazenda Nova – “Faustão”, sob a direção de Eduardo Coutinho; iniciou o “Teatro de Verão” com a peça “Calígula” de Albert Camus, produzida pela STFEN e documentada pela Agência Nacional de Notícias. E surgiu uma nova expressão na música popular brasileira - O Quinteto Violado²¹⁵.

Em 28 de Outubro de 1971, o gaúcho e idealizador de Nova Jerusalém recebeu na Assembléia Legislativa o título de cidadão pernambucano, em cujo discurso, Plínio Pacheco, imprimiu profundas marcas humanísticas, fruto de sua erudição e do convívio e simplicidade agreste-sertaneja:

²¹⁵ “Numa das noites desse final de 1971, após um dos espetáculos do “Teatro de Verão”, nasce na Nova Jerusalém, com o apoio da STFEN, o Quinteto Violado, formado por Toinho (contrabaixo), Marcelo Melo (violão acústico), Fernando Filizola (viola sertaneja), Luciano Pimentel (bateria) e Generino Luna (flauta).”(REIS, op. cit., p. 126).

“[...] de repente, ainda não vencida a batalha, vejo-me qual Macbeth, saudado com honrosos títulos. E, tal Macbeht, temo mostrar-me assustado, ‘parecendo rezear o que de ouvir é assim tão belo’ [...].
- Pedra fulora, meu mano?
- ‘ao depois de Deus querer
- Fulora e bota semente’.

[...] Nova Jerusalém, cidade das sete portas e setenta torres, é flor de pedra, botando semente no largo mundo de meu mano.

[...] Nesta simbiose Nordeste-Sul, me descubro numa frase: sou aquele que por crer no homem-irmão conseguiu reforçar a própria fé.

[...] Criar a cidade teatro, a cidade partindo do teatro, a inatingida Cristianópolis, capaz de converter o poder em forma, a energia em cultura, a matéria inanimada em símbolos vivos de arte. Unir fragmentos dispersos da personalidade humana, transformar homens artificialmente mutilados em seres humanos completos, colocar o homem em face do seu ego mais profundo ligado a imagens de nutrição e amor humano.

Concretizar enfim, a esperança de Lewis Mumford: ‘a cidade deve ser um órgão de amor; e a melhor economia das cidades é o cuidado e a cultura dos homens’. Para isto, é que há dez anos vos estendemos humildes mãos.”

(PLÍNIO PACHECO, 1971, apud REIS, op. cit., p. 124-126).

Dando continuidade à pesquisa, documentamos que, em 15 de Novembro desse mesmo ano, foi realizado no Grande Hotel de Fazenda Nova, um Congresso de Advogados. E em 29 de Novembro, registrou-se como hospede do Grande Hotel o governador de Pernambuco – Eraldo Gueiros Leite (1971-1975).

Em Janeiro de 1972, no Grande Hotel de Fazenda Nova realizou-se o I Encontro de Cientistas Sociais do Brasil, realizado pela Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

“O encontro realizado em Fazenda Nova – que foi pioneiro, no Brasil, reunindo em torno de problemas brasileiros de interesses comuns para os cultores das Ciências Sociais, cientistas ilustres ao mesmo tempo, de várias regiões do país e das diferentes áreas de especialização [...].

O critério interregional no trato científico e, ao mesmo tempo, humanístico, de problemas nacionais do Brasil, marca, de modo ostensivo, desde o encontro de Fazenda Nova, nova vitória brasileira. E, dentro do Brasil, daquele ânimo caracteristicamente recifense que vem sendo o ânimo renovador tão de seus mais castiços intelectuais preocupados com os problemas sociais: um Abreu e Lima, um Tobias Barreto, um Josué de Castro, [...]” FREYRE, Gilberto, in ENCONTRO Interregional [...] 1972, p.3-4).

Nesse caminhar, a movimentação de turistas em Fazenda Nova (Ver Foto 15), era espantosa. E, as encenações em Nova Jerusalém (Foto 14), contaram com participações especiais: Denner Panplona (famoso costureiro na época, que se hospedou no Grande Hotel), Carlos Imperial (participando pela segunda vez), e de Roberto e Erasmo Carlos. A presença de tais celebridades, chamou a atenção do público, que se apresentou maior que os outros anos. O problema do som foi, parcialmente, resolvido (com microfones

em pontos estratégicos dos cenários), entretanto, o som ainda não era captado adequadamente pelo público, dessa maneira, surgiu a idéia de dublagem.

De acordo com Diva Pacheco (1972, p. 173), foi registrado na igreja local, durante a celebração religiosa, protestos do celebrante em relação à encenação da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém e por não *“haver mais respeito com a data religiosa, tendo a antiga celebração, se tornado uma festa.”*

No tocante à função das festas, reorganizando o espaço geográfico, sedimentamos nossas considerações em Maia 1999²¹⁶, que menciona: as festas populares consistem em manifestações culturais, que se caracterizam, dentre outros aspectos, por serem eventos efêmeros e transitórios, perdurando por algumas horas, dias ou semanas, quando no seu momento de ocorrência fornecem nova função as formas espaciais de que se dispõe para sua realização (rua, praças, terrenos baldios, estádios, etc).

Há, ainda, outras festas, que reforçam a função da forma espacial já existente, dando maior ênfase ao seu significado, nesse caso, têm-se as festas religiosas que acontecem em igrejas, templos, terreiros, etc. E, há de se registrar, ainda, as festas que, embora, sejam igualmente temporárias, adquirem significado simbólico e econômico, e extrapolam o momento de ocorrência, passando a exigir formas permanentes como o local de apresentação.

Data desse período, em Fazenda Nova, a presença de Frei Damião – Frade Italiano -, que fazia missões pelo interior do Nordeste, que se recusa em um primeiro momento de ir a Nova Jerusalém. Todavia, cede a pedidos, e visita e abençoa a cidade-teatro e, ainda *autoriza* o povo católico a participar do evento de Nova Jerusalém.

²¹⁶ MAIA, Carlos Eduardo. Ensaio Interpretativo da Dimensão Espacial das Festas Populares. In: In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato. Manifestações da cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999 p. 191-218.

Em 1973, em Fazenda Nova, havia um grande número de jovens e adolescente que não estudavam além das séries primárias. Por isso, Plínio Pacheco fundou o “Ginásio Nova Jerusalém”, que começou a funcionar no mesmo prédio do Grupo Escolar de igual nome, e atendeu a um número expressivo, de alunos, tanto de Fazenda Nova, quanto de áreas circunvizinhas.

Ainda nesse ano, na nossa “Hollywood pernambucana”, a temporada da Semana Santa aumenta de três para cinco dias e a peça passa a contar com dublagem; começa a ser rodado outro filme - “A noite do espantalho” de Sérgio Ricardo - trabalho premiado no Festival de Cannes (França); foi lançado o Projeto “Circo no Mundo” que apresentou o “Circo Raposa Malhada”; foi apresentado o “Festival de Música Popular”, que contou com a participação de Geraldo Azevedo, Alceu Valença e Luiz Gonzaga. Sendo que, esse último, em parceria com Janduy Filyzola, compôs a música Nova Jerusalém (Música 5), que presta uma justa homenagem, aos que ousaram transformar “um mundo calado” em uma obra cinematográfica, inserida na árida paisagem Agreste.

Em 1974, de acordo com Reis (op. cit. p. 136), com o apoio da STFEN, as estátuas de pedra produzidas em Fazenda Nova, começam a ganhar espaço no Brasil - foram adquiridas pelo governo do estado de Pernambuco e pelo museu de Arte de São Paulo (MASP).

Letra de Música 5:

Nova Jerusalém *Janduy Filizola eLuíz Gonzaga*

*Do trabalho com amor nasceu
Um cenário de tempos passados
Que não morreu.
Na pedra o homem talhou
Sua fé, sua luta brotou
E lá no Nordeste, nas terras do Agreste
Pra sempre ficou.*

*Nova Jerusalém! Nova Jerusalém!
Me inspira também.
Nova Jerusalém,
de um mundo que vem de Jerusalém.*

*Mão que faz a Muralha
Vai ao campo trabalha
Lá na cena é ator
Mas, também lavrador, plantou.
A semente lá na terra está
Gente Tão simples desperta
No templo que a força dá.*

*O povo a raiz que me diz
A verdade dos versos que fiz
A partir desse chão, virão gerações
Nova Jerusalém.*

*Era um mundo calado
Tudo feito ninguém
Onde o homem criou
União, multidão
Mutirão, construção
Nova Jerusalém.*

*A verdade da vida
A luz infinita
A paz que se faz
O amor que nos traz
Jesus! ²¹⁷.*

²¹⁷ FILIZOLA, Janduy e GONZAGA, Luiz. Nova Jerusalém . 3:45 min/1974 Gravadora Odeon.

Ademais, a STFN, produziu o “I Festival de Verão” – evento sem precedentes no Nordeste que contou com um público cerca de nove mil pessoas, e com os cantores Toquinho e Vinicius (de Moraes), Gilberto Gil, Gal Costa, entre outros. Nesse ano, a temporada da Paixão de Cristo foi de seis espetáculos, os quais, gravados por uma rede de televisão Japonesa.

Ainda nessa temporada da Semana Santa, a STFN começou a planejar o maior acontecimento musical de todos os tempos, o “Show É Preciso Cantar”, que teria a participação de Chico Buarque, Milton Nascimento, Elis Regina e outros nomes expressivos da música brasileira. Todavia,

“Por motivos políticos, amparados na prepotência do regime militar que dominava o Brasil até então, baseando-se talvez em boatos e em declarações levianas de algumas pessoas, ainda que ligadas à realização do espetáculo, caracterizando um total equívoco e falta de informação da censura da época (sem levar em conta que ela mesma havia liberado e autorizado o espetáculo) o evento foi suspenso, às pressas, na véspera de sua realização, acarretando enormes prejuízos, não somente de ordem material, à Nova Jerusalém mas, principalmente, desestruturando completamente o projeto de música da STFN [...]. O desânimo causado pela violência dessa interrupção fez desaparecer todos os movimentos artísticos realizados pela Nova Jerusalém – exceção única dos espetáculos da Paixão de Cristo.” (REIS, op. cit., p. 140).

Ainda de acordo com Reis (op. cit. p.140-141) e segundo as nossas pesquisas de campo, além de suspender o mencionado evento, o Exército ocupou pontos estratégicos de Fazenda Nova e, ninguém entrava ou saía daquela Vila sem ser interpelado. Além do mais, os diretores da Nova Jerusalém foram escoltados pelos militares, até o Comando do Exército, no Recife, para prestarem explicações à censura federal.

Em consequência de tais acontecimentos, também foram encerradas as atividades, do recém formado “Ginásio Nova Jerusalém”, o qual primava por uma educação de qualidade. Nesse sentido, vale registrar que, se nos dias atuais é comum a

utilização de vídeos nas aulas, naquela época, todos os dias, os alunos eram convidados a assistir a um documentário (slides ou fita cinematográfica), onde se era informado sobre o que acontecia no Brasil e no mundo. Vale registrar ainda, o excelente trabalho desenvolvido pelos professores (que procediam de Caruaru ou Recife). Após esses eventos, os diretores de Nova Jerusalém se retiraram de Fazenda Nova e foram morar no Rio de Janeiro e por vários anos, só voltaram à cidade-teatro para a organização das encenações da Semana Santa.

Em 1977 a BBC de Londres realizou um documentário em Nova Jerusalém – “*The Passion of Pernambuco*”, que durante 50 minutos exibiu o evento e arredores de Fazenda Nova para a Europa.

Em 1980 foi registrada a presença do presidente Ernesto Geisel assistindo a Paixão de Cristo. E, nos arredores de Fazenda Nova mais um filme volta a ser rodado: “Pele de Bicho” de Pedro Camargo. Ainda nesse ano, o governador Marco Antônio Maciel (1979-1983), inaugura a Área de Camping da Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR) e, libera verba para a construção de um novo colégio– Colégio Epaminondas Cordeiro de Mendonça, que começa a funcionar no prédio do Grupo Escolar Nova Jerusalém.

Reportando-nos aos acontecimentos dessa década, em relação às políticas de turismo, de acordo com Cruz (2001, p. 53), estas, não eram integradas as políticas de incentivo cultural, até meados da década de 1990. Sendo que, a Política Nacional de Turismo se reduz, na prática, a ampliação e melhoria da infra-estrutura hoteleira. Entretanto, a Resolução CNTur 31, de 10 de abril de 1968, estabelecia um Plano de Prioridade de localização de Hotéis de Turismo enfatizando como áreas prioritárias: “*I – Capital Federal e as capitais dos estados e dos territórios; II estâncias hidrominerais, estações climáticas e balneárias, e cidades históricas.[...]*” (apud CRUZ, 2001, p. 54).

Nesse sentido, Fazenda Nova não foi beneficiada, visto que, os hotéis que lá existiam, começaram a esboçar sinais de declínio e a fechar, além de que, novos hotéis não

foram construídos. Ademais, a representação de Nova Jerusalém, nesse período, não encontrou sustentação substancial, nas políticas de turismo e, se sustentava apenas com apoio de patrocinadores privados.

Reportando-nos ao modelo de análise do espaço do turismo, de Bulter (já mencionado), só na primeira metade dessa década, podemos classificar o fluxo turístico como numa *fase de desenvolvimento*, transitando para *estabilidade*, quando foram registrados grandes deslocamentos de turistas, em função dos eventos apresentados em Nova Jerusalém e ainda em torno do turismo de saúde na Vila de Fazenda Nova.

Todavia, na segunda metade dessa mesma década, os rumos das movimentações turísticas direcionadas ao objeto em apreço, mudaram completamente. Talvez, como indício da crise econômica do petróleo no comércio mundial, que culminou no nosso país na década seguinte, conforme cita Araújo 2000²¹⁸; ou, porque despontaram outros locais mais adequados para o turismo e o lazer (como Garanhuns e Gravatá), ou ainda, porque não houve um planejamento governamental adequado, que reorganizasse tanto a infra-estrutura local, quanto o setor de turismo, o qual, em décadas passadas, num movimento de vanguarda, despontara em Fazenda Nova.

²¹⁸ ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro: herança e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000. p. 319-327.

3.7.2. DÉCADA DE 1980 (1981-1990)

Os primórdios da década de 1980 deixaram marcas profundas na paisagem de Fazenda Nova. Os hotéis fechados, residências secundárias vendidas à pessoas de posses que habitavam a circunvizinhança, ou deixadas em um segundo plano, ou até mesmo abandonadas; O balneário e a área das fontes deixaram de ser cuidados e, progressivamente definharam. E, em consequência do quadro exposto, a economia local tornou-se cambaleante. Conseqüentemente, sem trabalho, grande parte da população se viu forçada a engrossar o fluxo migratório, que geralmente se dirigia para o Recife, Rio de Janeiro ou São Paulo.

Sobre esse período, registramos os seguintes depoimentos, a partir da revista de Nova Jerusalém²¹⁹, que procurou enfocar a vida “fora das muralhas”, no ano de 1981:

“[...] O mais triste é ver a vida financeira da população. Faz quase um ano que não chove, [...] Não temos um pinga d’água nas torneiras, porque a barragem de Barra de Farias está na terra. A Compesa é que bota dois caminhões d’água por dia para o povo. E não dá. Briga é de instante em instante, entre menino e mulher, por causa de uma lata d’água. O que ajuda, é a frente de serviço dada pelo governo, porque senão estava tudo perdido, todo mundo morrendo de fome.” (Tenente AMÉRICO, 1981, In: REVISTA, op. cit., p. 39).

Sobre a situação das fontes, registrou-se:

“Os moradores da Vila [Fazenda Nova] fizeram um abaixo-assinado que já encaminharam ao governador, ao presidente Figueiredo e ao ministro das Minas e Energia, denunciando o estado de precariedade em que se encontram as fontes hidrominerais, as quais, constituem verdadeira riqueza natural [...], representando vasto potencial turístico, pois as únicas riquezas naturais deste distrito são o clima e as fontes, que estão entre as melhores do país.” (REVISTA, op. cit., p. 45).

Ainda de acordo com os depoimentos captados pela Revista Nova Jerusalém 1981, citamos na íntegra o depoimento de Diva Pacheco, que, de maneira geral, traçou um panorama, naquele período:

“[...] As pessoas de Fazenda Nova se acomodaram, só pensam exclusivamente, na Paixão de Cristo, e esquecem que têm mil festas e tradições. No Natal este ano, não aconteceu nada, quando no passado, tinha espetáculo teatral, pastoril, presépio, idealizados por dona Maria Catingueira [...]. Agora, fica todo mundo pensando na

Paixão de Cristo que é época de rua limpa, tudo organizado, [...]. Vejo fazenda Nova sofrendo, sem barragem, sem água há cinco meses. Eu acho isso um desespero. Em vez de melhorar, ela piorou em tudo. Fazenda Nova morreu e não sabe. [...]. Você vê a fonte de água mineral, que hoje está abandonada. Os hotéis eram lotados. Hoje você vê, não tem uma temporada, a não ser na Paixão de Cristo, com os hotéis lotados. O resto do ano, vazios, sem uma pessoa. Você chega no hotel, não tem água nas torneiras, chaga na fonte, imunda. O que você vai fazer aqui? Nada. Tem telefone, tudo bem. Mas você não pode tomar banho com telefone.” (PACHECO, D., 1980, in: REVISTA de Nova Jerusalém, 1981, p. 15, grifo nosso).

A partir dos depoimentos anteriormente registrados, percebe-se, o visível declínio que mergulhou àquela Vila. E, nesse caminhar, vale o registro de que, aproveitando o período da estiagem que assolava o *Polígono da Secas*, no qual está inserida Fazenda Nova²²⁰, o sítio Jucá (área rural do referido distrito), serviu de cenário para a gravação do especial “Morte e Vida Severina” baseado na obra de João Cabral de Melo Neto, sob a direção de Walter Avancini/ Rede Globo.

No ano de 1982, o governador Marco Antônio Maciel (1979-1983), foi a Fazenda Nova inaugurar parte das instalações no Colégio Epaminondas Mendonça (que até os dias atuais, nunca foi concluído); inaugurou também, o Parque das Esculturas (Anexo 13), cuja montagem, foi coordenada por Plínio Pacheco e executada por José Faustino da Silva (que atualmente trabalha por conta própria na pedreira do Sítio Poçinhos D’água), além de outros artesãos locais.

Vale mencionar ainda, que no projeto inicial no parque, havia objetivo de expor mais de uma centena de esculturas, entretanto, até os dias atuais, não foi atingido esse objetivo. Outrossim, o mencionado parque é pouco visitado e funciona “quase” como uma reserva ecológica da caatinga, embora, não seja assim, oficialmente denominado.

²²⁰ “Por isso o Sítio Jucá celebrou-se em todo o Brasil, sem que ninguém o soubesse. De fato, mesmo havia apenas a imagem extraordinária da televisão, a sequência poética riquíssima, o fascínio de uma história de que o Nordeste anda cheio.” (REVISTA, op. cit., p. 50).

“Você vai começar um fantástico passeio pela arte e pelo folclore do Nordeste Brasileiro.

Logo à entrada do Parque das Esculturas Monumentais Nilo Coelho, você encontrará os primeiros dos gigantes habitantes desse lugar inacreditável, de características únicas em todo o país.

Agrupados em setores, lá estão eles, imponentes, aparentemente imóveis na sisudez da rocha granítica. Em instantes, contudo, sentirá que existe uma inexplicável leveza nas suas toneladas de pedra. Parecem ter vida. E você como que ouvirá o sanfoneiro a gemer o fole, as suaves notas do pífano, a voz estridente dos violeiros em seus duelos de improviso.

E, não só cantam, trabalham. Enfrentando a luta árdua do cotidiano da região, lá estão, em outro setor, o lavrador com a enxada, as mãos ágeis da mulher rendeira, a colheitadeira de algodão, a mulher com o pote de barro, trazendo água que foi encontrar à distância, nos parques mananciais.

A rezadeira, a figura mística do beato, a própria Iemanjá trazida pelos escravos negros e que hoje se incorpora à forte religiosidade nordestina, que não raro, adentra ao fanatismo.

O caçador, com a espingarda e o inseparável cachorro, o homem da cobra, a velha cachimbeira – são tipos populares nordestinos que você conhecerá mais adiante. E o menino que vende pirulito e o homem do miúdo gritam seus pregões. E o Leão do Norte e a carranca, símbolos nordestinos muito comuns, estão lá imponentes.

Uma incrível viagem você fará por esse mundo de sonho, contracenando com as 37 monumentais esculturas de pedra, lavradas por artesões locais, homens simples que fazem viver no granito o sentimento de sua gente”²²¹.

No ano de 1983, de acordo com Reis (op. cit., p. 190-196), em virtude da queda de público nos eventos de Nova Jerusalém, foi realizado um especial da Paixão de Cristo em três dias (24, 25 e 26 de novembro), com dois objetivos: divulgar mais o evento e captar finanças.

Em 1984, o mesmo panorama se repete, público fraco e outra vez, curta temporada da Paixão de Cristo, que acontece em 25, 26 e 27 de setembro. Fato que se repete também em 1985. No ano de 1986, registrou-se um aumento de público, talvez impulsionado pela euforia do Plano cruzado. Entretanto, o mencionado plano do governo iludiu os produtores do evento, e apesar de toda campanha publicitária, a temporada foi um grande fracasso, tendo sido registrado apenas, um público médio de 3.400, nos oito espetáculos.

²²¹ PARQUE das Esculturas Monumentais Nilo Coelho: Fazenda Nova – Brejo da Madre de Deus – PE. Recife: EMPETUR/SUDENE, s/d. (Fascículo explicativo).

Na Vila de Fazenda Nova, que funcionava com um apêndice de Nova Jerusalém, as coisas não iam diferentes, visto que, quando Nova Jerusalém atraía um bom público aquela Vila se beneficiava, entretanto, se ocorresse o contrário, as conseqüências eram desastrosas para ambas. Ademais, a movimentação que havia em torno do turismo de saúde deixou de existir, por causa do boato da suposta contaminação das águas do aquífero, em virtude do antigo riacho Quati – que circundava a área das fontes, ter se transformado num canal de águas servidas.

No ano de 1988, visando vencer a inércia e atrair o público, a Nova Jerusalém inicia uma em seus cenários, uma reforma, patrocinada pela Souza Cruz; e ainda, faz novas parcerias para a publicidade: Banorte e Rede Globo. “Com as modificações dos cenários, o espetáculo foi reformulado e ganhou continuidade geográfica, evitando as idas e vindas do público, cruzando o teatro para acompanhar as cenas”. (REIS, op. cit., p.198). As inovações foram bem recebidas pelo público que, em 1989, lotou a cidade-teatro. Entretanto, o ano de 1990, caiu para 50 % em relação ao esperado.

Sobre essa década, no tocante ao contexto geral vivenciado em nosso país, Araújo (op. cit., p. 323), frisa: a crise econômica que se instalou no nosso país, na década de 80 (1980), no período em que o “*choque dos juros*” atinge de frente o Estado brasileiro, principal patrocinador do crescimento econômico (em meio a crise mundial da década de 1970, num período em que a dívida externa quadruplicou, cujos efeitos se agravam nas décadas seguintes). Dessa maneira, a sociedade brasileira acostumada com o Estado Desenvolvimentista passa a conviver com um Estado Deficitário em crise financeira sem precedentes e refém de credores internos e internacionais. Nesse caminhar, a taxa de inflação que no início da década girava em torno de 100% anuais, chegou no final daquela década, a exorbitante casa dos 1783% anuais, segundo a Fundação Getúlio Vargas.

Durante essa década, de acordo com Cruz (2002, 55-56), não houve novidades em relação ao planejamento e políticas de turismo no nosso país, visto que, só nos primórdios da década seguinte, é que isso acontece.

Reportando-nos ao modelo de análise do espaço do turismo, destacado por Rodrigues (1999, p.88-91), pode-se inserir os acontecimentos que giraram em torno dos fluxos turísticos direcionados para Fazenda Nova e Nova Jerusalém, em duas fases distintas: *declínio* e o *rejuvenescimento*. *Declínio* em relação à atividade relacionada ao turismo de saúde e recreação na Vila e entorno de Fazenda Nova. E um misto de *declínio* e *rejuvenescimento* em relação aos eventos de Nova Jerusalém, visto que, o público diminuiu a cada ano. Entretanto, percebendo o visível declínio, os diretores da STFN procuraram reverter o quadro que se apresentava, tornando mais dinâmico o espetáculo.

Quanto a Fazenda Nova, não havia um plano de desenvolvimento, porém existia a prática da política partidária, em oposição ao governo municipal²²², o qual, divergia do grupo político domiciliado naquela Vila. Assim sendo, a localidade foi posta em um plano distante, em relação às metas do governo municipal.

Outrossim, no âmbito estadual, no tocante aos incentivos relacionados à política de turismo, os investimentos não se direcionavam a um planejamento que impulsionasse a atividade que outrora se desenvolvera em Fazenda Nova – turismo de saúde, ou ao desenvolvimento sustentado do artesanato local (bordados feitos a mão, artesanato em palha, pedra, etc.). Tais investimentos giravam em torno da infra-estrutura básica para atender ao turista que se direcionavam à Nova Jerusalém. Vale registrar, ainda, que o poder público municipal – Brejo da Madre de Deus -, não investia, nem interferia nas atividades realizadas em Nova Jerusalém.

3.7.3. A DÉCADA DE 1990 (1991-2000)

No início dessa década, em Fazenda Nova (Ver planta do espaço urbano), continuava o marasmo em relação às atividades culturais. Na esfera municipal, a mesma política partidária, que adentrara as questões familiares, as quais, se reverteram em mais “isolamento” em relação às necessidades prementes daquela Vila. Sobre esse abandono, no que concerne a área das fontes, o Jornal do Commercio em 22 de Abril de 1995 (Anexo 14), publicou matéria que tratava da questão.

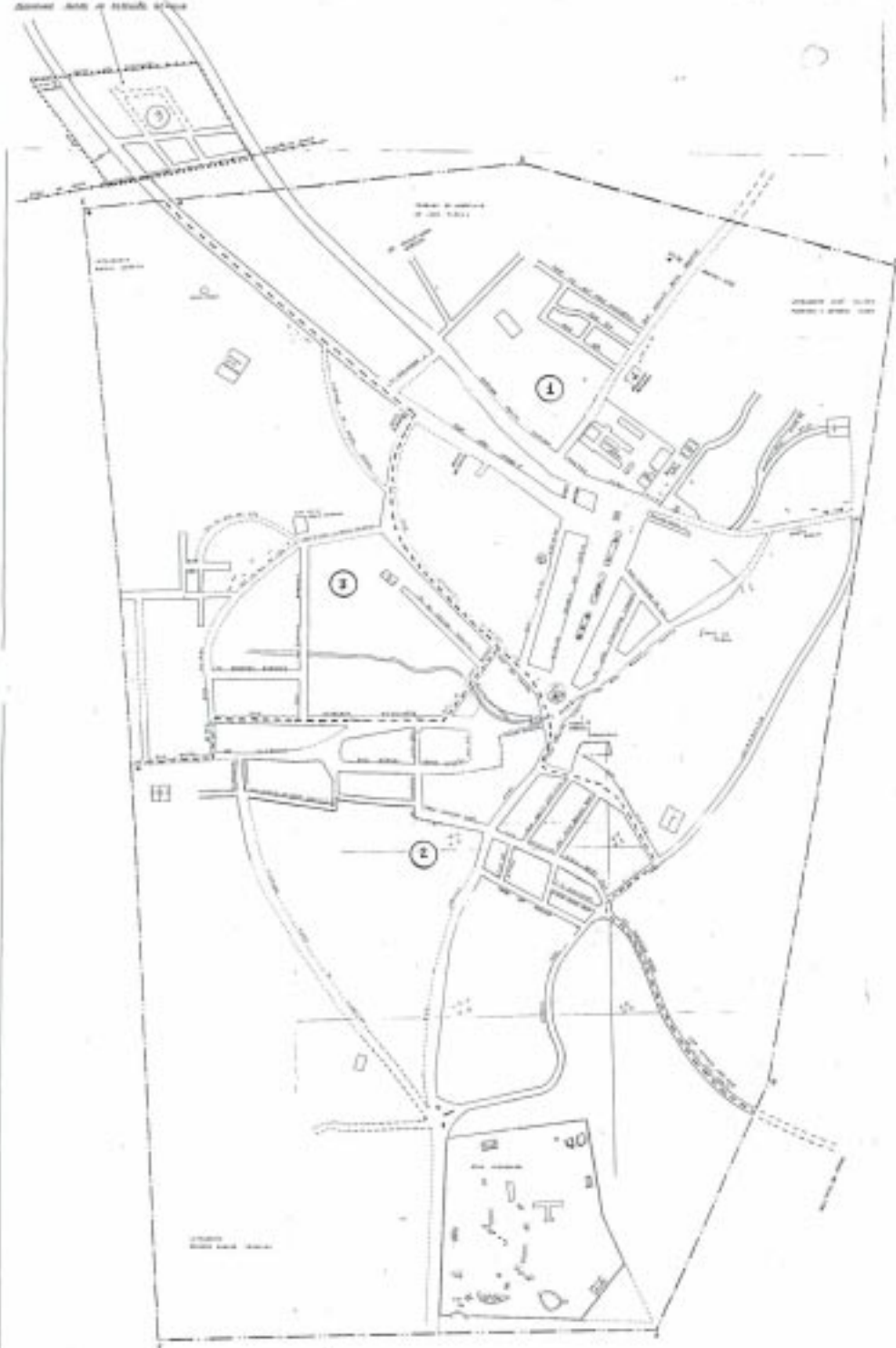
Todavia, deve ser enfatizado, que, nem a população se mobilizou a fim de reverter o abandono das fontes, nem o poder público local (legislativo ou executivo) fez nada prol dessa questão ambiental. Entretanto, a sensibilidade poética do homem simples daquela região, expressou a esperança própria do homem sertanejo, que acredita - as coisas ainda podem melhorar (Poema 5).

No ano seguinte, começaram as negociações que culminaram na mudança de concessionário e numa nova fase para a área das fontes de Fazenda Nova (ver planta do espaço urbano), sse da área, cujo entorno estava invadido (casa e barracas de comércio). E, encomenda ao LABHID uma pesquisa científica sobre a área do aquífero da região geológica de Fazenda Nova (como mencionamos no capítulo dois), bem como, análise das águas termominerais das referidas fontes (Anexo 2), cujo resultado, deu negativo quanto à contaminação, todavia, recomendou-se higienização daquela área.

²²² Esse fato foi registrado pelo atual prefeito no município de Brejo da Madre de Deus, o Sr, Roberto A. Asfora, que nos relatou: Fazenda Nova viveu um período de retrocesso em relação ao seu crescimento econômico e ao seu potencial turístico, em virtude de uma política partidária mesquinha, que havia aqui [Fazenda Nova, local da entrevista]. Aliás ainda há, de maneira que, vemos as pessoas que fazem parte do mesmo município, se olhando com desdém. Esse fato é lastimável, e saiu das rodas políticas, para adentrar no cotidiano das pessoas. Todavia, elas foram conduzidas por políticos irresponsáveis, que tanto entraram quanto saíram do poder público municipal. Mas nós estamos tentando reverter essa situação e procurando integrar amigavelmente, a população de Fazenda Nova com a de Brejo da Madre de Deus. Resumo de informação verbal, captada em 30 Abr. 2004.

1. RECONHECIMENTO - AERIAL DO TERREIRO
 2. 100
 3. 100
 4. 100
 5. 100
 6. 100
 7. 100
 8. 100
 9. 100
 10. 100
 11. 100
 12. 100
 13. 100
 14. 100
 15. 100
 16. 100
 17. 100
 18. 100
 19. 100
 20. 100
 21. 100
 22. 100
 23. 100
 24. 100
 25. 100
 26. 100
 27. 100
 28. 100
 29. 100
 30. 100
 31. 100
 32. 100
 33. 100
 34. 100
 35. 100
 36. 100
 37. 100
 38. 100
 39. 100
 40. 100
 41. 100
 42. 100
 43. 100
 44. 100
 45. 100
 46. 100
 47. 100
 48. 100
 49. 100
 50. 100
 51. 100
 52. 100
 53. 100
 54. 100
 55. 100
 56. 100
 57. 100
 58. 100
 59. 100
 60. 100
 61. 100
 62. 100
 63. 100
 64. 100
 65. 100
 66. 100
 67. 100
 68. 100
 69. 100
 70. 100
 71. 100
 72. 100
 73. 100
 74. 100
 75. 100
 76. 100
 77. 100
 78. 100
 79. 100
 80. 100
 81. 100
 82. 100
 83. 100
 84. 100
 85. 100
 86. 100
 87. 100
 88. 100
 89. 100
 90. 100
 91. 100
 92. 100
 93. 100
 94. 100
 95. 100
 96. 100
 97. 100
 98. 100
 99. 100
 100. 100

Escala: 1cm/5000m
 Datum: 1950
 Projeção: UTM
 Zona: 18S
 Fuso Horário: UTC-3
 Sistema de Referência: WGS 84



Poema 05:

Quem fui, Quem sou, Que serei?

*Já não vejo o por do sol
Algo ofusca minha visão
Neste mundo estou só
Procuro alguém, me dê a mão.*

*Pra falar preciso de tua voz
Sou bem velha, bem velhinha
Mas teus pais e teus avós
Me conhecem de novinha.*

*Cada dia morre mais
Um pedaço de mim
Quando olho para trás
E lamento o meu fim.*

*A ti dei sombra, matei tua sede
Varias vezes te socorri
Como peixe numa rede
Todos querem, sucumbi.*

*As vezes me indago
Se mereço tanto assim
Te trato como fidalgo
Hoje queres o meu fim.*

*Vi teus pais e os garotos
Nos meus pés a brincar
Hoje cercada de esgotos
Já não posso respirar.*

*Um dia fui tão bela
E poderei ainda ser
Como rosas na janela
Voltarei a renascer.*

*Nos meus pés serão jardins
Com muitas plantas e rosas
Todas cheirando a jasmims
E caibeiras frondosas.*

*Como fruto que morre
Da semente hei de nascer
Sei que você me socorre
Vou te dar muito prazer.*

*Nunca morre a esperança
você vai ver minha prova
Vou reviver das lembranças
Eu sou a Fonte de Fazenda Nova²²².*

²²² CLEMENTE, Veridiano Dias. Quem fui, Quem sou, Quem serei? . Fazenda Nova, Outubro de 1998 (inédito).

No tocante ao evento de Nova Jerusalém, após o sobe e desce de público da década anterior, os promotores do evento buscaram mais inovações, entre elas, a participação de atores globais, na encenação da Paixão de Cristo. Todavia, de acordo com Reis (op. cit., p. 218), mesmo com a participação de atores globais, a temporada teve um recorde negativo - o menor público dos últimos dezoito anos de espetáculo.

Nos anos seguintes, ainda acordo com Reis (op. cit., p.227-234), em 1996 a STFEN firmou parceria com a Mult-Consultoria, o Grupo Nove de Comunicação e com a Rede Globo Nordeste, com o objetivo de “*gestão dos negócios relacionados ao evento da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém*”. Mesmo assim, algo mais precisava ser feito para atrair maior público.

Em 1997, a troca da direção do espetáculo, além de outras inovações em relação na peça, conseguiu atrair um público de aproximadamente 70.000 pessoas. Durante o evento desse ano, foi registrada a presença do Jornal sueco “Svenska Dagbladet”, que de Estocolmo, enviou uma equipe de reportagem para documentar o evento, cuja matéria foi publicada em sua edição de 06 de Abril de 1997.

Ainda em 1997, visando se engajar mais no “mundo do turismo” e divulgar seu evento a fim de captar maior fluxo turístico, a STFEN passa a se engajar nas reuniões da Associação Brasileira dos Agentes de Viagem (ABAV) e a Associação Brasileira dos Jornalistas especializados em Turismo (ABRAJET), sendo que dessa última associação, Plínio Pacheco recebe o galardão de “*personagem turística do ano*”.

Nesse caminhar, vale ser registrado que, em 1998, o ex-diretor do espetáculo de Nova Jerusalém – José Pimentel -, resolveu criar: “A Paixão de Cristo do Recife”, que contou com um grande público e teve o apoio da mídia, que começou a tecer comparações em relação ao evento encenado no Agreste.

Sobre esse fato, Reis 2002, também, tecendo comparações, escreveu:

“A força da Paixão de Cristo da Nova Jerusalém, no entanto, reside num complexo insubstituível e inigualável de fatores que se solidarizam em benefício daquele belo espetáculo: o encanto da paisagem local, muito semelhante à da Judéia dos tempos de Jesus; os cenários grandiosos, tanto os naturais como aqueles que foram construídos pelo poder inimaginável do sonho de um visionário – Plínio Pacheco; a beleza incomparável das noites do Agreste, especialmente quando a Lua vem emprestar o seu encanto, participando do espetáculo como mais uma bela figurante; a tradição já cinquentenária do evento que é considerado como um dos mais importantes para o turismo cultural e religioso do país; [...]” (REIS, op. cit. p. 231).

Nesse caminhar, em 1998, após 38 anos de iniciado, foi concluído o projeto inicial de Nova Jerusalém. Ainda nesse ano, a cidade-teatro começa a ser palco de eventos ligados a Rege Globo de televisão (Chitãozinho e Chroró, posteriormente, Especial de Xuxa, etc.).

No ano de 1999, surge a idéia de um novo evento teatral em Nova Jerusalém – o auto-natalino “Noite Feliz - O Nascimento de Cristo” (Anexo 15), que foi escrito por Plínio Pacheco e Rubem Rocha Filho, dirigido por Carlos Reis e Lúcio Lombardi e contou com a participação dos atores da rede Globo: Tereza Seiblit, interpretando Maria e Leonardo Viera no papel de José, além de atores recifenses (que já integravam o elenco da STFV); participaram ainda, atores de Caruaru e de 50 figurantes locais.

Devemos registrar, também, duas participações de destaque: O coro da Orquestra Sinfônica de São Caitano, regido por Mozart Vieira e a presença do Grupo de Dança Folclórica Israeli – *Ietzirah*. Cerca de 20.000 pessoas assistiram a esse espetáculo que foi encenado nos dias: 03 e 04, 10 e 11, 17 e 19 de dezembro, marcando o retorno dos eventos da STFV, fora da época da Semana Santa, desde 1974.

“[...] Com duas horas de duração, a peça começa com a anunciação a Maria do nascimento do Messias. O ponto alto é o batismo de Jesus no Rio Jordão, antes de iniciar o ministério da pregação das boas-novas da salvação que só terminaria três anos depois com a crucificação. Desse modo a peça Noite Feliz – O Nascimento de Jesus, juntamente com a Paixão de Cristo, encenada na Semana Santa, fechará a história da vida e morte de Jesus Cristo, que na Vila [Fazenda Nova] vem sendo encenada desde 1951.” (VANGUARDA, 27/11 a 13 de Dez. de 1999).

Se faz mister registrar, no tocante a esse evento, que o mesmo, não teve a grandiosidade que envolve a Paixão de Cristo, nem o brilho de festa que caracteriza os arredores de Nova Jerusalém e o centro urbano de Fazenda Nova, durante a Semana Santa. Todavia, o que encantou o público, foi justamente o misto de grandiosidade e simplicidade da encenação, que ao invés de cultuar o sofrimento e a morte, celebrou o nascimento e a vida.

Em 2000, a temporada da Semana Santa que começou a ser encenada nas ruas de Fazenda Nova, completou 33 anos de encenação, no âmbito de Nova Jerusalém, tendo sido homenageadas figuras de destaque, que contribuíram com as realizações da cidade-teatro. E, continuaram também as participações de atores “globais”, dentre os quais, “encantado com o espetáculo”, durante as entrevista (Anexo 16), confidenciou:

“Já tive oportunidade de fazer papéis polêmicos, mas nunca com essa dimensão. Trabalhar aqui é importante, para qualquer ator e não deixa de ser um grande aprendizado.” (VILELA, Diogo in: VANGUARDA., Caruaru, Abril de 2000).

Ao término da temporada da Semana Santa, começaram os preparativos para a segunda edição do “Noite Feliz – o Nascimento de Cristo”, que nesse ano, apesar das chuvas de verão que caíam na região, contou com um público estimado em 18 mil pessoas, as quais, foram atraídas, por um [...] espetáculo tão incrível que, no final, as pessoas não pedem bis. Dizem amém.” (NOITE Feliz, folder promocional, 2000).

Reportando-nos a paisagem urbana de Fazenda Nova, nesse período, ainda se percebiam, as marcas da outrora movimentação turística. As quais, de acordo com o professor Milton Santos (1999, p. 113), poderíamos denominá-las de rugosidades, visto que, se apresentam como formas isoladas ou como arranjos, sem tradução imediata, mas, que, inseridas na paisagem, testemunham um passado, nem sempre visível ou redutível aos sentidos. Todavia, se identificam através do conhecimento e nos trazem resquícios da divisão internacional do trabalho que passou, mas, através do capital, deixou suas formas naquela paisagem.

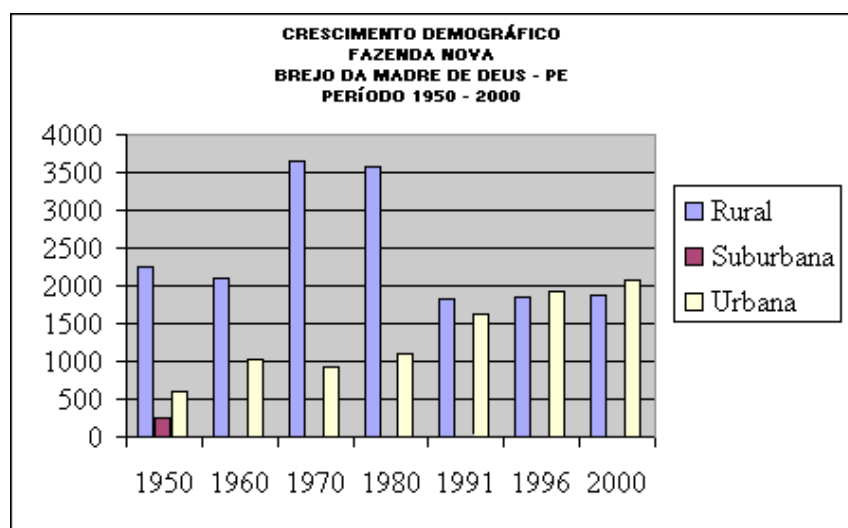
Nesse sentido, tomamos por base, como vestígios do turismo de saúde, “rugosidades do objeto pesquisado”: as residências de veraneio que simbolizavam um tempo de punjança na economia e no turismo local, dentre elas: as casas de Sr. Box - atualmente Atelier de Marcos Lopes, artista que desenhou (bico de pena), uma vistas panorâmica de Fazenda Nova com a localização de algumas dessas rugosidades (Anexo 18): a casa da Pedra, atualmente reformada; a casa de “Madame Beth” (Fotos 9 e 10): transformada em colônia de férias da Associação Pernambucana dos Servidores do Estado de Pernambuco (APSE); a ex-residência do “Tenente de Catende”, que, lamentavelmente, foi derrubada e construída uma mais moderna no local. Além de outras tantas residências (Ver fotos – capa desse trabalho), cujos grandes telhados, ainda, testemunham esse tempo que passou, quando as famosas “telhas inglesas” eram símbolo de ostentação e fartura econômica. Há, ainda, o Grande Hotel que por causa do desuso e abandono teve o teto do antigo cassino, do salão de jogos e do cinema, destruídos. E, não tem mais aquele brilho, “quase suíço” como o caracterizou Gilberto Freyre.

Há de se ressaltar, ainda que, esse declínio perceptível na paisagem urbana de Fazenda Nova, se estende também, em relação a sua população, pois, de acordo com os números, no distrito de Fazenda Nova, ocorreu uma diminuição da população, em relação às décadas de 1970 e 1980 (ver gráfico da população), percebe-se ainda (em números), uma população estagnada, no tocante às últimas cinco décadas, quando a contagem geral não ultrapassou a casa dos 3.000 habitantes (de 3.097 em 1950, a 3.963 em 2000), tais fatos, refletem inegavelmente, as condições sociais e econômicas existentes naquela área, as quais, forçam sua população e migrar em busca de melhor qualidade de vida.

Tabela 1

POPULAÇÃO DE FAZENDA NOVA BREJO DA MADRE DE DEUS - PE PERÍODO 1950 - 2000				
ANO	POPULAÇÃO			
	RURAL	SUBURBANA	URBANA	TOTAL
1950	2244	245	608	3097
1960	2111	-	1037	3148
1970	3648	-	917	4565
1980	3587	-	1109	4696
1991	1814	-	1634	3448
1996	1857	-	1928	3785
2000	1876	-	2087	3963

Gráfico 1



Fontes:

IBGE, VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950 – Estado de Pernambuco – Censo Demográfico, Série Regional, vol. XVII, Tomo 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. p. 91.

_____. VII Recenseamento Geral do Brasil – 1960 – Estado de Pernambuco. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. p. 9.

_____. Censo Demográfico – Dados Distritais – Pernambuco. Vol. 1, Tomo 3. n. 10. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. p. 80.

_____. Censo Demográfico 1991 – Pernambuco. Resultado do Universo Relativo às Características da População e dos Domicílios. N. 14. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. p. 1-341.

_____. Contagem da População – 1996 – Tabelas de Pernambuco. Características Gerais, Tabela 02. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

_____. Censo Demográfico – 2000. Resultado do Universo, Tabela 3.1.3.13. População Residente por Situação do Domicílio, Sexo, Segundo as Mesorregiões, os Municípios, os Distritos, os Subdistritos e os Bairros de Pernambuco. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

Reportando-nos às questões relativas às políticas públicas de turismo, de acordo com Cruz (2001, p. 56-64), a partir de 1991, marcos históricos importantes, favoreceram o setor de turismo: o primeiro foi a reestruturação da EMBRATUR em autarquia especial que passa a ser denominada de Instituto Brasileiro de Turismo, cuja atribuição é formular, coordenar e fazer executar a Política Nacional de Turismo (PNT); e o segundo foi a Lei 8.181, regulamentada pelo Decreto 448 de 14 de fevereiro de 1992, que estabelece a finalidade da Política Nacional de Turismo:

“[...] o desenvolvimento do Turismo e seu equacionamento com fonte de renda nacional”. Como diretrizes dessa política, reza o artigo 2º. do referido decreto:
I - a prática do turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país;
II – a valorização do homem com destinatário final do desenvolvimento turístico.”
(CRUZ, 2001, p. 57).

Com o objetivo de implementar a política Nacional de Turismo, foi implantado em 1992, o Plano Nacional de Turismo (Plantur), que se apresenta como um plano detalhado de ações a serem deflagradas pelo poder público federal. Este compõe-se de sete programas (divididos em sub-programas): Programa de Pólos Turísticos, Programa de Turismo Interno, Programa Mercosul, Programa Ecoturismo, Programa Marketing Internacional, Programa de Qualidade e Produtividade do Setor Turístico, Programa de Formação de Recursos Humanos para o Turismo.

Todavia, até 1996, na primeira gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), o Plantur ainda não havia saído do papel. Dessa maneira, no governo mencionado, se estabelece a PNT como uma política setorial que somente pode ser bem sucedida, se estiver atrelada a outras políticas setoriais, que fazem parte do imenso jogo do poder.

A PNT estabelecida a partir do Decreto 448/92, e instituída em 1996, dentre outros importantes fatores para a organização do setor, estabelece a descentralização da gestão

turística, por intermédio do fortalecimento dos órgãos diretamente ligados ao setor, tanto nos estados, quanto nos municípios. É quando surge o Prodetur-NE (do qual falaremos adiante).

Concluindo a respeito das políticas de turismo estabelecidas nessa década, o setor de turismo foi devidamente legalizado e implementado, entretanto, os reflexos dessa organização não surtiram efeito no espaço urbano de Fazenda Nova, embora os recursos ligados ao setor sejam captados por Nova Jerusalém, que nesse sentido, funciona como uma “ilha de prosperidade” em meio a um mar de carência de políticas concretas e efetivas ao seu redor.

Retomando a análise do espaço do turismo de acordo com o modelo de Butler, no tocante a Vila de Fazenda Nova, continua visível o estagnado declínio, em relação a atividade turística no local. Entretanto, deve ser mencionado que, despontou outra atividade econômica - pequena indústria informal (como já foi mencionado no capítulo 2).

E, em relação à Nova Jerusalém, outra vez, perceptível declínio, que foi controlado a tempo, por meio de convênios com agências de propaganda e marketing, gestão empresarial do setor e parceria com grande rede de comunicação; além de mudanças estratégicas internas: direção do espetáculo e início de outro evento, medidas que, injetaram mais dinamismo a STFVN, trazendo-a de volta a uma fase de estabilidade de fluxos turísticos.

3.8. LEITURAS DE PAISAGENS NOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XXI

O despertar do novo século, para o Distrito de Fazenda Nova, foi também o despontar de novas perspectivas em relação às questões econômicas que, inegavelmente, podem oportunizar uma melhor qualidade de vida às necessidades básicas de consumo essenciais para a manutenção da existência humana.

Nesse caminhar, os habitantes locais deixaram de depender exclusivamente da renda, relacionada aos eventos de Nova Jerusalém, das minguas aposentadorias ou planos

assistencialistas do Governo Federal e, passaram a se tornar independentes (financeiramente), tentando garantir a própria renda, a partir de pequenos fabricos de fundo de quintal - no entanto, em relação ao maquinário utilizado nessas pequenas indústrias, não ficam a desejar em relação a qualquer grande indústria. Todavia, deve ser ressaltado que, praticamente, nenhuma dessas pequenas fábricas tem documentação oficial e praticam a atividade na informalidade.

Não obstante, deve ser enfatizado que, mesmo não (mais) dependente diretamente dos eventos realizados em Nova Jerusalém, de maneira geral, há um forte *sentimento de identidade*, em aquele espaço de espetáculos, visto que, em praticamente todas as residências há pessoas, e às vezes, famílias inteiras que, de alguma, relaciona sua história de vida com a história da construção, ou com os eventos de Nova Jerusalém.

Reportando-nos aos fatos que procuramos registra-los em ordem cronológica, no ano de 2001, a temporada da Semana Santa (Foto 18), aconteceu no período de 07 a 14 de abril e teve um público estimado em 42.000 espectadores, os quais, tanto foram recebidos, quando saudados em seus retornos aos locais de origens, por “*outdoors*” conjugados e iluminados os quais, eram compostos de gravuras que suscitavam a fé cristã:

“Bem aventurados os que partilham a nossa cultura.”

“Ele voltou, volte você também!”

Percebe-se, portanto, um forte apelo ao turismo cultural e religioso. Entretanto, devemos registrar, que não houve investimento na infra-estrutura de hospedagem, nem houve publicidade em relação aos hotéis ou em relação aos atributos físico-naturais e culturais existentes naquela área.

Devemos registrar, também, que nesse ano, houve uma intensa movimentação comercial em torno da cidade-teatro, em virtude da Prefeitura de Brejo da Madre de Deus e

Secretaria de Turismo terem deslocado as atividades comerciais comuns ao evento turístico (restaurantes, lanchonetes, barracas de artesanato, etc.), do centro urbano de Fazenda Nova e, acomodando-as no pátio-externo de Nova Jerusalém, centralizando mais ainda a atividade turística em torno da cidade-cenográfica. Essa mudança, transformou a rua principal de Fazenda Nova em um verdadeiro “deserto”, ou melhor, apenas com o parco comércio cotidiano e um bom número de cavalos para se alugar (e passear).

No final de ano de 2001, não houve o espetáculo *Noite Feliz – O nascimento de Jesus*, o qual, estava se afirmando em relação ao gosto do público, como um novo evento encenado fora da Semana Santa, naquele teatro. De acordo com a diretoria da STFNT, as encenações não aconteceram, porque não houve patrocinadores suficientes para a garantia e realização do evento. Ainda no decorrer desse ano a STFNT deu início a uma nova fase de dinamização no espaço-teatro de Nova Jerusalém, o qual, fora do período da Semana Santa, só era utilizado pelo pessoal administrativo e por um pequeno número de trabalhadores permanentes, apesar de existir alojamento para o corpo teatral e equipes de apoio, no período de temporadas. Assim sendo, surgiu a idéia de se investir em hospedagens, respeitando os padrões arquitetônicos de Nova Jerusalém, dessa maneira, foram reformados os apartamentos, a cozinha e o salão de jogos; e construídas novas acomodações e o auditório, além de nova área de lazer com piscina e sauna. Assim, o antigo “Arruado” (nome dado ao antigo alojamento *dos artistas*), se transformou em “*Pousada da Paixão*” (ANEXO 17). Um hotel temático, que, fora do período da Paixão de Cristo, recebe turistas o ano inteiro (principalmente internacionais), e não mais, visitantes de um dia, mas hóspedes para temporadas. (Informações verbalizadas por Robson K. M. Pacheco – Diretor/STFNT e Pousada da Paixão em 07 Jan. 04).

No ano de 2002, a temporada da Paixão de Cristo foi encenada de 23 a 30 de Março (Foto 19), e contou com a presença de atores globais. Há de se registrar, que o espetáculo desse ano, homenageou os seus fundadores, Plínio e Diva Pacheco.

“Na abertura da trigésima quinta temporada ininterrupta da Paixão de Cristo, dentro das muralhas do maior teatro ao ar livre do mundo – Nova Jerusalém, a Sociedade Teatral de Fazenda Nova homenageia seus idealizadores e construtores Plínio e Diva Pacheco.” (PROGRAMA [...], 2002, p. 19).

Continuando com o ano de 2002, a autora dessa pesquisa, imbuída pela vontade de poder adentrar pelas representações do *mundo vivido*, daqueles que participam de tão grandioso evento, em especial, a gente simples que habita a circunvizinhança do distrito de Fazenda Nova (figuração local e trabalhadores ligados ao evento e a cidade-teatro), preiteou junto a direção da STFNT, uma oportunidade para participar da figuração da Paixão de Cristo, como integrante do povo da Judéia (Anexo 19).

Considerado o nosso pedido, fomos conduzidos a uma experiência ímpar e do mais alto interesse científico, visto que, um mesmo fenômeno, dissecado por meio de literatura especializada, agora, poderia ser vivenciado “*in locu*” no laboratório das práticas cotidianas que lhes imprimiram as respectivas formas. Nesse caminhar, foi possível refletir o fenômeno geográfico, segundo a abordagem percebida por Yi-Fu Tuan, a qual se insere na Perspectiva Humanística da Geografia que,

“[...] busca o entendimento do mundo humano, a partir das relações das pessoas com a natureza, considerando o seu comportamento geográfico, seus sentimentos e suas idéias a respeito do espaço-paisagem e do lugar.” Tuan (1983, p. 149).

Dessa maneira, adentramos além das fronteiras perceptíveis no *espaço* e no *tempo*, nas entrelinhas de um espaço amiudadamente estudado, que vai além de imensas muralhas. Onde foi possível: tanto documentar o contraste entre o brilho dos holofotes e de toda a dimensão que o evento encerra, quanto a simplicidade dos que estão por trás dos bastidores,

nos portões, na segurança, no guarda-roupa e das pilhas de roupas que diariamente precisava ser lavada e passada.

Devemos registrar, ainda, a acolhida que tivemos da gente simples que se deslocando dos sopés das serras, sítios e ribeiras, se transformavam em soldados romanos, apóstolos, homens e mulheres do povo, visando garantir um complemento as suas precárias finanças. Os quais, em sua singeleza, não se deixavam envolver pelo glamour do evento e, se esparramavam pelo chão, entre lanches partilhados, boas conversas, ou sonos profundos, os quais, duravam até o despertar para a “hora do figurante-artista”.

E assim, ao cair da tarde, um Sol dourado contornava as serras, se pondo suavemente no horizonte distante, deixando no céu pinceladas colossais, que aos poucos, cediam espaço a pequenos pontos brilhantes e a uma Lua de rara beleza, que levemente, contornava de prata aquelas mesmas serras, dando um brilho especial às vestes de um povo - “judeu-nordestino”, que conduzidos por um “Cristo pernambucano” (Marcelo Serrado) - “doce feito mel de engenho”, espontaneamente, lembravam “outro Sermão”, partilhando uma oração ecumênica, que brotava direto da alma... Gestos simples, ricas-almas, que dividiam também o “pão”, no final de cada espetáculo.

E adentrando ao tão sonhado mundo das Artes, a pesquisadora não esqueceu seu objetivo e objeto de estudo, tentou, nos momentos certos manter o distanciamento científico que a pesquisa requer. Mas, também: ouviu confidências, histórias de vidas, respeitou individualidades, riu, se entristeceu, observou realidades distintas, chorou e encantou. Entretanto, colheu depoimentos que ilustram e enriquecem toda essa pesquisa, restando ainda, um acervo considerável de informações, na alma guardadas, esperando como semente, uma oportunidade, para germinar no futuro.

Se faz mister, registrar também, em relação a esse mesmo ano, que em 22 de agosto, viajou para a outra dimensão, aquele que percebeu nas pedras a possibilidade de materialização de sonhos, de transformar vidas e mudar os rumos da história.

(Poema 6)

A HISTÓRIA(...)

*“[...] Tudo está consumado.
O cadáver esmaecido e despregado da cruz.
Ao pé do sudário, a mater dolorosa.
O corpo é levado para o sepulcro.*

*A porta do túmulo explode incandescente na ressurreição.
Vestido de ouro e branco, envolto em densa nuvem
que se esparrama pelas rochas e cactáceas,
Jesus-Bendito ascende aos céus.*

*Ao fundo, na altura das montanhas,
uma cascata luminosa torna a noite em dia,
clareando os caminhos do Mestre para a Vida Nova.*

... A História fecha suas páginas”²²³.

A temporada da Paixão de Cristo de 2003 (Foto 17), não contou mais Plínio Pacheco - *in memoriam*. E, Diva Pacheco, diretora e fundadora de Nova Jerusalém, por motivos particulares, se ausentou da organização do espetáculo, deixando *uma grande lacuna se abater sobre o evento*.

Todavia, como “*o espetáculo não pode parar*”, sem muitas inovações, os espetáculos da Semana Santa foram apresentados para um público aproximado de 40.000 espectadores. Ainda, nesse mesmo ano, voltou a ser apresentado o espetáculo “Noite Feliz – o Nascimento de Jesus” que contou com grande divulgação na mídia e público bastante expressivo.

²²³ PACHECO, Plínio. Jesus: Peça de Plínio Pacheco, Nova Jerusalém: Ed-micro, 2001. p.228.

PAISAGEM URBANA DE FAZENDA NOVA EM DISTINTOS MOMENTOS



FOTO 1 - Igreja de N. Sr^a. Da Conceição em 1937
Fonte : Álbum da Família Mendonça



FOTO 2 - Igreja de N. Sr^a. Da Conceição em 2004
Fonte : Elenilda Andrade Data: 10/04/04



FOTO 3 - Feira livre de Fazenda Nova em 1937
Fonte : Álbum da Família Mendonça



FOTO 4 - Feira Livre de Fazenda Nova em 2004
Fonte : Mário Barros Data: 18/06/04



FOTO 5 - Estância Hidromineral de Fazenda Nova em 1954
Fonte : Álbum da Família de José Afonso



FOTO 5 - Estância Hidromineral de Fazenda Nova em 2003
Fonte : Elenilda Andrade Data: 26/11/03



FOTO 7 - Hotel Familiar em 1949
Fonte : Álbum da Família de Alita Batista



FOTO 8 - Antigo Hotel Familiar
Fonte : Elenilda Andrade Data: 23/11/03



FOTO 9 - Casa da Pedra 1946
Fonte : Álbum da Família de José Afonso



FOTO 10 - Casa da Pedra 2003
Fonte : Elenilda Andrade Data: 23/11/03

DO DRAMA DO CALVÁRIO NAS RUAS DE FAZENDA NOVA, AO ESPETÁCULO EM NOVA JERUSALÉM



FOTO 11 - Drama do Calvário - 1953
Fonte : Álbum da Família Mendonça



FOTO 12 - Drama do Calvário - 1953
Fonte : Álbum de Aracy



FOTO 13 - Encenação do Drama da Paixão de Cristo,
nas pedras das fontes de Fazenda Nova - 1961
Fonte : (REIS, 2002, p.97)



FOTO 14 - Sermão da Montanha - Nova Jerusalém em 1972
Fonte : Álbum de Carminha Batista



FOTO 15 - Engarrafamento no centro de Fazenda Nova
Semana Santa de 1972 Fonte : (Pacheco, P., 2001)



FOTO 16 - Semana Santa de 2003
Fonte : Elenilda Andrade Data: 18/04/03



FOTO 17 - Muralhas de
Nova Jerusalém - 2003
Fonte : Elenilda Andrade
Data: 18/04/03

FOTO 18 - Crucificação
Fonte : Foldem Paixão de Cristo
- 2001



FOTO 19 - Ressurreição
Fonte : Foldem Paixão de Cristo
- 2002



Chegamos aos dias atuais. E, de acordo com os dados captados na pesquisa de campo - entrevistas, conversas informais e depoimentos (gravados em fita *microcassette* MC60, os quais totalizam em média de 30 horas de gravação), traçaremos um panorama geral das transformações sócio-espaciais promovidas pelo turismo, na paisagem urbana de Fazenda Nova (Foto 16), segundo a amostra da população entrevistada. Todavia, devemos mencionar que, visando captar algumas informações relevantes à pesquisa e a respeito das encenações de Nova Jerusalém e da atividade turística em Fazenda Nova, conversamos com alguns turistas e proprietários de segundas residências.

Nesse caminhar, foram abordadas pessoas de ambos os sexos e de distintos níveis de renda e escolaridade - 80% são habitantes de Fazenda Nova, ou diretamente vinculados aquela Vila, e 20% eram turistas: 10% excursionistas e 10% proprietários de residências secundárias. No tocante aos excursionistas, 5% haviam assistido a Paixão de Cristo – 2003 e, os outros 5% assistiram ao espetáculo “Noite Feliz – O nascimento de Cristo – 2003”. Desse grupo, 60% procedia da cidade do Recife, 10 % de Caruaru e os 30% restantes, de outras localidades. A maioria dos entrevistados já havia assistido aos espetáculos, sendo que, os que assistam pela primeira vez se diziam encantados, tanto com o evento, quanto com a grandiosidade de Nova Jerusalém. Da amostra pesquisada, 100% não pernitoou em Fazenda Nova (alguns sequer sabiam dessa Vila), porque, estavam hospedados em Caruaru e, principalmente em Gravatá, ou retornariam aos seus respectivos locais de origem.

No tocante às entrevistas com a população local, as informações foram agrupadas de acordo com a faixa etária: primeiro grupo – 18 a 40 anos; segundo grupo – 41 a 60 anos e por último, o grupo dos idosos com mais de 60 anos. O primeiro grupo, demonstrou um precário conhecimento da história local, bem como, a respeito da atividade turística relacionada com aos atributos físico-naturais, antes da década de 1950.

AMOSTRA DAS ENTREVISTAS POR IDADE/SEXO

IDADE SEXO	18 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	71 a 80	81 a 90	91 a 100
HOMENS	5	4	6	5	6	4	3	1
MULHERES	9	8	7	12	10	9	8	3
TOTAL	14	12	13	17	16	13	11	4

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Fazenda Nova (2002 - 2003)

AMOSTRA DAS ENTREVISTAS POR IDADE/ESCOLARIDADE

IDADE ESCOLARIDADE	18 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	71 a 80	81 a 90	91 a 100
ANALFABETOS			1	2	2	4	3	3
1º INCOMPLETO			2	4	3	7	5	1
1º COMPLETO	2	1	3	3	4	2	3	
2º INCOMPLETO	3	1	2	3	3			
2º COMPLETO	5	2	2	2	2			
3º INCOMPLETO	2	5	2					
3º COMPLETO	2	3	1	3	2			
TOTAL	14	12	13	17	16	13	11	4

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Fazenda Nova (2002 - 2003)

AMOSTRA DAS ENTREVISTAS POR IDADE/NÍVEL DE RENDA

IDADE NÍVEL DE RENDA	18 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	71 a 80	81 a 90	91 a 100
1 a 3 SALÁRIOS	12	7	8	12	9	10	11	4
4 a 7 SALÁRIOS	2	4	4	3	5	2		
8 a 10 SALÁRIOS		1	1	2	2	1		
TOTAL	14	12	13	17	16	13	11	4

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Fazenda Nova (2002 - 2003)

Sendo que, de maneira geral, relacionam o turismo que havia em Fazenda Nova, ao “Drama do Calvário” idealizado pela Família Mendonça, nas ruas de Fazenda Nova. E, em relação à Nova Jerusalém, revelaram um sentimento de indentitário com o que representa (material e imaterial), aquela cidade-teatro.

Todavia, vale mencionar que, os entrevistados desse primeiro grupo não dependem da movimentação econômica gerada em torno de Nova Jerusalém, visto que, suas respectivas rendas giram em torno da indústria doméstica e comércio informal (feiras da Sulanca: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama).

O segundo grupo de entrevistados, possui um conhecimento mais aprofundado da história local (principalmente os mais idosos), bem como, da atividade turística que havia naquela Vila, antes da década de 1950. E, reconhecem a contribuição das águas das fontes como “chamariz” para a atração de turistas e, por conseguinte, à instalação de hotéis e construção de casas do “povo de fora”.

Quanto à Nova Jerusalém, foi enfatizado que, no período de sua construção havia uma maior geração de empregos e renda, entretanto, nos dias atuais, mesmo com a Pousada da Paixão, os empregos são poucos e temporários e se resumem aos períodos de encenações – Paixão de Cristo e Noite Feliz (quando havia as encenações). Vale mencionar ainda, que, a maior parte desse grupo, já participou de algumas das representações na cidade-teatro, todavia, nos dias atuais, ou são autônomos (pequena indústria e comércio informal), ou financeiramente dependente dos familiares.

Quando indagarmos sobre o que mais mudou na paisagem urbana de Fazenda Nova, um número significativo respondeu - o centro da Vila está praticamente inalterado, contudo, houve um visível crescimento de ruas laterais; diminuiu a movimentação em torno das fontes, dos hotéis e das residências secundárias; as condições sócio-econômicas das pessoas mudaram, visto que, na atualidade existe um maior acesso aos meios de transportes e

informação (fatos que, indiretamente contribuíram para outras transformações na paisagem local).

E por último, o grupo de entrevistados que integra a população local com mais de 60 anos. O qual, se insere como testemunho vivo das sucessivas etapas da história local (Povoação, “banhos de saúde”, Vila, Drama, Município, Vila de novo, Nova Jerusalém, Distrito, turismo cultural, religioso, etc.). Nesse sentido, suas respectivas histórias se confundem, em muitos aspectos, com a história das transformações sócio-espaciais contextualizadas na paisagem urbana de Fazenda Nova.

Tais entrevistados, nutrem um sentimento saudosista em relação ao período em que os “banhos de saúde” captavam movimentações turísticas e viabilizaram o crescimento da economia local. Porém, reconhecem as mudanças da condição sócio-econômica da população daquela localidade, a qual, angariou maior acesso aos bens de consumo.

Outrossim, (vale repetir), durante os depoimentos, foi possível captamos as representações do “mundo vivido” – através de relatos emocionados e, ricas histórias de vida, as quais, transmitem um sentimento de pertencimento em relação aquela paisagem-lugar. Além do mais, as informações históricas, contribuíam com o registro da história do objeto em apressa.

Diante do exposto, nos vimos instigados a enveredar outra vez, pelos meandros da imaginação e da Arte, e a tomar de empréstimo as narrações dessa gente humilde e sincera, que traz no corpo e na alma, as marcas de suas experiências de vida e, humildemente, narrar para as futuras gerações, suas singelas memórias (Poema 7).

Poema 7:

MEMÓRIAS

*Pra você essas lembranças
De um tempo que eu vivi
Os cabelos pratearam
Mas muito eu aprendi.*

*Vi um tempo de fartura
Que o cheiro da chuva trás
E um vento de amargura
Que na impiedosa seca faz.*

*Um roçado deixado ao longe
A pé, de burro e de caminhão
Um coração enterrado
No barranco seco: meu chão!*

*Mas também vi esperança
De céu escuro e trovão
De água e fertilidade
E semente brotando do chão.*

*Vi alvorecer sublime
Orvalho, flor e passarada
E no fim de um dia cansado:
Casa, xerém e “fiarada”.*

*Vi o nascer da vida
Criança é alvorecer!
Vi partida de muita agente
Triste pálido entardecer.*

*Vi um grande “brauná”
E lama em barrica de bacalhau
Caibeiras “amarelinhas” em flor
Água quente curndo mal.*

*Vi matutada na feia
Gibão, “chô-boi” e zinebra
Garrafada e quartinha de barro
Fazendeiro e algodão na budegá.*

*Vi a Pedra do Cachorro,
Verde, cinza e azulada
Vi a igreja velhinha
Em nova ser transformada.*

*Vi terno novo na missa
“Tungão” e vestido de fitas
Anjos na procissão de Sant’Ana
Muitos Lampiões e Marias Bonitas.*

*Vi novidade chegar:
Motor de Luz e água encanada
“Coroné”, turista e cozinheiro
E, Mendigo beirando estrada.*

*Vi casa de taipa e tijolo
Tangerino, bolandeira e olaria
Político tudo prometer...
“Pegada” de boi, que alegria.*

*Vi paisagem silenciosa
Vi estouro de pedreira
Bicho de pedra e muralha
Cinzel rompendo fronteira.*

*Vi cantoria e festival
Escola, política fechar
Vi gente chegar e partir
Cristo nascer e ressuscitar.*

*Vi banda de “pife” tocar
Banda de música e folia
Um Município se decretar
E Vila ser no outro dia.*

*Não mais verei essas serras
Nem o chocalho da bicharada
Nem a feição dos amigos
Ou aquelas “farinhadas”.*

*Vou visitar outras terras
Com anjo e cantoria
Papai e mamãe já foram.
Está chegando o meu dia*

*Não fique triste, nem chore
Alegre continue a viver
E lendo as minhas memórias
Você me verá renascer ²²⁴.*

Após caminharmos pelas “memórias” de um passado distante, mas que se relacionam e descrevem as transformações sócio-espaciais contextualizadas na paisagem do objeto em apreço, caminhemos a partir de agora, por outros registros, os quais, se relacionam com as políticas de turismo praticadas nos dias atuais.

Retomando as políticas de turismo, de acordo com Cruz (2001, p. 64-67), no nosso país está sendo implementado o Programa Nacional de Turismo, criado em 1991 e viabilizado através do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), que fixou áreas potencialmente capazes, que se tornaram prioridade para o desenvolvimento da atividade turística: Amazônia Legal, o Centro-Oeste e o Nordeste, dentre outras. Todavia, a seleção das áreas prioritárias para o fomento a PNT, demonstra mais uma vez na história das políticas de turismo que, embutido nessa política setorial, está a idéia de atenuação dos desníveis sociais e econômicos inter-regionais. Solução que, não se tornará eficaz, se não houver mudanças relevantes na política regional, que se tem levado a cabo no nosso país, nas ultimas décadas, as quais, privilegiam, apenas, certas porções do território. Dessa maneira, não há setor da economia que possa minimizar disparidades socioeconômicas entre as mencionadas regiões.

Nesse sentido, Araújo (op. cit. p. 3-5-318), de maneira geral, comenta: que se não houver uma preocupação com políticas regionais mais integradoras e menos centralizadas em relação aos investimentos nas “ilhas econômicas”, o panorama que se descortina é um país mais desigual, em todos os sentidos. E, especialmente, em relação ao Nordeste que, também, tem suas “ilhas dinâmicas”, e existe uma falta de integração entre as políticas regionais e sub-regionais internas. Dessa maneira, as instituições só enxergam as áreas prósperas: o governo federal, investe nas áreas de grãos, fruticultura para exportação e turismo internacional. E *ninguém* investe fora das áreas competitivas. De modo que, o panorama que se apresenta, é: o semi-árido que não existe como um projeto

hegemônico, com exceção da área que pode ser irrigada; a Zona da Mata foi abandonada; e a área cacauzeira está em desestruturação. Em resumo, esses são alguns dos vestígios de um país, *cujos pedaços vão sobrando*.

Nesse sentido, no tocante à questão turística no Nordeste, Cruz (2001, p. 77- 104), afirma: os governos dos estados nordestinos instituíram, nas últimas décadas, com respaldo do Governo Federal, duas políticas: uma, consiste na política de Megaprojetos Turísticos e a outra, se refere ao Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). A primeira política, visa ampliar a infra-estrutura hoteleira regional; a segunda política, visa melhorar a infra-estrutura básica e de acesso e aperfeiçoar o sistema institucional de gestão da atividade. Entretanto, ambas estão impingindo significativas transformações ao processo de construção e (re)construção do espaço litorâneo nordestino, por meio de (re)ordenamento de territórios para o uso e consumo do turismo.

Reportando-nos ao *modelo de análise do espaço do turismo*, adaptado por Rodrigues (1999, p. 89-91), nos dias atuais, o fluxo turístico em relação à Vila de Fazenda Nova *declinou* e não teve política intervencionista que promovessem o seu *rejuvenescimento*. Dessa maneira, tanto a atividade hoteleira, quando a atividade de recreação que outrora havia e, em relação ao turismo relacionado à saúde, nos dias atuais, sobraram, apenas às “*rugosidades*”, testemunhando um tempo que passou.

Com relação à Nova Jerusalém, de acordo com a atual direção da STFEN (conforme entrevista já mencionada), quando são percebidos declínios de público e, por conseguinte, econômico, procuram-se meios para contornar a situação, através de novas perspectivas revitalizantes, renovando de alguma maneira o espetáculo (Anexo 20), e investindo em hotelaria, turismo-interativo, reveillon temático, encenações fora de época, novas parcerias, etc.

Nesse caminhar, nitidamente, percebe-se que são duas realidades inseridas numa mesma paisagem: a de Nova Jerusalém e a da Vila de Fazenda Nova. A primeira, funciona como uma “ilha de prosperidade econômica” em relação ao entorno e no tocante à sua projeção nacional, a qual, captando recursos privados e públicos (independente da falta de apoio dos sucessivos governos municipais); e através de planejamento eficaz, utiliza a mídia, a cultura e a religiosidade cristã a seu favor; transpõe crises e impactos econômicos; e demonstra grande habilidade em superar as adversidades operacionais.

A outra realidade que se apresenta, é a da Vila de Fazenda Nova, que por falta de um planejamento público - contínuo e articulado (em todas as áreas, mas, principalmente, na área econômica, e em especial, na atividade turística), sobrevive como “*poça estagnada*”, embora, possua exuberante sítio físico-natural além de patrimônio histórico, cultural e artístico relevantes; além de equipamentos (hotéis, área de camping, parque de esculturas e colônia de férias, dentre outros), que podem ser (re)utilizados através de um eficiente planejamento, podendo implementar e/ou dinamizar de maneira sustentável, distintas modalidades da atividade turística, como: o turismo ecológico, histórico, cultural e religioso, dentre outras, e se reverter como possibilidades de geração de emprego e renda. E ainda, a contribuir com maior acesso à educação, a saúde, ao exercício da cidadania e, ainda, a uma melhor qualidade de vida para o habitante local.

Considerações Finais



*"Nós olhamos não para as coisas que são vistas,
mas para as coisas que não são vistas.
Porque as coisas que são vistas são transitórias,
mas as coisas que não são vistas são eternas".
(PAULO 2Cor 4,18 apud ALVES, 2000 p.43)*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

NOVAS INQUIETAÇÕES GEOGRÁFICAS (...)

Investir no conhecimento, escolher um tema, optar por um ângulo de objetivação e corrente de abordagem, criar meios para realizar a pesquisa, procurar “*ler nas entrelinhas*”, inovar, refletir e de alguma maneira, apresentar resultados, se constitui um risco, visto que, é posto em “*xeque*”, a imaginação humana e, por conseguinte, a criatividade do pesquisador.

Optar pelo conceito de paisagem, como eixo condutor desse estudo, foi um risco, que longe de se constituir um problema, mostrou-se eivado de possibilidades, as quais conduziram-nos a buscar entendimentos a respeito das transformações sócio-espaciais provocadas pelo turismo na paisagem urbana de Fazenda Nova.

Decorrido o processo que a pesquisa acadêmica requer, é chegado o momento de esboçar um diagnóstico preliminar, cruzar e apresentar as informações colhidas e, tecer algumas considerações, que no entanto, não esgotam o tema, nem encerram a pesquisa. Mas se constituem como parte de um exercício reflexivo, que incita novos questionamentos a respeito do tema e objeto pesquisado.

Nesse caminhar, visando compreender o passado, situados no presente e ousando vislumbrar novas perspectivas para o futuro, fomos conduzidos ao recorte espacial que selecionou-se para o estudo, onde foi possível registrar em épocas pretéritas, uma “convulsão geológica”, modelou um arco serrano, permeando-o de inselbergues e matacões e nas entranhas da terra, possibilitou a formação de um aquífero, que chega à superfície irrigando caibeiras seculares e umedecendo distintas rochas cristalinas, que naquela área denominam-se “*fazendanovitos*”.

Nesse espaço singular, em épocas pretéritas, habitou *gliptodontes* e *mastodontes*, e, posteriormente, foi ocupado por distintos grupos humanos, que na árida paisagem, exerceram suas territorialidades, sepultaram seus mortos e, nas furnas, deixaram suas marcas.

É “Fazenda Nova – um campo”, descrito em prosa e verso, através da sensibilidade dos poetas, entretanto, se constitui como um campo desconhecido pelo seu próprio “povo”. A pesquisa revelou ainda, uma generalizada falta de conhecimento dos habitantes locais, tanto em relação aos aspectos físico-naturais, quanto, à história local. Entretanto, a população mais idosa conserva na memória fatos cotidianos que fazem parte de suas “*histórias de vida*”, as quais, de maneira geral, se confundem com a história das transformações sócio-espaciais de Fazenda Nova.

As propriedades medicinais das águas minerais do aquífero fissural que aflora naquela área, captaram grandes movimentações turísticas à povoação de Fazenda Nova. Todavia, essas mesmas águas, não foram utilizadas com a mesma intensidade pelo habitante local, que só recorria ao manancial, no intuito de saciar a sede dos animais, ou nos períodos de estiagem, quando as águas eram utilizadas para o gasto diário.

A pesquisa apontou, ainda, que as transformações sócio-espaciais contextualizadas na paisagem urbana de Fazenda Nova, ocorreram em fases distintas, de maneira que, até os primórdios do século XX, aquela localidade, que surgiu em torno das referidas fontes, era um típico povoado do interior do Nordeste, cuja economia girava em torno da agricultura e em menor escala, da pecuária.

Da década de 1930, até o início da década de 1950, as mencionadas transformações, foram impulsionadas pelas movimentações em torno do balneário – “*banhos de saúde*” e do repouso. Com a construção de residências secundárias, as movimentações turísticas direcionadas a Fazenda Nova tiveram outras motivações: a saúde, a recreação e o lazer. Nessa época, o setor da economia que se sobressaiu, foi o terciário, impulsionado pelo

setor de serviços ligados às atividades turísticas - hospedagens e prestação de serviços de modo geral (cozinheiros, garçons, arrumadeiras, jardineiros, domésticas, etc.). Houve também, um incremento da construção civil, que contou com a disponível mão-de-obra local.

Inserindo nesse período, em 1951, teve o início das encenações do “*Drama do Calvário*” nas ruas de Fazenda Nova, evento que, embora inspirado na Paixão de Cristo de Oberarmengau (Alemanha), não surgiu relacionado à gratidão e a fé Cristã, mas a partir do vislumbamento de aquecimento das atividades comerciais que poderiam dinamizar tanto aquela Vila, quanto os meios de hospedagens no período da Semana Santa.

Há de se reconhecer que, a encenação extrapolou os domínios dos idealizadores, e também, os limites de Fazenda Nova (que apenas emprestou o cenário físico-natural e urbano, e sua população para a figuração). Ademais, vale registrar, que o evento se consolidou em virtude do forte apoio da classe teatral recifense, e com o apoio de outras figuras ligadas às Artes, em Pernambuco.

O evento ganhou dimensões inesperadas e durante anos consecutivos se registrou um expressivo acréscimo da população flutuante, visto que, o número de turistas (hospedados), e de espectadores do espetáculo, dobrava, em relação à população local. Entretanto, como era um “*espetáculo gratuito*” que funcionava a partir de doações de pessoas e instituições públicas e privadas, quando deixou de cobrir as próprias despesas, teve suas atividades encerradas.

Nesse caminhar, registrou-se um período de pujança econômica naquela área e, por conseguinte, o fortalecimento das lideranças políticas locais atreladas a políticos e pessoas influentes da sociedade pernambucana. Para Fazenda Nova, esse apoio político se traduziu em captação de investimentos diretos de sucessivos governos estaduais, sem intermédio do poder municipal. Dessa maneira, ao longo dos anos que se seguiram, construiu-se uma política partidária oposta àquela praticada por líderes políticos, herdeiros dos antigos

colonizadores da área Brejo da Madre de Deus. As mencionadas desavenças políticas, culminaram, durante o processo de criação do município de Fazenda Nova, visto que, a oposição apoiou-se nos ideais do Golpe Militar de 1964, tornou-se situação, e deu entrada em um processo judicial contra a emancipação daquela Vila.

Nos dias atuais, algumas dessas lideranças, ainda, insistem que Fazenda Nova deixou de ser cidade porque não se sustentava economicamente. Porém, não foi concedido prazo algum para a experiência da “auto-sustentação econômica”. Nesse sentido, devemos registrar, que havia o comércio de algodão, a atividade hoteleira e turística que dinamizava a economia local e, ainda, as possibilidades econômicas que se descortinavam com a construção de Nova Jerusalém. Ademais, tais atividades não existiam na cidade de Brejo da Madre de Deus, a qual, possuía suas bases econômicas, voltadas à agricultura e à pecuária. Portanto, percebe-se, nitidamente, o *jogo do poder* e da *política partidária* embutidos na questão.

Retrocedendo à condição de Vila, retornou a condição de *abandono*, por parte do poder público municipal. Visto que, poucos foram os investimentos na infra-estrutura básica que beneficiariam tanto a população, quanto o desenvolvimento da atividade turística. Tais fatos foram esquecidos e a maioria da população local desconhece a saga da criação do mencionado município. Sendo que, as poucas pessoas que ainda se lembram do fato, não sabem as reais causas do retrocesso à condição político-administrativa de Vila.

A partir da inauguração de Nova Jerusalém, a encenação da *Paixão de Cristo* foi privatizada e, passou a utilizar recursos tecnológicos que atribuiu brilho de espetáculo, perdendo as características de *auto para-religioso*. Entretanto, adquiriu proporções inimagináveis, que ultrapassaram tanto as dimensões regionais, quanto às fronteiras do nosso país. Nesse caminhar, a figuração passou a receber pela participação na peça, e, de maneira geral (também a maioria da população local), passou a depender direta ou indiretamente da renda que girava em torno dos eventos realizados em Nova Jerusalém.

Apesar de todo o dinamismo registrado durante esse período, em relação ao turismo cultural e religioso e às atividades cinematográficas havidas na nossa “*Hollywood pernambucana*”, a população local (tida como mão-de-obra disponível), não desfrutou de tantos benefícios como poderia, se tivesse havido mais investimentos em educação, saúde, lazer e trabalho, além das fronteiras da cidade-teatro, a qual centralizava as verbas estaduais.

Existe no habitante local um sentimento de pertencimento em relação à paisagem físico-natural circundante, e ainda, em relação ao “lugar urbano” - Fazenda Nova. Registrou-se, também, que há forte vínculo identitário em relação a tudo o que diz respeito à Nova Jerusalém, visto que, a grande maioria da população, de alguma maneira, contribuiu com a construção daquele “*sonho de pedras*”.

No tocante ao patrimônio cultural, foi possível registrar que, em relação ao legado físico (pré-histórico e histórico), não há preservação por parte do habitante local, nem tombamento por parte dos órgãos oficiais. E, no que concerne ao patrimônio cultural imaterial (danças, costumes e tradições), muito se perdeu com o tempo, ou caiu em desuso, com exceção das festas dos santos católicos e algumas festas profanas (São João e vaquejadas).

Ainda por meio desse estudo, documentamos os efeitos da intervenção militar acontecida em 1974, que, tanto ocupou o espaço urbano de Fazenda Nova, quanto literalmente fechou a Nova Jerusalém, por causa de questões políticas (partidárias). Porém, o pressuposto adotado foi que no festival (de verão), que seria realizado, haveria atividades subversivas “que afrontavam a ordem vigente que imperava no país”.

A partir da segunda metade da década de 1970, iniciou-se uma crise sem precedentes em relação à movimentação turística em torno de Fazenda Nova. Sendo que, nossas entrevistas (2002-2004) apontaram algumas causas como prováveis: o surgimento de outros locais mais aprazíveis, como Garanhuns e principalmente Gravatá, que investiram mais no setor de turismo; o despontar do turismo nas áreas litorâneas; a crise econômica que afetou

o nosso país nos anos 80; a falta de políticas e planejamentos que estimulassem o setor de turismo, tanto na esfera local, quanto estadual e federal, a fim de promover o dinamismo das áreas turísticas, cujos espaços se encontravam decadentes ou em processo de estagnação. Em Fazenda Nova, as conseqüências dessa crise foram: fechamento de vários hotéis; casas de veraneio abandonadas; decadência do balneário e área das fontes abandonada e posteriormente invadida, tais fatos incidiram, negativamente, na economia local.

Quanto aos hotéis, chamou-nos a atenção o processo de abandono que se encontra aquele que já foi considerado “*quase suiço*”, em virtude de sua organização e qualidade dos serviços. Na atualidade, além dos serviços de hospedagem terem despencado, o patrimônio físico está decadente e hipotecado em virtude de questões trabalhistas e judiciais.

No tocante a área das Fontes Hidrominerais de Fazenda Nova, há um novo grupo de concessionários que tem procurado estudar e organizar aquele ambiente, analisando periodicamente os níveis de contaminação daquelas águas e, documentando cientificamente a abrangência e dimensão do aquífero, inclusive, requerendo do poder público, o tombamento da área de proteção dessas fontes. Contudo, toda essa organização, não tem captado o interesse das autoridades locais, tampouco, usuários para os “*banhos de saúde*”, apesar de toda propaganda e marketing, que atrai um expressivo número de turista para Nova Jerusalém.

Quanto ao turismo relacionado à residência de veraneio que resistiu em Fazenda Nova, este local ainda atrai usuários nas épocas de temporadas, em virtude dos atributos físico-naturais, da tranquilidade e do calor humano de sua gente (embora seja registrada uma movimentação menos expressiva que outrora). Segundo os depoimentos, para “*a velha guarda veranista*”, aquela Vila, ainda é “*um ponto de (re)encontro dos amigos*”, além de um “*aprazível lugar*”.

Registrou-se ainda, que o Parque das Esculturas de Pedra – Nilo Coelho, cuja execução foi coordenado e executado pela Nova Jerusalém, ficou incompleto, porque o

projeto inicial (segundo documentação consultada), previa mais de uma centena de esculturas em granito, porém, até o momento, apenas trinta e nove foram finalizadas.

Existe uma área de Camping em Fazenda Nova (administrada pela Empetur), onde está montada uma boa infra-estrutura para atender usuários. Naquela Vila, existe também, uma Colônia de Férias - APSE, que quase não é utilizada pelo servidor público estadual. E, segundo nossas pesquisas, tais espaços de recreação, praticamente não são divulgados, e, somente são utilizados, durante a Semana Santa. Ademais, esses ambientes, também não são aproveitados nas atividades de recreação e lazer daquela comunidade.

A Nova Jerusalém, localizada no espaço urbano de Fazenda Nova, funciona como uma “ilha de prosperidade” a captar recursos e investimentos governamentais (estadual e federal), que viabilizam a realização de seus eventos. Dessa maneira, as crises são dribladas e os seus espetáculos continuam a atrair multidões. Todavia, a movimentação turística se concentra no seu entorno, não auferindo lucros diretos ou sustentáveis àquela Vila. Diante do exposto, percebe-se um isolacionismo financeiro entre a condição de vida dos *fazendanovenses* e a opulência de Nova Jerusalém, como *dois lados de uma mesma moeda*.

No tocante a parceria que a Nova Jerusalém fez com a Rede Globo de Televisão, para divulgar e promover seus eventos (inclua-se a indicação do grupo de atores selecionados para participar das encenações), a diretoria da STFJ justificou como necessária, tanto para atrair maior público para os espetáculos, quanto para garantir continuidade e realização.

No que concerne ao tipo de turismo em que se inserem os eventos de Nova Jerusalém, geralmente são classificados como turismo cultural e religioso. Porém, se tomarmos como base a perspectiva cultural, as representações diferem daquelas que “são *do povo para o povo*”, onde os rituais próprios de cada cultura afloram e se perpetuam através das gerações. No tocante ao turismo religioso, essa modalidade se relaciona, visto que, tem a ver com a religiosidade cristã. Entretanto, o que motiva o deslocamento à Nova

Jerusalém, é a viagem, a recreação, lazer e o evento cultural. Nesse sentido, difere do fenômeno religioso da *romaria*, por mover grande contingente de fiéis, que são impulsionados, em primeiro lugar, pela fé.

Nos dias atuais, a conscientização de insustentabilidade econômica para a população, via eventos de Nova Jerusalém, tem aberto novas fronteiras, de maneira que, começa a surgir na localidade de Fazenda Nova uma pequena, mas consistente atividade industrial, que tem possibilitado sensíveis melhoras na qualidade de vida da população – trabalho *permanente*, alimentação mais diversificada, maiores investimentos em saúde, educação, recreação e lazer, além de maior acesso aos bens de consumo.

Vale mencionar que, o tema paisagem se apresentou como oportuno para o registro da *pré-história*, da *colonização lusitana*, bem como, para a análise das *transformações sócio-espaciais promovidas pelo turismo na paisagem urbana de Fazenda Nova*. Paisagem, permitiu-nos, ainda, através da *perspectiva humanística da geografia* o resgate da memória local, tendo como suporte as representações próprias do *mundo vivido*.

Durante a pesquisa, o modelo de análise do ciclo de vida do espaço do turismo proposto por Butler (1980) e recomendado por Rodrigues (1999), se apresentou como apropriado para análise das *fases* e dos *fluxos turísticos* que, em distintos momentos, se fizeram presentes na área selecionada ao estudo.

O aporte teórico proposto por Cruz 2001 e 2002 - Políticas Públicas de Turismo no Brasil, foi basilar para o entendimento da temática e à compreensão da atividade turística que, de maneira espontânea, surgiu no entorno de Fazenda Nova nos primórdios do século XX. Sendo que, quando no período em que essa atividade deu sinais de saturação e queda, como não havia política pública de incentivo ou reaquecimento para o setor, o declínio não se reverteu e a estagnação tornou-se uma realidade.

Em relação à atividade turística que se consolidou em torno de Nova Jerusalém, registramos que, a STFEN teve/tem um planejamento próprio, independente de políticas municipais e

regionais, que entretanto, se articula com as esferas estaduais e federais; e, ainda, recebe apoio do grande capital empresarial, essenciais para manutenção e equilíbrio nos períodos de crise.

Registrou-se ainda, que a Nova Jerusalém visando captar divisas e dinamizar a cidade-teatro, investiu no setor de hospedagem. Esse fato se assemelha a fatos de outrora – primórdios da encenação do “Drama do Calvário”, nas ruas de Fazenda Nova -, visto que, se na atualidade, a Pousada da Paixão oferece o *turismo-interativo* aos seus hospedes, no passado, o evento era aberto à participação do *visitante/turista-figurante*. A diferença que se apresenta, é que, atualmente, essa participação envolve expressivo investimento financeiro, e anteriormente, o que contava era a vontade de fazer parte da encenação - fato que gerava nos participantes, um sentimento de *pertencimento* ao evento e ao “lugar”.

Em Fazenda Nova, nos dias atuais, vislumbram-se novas perspectivas econômicas no que concerne a (re)organização (mesmo que ainda acanhada), do setor turismo. Entretanto, urge-se que a política partidária seja posta a parte, e que os políticos locais priorizem o bem da comunidade, repensando políticas, planejamentos, investimentos e práticas, que possam viabilizar a retomada do turismo de maneira sustentável. Nesse sentido, vale relembrar:

“Fazenda Nova precisa também disto: de publicidade inteligente. É uma Maria Borralheira que precisa de aparecer, de ser conhecida, de ser visitada.”

(Gilberto Freyre, em 30 de agosto de 1964)

Estas Considerações Finais concluem a pesquisa, mas não ousam terminar o estudo, uma vez que, os caminhos percorridos nos conduziram a alguns esclarecimentos e esboços de respostas. Contudo, durante o percurso trilhado, outras novas indagações surgiram. Assim sendo, fica a certeza de que - *De Fazenda Nova a Nova Jerusalém, um olhar geográfico (re)fazendo a paisagem* -, foi apenas o primeiro passo, de um caminhar que por certo é longo. Acreditamos, que no momento oportuno, as sementes aqui contidas, bem como, as que repousam suavemente, em outras *secretas paisagens*, germinarão como novas possibilidades, por meio de projetos, trabalhos e realizações, num breve futuro.

Referências Bibliográficas



*"Pelo simples fato de viver,
somos, todos os dias,
convocados pelas novíssimas inovações,
a nos tornamos, de novo, ignorantes,
mas também, a aprender tudo de novo.
Trata-se de uma escolha cruel e definitiva.
Nunca, como nos tempos de agora,
houve necessidade de mais e mais saber competente,
graças à ignorância a que nos induzem os objetos que nos cercam,
e as ações que não podemos escapar."
(SANTOS, 1994, apud CRUZ, 2001, p.15).*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUMANSSUR, Edin Sued (Org.). **Turismo Religioso – ensaios antropológicos sobre religião e turismo**. Campinas: Papirus, 2003.

ADAS, Melhem. **Panorama Geográfico do Brasil: Contradições, impasses e desafios sócioespaciais**. Melhem Adas; Sérgio Adas (colaborador); comunicação cartográfica Marcello Martinelli. 3ª. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

ALMANARQUE de Pernambuco – 2003. Recife: LAFEPE/ Secretaria de Saúde/ Governo de Pernambuco. 2003.

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência**. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

ALVIM, Marília Carvalho de Mello e., **Os esqueletos Humanos da Furna do Estrago – Pernambuco**. ALVIM, Marília Carvalho de Mello e Alvim e Sheila M. Ferraz Mendonça de Souza. In: Symposium R. UNICAP. v. 26 n.1. Recife: UNICAP, 1984.

ANDRADE, Elenilda Silva Barros. **Estudos Geográficos Sobre as Tentativas de Explicação dos Tremores em Caruaru – dos Aspectos Científicos à Sabedoria Popular**. Caruaru: FAFICA, 1999, Monografia de Especialização – Lato Sensu.

_____. **De Fazenda Nova a Nova Jerusalém: Um olhar refazendo a paisagem**. Revista de Geografia, Recife: UFPE-DCG/NAPA, 2002. p.09-11. v.18,n.1, jan./jun. 2002.

_____. **Os segredos da paisagem**. Fazenda Nova, 07 de Julho de 2003.

_____. **Memórias**. Caruaru, em 18 de Maio de 2004. A partir dos depoimentos do “povo de Fazenda Nova.”

ANDRADE, Gilberto Osório de. **Alguns aspectos do quadro natural do Nordeste**. Recife: SUDENE. Coord Planej. Regional – Div. Política Especial, 1977.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia de Pernambuco**. Recife: Gov. de PE/ Séc. de Educ e Cultura. 1974.

_____. **Tendências Atuais da Geografia Brasileira**. Recife: Editora Asa Pernambuco, 1986.

_____. Manuel Correia. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **O pensamento Geográfico e a Realidade Brasileira**. In: SANTOS, Milton (Org.). Novos rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1998. p.181-201.

_____. **Formação do Território.** In: Atlas Escolar de Pernambuco – Coordenador Manoel Correia de Oliveira Andrade. João Pessoa: Grafset, 2003. p. 20-26.

ANDRADE, Thaís de Lourdes Correia de . **Situação e localização.** In Atlas Escolar de Pernambuco – Coordenador Manoel Correia de Andrade. João Pessoa: Grafset, 2003. p. 9-19.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando; Introdução à filosofia.** Maria Lúcia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins. 2ª. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro: herança e urgências.** Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000. p. 319-327.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 10520. Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 14724. Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro. 2002.

ATLAS Escolar de Pernambuco – Espaço geo-histórico e cultural. Coordenador Manuel Correia de Oliveira Andrade. João Pessoa:GRAFSET, 2003.

ATLAS Nacional do Brasil – Região Nordeste. Rio de Janeiro: IBGE/SUDENE, 1985.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da supermodernidade.** São Paulo: Papiros, s/d. p. 71-105.

BANDEIRA, Alexandre, **Os Caminhos da Paixão** In: Continente Multicultural, ano II, no. 15, Março/02, Recife: CEPE, 2002. p. 33-44.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulações.** Lisboa: Éditions Galilée -1981/ Relógio d'Água - 1991.

BARBALHO, Nelson. **Nótulas Históricas: Os três Grandes Rios.** Caruaru: Vanguarda. n. 1841, 01 jan. 1967.

_____. **Caboclos do Urubá – Caminhos e Personalidades da História de Pesca.** Recife: FIAM., 1977. p. 75-85.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Manual de Geografia do Turismo.** 2ª. ed. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1998.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** 2ª. ed. Campinas: Papirus, 1997.

_____. **Turismo e Legado Cultural.** 4ª. ed. Campinas: Papirus, 2003.

BEZERRA, Alcides. **A Geografia do Brasil de 1500 aos nossos Dias.** In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro : IBGE nº198, ano 26, mai./jun. 1967 – Transcrição de 1937.

BIGARELLA, João José. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais**. João José Bigarella, Rosemari Dora Becker, Gilberto Friedenreich dos Santos, Everton Passos, Kenitiro Suguio. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.

BONALD NETO, Olímpio. **Sangue e Sonhos reinventados**. Recife: Ed-micro, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil/ obra coletiva de autoria da Editora Revista dos Tribunais, com a coordenação de Giselle de Melo Braga Tapai. 8ª. ed. rev., atual., e ampl. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2003.

_____. Decreto lei no. 7.841, de 8 de agosto de 1945. Dispõe sobre o Código de Águas Minerais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo. Disponível em: <<http://www.abaspe.org.br/código-aminerais.num>>, acessado em 13 Jul. 2000.

BREJO da Madre de Deus/ CAMARA Municipal de Brejo da Madre de Deus. Livro de Ata nº 04, datado de 10 mai. 1963 a 18 out. 1964, p. 28v a 35v. Consulta/arquivo: 08 Jul. 2003.

_____. (Prefeitura). Lei nº 107-A - 22 jan. 1988. **Criação de Novos Distritos e Linhas Demarcatórias**. Brejo da Madre de Deus. 1988.

_____. Programa de Desenvolvimento Turístico – Projeto Estância Cultural. Secretaria de Turismo, fev. 1995.

_____. Turismo, artesanato e cultura. < www.brejomdeus.pe.gov.br> Arquivo captado em 29 Abr. 2004.

BRITO NEVES, B. B. de **Regionalização Geotectônica do Pré-cambriano Nordestino**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/IG, 1975.

BUTLER, R. W. **The concept of a tourist area cycle of evolution: implicações for management of resources**. Canadian Geographer. Trad.(?) v.14, 1980, pp. 5-12. cit. in.: SHAW, G. E Williams, A. M. **Critical Issues in Tourism**. Trad. (?). Oxford: Blackwel, 1994.

BUTTIMER, Anne. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p.165-193.

CAMARA, Helder. Obras de Frei Francisco. Recife :2003 (Cartão Postal).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Turismo e a produção do Não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo et al (Orgs.). **Turismo, Espaço e Cultura**. Eduardo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 25-37.

CARVALHO, Paulo Figueredo de. **Patrimônio Histórico e Artístico nas Cidades Médias Paulistas: A Construção do Lugar**. In: YÁZIGI, Eduardo et al (Orgs.). **Turismo, Espaço e Cultura**. Eduardo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 100-113.

CARVALHO, Delgado de. **O Estudo da Paisagem**. In: Boletim Geográfico, ano III, nº32, Rio de Janeiro: IBGE, nov. 1945. p. 1049-1051.

_____. **As excursões geográficas.** In: Boletim Geográfico IBGE, ano v.59, fev. 1948. Rio de Janeiro: IBGE, p. 1217-1220.

CASTRO, Iná Elias de, et al. **Geografia: Conceitos e Temas.** Iná Elias de Castro e Paulo César Costa Gomes (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, Iná Elias de. **Paisagem e turismo. De ética, nostalgia e política.** In: YÁZIGI, Eduardo (Org.) **Turismo e paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002. p.121-140.

CAVACO, Carmina. **Turismo rural e desenvolvimento local.** In: Adyr Balastrieri Rodrigues (Org.). **Turismo e Geografia : reflexões teóricas e enfoques regionais.** São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94-121.

CAVALCANTE, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** Campina: Papyrus, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** 5ª. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CLAVAL, Paul. **A geografia Cultural.** Tradução, Luiz Fugazzola Pementa e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2ª. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

CLEMENTE, Veridiano **Dias. Quem fui, Quem sou, Quem serei?** . Fazenda Nova, Outubro de 1998. (inédito).

COELHO NETO, Ana L. **Hidrologia de Encosta na Interface com a Geomorfologia.** In: GUERRA, Antônio José Texeira e CUNHA, Sandra Baptista (Orgs.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 93-148.

CONDEPE – Consulta aos arquivos/biblioteca, em 09 de Set. de 2002.

CORIOLOANO, Luzia Neide Maria Teixeira. **Lazer e Turismo em busca de uma sociedade sustentável.** In: CORIOLOANO, Luzia Neide Maria Teixeira (Org.). **Turismo com Ética.** Fortaleza: UECE, 1998. p. 110-121

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política de Turismo e Território.** São Paulo: Contexto. 2001.

_____. **As paisagens artificiais criadas pelo turismo.** In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002. p. 107-119.

_____. **Políticas de turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais.** Texto-apoio mini-curso XIIIENG. João Pessoa: UFPB, 21-26 jul. 2002.

DANTAS, Zé e GONZAGA, Luiz. **Vozes da Seca** - 2:38min./ 1953. BMG Arabella - Álbum 50 anos de Chão. São Paulo: RCA/BMG.1988.

_____. **A volta da Asa Branca** - 2:52min./1975. Regravação e arranjos: Quinteto Violado – série Millennium.São Paulo: Mercury Records/ Universal music. 1999.

DEFFONTAINES, Pierre. **Pequeno Guia do viajante ativo.** In: Boletim Geográfico ano II, n. 4. São Paulo 1936. p. 9-14.

DESCOBERTA em Pernambuco. Informativo UNICAP, ano IX, n.56. Recife:UNICAP. out. 1988.

DIAGNÓSTICO Turístico de Brejo da Madre de Deus. Recife: SEBRAE – PE/PMBMD. 2003.

DIAS, João de Deus de Oliveira. **Caruaru: Subsídios para sua História**. Recife: Mousinho Artefatos de Papel, 1971.

_____. Caruaru. In: Vanguarda. n. 2113. 28 de Mai. de 1972.

DICIONÁRIO Etimológico da Língua Portuguesa. Tomo II, Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: F.D.R., 1952.

DICIONÁRIO Escolar da Língua Portuguesa, 8ª. ed. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1973.

_____. **Caruaru**. Caruaru: Vanguarda, n. 2113, 22 mai. 1972.

DIOCESE de Pesqueira, Cúria Diocesana/ Patrimônio Paroquial - Escritura de Doação de Patrimônio à Paróquia de N. Sra. Da Conceição de Fazenda Nova, Distrito de Mandaçaia, Município de Brejo, Estado de Pernambuco, datada de 23 nov. 1927. Livro de Patrimônio 01, encerrado em 01 Out. 1941. p. 191-200. Iphis litteris.

EMPETUR - <http://www.empetur.com.br/empetur> Arquivo captado em 24/03/2004.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: s/editora, 1958.

_____. a-b. Recife: FIAM, 1982. p. 213-226 e 550.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios do Interior de Pernambuco, v.1. Apresentação: Marco Antônio de Araújo Costa. Recife: FIAM, 1986. p. 199-206.

ENCONTRO Interregional de Cientistas Sociais do Brasil: reuniões realizadas em janeiro de 1972, Fazenda Nova-PE. MEC-IJNPS/Conselho Federal de Cultura, 1974.

ESCRITURA Pública de Sessão de direitos [de Posse], Cartório do Registro Civil da Cidade de Fazenda Nova, Comarca de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco. Fazenda Nova: 3º de Jul. de 1931. Transcrita pelo Tabelião Público Substituto Antonio Lupe Filho s/d. (ipisis litteris).

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **O turismo dos deslocamentos virtuais**. In: YÁZIGI, Eduardo et al (Orgs.). **Turismo, Espaço Paisagem e Cultura**. Eduardo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 15-24.

FERREIRA, Conceição Coelho. **A Evolução do Pensamento Geográfico**. Conceição Coelho Ferreira e Natércia Neves Simões. 6ª. ed. Lisboa: Gradiva, 1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico**. São Paulo: JEMM Editores/PUBLIFOLHA, 1988.

FERREIRA, Josué Eusébio. **Sítio da Serra do Cachorro, Brejo da Madre de Deus – PE, Brasil: Uma contribuição ao estudo da área arqueológica dos Cariris Velhos.** Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE/CFCH/DA, 1998.

FILIZOLA, Janduy e GONZAGA, Luiz. **Nova Jerusalém.** 3:45 min/1974 Gravadora Odeon.

FREYRE, Gilberto. **Um Hotel Quase Suíço Num Quase Sertão Pernambucano.** In: Jornal do Commercio, n. 199. Recife, 30 de Ago. de 1964.

FUNDAÇÃO de Desenvolvimento Municipal: Perfil Municipal – 2001: Brejo da Madre de Deus. Recife: FIDEM. 2001. p. 164-169.

GARCIA, Hélio Carlos. **Lições de Geografia: população e atividades econômicas, regiões do Brasil.** Hélio Carlos Garcia e Tito Marcio Garavello. São Paulo: Scipione, 1998.

GASTAL, Suzana et al. (Org.). **Turismo e investigação Crítica.** São Paulo: Contexto, 2002.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Paisagem, trilha fugaz e permanente na análise dos espaços.** Recife: UFPE/DCG, Revista de Geografia, v.1 n.11, jan./ jun. 1995. p. 19-35.

_____. **Recortes de Paisagens na cidade do Recife: Uma abordagem geográfica.** São Paulo, 1997. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1997.

_____. **A ressurgência do turismo nos anos 90 – Campo de possibilidades de revisitações da região, natureza e paisagem na Geografia.** In: CORIOLANO, Luzia Neide Maria T. (Org.). **Turismo com ética.** Fortaleza: UECE, 1998. p. 259-273.

_____. **Natureza e Cultura – representações na paisagem.** In: CORRÊA, Roberto Lobato. e ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Imaginário e Espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 49-70.

_____. **Paisagem – Registros e Conceitos a Partir da Geografia Alemã.** In: VASCONCELOS, Pedro Almeida e Silva, Sylvio Bandeira de Mello e (Orgs.). **Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira.** Salvador: Ed. da Universidade Federal da Bahia. s/d. p. 121-142.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Dicionário Geológico – Geomorfológico.** 4ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. **Novo Dicionário Geológico – Geomorfológico.** GUERRA, Antonio Teixeira e GUERRA, Antônio José Teixeira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista: uma revisão.** In: Espaço e Cultura n. 3. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1996. p. 08-19.

_____. **Paisagem, Imaginário, Identidade: Alternativas para o Estudo Geográfico.** In: CORRÊA Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.149-168.

HOUAISS, Antonio. **Minidicionário Houaiss da Língua portuguesa**. Antonio Houaiss e Mauro Salles Villar, elaborado no Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. VI Recenseamento Geral do Brasil – 1950 – Estado de Pernambuco- Censo Demográfico, série regional, v. XVII, tomo 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

_____. VII Recenseamento Geral do Brasil – 1960 – Estado de Pernambuco. Sinópsse Preliminar do Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1962.

_____. VIII Recenseamento Geral do Brasil - Série Regional, v.1, tomo X – Pernambuco. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

_____. Azimutes, coordenadas, altitudes : pontos geodésicos de apoio fundamental / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. v.6 - Estado de Pernambuco. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. Censo Demográfico – Dados Distritais – Pernambuco. v.1, tomo3. n.10. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

_____. Censo Demográfico 1991 – Pernambuco. Resultado do Universo Relativo às Características da População e dos Domicílios. n.14. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

_____. Contagem da População – 1996 – Tabelas de Pernambuco. Características Gerais, tabela 02. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

_____. Censo Demográfico – 2000. Resultado do Universo, tabela 3.1.3.13. População residente, por situação do domicílio, sexo, segundo as Mesorregiões, os Municípios, os Distritos, os Subdistritos e os Bairros de Pernambuco. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. Cidades@ - Brejo da Madre de Deus. Consulta: 07 mai. 2003.

INVENTÁRIO do Potencial Turístico de Brejo da Madre de Deus. Recife: EMPETUR/SEBRAE/SUDENE, dez. 1998.

ISTOÉ BRASI, 500 ANOS – Atlas Histórico, São Paulo: Editora Três, 1998.

ITEP. Relatório de Ensaio nº 171.281 Análise Bacteriologia das Águas das Fontes de Fazenda Nova. Recife: Séc. de Ciência Meio A. e Tecnologia/ Governo de Pernambuco. 2000.

_____. Brejo da Madre de Deus – MME 90 – Limite e Identificação 1990. Perímetro Urbano Para Fins Censitários. Atual. jul.1990. Recife : IBGE, 1990.

_____. http://www.itepbr/meteorologia/chuvas_pe.htm. Acessado em 11 fev. 2004.

JATOBÁ, Lucivânio. **A Geomorfologia do Semi-árido**. Recife: UFPE/NEC, 1994.

_____. **Elementos de Climatologia e Geomorfologia do Trópico do Semi-Árido Brasileiro**. Recife: V Encontro Nacional de Geógrafos, 1996,

_____. **Clima**. In: **Atlas Escolar de Pernambuco**: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: GRAFSET, 2003. p. 45-54.

KENTIRO, Suguio. **Dicionário de Geologia Sedimentar e áreas afins**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão (et al). Campinas: UNICAMP, 1990. p. 423-483.

LE MOS, Amália Inês G. (Org.). **Turismo: impactos sócioambientais**. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

LIMA, Jeannette Maria Dias de. **Pesquisa Arqueológica no Município de Brejo da madre de Deus**. In: Symposium. Recife: UNICAP. v. 26, n.1, 1984.

LOPES, Marcos. **Exposhow Pintura e Música – Artista de Fazenda Nova e Nova Jerusalém**. Centro Cultural Luiz Freire/Acrilex, Olinda, Folder Promocional, 1983.

LOWENTHAL, David. **Geografia, Experiência e Imaginação: Em Direção a uma Episteologia Geográfica**. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. 2ª. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 103-141.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **A (Re)significação da Paisagem no Período Contemporâneo**. In: CORREA, Roberto Lobato e ROZENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001. p. 9-28.

LUFT, Celso Pedro. **LUFT – Minidicionário**. São Paulo: Ática. 2001, 20ª impressão - 2004.

MACIEL, José de Alameda. **Questões de Toponímia Municipal Pernambucana**. Vol. 2. Recife: FIAM. 1984. p. 47-39.

MAIA, Carlos Eduardo. **Ensaio Interpretativo da Dimensão Espacial das Festas Populares**. In: In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999 p. 191-218.

MEDEIROS, Edna Maria Ribeiro. **Os conceitos-chave de Geografia: espaço, paisagem, região, território e lugar**. In: Anais do Encontro de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 2000.

MELO, Mário Lacerda de. **Os agrestes – estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos**. Recife: SUDENE, 1980. p.173-251.

MELO, Vera Mayrinck. **Paisagem e Simbolismo**. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001. p. 29-48.

MELLO, A. Alves de. **Geologia e Petrologia da Região de Fazenda Nova – Pernambuco**. Tese de Doutorado. São Paulo: IAG/USP. 1971.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia Física: Ciência Humana?**. 3ª. ed. São Paulo: Contexto. 1992.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A paisagem como fato cultural**. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

MINERAÇÃO Palestina S. A. Fazenda Nova – PE: Estudo das Fontes e Caracterização de Zonas Fendilhadas no Cristalino. Recife: UFPE/CT/LABHID, 1996.

_____. Relatório Final de Pesquisa de Água Mineral – Fazenda Nova – PE: Um importante Distrito Termal. Recife: UFPE/CT/LABHID, 1998.

_____. Área de Proteção das Fontes de Fazenda Nova, Estado de Pernambuco. Recife: UFPE/CT/LABHID, 1999.

MONTELLATO, Andréa Rodrigues Dias. **História temática: diversidade cultural e conflitos**. 6ª. série/ Andréa Rodrigues Dias Montellato, Conceição Cabrini, Roberto Catelli Júnior. São Paulo: Scipione, 2000.

MOURÃO, Benedictus Mário. **A Água Mineral e as Termas**. São Paulo: ABINAM, 1997.

MUNICÍPIOS novos. A Defesa, Caruaru, 28 mar.1964. n. 14 ou 386.

MUSEU Tem fóssil de 11 mil anos. Informativo UNICAP. Recife: UNICAP, s/d.

NASCIMENTO, Milton e BRANT, Fernando. **Unencouter (Canção da América)** - 3:52min./ 1980. E. Três Pontas/Nascimento(EMI). Coleção MPB – Compositores. s/d.

NOSSO Povo, Nossa Terra: Contando e Escrevendo suas histórias. Professores Indígenas de Pernambuco. Recife: Secretaria de Educação, 2000.

NOVA JERUSALÉM – Revista. Recife: (s/ed.), 1981.

_____. < www.novajerusalem.com.br > Arquivo cap. 21 Abr. 2004.

O NORDESTE Semi-árido e o Polígono das Secas. < <http://www.sudene.gov.br/nordeste/Semi-Arido.num> > Arquivo captado em 03 Abr. 2004.

OURIQUES, Helton Ricardo. Turismo em Florianópolis: uma crítica a “indústria pós-moderna”. Florianópolis: Ed. Ufsc, 1998.

PACHECO, Diva Maria Mendonça. **Réu, réu, se desta escapei, já sei que vou pro céu**. Recife: s/editora, 1972,

_____. **Sobras de Terras – a História de Fazenda Nova e das Famílias que lá viveram**. Recife: Ed-micro, 2000.

PACHECO, Plínio. **Paixão de Cristo 2000**. Nova Jerusalém: Folder Promocional 2000.

_____. **Jesus: Peça de Plínio Pacheco**, Nova Jerusalém: Ed-micro, 2001.

PAIXÃO de Cristo – Toda a história do maior espetáculo ao ar livre do mundo. Textos de José Pimentel. Recife: Comunicart (produção), s/d.

PAIXÃO de Oberamergau (site oficial), < <http://WWW.passionsspiele> 2000.del.> Acesso em 20 out. 2002.

PARQUE das Esculturas Monumentais Nilo Coelho: Fazenda Nova – Brejo da Madre de Deus – PE. Recife: EMPETUR/SUDENE, s/d.

PARQUE hidromineral é Depredado. Jornal do Comércio. Recife: 22 abr. 1995. Ciência e Meio Ambiente.

PASSOS, Messias Modesto dos. **Biogeografia e Paisagem**. Presidente Pudente: FCT-UNESP, 1998. p. 27-65 e 66-75.

PEDROSA, Alcindo. **Um tempo de Memória (Cap. XXIII – Fazenda Nova)**. Olinda: s/ed., 1983. p. 225-228.

PENA FILHO, Carlos. **Os melhores poemas de Carlos Pena Filho** - Seleção de Edilberto Coutinho. São Paulo: Global, 1983.

PENHA, Hélio M. **Processos Endogenéticos na Formação do Relevo**. In: GUERRA, A. T. E cunha, Sandra B. **Geomorfologia – Uma atualização de bases e conceitos**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 51-91.

PERNAMBUCO (Estado). Decreto-Lei nº 4952, de 20 de dezembro de 1963. Criação do Município de Fazenda Nova. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, 21 dez. 1963. Ano XL – nº 285, Diário do Poder Executivo.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. Gabinete da Presidência. Diário da Justiça de Pernambuco. Ano III n. 95. Recife: 30 de Abr. de 1964.

_____. Estado de. Diário do Poder Legislativo. 2ª. Secção. Recife: 5 de Mai. de 1964.

_____. Tribunal de Justiça. Despacho do Presidente - Mandato de Segurança 57.101. Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Recife: Justiça, ano III, n. 105. 14 Mai. 1964.

_____. Tribunal de Justiça. Mandato de Segurança nº 57.101, Julgamento - Câmaras Conjuntas - Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Recife: Diário da Justiça, p.2538, 15 Set. 1964.

_____. Tribunal de Justiça. Mandato de Segurança nº 57101, Decisão do Desembargador do TJ. Diário Oficial de Pernambuco. Recife: Diário da Justiça, 19 Nov. 1964. p.32-38.

_____. Constituição (1989). Recife: CEPE, 1989. 102 p.

_____. Caminhos da Liberdade / organização, texto final e edição: Hélio Mota; apresentação: Manoel Correia de Andrade; pesquisa e textos: Leonardo Dantas da Silva. Brasília: Tempo Real, 1998.

_____. Secretaria de Educação – Diretoria de Política e Programas Educacionais. Nosso Povo, Nossa Terra: Contando e escrevendo suas histórias . Professores indígenas de Pernambuco. Recife: Secretária de Educação/ Gov. do Estado. 2000.

_____. Informe Pluviométrico Diário. ITEP/LAMEPE. Disponível em: <http://.itep.br/meteorologia/chuva.htm>. Acesso em 16 jan. 2004.

PIRES, Mário Jorge. **Raízes do Turismo no Brasil**. 2^a. ed. São Paulo: Manole, 2002.

PLANO de Ação Regional 2000-2003: Região de Desenvolvimento do Agreste Central. Recife: SEPLANDES/FIDEM, 1999.

POMFRET, John E. **A geografia humana e a cultura**. In: Boletim do Conselho Nacional de Geografia. Ano I, n^o2, mai. 1943. p. 19-26.

PAZERES, Audemário et al. **Projeto de Instalação do Observatório da Cidade de Brejo da Madre de Deus**. PREZARES, Audemário; MASCARENHAS, Roberto; SALES, Adonias. Jaboatão dos Guararapes: AAP, 2002/2003(?).

PROGRAMAS emergenciais de combate aos efeitos da seca. Arquivo captado em: <http://www.sudene.gov.br/nordeste/ProgSeca.num> acesso 03 Abr. 2004.

REGIÃO é habitada há 2 mil anos. Informativo UNICAP. Recife: UNICAP, s/d.

REIS, Carlos. **Meio Século de Paixão: A História dos Primeiros Dez Lustros da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, Contada por um de seus protagonistas**. Recife: Comunigraf, 2002.

ROCHA, Alexandrino. **Jesus Prega no Sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1967. Manchete no. 814, 25 nov. 1967. p. 66-73.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário**. Ilustrações: Maria Luiza Ferguson. São Paulo: Scipione, 1996.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Turismo e Espaço – Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. 3^a. ed. São Paulo: Hucitec. 2002.

ROSENDAHL, Zeny. **O espaço, o Sagrado e o Profano**. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 231-247.

SANTOS, Milton. **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 2^a ed. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 181-219.

_____. **Por Uma Geografia Nova**. 4^a. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. Colaboração de ELIAS, Denise. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 3^a. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAUER, Carl Ortwin. **A Morfologia da Paisagem**. In: CORRÊA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SOUSA, Sonia Maria Ribeiro de. **Um outro olhar: filosofia**. São Paulo: FTD, 1995.

SIEBERT, Célia. **História de Pernambuco**. Ilustrações Rodval Matias. São Paulo: FTD, 1998. 152p.

_____. **Geografia de Pernambuco**. Ilustrações Rodval Matias. São Paulo: FTD, 1998.

SUDENE. **Folha Belo Jardim - PE/ Região Nordeste do Brasil**. Brasília: Ministério de Exército, Departamento de Engenharia e Comunicação, Diretoria de Serviço Geográfico, 1986.

THAUMATURGO, Newton. **O Barão de Buíque**. Caruaru: Programação Visual editoração, 1993.

_____. **História do Brejo da Madre de Deus: 1724-2001**. Caruaru: Art'berg, 2001.

TREKKING – Nas trilhas da aventura. Informativo Pro-Lazer. Recife: Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo/EMPETUR. Ano 3 no. 25-26, mar. – abr. 1997.

TRIGO, Luis Gonzaga Godoi. **Turismo básico**. 3ª. Ed. São Paulo: Editora Senac, 1999.

_____. **A Sociedade Pós-industrial e o Profissional de Turismo**. 2ª. ed. Campinas: Papirus, 1999.

TROLL, Carl. **A paisagem geográfica e sua investigação**. In: Espaço e Cultura n. 2, (Jun. 1996), Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1996. p. 1-7.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: **Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Geografia Humanística**. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**, 2ª. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 143-164.

TURISMO em Pernambuco. Caruaru: Vanguarda ano 1, n.12. 17. jul. 1932.

TURISNEWS. out./nov. 1999. Recife: Comunigraf, 1999.

VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcante. **De APÉ-PUC a APIPUCOS: numa encruzilhada, a construção e permanência de um lugar urbano**. Recife: Bagaço, 1999.

YÁZIGI, Eduardo et al (Orgs.). **Turismo, Espaço Paisagem e Cultura**. Eduardo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

Anexos



*"Contra o positivismo,
que pára perante os fenômenos e diz:
'Há apenas fatos',
eu digo:
'Ao contrário, fatos é o que não há;
há apenas interpretações'."*
(NIETZSCHE apud ALVES, 2000, p.133)

ANEXO 1



FOTO 20 - Hotel Familiar, posteriormente,
Hotel Botijinha - Fazenda Nova - 1936
Fonte : Álbum da Família Mendonça



Rótulo da Água Mineral engarrafada em Fazenda Nova
na década de 1930
Fonte : Cedido por Marcos Lopes



FOTO 21 - Bebedouro de Animais nas
proximidades das fontes de Fazenda Nova - 1936
Fonte : Álbum da Família Mendonça



FOTO 22 - Caçimbas do Balneário Barão de Suassuna
Fazenda Nova - 1937
Fonte : Álbum da Família Mendonça



FOTO 23 - Turistas no Balneário Barão de Suassuna
Fazenda Nova - 1936
Fonte : Álbum da Família Mendonça



FOTO 24 - Construção de Residências Secundárias
Fazenda Nova - 1938
Fonte : Álbum da Família Mendonça

INDICAÇÕES DAS ÁGUAS DE FAZENDA NOVA

Dr. Brânderson Mário Muelilo - Presidente da Comissão Nacional de Cronologia e Director das
Serviços Terautais da Prefeitura Municipal de Peças de Cabana

I- VIA HIPOFÍSICA

A. FUNÇÕES GÁSTRICAS

a) Fora dos períodos digestivos:

1. Hipotônias gástricas

2. Gastrites catarrálicas

3. Gastrites atônicas

4. Gastrites medicamentosas (principalmente fármacos anti-remáticos).

5. Úlceras gastroduodenais (doses pequenas e repetidas alternadas com os alimentos).

b) Durante os períodos digestivos:

Hiperclorídria ou dispepsia ácida.

B. FUNÇÕES HEPÁTICAS

1. Insuficiências hepáticas.

2. Fígado congestivo dos indivíduos pletóricos e dos glândulas.

3. Estase vesicular (disenteria).

4. Sequelas de hepatite.

5. Hepatites tóxicas (medicamentosas, etílicas, profissionais).

6. Angiosclerose catarrhal.

7. Litase biliar.

C. FUNÇÕES INTESTINAIS

1. Dispepsia de fermentação.

2. Colapso diarréico com hipersecreção e hipertensão muscular.

3. Enterocolite mucromembranosa.

D. FUNÇÕES RENAIS

Cristalúria ácida. Rins renal crônico.

E. FUNÇÕES METABÓLICAS

Diabetes, obesidade, gota, hiperuricemia, hipercolesterolemia, hipertriglicéridemia.

F. AFEÇÕES REUMÁTICAS

Reumatismos crônicos mesmo não metabólicos (efeitos antidiabéticos e alcalinizantes).

G. ESTADOS INFLAMATÓRIOS E ALÉRGICOS

Ação anti-inflamatória (efeitos sedativos ou tônicos) e anti-álérgicos (indicações

principalmente na urticária e edema de Quincke crônicos).

H. BALNEOTERAPIA

A. REUMATOLOGIA

1. Reumatismos crônicos (degenerativos e inflamatórios em fase de defervescência).

2. Reumatismos não articulares (fibrósites; bursites, miosites, bursalgias, etc.).

B. DERMATOLOGIA

(considerando-se principalmente, a alcalinidade da água).

1. Dermatite seborréica (acne, rosácea, eczema seborréico, etc.).

2. Eczemas crônicos.

3. Dermatoses pruriginosas (prurido sem, neurodermite, líquen simples,

pruridiscrofuloso).

4. Dermatites alérgicas (urticária, edema de Quincke, farmacodermias, dermatites de

contato).

5. Sindrome varicelosa (eczema e úlcera de escar, seqüelas e fêlites).

ANEXO 2



Relatório de Estado nº 171.281

RELATÓRIO DE ENSAIO Nº 171.281

Recife, 24 de maio de 2009

NATUREZA DO TRABALHO: Análise bacteriológica

MATERIAL: Lítro (01) amostra de água natural coletada pelo ITEP em 18/05/09, na Vila Fazenda Nova, município de Brejo da Madre de Deus - PE.

CLIENTE: MEDITAÇÃO PALESTINA S/A

R E S U L T A D O S

TL 30

Referência da amostra	Temperatura (°C)	Coliformes (NMP/100ml)		Presença de organismos aeróbios (NMP/100ml)	Coliformes totais (NMP/100ml)	Coliformes fecais (NMP/100ml)	Presença de organismos aeróbios (NMP/100ml)
		Total	Fecais				
Fonte: poço de água da Vila Nova, 18/05/09 - amostra nº 01	22,0	nenhuma	nenhuma	nenhuma	nenhuma	nenhuma	nenhuma

Conclusão: Amostra indicadora satisfatória quanto ao padrão de qualidade de água natural natural e água natural (Resolução nº 310 ANVISA/SMS de 1985/96, Anexo, Item 1.2)

Método de Análise:

- Standard Method for the Examination of Water and Wastewater, 19th Edition, 1992 (Part 9200 - 0211)
- APHA - American Public Health Association - Determinação de microrganismos (NMP) pela Técnica da Tubos Múltiplos, 19th Edition, 1992


 Glória Maria de Souza Arantes
 Química Industrial
 CRQ 06.200.529 - PE

DOU-LMDEA - 714

O.S. nº 01010/2009

SEAL-REPORTS: 3

Os resultados deste exame não são válidos sem a assinatura e rubrica do responsável pelo ITEP.

INSTITUTO TECNOLÓGICO DE PERNAMBUCO - ITEP

Av. Prof. Dr. José Francisco de Sá, 200 - Cidade Universitária - Recife - PE - CEP: 50.740-440

FONE: (081) 32.217.439 FAX: (081) 211.4144 e-mail: itep@itep.br

Internet: www.itep.br

ANEXO 3

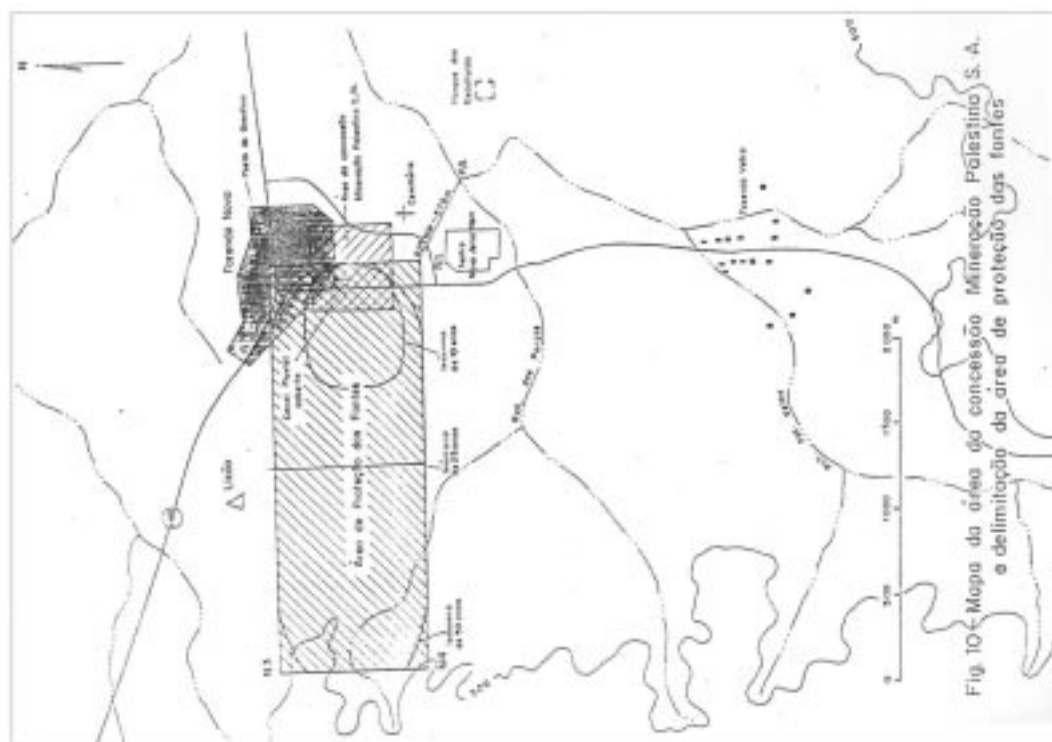


Fig. 10- Mapa da área da concessão Mineração Palestina S. A. e delimitação da área de proteção das fontes

ANEXO 5 - Memorial Descritivo da Área de Proteção das Fontes da Concessão Mineração Palestina S.A.

(Ver: Fig. 10 - Mapa da Área da Concessão Mineração Palestina S.A. e Delimitação da Área de Proteção das Fontes)

A delimitação da área de proteção das fontes da concessão Mineração Palestina S.A. tendo forma de polígono, é descrita a seguir:

O ponto de amarração, constituído pelo marco de concreto implantado na confluência dos riachos Fazenda Velha e dos Porcos, tem as seguintes coordenadas geográficas:

P.A. Latitude $08^{\circ}10'54,9''$ Sul(S) e Longitude $36^{\circ}11'22,2''$ Oeste(W)

A partir do ponto de amarração (P.A.) foi determinado o ângulo do vetor (62° NW) e medidas 578 metros no vértice 1 do polígono. A partir daí, a área de proteção é delimitada tomando-se os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros:

Lado	Comprimento	Rumo
N1-N2	875,00 m	0° Norte (N)
N2-N3	2375,00 m	0° Oeste(W)
N3-N4	875,00 m	0° Sul(S)
N4-N5	2375,00 m	0° Leste(E)

A área de proteção das fontes abrange uma extensão de 207,81HA, e ultrapassa os limites da área de concessão Mineração Palestina S.A., sendo pouco mais da metade (0,55%) da última, ou seja 13,75HA, englobada pela presente área de proteção.

FONTE: MINERAÇÃO PALESTINA (1999 anexos)

Museu tem fósseis de 11 mil anos



Ossos de animais pré-históricos encontrados em Brejo da Madre de Deus

São poucas as cidades brasileiras a ter e manter sítios arqueológicos conservados e abertos, se não à visitação pública, pelo menos para estudos científicos. Brejo da Madre de Deus tem o privilégio de ter um sítio arqueológico localizado em Fuma do Estrago. Mas o nome do lugar parece melhor classificar a condição em que se encontra o sítio: "um

estrago".

O local, de suma importância para o conhecimento do passado da História da Humanidade está depredado; vândalos chegaram a lavar as pedras no local onde encontram-se os desenhos rupestres. Dulce Souza Pinto, conhecida em todo Brejo por Dona Dulce, atual diretora do Museu Histórico do Brejo da Madre

de Deus parece garantir: "O prefeito Roberto Asfora vai tomba, isolar a área e fazer um caminho digno". Fazendo isto, o prefeito estará fazendo um bem não só ao Brejo, mas a toda a Humanidade. Afinal de contas, no sítio arqueológico em Fuma do Estrago encontram-se resquícios históricos de 2 mil anos atrás (veja matéria nesta página).

ARQUEOLOGIA — O museu guarda alguns objetos encontrados em Fuma do Estrago, com destaque para os esqueletos e ossos de animais extintos, alguns com até 11 mil anos. Entre os ossos de animais, estão alguns de megatério, espécie que chegava até cinco metros de comprimento; de mastodontes, animal parecido com o elefante, medindo até 3,5 metros de altura; glitodonte, bem parecido com um tatu,

apesar de seus quase 2 metros de comprimento. Todos se alimentavam de vegetais, embora os glitodontes deviam comer pequenos animais.

O Museu Histórico do Brejo da Madre de Deus está localizado bem no Centro da cidade, em meio ao casario, outra referência turística e cultural do lugar. A fachada do prédio demonstra a necessidade urgente de uma reforma. Não há sinalização identificando-o; não há uma campanha de divulgação de sua existência, enfim, não há na prática uma política de desenvolvimento turístico no município tão rico em atrativos naturais e históricos. Bem que o museu mereça uma maior atenção por parte das autoridades competentes, haja vista a importância do Nordeste brasileiro dentro dos estudos da Pré-História da Humanidade e da arqueologia brasileira.

Região é habitada há 2 mil anos

Há mais de 2 mil, parte do Brejo foi habitada por grupos humanos que deixaram desenhos rupestres nas pedras, fabricavam flautas a partir de ossos, dominavam técnicas de pintura e executavam rituais funerários, demonstrando se tratar de uma sociedade organizada, com práticas religiosas, embora não conhecesse a agricultura e não fabricasse cerâmica.

Mas nem por não plantarem estes homens são considerados nômades famintos em busca de alimentos: seus restos esqueléticos mostram que eram robustos e bem calcificados, mas perdiam dentes precocemente. Eles viviam da caça e da coleta de frutos e raízes. Há provas de uma variada produção artesanal feita a partir de ossos de animais e utilizavam corantes e cipós. Há desenhos rupestres que parecem demonstrar um ritual com participação coletiva, como uma dança.

CABEÇA-CHATA — Foi

Dulce quem ensinou aonde ficava o cemitério indígena à equipe da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), comandada pela arqueóloga Janete Maria de Lima, hoje falecida. Desde pequena, Dulce se acostumou a encontrar ossinhos no sítio onde brincava e ninguém entendia o significado de desenhos feitos nas pedras.

A equipe da UFPE cavou cerca de 20 centímetros e encontrou 83 esqueletos, confirmando as desconfiadas levantadas em uma pesquisa iniciada em 1972 de que na região havia um sítio arqueológico. A maior parte dos achados no sítio Fuma do Estrago estão na UFPE.

Os estudos mostram que os indivíduos pertenciam a uma população homogênea de braquicefálos (cabeças-chatas), não aparentada com nenhum grupo pré-histórico já estudado no Brasil. Aí pode estar a origem da cabeça chata do nordeste atual. Os homens mediam entre 1,17m e 1,63 m e as mulheres, entre 1,49m e

1,59m.

RITUAIS FUNERÁRIOS — Havia uma preocupação com o pós-morte, considerando como eram feitos os sepultamentos. O adultos eram enterrados com os braços e pernas flexidos, embrulhados em esteiras e amarrados com cipó. Já os recém-nascidos eram sepultados dentro de pequenos cestos ou espigas de palmeiras, também pernas e braços flexionados (em posição fetal). Matéria

corante, adornos e flautas ósseas acompanhavam os mortos. campanha de divulgação de sua existência, enfim, não há na prática uma política de desenvolvimento turístico no município tão rico em atrativos naturais e históricos.

Bem que o museu mereça uma maior atenção por parte das autoridades competentes, haja vista a importância do Nordeste brasileiro dentro dos estudos da Pré-História da Humanidade e da arqueologia brasileira.



Esqueleto de um "cabeça-chata": morador do Brejo 2 mil anos atrás

FONTE: Periódico Unicap (década de 1980).
Informação capitada no Museu Histórico de Brejo da Madre de Deus

Vanguarda		TIRAGEM 1000 Exemplares de PUBLICAÇÃO SEMANAL
JORNAL INDEPENDENTE		Empresários - Carlos, Rosal & Cia.
ANO 1,	CARUARU - Pernambuco, 17 de Julho de 1932	NUM. 12

O TURISMO EM PERNAMBUCO

Não parece ser uma coisa tão difícil organizar em Pernambuco uma pequena indústria de turismo.

A questão é começar. É verdade que turismo supõe um certo "standart" de vida, que a nossa população ainda não logrou atingir. Mas supõe também certos hábitos, que as populações modestas da Europa e da América lograram adquirir. Nos países europeus e americanos, o mais modesto empregado goza as suas férias. E encontra, como diz o francês, "un petit trou pas trop cher" (um cantinho barato) para descansar seus quinze dias. Entre nós, as leis sociais de formação recente instauraram as férias. Mas a maior parte, senão a quasi totalidade dos beneficiados pelas disposições legais não se aproveitam delas. E continuam a labutar o ano inteiro, de janeiro a dezembro.

Isso se vê entre nós desde o patrão ao operário. Ora, não seria o caso de se procurar desenvolver o turismo em certas cidades do interior, de clima ameno, organizando-se associações para facilitar transporte, hotéis etc.? Entre as cidades do interior, naturalmente indicadas, estão Caruaru e Garanhuns. Desde que as prefeituras locais de combinação com as associações comerciais tomassem a frente essa iniciativa, estamos certos que ela seria vencedora. A Great Western, por sua vez, organizaria em certa época do ano trens especiais, com tarifas mais vantajosas. E estaria lançada entre nós uma indústria que é do maior alcance social e econômico.

Garanhuns é uma estação de repouso tão boa como qualquer do sul. O seu clima de meia-montanha, com todas as facilidades de alojamento, representa uma riqueza que precisa ser explorada. O dinheiro que se iria gastar no sul ficaria mesmo entre nós. E poderíamos ainda atrair os turistas dos Estados vizinhos.

(Comentarios do Boletim L. Uchôa & Ca.)



TEATRO

«O Drama do Calvário»

Cômo era de se esperar, grande foi o número de fiéis que nesta Semana Santa, dirigiu-se para Fazenda Nova, com a finalidade de presenciar o magnífico espetáculo de fé cristã, que é o «Drama do Calvário», este ano «engrandecido pela presença de altas autoridades, entre elas o prefeito da capital, Dr. Pelópidas da Silveira.

Uma particularidade que nos causou grande satisfação foi a presença, podemos dizer de 10% da população desta cidade, emprestando assim maior apólo moral ao espetáculo, principalmente porque nele também participava este conjunto teatral que é a glória artística não só de Caruaru, mas de todo interior do nordeste brasileiro, o Teatro de Amadores de Caruaru, que por sinal saiu-se sobejamente, particularmente a figura de Luiz Mendonça no papel do Cristo, com um desempenho soberbo.

Também o Teatro Adolescente do Recife, esteve presente dando assim maior grandeza e suntuosidade ao espetáculo, oferecendo ao público o desempenho magnífico de atores tais como Clênio Wanderley, Albérico Farias e Joel Pontes, encarnando respectivamente os papéis de Caifaz e Herodes e muitos outros.

Toma vulto assim o «Drama do Calvário» de Fazenda Nova, e conseqüentemente o Teatro de Amadores de Caruaru, que dele participa, e que tem como seu diretor artístico, aquele que é autor e diretor desse maravilhoso espetáculo, Luiz Mendonça.

x

Na próxima segunda-feira, quando do regresso do diretor artístico, o TAC, iniciará os ensaios da peça: «TROVOADA».

A. P.

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE PERNAMBUCO

ANO XL — N.º 285

RECIFE — SABADO, 21 DE DEZEMBRO DE 1963

LEI N.º 4952 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1963

EMENTA: Cria o Município de Fazenda Nova

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Faço saber que a Assembléa Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1.º — Fica criado o Município de Fazenda Nova, desmembrado do Município de Brejo da Madre e Deus, cuja sede será a do atual distrito do mesmo nome, que fica elevada à categoria de cidade.

ART. 2.º — Ao território de novo Município fica incorporado o distrito de Mandacá, também do Município de Brejo da Madre e Deus.

ART. 3.º — Os limites do município criado pela presente lei serão os atuais dos dois distritos que formam o novo Município.

ART. 4.º — A presente Lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1964, juntamente com a Lei de Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, para o quinquênio 1964/1968.

ART. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Pernambuco, em 20 de dezembro de 1963

a) MIGUEL ARRAS DE ALENCAR

JORNAL DO COMMERCIO

— NÚMERO 199 — SEGUNDO CADERNO — RECIFE-PERNAMBUCO — BRASIL — DOMINGO — 30 DE AGOSTO DE 1964

Um Hotel Quase Suíço Num Quase Sertão De Pernambuco

Gilberto Freyre

Fazenda Nova — que é quase sertão — tem hoje um hotel que é quase suíço. Praticamente todo, quase suíço.

Quase suíço pela limpeza, que não é exagerar. Remplumbeiro, até.

Quase suíço pelo serviço, que também contrasta com o da grande maioria dos hotéis da região — inclusive os do Recife. Serviço bom, disciplinado, com rapazes e moças selecionadas que atendem os hóspedes de bom humor, sorrindo e com eficiência. São bem instruídos e bem orientados por um gerente que sabe o que é dirigir hotel.

Quase suíço pela alimentação. Seu chef talvez deva ser incluído, sem nenhuma dúvida, por simples e estrita justiça, entre as melhores que tem hoje um hotel brasileiro. Quem duvidar, que verifique com a própria boca, servindo-se de um coquetim preparado por esse mestre da Fazenda Nova que, aliás, é paulista e tem um nome romântico de personagem da novela: Mário. De um coquetim ou de uma omelete; de um bom bife à inglesa ou de um simples peixe para à la carte. Que todo isso sabe preparar com mão de mestre e patista agora radicado num recanto, nem sempre verdo, do quase sertão pernambucano, como se quisesse mostrar aos visitantes que não são apenas os nordestinos que emigram para São Paulo; também de São Paulo há quem venha para o Nordeste para aqui ficar-se com evidente benefício para esta até há pouco tão abandonada região.

Alimentação mas cheia de possibilidades. Ao Nordeste — à sua gente — não falta de todo aquilo hábil para as iniciativas arrojadas, de simples portulacas, algumas das quais tornaram famosas o norte de Delmar e Garibaldi.

O Grande Hotel da Fazenda Nova se inclui entre as iniciativas desse gênero. Não se exprime um arrojado que honra os nossos tempos de expansão da região. Tais honras existem.

Se pena não ter fido um arquiteto à altura do seu arrojado. A arquitetura da Grande Hotel da Fazenda Nova — que, aliás, não é nem grande nem grandioso — não tem, pela própria sua bela estrutura — não é de todo bela. Um Henrique Medina ou um Sérgio Bernardes teria feito desse hotel quase suíço, encravado num quase sertão, uma maravilha de integração do modernismo edilício, destinado à repouso e à recreação, numa paisagem brasileira. Paisagem que junta formas modernas às marcas, limitadas, como todo agente já meio-sertão, entre duas estruturas contrastantes.

Falta também ao edifício um jardim ou parque ricado que o complete. Abílio Rodrigues talvez deva ser chamado para corrigir essa deficiência. Melhor ainda seria que o jardineiro-paisagista da Fazenda Nova fosse um mestre de mestres: Roberto Burle Marx.

Liga-se de passagem que a orientação de um bom arquiteto-paisagista talvez esteja faltando agora, junto com a de um eficiente manager que se impõe também à confiança do público pelo seu espírito exultante, a outra iniciativa que começa a esboçar para dar relevo à Fazenda Nova: a da chamada Nova Jernusalem. Iniciativa que tem no advogado Pacheco o seu maior animador. E' quer coisa de notável, e esforço que não desmorona, com seus colaboradores mais empenhados em realizar um projeto que envolve a arquitetura paisagística, envolve problemas de adaptação de arte dramática ao céu aberto de um quase sertão.

Também falta, no meu ver, a falta de

autores que se desenvolvem em Fazenda Nova — o da chamada Grande Hotel e o da chamada Nova Jernusalem — uma publicação inteligente. E', aliás, a publicação inteligente tem força que tende a ser favor de Brasília, está faltando, no Recife e no estrangeiro, era benefício de um número nada insignificante de valores nacionais brasileiros. Entre esses valores sem a menor dúvida, nem no país nem no estrangeiro, através de uma publicação assim inteligente, a Revolução de 31 de Março, o charuto bombo, a arte das Minas e dos Bernardes tem vários pontos superior à dos 31, e merecidamente bem divulgados Lado Certo e Ocas Nymphes, a nova tarte brasileira (Net, sen Rodriguez, Ariana Sussman, Chavalotti) Borges, etc.). Vários outros.

Fazenda Nova precisa, também, de uma publicação inteligente. E' uma Maria Borralheira que precisa de aparecer, de ser conhecida, de ser visitada. E não deve esquecer-se aqui de outros das suas embaixadas: sua borda de muros, vermes dos olhos da Princesa Mendonça e digna da atenção do Secretário Edson Mauro Fernandes.

Rio de Janeiro,
25 de novembro de 1967
Ano 15 — N.º 814

anchete



A Defesa

ANO XXXVI — CARUARU, SABADO, 17 DE MARÇO DE 1973 — N. 754

Órgão da Diocese de Caruaru

Fazenda Nova recebe melhoramentos

A rua principal de Fazenda Nova será esfaltada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Trabalhadores estão executando os trabalhos de terraplanagem da praça, onde serão aplicados 400 metros de asfalto. Os serviços estão sendo feitos em regime de urgência. No centro da praça serão construídos canteiros e por trás da capelinha existente no início da

rua será erguida uma igreja de estilo moderno, seguindo as linhas arquitetônicas da catedral de Caruaru.

Os dirigentes da Nova Jerusalém esperam turistas de várias partes do mundo, além dos nacionais dos demais Estados brasileiros. A Tap, a British Caledônia e a Varig transportarão os turistas do exterior. Através da Embratur serão feitos contatos com

os principais núcleos responsáveis pelo deslocamento dos turistas internacionais para Fazenda Nova.



A fonte das discórdias

Quem chega a Fazenda Nova pela estrada que sai de Nova Jerusalém, encontra logo na entrada da vila um amontoado de grandes blocos de pedras que é responsável pela importância do lugar. Ali foram conseguidas curas consideradas milagrosas. Ali era feita a crucificação de Cristo quando o espetáculo se realizava nas ruas da vila. E hoje o lugar é fonte de revolta. Responsável, inclusive, por dona Geni Mendonça insistentemente anunciar que a vila está em estado de calamidade pública.

Do canteiro de pedras, brota uma água muito especial, com uma combinação de sulfato de sódio, magnésio e enxofre que deu notoriedade a Fazenda Nova antes mesmo do Drama da Paixão. A fonte hidromineral — quarta em importância no país — levava, no passado, milhares de pessoas à vila para cuidarem da saúde. Dona Sebastiana Lucena de Mendonça, uma das idealizadoras do Drama da Paixão e sua primeira diretora, precisava de tratamento especial e ali encontrou o caminho da saúde e de sua vocação pelas artes. Pode-se dizer, mesmo, que o espetáculo que hoje se inscreve como uma das maiores atrações turísticas do País, deve sua origem à fonte de Fazenda Nova.

"Hoje — lamenta dona Geni Mendonça, a Verônica do espetáculo da Paixão no seu início — as fontes estão aí, contaminadas, uma tristeza, por culpa do grupo Lúcio Dias, dono do Grande Hotel e concessionário, responsável pelas fontes. Por isso briguei com ele. Queria fazer um convênio com a Prefeitura para restaurar o local e trazer de volta sua importância para a saúde das pessoas, inclusive dinamizando a vida turística da vila, mas ele veio com uma história de que ia dar um banquete para o prefeito do Recife porque o prefeito ia dar isenção de impostos. Eu disse que isso era uma proposta muito baixa, porque nós somos de comer feijão com farinha, mas com dignidade. Não somos

de banquete. Não queremos banquete de ninguém para fazer uma transação dessa espécie". A indignação de Dona Geni e de toda a família Mendonça é contagiante. Logo o visitante fica sabendo que as fontes estão totalmente contaminadas, que as águas estagnadas provocam febre, que as pessoas têm que pagar Cr\$ 30 por um banho, porque a seca que atinge a região há seis meses secou a água das torneiras.

Os moradores da vila fizeram abaixo-assinado que já encaminharam ao governador, ao presidente Figueiredo e ao ministro das Minas e Energia, de-

nunciando "o estado de precariedade em que se encontram as fontes hidrominerais, as quais constituem verdadeira riqueza natural". Pedem que as fontes venham a adquirir a antiga condição, "representando vasto potencial turístico, pois as únicas riquezas naturais deste distrito são o clima e as fontes, que estão entre as melhores do país".

Quem tiver dúvida das propriedades das águas de Fazenda Nova no passado, basta consultar um morador mais antigo. Ele dirá quais as grandes figuras que passaram a visitar frequentemente e até morar no lu-

gar para se curar de doenças que em outras partes não tinham cura. A relação é imensa e os casos têm uma aura de milagrosos pela rapidez de cura absoluta.

Mas tudo isso é coisa do passado. Presente, mesmo, só a indignação, quase fúria, de moradores da vila diante do descaso com que o proprietário do Grande Hotel trata as fontes e a própria vila. "Ele só vem aqui de ano em ano. E todo mundo sabe que ele odeia o lugar", diz Dona Geni.

A água das fontes de Fazenda Nova está contaminada.





Nordestinos feitos de granito

Arquiteto José Nogueira
Fotografia - Nogueira



Quando, no dia 2 de abril de 1981, o presidente João Figueiredo visitou Fazenda Nova e inaugurou as primeiras esculturas em pedra granito do Parque das Esculturas Monumentais, estava consolidando um trabalho que é parte da vocação natural da região, parte do espírito pioneiro dos que fazem Nova Jerusalém e, ainda, o resultado de um projeto ambicioso: o de preservar a memória de Pernambuco em figuras colossais talhadas na pedra pelos nossos artesãos.

Quem vai ao espetáculo de Nova Jerusalém, necessariamente conhece esse trabalho. Ele está implantado numa área de 60 hectares, próxima ao camping de Fazenda Nova, como se fosse, mesmo, uma extensão do "território" de Nova Jerusalém.

Na excelente peça promocional que executo sobre o Parque, a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes conseguiu sintetizar todo o significado desta obra:

"Lampião e Maria Bonita, o possante, o bacineteiro, o violão e o tocador de gaitas, o agricultor, a apañadeira de algodão, o vendedor de pirulito e a mulher da tapioca — história e estórias de cangaço, do soldado, do campo; do dia-a-dia do homem nordestino, retratadas em monumentais figuras de

pedra 3, 4 a 5 metros de altura. Essas figuras, idealizadas e executadas por esse mesmo homem — e por isso cheia da vida que dele emana — estão agora reunidas no Parque de Esculturas Monumentais em Pedra, implantado na estância hidro-mineral de Fazenda Nova (no município de Brejo da Madre de Deus), já tão conhecida por sua Nova Jerusalém — o maior teatro ao ar livre do mundo.

Tanto a idéia de criação do Parque, como a sua execução, são frutos de um conjunto de fatos superpostos à realidade de Fazenda Nova, encravada em pleno Agreste pernambucano. Neste contexto, valem ser realçados a construção das muralhas e dos palácios da Nova Jerusalém, estimulando a arte de cantar naquela localidade; o posterior trabalho desenvolvido pelo artista plástico José Claudio — o primeiro a produzir e expor figuras de cangaço em pedra; a necessidade de melhor aproveitar as potencialidades da região, rica em rocha granítica, e de proporcionar à população uma atividade rentável permanente. O homem do campo, habituado ao trabalho da agricultura desgastante e geralmente pouco compensador, é agora elevado à condição de artista independente, trabalhando em regime cooperativista,

com toda uma força de criatividade popular, espontânea, que impressiona o visitante.

O Parque de Esculturas Monumentais em Pedra está implantado numa área de 60 hectares, próxima ao camping de Fazenda Nova. Nessa área, está prevista a instalação de 100 peças, distribuídas ao longo de 8 setores. As figuras estão agrupadas de acordo com sua origem e colocação dentro do conjunto cultural que representam: os personagens de caráter religioso; os mitos e heróis do cangaço; figuras urbanas,

como o vendedor de pirulitos e o cantador de feiras, etc.

O Parque de Esculturas Monumentais em Pedra é uma realização sem precedentes. Nele, o homem do campo, através da ação poético-criadora, vai dando vida às pedras, escrevendo sua própria história a exemplo de seus semelhantes nos primórdios dos passos decisivos da humanidade. Está assim assegurada a memória pernambucana e, porque não dizer, nordestina — seus tipos populares, costumes e tradições".

O Parque de Esculturas Monumentais é uma das raras fontes de renda dos artesãos de Fazenda Nova, que se revelaram mestres na arte de cantar.

Ciência/Meio Ambiente

► Descaso

JC - 22/04/95

Parque hidromineral de Fazenda Nova é depredado

Moradores denunciam o abandono do local que deu origem ao povoado

Da Sucursal de Caruaru

FAZENDA NOVA — Os moradores e visitantes desta vila — considerada estância hidromineral — estão preocupados com a depredação do meio ambiente, que poderá comprometer o futuro do local. Eles denunciam o estado de abandono do parque das fontes d'água mineral, que deu origem ao povoamento e ao turismo, antes mesmo da construção do Teatro de Nova Jerusalém. "O parque já foi um oásis que atraía muitos viajantes, e atualmente está sujo, contaminado e suas árvores centenárias estão ameaçadas", reclama o artista plástico Marcos Lopes.

Ele lembra que a principal

fonte de renda dos nativos de Fazenda Nova era deixada pelos turistas, que vinham por conta da qualidade da água. "As pessoas que chegavam para se curar em um ambiente agradável, de harmonia, até a década de 70, hoje só vêm na Semana Santa. A frequência caiu cerca de 90%", assegura o artista.

Ipês centenários estão com raízes cortadas, o lixo se espalha por várias áreas do parque, invadido por mais de 20 famílias que se apossaram de terrenos e construíram suas casas. "Não existem grades para proteção do local e os 20 banheiros funcionam precariamente", completa Lopes.

Até mesmo a diretora de turismo da vila, Elizabeth Torres, reconhece as dificuldades para manutenção do parque, cujo proprietário é o empresário hoteleiro Luiz Dias. "A prefeitura é quem faz a limpeza e já solicitamos do empresário os

documentos da posse do local, que não deve continuar do jeito que está", garante.

DEFESA — Luiz Dias nega ter recebido alguma solicitação da prefeitura e estranha o pedido. "Tudo está legalizado desde a década de 40 e todos os documentos estão na prefeitura e no cartório", diz. Ele admite a necessidade de melhoramentos no parque e afirma que já dispõe de um projeto. "Mantenho as fontes d'água e o Grande Hotel na vila com prejuízos, pois não temos incentivos do turismo, seria interessante que a prefeitura colaborasse".

O empresário nega que a água esteja contaminada. "Temos sistemas elétricos de bombas que puxam a água do subsolo direto para os chuveiros", assegura. Elizabeth Torres antecipa que a prefeitura vai estudar uma maneira de restaurar o parque.

Caruaru, 27/11 a 3 de dezembro de 1999

VANGUARDA

Nova Jerusalém remonta Nascimento de Cristo

Notícia
Depois de atrair milhares de pessoas com a encenação da Paixão de Cristo, a Sociedade Teatral de Fazenda Nova está preparando uma superprodução para comemorar os 2.000 anos do nascimento de Cristo. O espetáculo *Noite Feliz - O Nascimento de Jesus*, textos de Flávio Pacheco e Rubem Rocha Filho, segue os mesmos moldes da Paixão..., no que se diz respeito a cenários, figurinos, atores e os trabalhos de *making off*.

Para esse novo espetáculo, sete novos cenários foram montados nos palcos da cidade-teatro. Em um deles, será reproduzido o Rio Jordão, onde Jesus é batizado pelo profeta João. As apresentações serão realizadas nas datas 14, 15, 16, 17 e 18 de dezembro e os ingressos começaram a ser vendidos nesta final de semana. Contando com os atores globais Leonardo Vieira (José) e Tereza Seibitz (Maria) e uma equipe de primeira linha, os pro-

dutores esperam um excelente público e o mesmo sucesso de crítica da Paixão... De acordo com Rubem Pacheco, presidente executivo da Sociedade Teatral, a nova encenação faz parte de um novo artigo e que agora foi possível colocar em prática. "No ano em que comemoramos 50 anos da Paixão de Cristo é celebrado também os 2.000 anos do nascimento de Jesus e realizar uma peça nos emociona", comenta Rubem Pacheco.



Texto mistura evangelho e poesias

O texto foi escrito a duas mãos. Flávio Pacheco convidou a escrever o batizado Rubem Rocha Filho e, juntos, produziram os diálogos da peça, procurando seguir com a máxima fidelidade os evangelhos. Poemas de Maria do Carmo Barreto Campos foram introduzidos, dando um tom poético, o que tornou ainda mais bela a narrativa.

Com duas horas de duração, a peça começa com a apresentação a Maria do nascimento de Jesus. O ponto alto é o batismo de Jesus no Rio Jordão, antes de iniciar o

ministério de pregação das boas-novas da salvação que se terminaria três anos depois com a crucificação. Desses moldes a peça *Noite Feliz - O Nascimento de Jesus*, juntamente com a *Paixão de Cristo*, encenada na Serraria Santa, fechou a história da vida e do morte de Jesus Cristo, que na vila vem sendo encenada desde 1951.

Para o ator Leonardo Vieira interpretar José, quando se comemoram 2.000 anos do nascimento de Jesus, é muito emocionante. "Durante o tempo que passamos

igual encenando, sentimos algo entrando dentro de nós. É diferente de fazer teatro ou novela", afirma Leonardo Vieira. A atriz Tereza Seibitz, que vai interpretar Maria, diz que trabalhar em *Noite Feliz - O Nascimento de Jesus* provoca nela um sentimento especial. "Sinto-me privilegiada como atriz, emocionalmente", afirma.

O renomado estilista Vítor Moreira criou especialmente para a produção os cenários e figurinos. A encenação dos cenários leva assinatura de Otávio Castanho e o guarda-ru-

pa será produzido por Flávio Pacheco e sua equipe. A direção geral ficará a cargo de Carlos Reis e Lúcio Lombardi, que apontam na experiência da *Paixão de Cristo* para realizar a superprodução do final deste século.

Serão
O qual Espetáculo Noite Feliz - O Nascimento de Jesus
Quando? Nas datas 14, 15, 16, 17 e 18 de dezembro
Quanto? R\$ 10,00
Onde? Nova Jerusalém, Fazenda Nova
Banco de ingressos: Artesana, Shopping Laurus e Galeria Avenida Getúlio



Atores da Globo encantados com o espetáculo

"Quem vem à Nova Jerusalém sempre volta. Esta vai ser a segunda vez em que eu participo do espetáculo, numa encenação histórica", afirmou o ator e diretor Miguel Falabella, que este ano interpreta o papel de Herodes, o Rei da Judéia.

O objetivo de contratar atores de renome nacional para o idealizador do espetáculo Plínio Pacheco.

Além de Falabella, o elenco conta com Diogo Vilela, no papel de Pilatos; Marcelo Antony, que interpreta o apóstolo João; Letícia Spiller, que será Maria; e Patrícia Piccoli, no papel de Maria.

Para o papel de Jesus foi convidado o ator pernambucano Marcelo Valente. Desde a saída do ator José Pinheiro, essa é a primeira vez que um ator do Estado assume o papel. Há três anos, os atores que interpretaram Jesus foram os globais Fábio Assunção e

Herson Capri.

Para Miguel Falabella, o trabalho em Foz de Iguaçu continua sendo insuperável.

O ator conta que já gravou várias novelas e filmes, mas atuar num teatro da magnitude de Nova Jerusalém é insuperável. *"Trabalhar aqui é maravilhoso. É importante atuar nesse trabalho, porque gosto de realizar coisas novas e diferentes. Essa é uma ótima oportunidade de atuar", comenta.*

Diogo Vilela, o Pilatos da Paixão de Cristo, explica que a experiência de Foz de Iguaçu é um aprendizado. *"É a primeira vez que estou atuando em um espetáculo político, mas*

ainda com essa diferença. Trabalhar aqui é importante para qualquer ator e ator de teatro, por ser um grande aprendizado."

A atriz Patrícia Piccoli, que vai interpretar Maria, classifica o personagem como a figura mais forte da história da Paixão de Cristo. *"O papel é diferente de tudo. Aqui o texto não é um script comum, a história vem de um livro que escrevi há dois mil anos", afirma.*

Para Letícia Spiller, o fato de trabalhar no maior teatro ao ar livre do mundo da mesma maneira *"Aqui tudo é diferente e preciso pensar que impressionar", confessa.*



Falabella, volta em volta à Nova Jerusalém



Modelos e Maria sendo interpretados por Letícia Spiller e Diogo Vilela

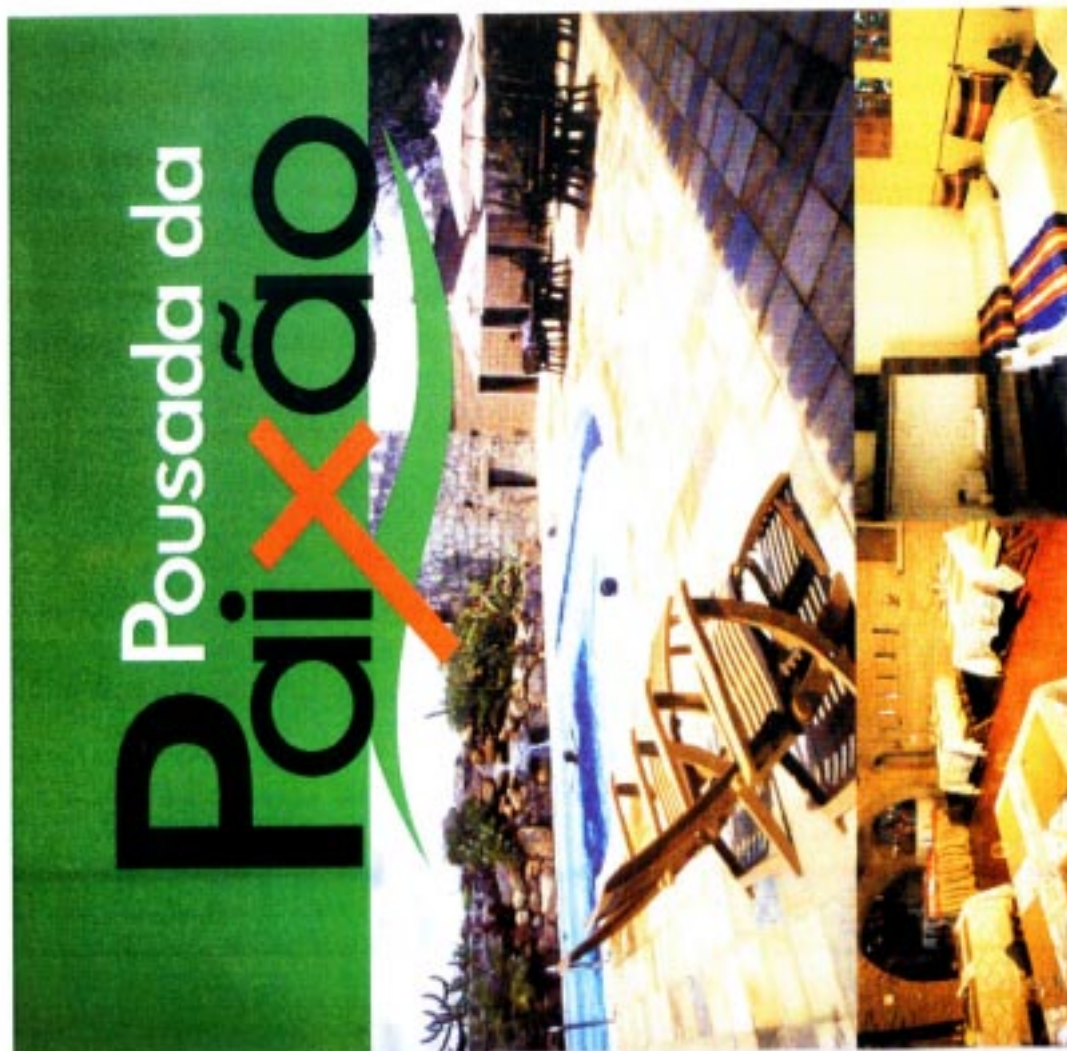
CRÍTICA TRAMÓLIA

Viver o papel do homem mais importante da história pode até parecer complicado para muitos atores, mas o pernambucano Marcelo Valente assegura que está tranquilo. *"Eu defino como 'prince' o sentimento de ser exaltado, para interpretar Jesus. De fato, o personagem é uma representação da história da humanidade."*

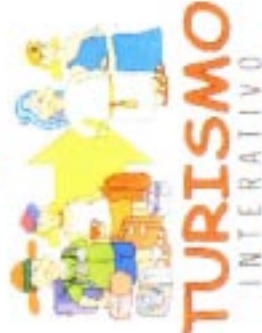
Atuando há dois anos como stand-in (reserva) do ator que faz o papel de Jesus, Valente afirma que nesse período teve oportunidade de se preparar para interpretar um personagem tão importante. *"Trabalho a altura do personagem, Valente diz que trabalhar com atores, como os pernambucanos Luiz Marcin Cavalcante e Evandro Campello, é tão gratificante quanto trabalhar com os globais."*



Diogo Vilela: Fernando Nave é o apóstolo Paulo



Viva esta
emoção !



Pela primeira vez, na história
da Paixão de Cristo de
Nova Jerusalém, os turistas
vão poder participar do
espetáculo como figurantes
especiais. Entre já em contato
com a gente e saiba como
fazer parte deste momento
inesquecível.

Informações e reservas:
(81) 3732-1602
Fax: (81) 3732-1574
reserv@novajerusalem.com.br
www.novajerusalem.com.br

ANEXO 18



ANEXO 19

PAIXÃO DE CRISTO - 2002 HOMEM E MULHER DO POVO

03 Ensaios X R\$ 5,00	=	R\$	15,00
08 Espetáculos X R\$ 20,00	=	R\$	160,00
Total Geral	=	R\$	175,00 (Cento e setenta e cinco reais)

ENSAIOS Terça-Feira - 19 de março - Entrada 15:00h (Três horas da tarde), pelo Portão das Ovelhas

Quinta-Feira

- 21 de março - Entrada 15:00h (Três horas da tarde), pelo Portão das Ovelhas

Ensaio Geral-Sexta-Feira - 22 de março - Entrada 15:00h (Três horas da tarde), pelo Portão das Ovelhas

ESPETÁCULOS: De 23 à 30 de março - Entrada às 15:00h (Três da tarde), pelo Portão da Ovelhas

HOMENS: Deixar crescer o cabelo e a barba. Vir de calção ou bermuda. Não vir com relógio nem aliança.

MULHERES: Deixar crescer o cabelo. Não vir com pulseira, brinco, ataca de cabelo, lenço, beliro, relógio e aliança.

PARA TODOS: Quem perder um ensaio ou espetáculo, será eliminado. Problema com bebida alcoólica, será eliminado. Proibido vir armado. A entrada para os ensaios e espetáculos só é permitida com a apresentação da **CREDENCIAL** e do **CARTÃO**. Quem tiver problema de saúde e de vista não trabalhe no espetáculo, é para o seu próprio bem. Proibido vir de bicicleta para a Nova Jerusalém nos ensaios e espetáculos.

OBS.: 1- Todos receberão uma **AJUDA DE CUSTO** para refeição para o período no valor total de R\$ 22,00 (Vinte e dois reais), que será paga em duas parcelas: 1ª parcela R\$ 10,00 (Dez reais) no dia 22 de março / 2002 (6ª feira-Ensaio Geral), 2ª parcela R\$ 12,00 (Doze reais), no dia 28 de março/2002 (4ª feira).

OBS.: 2- Vir com Sandália de couro (Sandália de arrasto)

Paixão de Cristo NOVA JERUSALÉM - JERUSALÉM	
324  ELENILDA SILVA BARROS DE AMORIM Figurante	Endereços: C.P.F. 114.902.679-14 R.G. 2.547.167-559/PE  MÚLTIPLO - DE 16 ANOS

Crachá de Participante da Figuração da Paixão de Cristo 2002
 Fonte - Sociedade Teatral de Fazenda Nova (STFN)
 Fazenda Nova - Nova Jerusalém - PE



FOTO 21 - VIA DE ACESSO AOS PORTÕES
 DE NOVA JERUSALÉM
 FOTO - MARCOS ANDRADE DATA : 30/03/02



FOTO 22 - TEMPLO DE JERUSALÉM
 NOVA JERUSALÉM - PE
 FOTO - MÁRIO BARROS DATA : 30/03/02

Paixão mantém acesa tradição cristã

Participação de figurantes-turistas é uma das novidades da 37ª edição do espetáculo de Nova Jerusalém

Flávia Gusão
LIFE/IN. NARA V. GOMES

Foi na cidade santa de Jerusalém que o Messias morreu, resuscitou e subiu aos céus como um ato de amor à humanidade, deixando um legado de conhecimento universal, que até hoje força os povos a reavaliarem suas relações e a buscarem o caminho de um Mundo mais justo e pacífico. Há mais de trezentos anos, a história do sofrimento de Jesus Cristo ganha redimensão no teatro teatral ao se ler o livro do Mundo, localizando o Agressão do Estado, encenado no palco. Isso é o espetáculo dos anos. Thiago Lacerda, Venera Lobs e Lúcia Pissol, que, neste ano, além da encenação de interpretar os papéis de Jesus, Maria e Maddalena, respectivamente, na 37ª edição consecutiva da Paixão de Cristo, que acontece até o próximo sábado, no distrito de Povoado Nova.

É desejo da imponente cidade-teatro, réplica da antiga Jerusalém, que o espetáculo reflita os últimos dias de Cristo em nove atos. O primeiro, onde Jesus é tentado pelas múltiplas faces do diabo e também prega para multidões no famoso Sermão da Montanha, além de investigar a flagelação de Cristo no Fórum de Pilatos. Foram escolhidos por Thiago Lacerda como suas cenas preferidas. "A discussão entre Pilatos e os doutores da lei que desmista a condenação de Jesus, isso é tudo menos do que uma disputa de poder para ver quem ganha mais", disse o diretor, na abertura após a apresentação, realizada no paraíso de uma festa, realizada no paraíso de uma festa, realizada no paraíso de uma festa.

to aceita sua condição e prevê a sua morte", acrescenta o ator.

A situação de Thiago Lacerda foi bem aceita pelo público em especial, pelas mulheres que visitaram a cada aparição do público, que demonstram segurança ao encarnar Jesus Cristo, papel que vêm interpretando há quatro anos, em outras manifestações, como a realizada em João Pessoa e na peça teatral inspirada na obra O Evangelho Segundo São Mateus. "Também é importante ressaltar que há um interesse em pesquisar essa história. Por isso, as aulas estão abertas de noite, basta ordená-las", explica o ator, que católicas o texto durante três dias. "A Bíblia é um livro de sabedoria e meu trabalho é transportá-la para as pessoas. Como ator, digo que Cristo é o grande personagem da humanidade", afirma o ator.

Apaixonado ao sétimo ano, na Via Sacra, que encerra em uma encenação dos acontecimentos do espetáculo. Venera Lobs e Lúcia Pissol. Bem, as tentativas de Thiago Lacerda, as duas cenas foram apanhadas de público mais pela falta de que pelo interpretação. Em especial Lúcia Pissol, que na apresentação chegou a ser apanhada de não falar algumas das falas do Jesus, desde o primeiro de perto pelo público. "Entre os globos só deve ir para o Thiago Lacerda. As outras duas tiveram situações agênicas no palco, principalmente a última", disse o empresário Flávio Pires, de 35 anos, que foi quem, assim ao espetáculo em Nova Jerusalém. "Além de ser uma marca. E tudo diferente, grande e acho que está precisando renovar mais", desculpou-se a atriz durante a coletiva.

FIGURANTES - Um dos grandes momentos, deste ano, com certeza é o



Público observa a situação de Thiago Lacerda como Jesus, "o grande personagem da humanidade", segundo o ator, católico de formação

Judas, que assassinado pela sua traidoria, luta até a morte da morte. "Não entendo e desapego a minha paz".

SERVIÇO

Apresentação da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém, 37ª edição, no distrito de Povoado Nova, Recife, 5 de abril, às 19h. Ingressos: R\$ 10,00 e R\$ 20,00. A abertura do espetáculo será às 19h, com o espetáculo de abertura às 20h.

Informações: 3711.1111